

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

Elton Larry Valério

**OS IMPACTOS DA GUERRA DO PARAGUAI NO PIAUÍ:
resistências ao recrutamento, a vida depois da guerra e a luta pelas
recompensas prometidas (1865-1920)**

Porto Alegre
2023

ELTON LARRY VALERIO

**OS IMPACTOS DA GUERRA DO PARAGUAI NO PIAUÍ:
resistências ao recrutamento, a vida depois da guerra e a luta pelas
recompensas prometidas (1865-1920)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann

Porto Alegre
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Valerio, Elton Larry
OS IMPACTOS DA GUERRA DO PARAGUAI NO PIAUÍ:
resistências ao recrutamento, a vida depois da guerra
e a luta pelas recompensas prometidas (1865-1920) /
Elton Larry Valerio. -- 2023.
272 f.
Orientador: Eduardo Santos Neumann.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2023.

1. Guerra do Paraguai. 2. Imprensa. 3.
Recrutamento. 4. Voluntários da Pátria. I. Neumann,
Eduardo Santos, orient. II. Título.

ELTON LARRY VALERIO

**OS IMPACTOS DA GUERRA DO PARAGUAI NO PIAUÍ:
resistências ao recrutamento, a vida depois da guerra e a luta pelas
recompensas prometidas (1865-1920)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (orientador)

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Johnny Santana de Araújo – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. José Martinho Rodrigues Remedi – Universidade Federal de Santa Maria

Viva o povo brasileiro!

AGRADECIMENTOS

Ao pensar sobre o caminho traçado até o final dessa jornada e do quanto a Academia é ameaçada nestes últimos anos. gostaria de agradecer não apenas a instituições como o IFPI e a UFRGS que celebraram os acordos que tornaram possível essa qualificação para nossa turma de Dinter, mas principalmente às pessoas, aos servidores públicos interessados que acreditam em um futuro menos pior por meio da educação e partilham da máxima que quanto mais sabemos, mais capazes somos de ensinar – e de continuar aprendendo.

Agradeço aos professores Regina Weber e Luiz Alberto Grijó; José Luís e Jaison Castro, dentro outros que teimaram e nos proporcionaram tantos momentos de aprendizado.

Detesto o velho clichê de falar em gratidão, mas o termo é esse em relação ao professor Eduardo Neumann que me ajudou a construir uma tese frente a tantas dúvidas e problemas de um período complicado. As poucas qualidades do texto com certeza são fruto de seu esforço.

Aos professores Cesar Guazzelli, José Remedi e Johny Santana por aceitarem fazer parte da banca de defesa desta tese. Na qualificação, agradeço as falas pertinentes de Grijó e Guazzelli.

Embora fosse obrigação dos doutorandos, cursar um Dinter em meio aos compromissos profissionais com o IFPI impuseram seus desafios. Agradeço ao professor Henrique Flavio pela compreensão e várias dispensas do DCHL para dedicar-me à produção da tese.

Sobre a vida acadêmica pregressa, que nos leva ao momento atual, gostaria de deixar meu agradecimento a professora Clarice Helena, a mentora que com muita luta e brigas foi fundamental para que eu me desenvolvesse na carreira acadêmica.

Desde os idos da graduação, aprendi a gostar cada vez mais da Casa Anísio Brito, local onde realizo pesquisas há cerca de 20 anos, sou apaixonado pelo cheiro de mofo dos documentos – a rinite que lute – e agradeço principalmente ao Senhor Sebastião Silva, servidor dedicado ao ofício de guiar os pesquisadores em direção a seus tesouros.

Agradeço enfim a meus familiares, principalmente minha mãe que, por alguma razão (estranha) sempre confiou nas minhas poucas capacidades.

Enfim, agradeço a Auriane, minha amora que além de me amar (não sei como ela consegue) me suportou nas inúmeras crises de mau humor e agonia com os rumos do trabalho. É ela quem me salva de mim.

*Abençoada a loucura que faz cometer ações nobres e generosas;
maldita a razão que só sabe curvar-se, mesquinha, diante do sórdido interesse.*

David Moreira Caldas (1836-1879)

RESUMO

Com a deflagração da Guerra do Paraguai (1864-1870), o então Império do Brasil iniciou um intenso processo de mobilização de homens e recursos para fazer frente ao conflito. Atuando tanto na imprensa quanto nas políticas que buscavam facilitar o recrutamento para a guerra, convivem antigos usos como o recrutamento forçado, aliados a novos, como os corpos de Voluntários da Pátria. As reações ao chamado da guerra foram as mais diversas, tanto entre aqueles que partiam de bom grado ao campo de batalha, quanto os que buscavam de todas as formas esquivar-se do fardo. Essa tese procura compreender como se deram as estratégias de reação, em especial dos indivíduos mais humildes, ao chamado do governo central para a guerra, também como aqueles homens sem posses buscaram o sustento depois do final do conflito e do retorno para casa, lutando pelas recompensas que o decreto que criou o corpo de Voluntários da Pátria lhes fazia jus. Aqueles homens acabaram empregando-se em funções nas quais a violência era valorizada, como os corpos de polícia da então Província do Piauí, grande parte deles retorna a suas vilas para viver da agricultura ou outros meios de subsistência, entretanto muitos ex-combatentes piauienses não voltaram à terra natal, estabelecendo suas vidas em outros lugares. Para a construção da tese, foram primordiais a consulta não apenas a documentos físicos, localizados na Casa Anísio Brito, ou Arquivo Público do Piauí, mas também a documentos digitalizados localizados no projeto local *Memória do jornalismo piauiense* e a consulta a diversos documentos no site da Biblioteca Nacional www.memoria.bn.br.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Paraguai; Imprensa; Recrutamento; Voluntários da Pátria.

RESUMEN

Con la deflagración de la Guerra de Paraguay (1864-1870) el entonces Imperio de Brasil empezó un intenso proceso de movilización de hombres y recursos para hacer frente al conflicto. Actuando tanto en la prensa cuanto en las políticas que buscaban facilitar el reclutamiento para la guerra, coexisten antiguos usos como el reclutamiento forzado, aliados a nuevos, como los cuerpos de Voluntarios de la Patria. Las reacciones al llamado de la guerra fueron las más distintas, tanto entre aquellos que se iban de buena voluntad al campo de batalla, cuanto los que buscaban de todas las maneras esquivarse de la carga. Esa tesis busca comprender como se dieron las estrategias de reacción, en especial de los sujetos más humildes, al llamado de gobierno central para la guerra, también como aquellos hombres sin posesiones buscaron lo sustento después del final del conflicto y del regreso para la casa, luchando por las retribuciones que el decreto que ha creado el cuerpo de Voluntarios de la Patria les hacía justicia. Aquellos hombres acabaron involucrándose en funciones donde la violencia era valorizada, como los cuerpos de policía de la Provincia de Piauí, gran cantidad de ellos vuelve a sus pueblos para vivir de la agricultura o otros medios de subsistencia, mientras muchos excombatientes piauienses no volvieron a la ciudad natal, estableciendo sus vidas en otros sitios. Para la construcción de la tesis fueron fundamental la consulta no solo a los documentos físicos, ubicados en la casa Anísio Brito, o archivo publico de Piauí, pero también a consulta a los documentos digitalizados ubicados en el proyecto local *Memória do Jornalismo piauiense* y la consulta a diversos documentos en el sitio de la biblioteca Nacional www.memoria.bn.br.

PALABRAS – LLAVE: Guerra de Paraguay; Prensa; Reclutamiento; Voluntarios de la Patria.

ABSTRACT

With the outbreak of the Paraguayan War (1864-1870) the Empire of Brazil at that time began an intense process of mobilizing men and resources to face the conflict. Acting both in the press and in policies that sought to facilitate recruitment for war, old uses such as forced recruitment coexist, allied with new ones, as the bodies of Voluntarios da Patria (Volunteers of the Fatherland). The reactions to the call of war were the most diverse, both among those who willingly departed the battlefield and those who sought in every way to dodge the burden. This thesis seeks to understand how were the reaction strategies, especially of the humblest individuals, to the central government's call to war, just like those men without possessions sought sustenance after the conflict ended and returned home, fighting for rewards that the decree that created the corps of Volunteers of the Fatherland was entitled to. Those men ended up being employed in jobs where violence was valued, like the police forces of the then Province of Piauí, most of them return to their villages to live on agriculture or other means of subsistence, however many former combatants from Piauí did not return to their homeland, establishing their lives in other places. For the construction of the thesis, it was essential to consult not only physical documents, located in the Casa Anísio Brito, or Public Archive of Piauí, but also the consultation of digitized documents located in the Piauí local project called Memory of Journalism and the consultation of several documents on the website of the National Library www.memory.bn.br.

KEYWORDS: War in Paraguay; Press; Recruitment; volunteers from motherland.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: ENTRE O PIAUÍ E O RIO DA PRATA	23
1.1.A REGIÃO DO PRATA	23
1.2. ALGUNS ESTUDOS SOBRE A GUERRA GUASÚ	29
1.3. A DEFLAGRAÇÃO DO CONFLITO.....	39
1.4. A IMPRENSA ORDENA: PIAUHYENSES! ÀS ARMAS!.....	43
1.5 A GUARDA NACIONAL NA PROVÍNCIA DO PIAUHY	50
CAPÍTULO 2: PIAUHYENSES! ÀS ARMAS PELO IMPERADOR!	64
2.1 AS MODALIDADES DO RECRUTAMENTO	64
2.2. O POVO COMO SUJEITO.....	79
2.3. CONSERVADORES VENCENDO NAS DUAS FRENTES	96
2.4 CAXIAS SE RETIRA DA GUERRA: O COMANDO DO CONDE D'EU.....	101
2.5. AS CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA	110
CAPÍTULO 3: A MULTIDÃO DE EX-COMBATENTES.....	114
3.1 NOSSOS SERTANEJOS VOLTAM PARA CASA	114
3.2 A VIDA DEPOIS DA GUERRA	118
3.3 A SITUAÇÃO DA BOA SOCIEDADE	123
3.4 DE VOLTA A CARREIRA DE ARMAS.....	131
3.5 A ATUAÇÃO DE EX-COMBATENTES NO CORPO DE POLÍCIA DO PIAUÍ	138
3.6 EX-COMBATENTES QUE NÃO SEGUIRAM A CARREIRA DE ARMAS	146
3.7 O CASO DE RAIMUNDO PEREIRA DE CARVALHO	151
CAPÍTULO 4: EM BUSCA DE RECONHECIMENTO.....	158
4.1 OS INVÁLIDOS DA PÁTRIA.....	158
4.2 AQUELES QUE SOLICITARAM PRAZOS DE TERRAS	172
4.3 PENSÕES PARA EX-COMBATENTES OU VIÚVAS.....	176
4.4 HERMES DA FONSECA E O SOLDADO VITALÍCIO.....	184
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
6.BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E FONTES	194
7.ANEXOS	210

INTRODUÇÃO

Desde os tempos da graduação, tive interesse por aquelas histórias mais difíceis de ser contadas, de pessoas que viveram à margem da sociedade, participando como minúsculas engrenagens nos processos da sociedade brasileira, pois a história do Brasil sempre me foi mais atrativa do que a tão citada história da Europa. Não por um ufanismo viciado, mas pelo interesse em compreender como nossos processos históricos deram origem a um povo tão multifacetado e desigual.

A independência do Brasil completará 200 anos e parece tão distante de nossa realidade. Ela, na verdade, traz muito do passado colonial em seu âmago, acompanhada da formação de um país cujo governo era mais importante do que o povo que, em grande parte, continuaria a ser escravo dos senhores, fossem dos engenhos ou das fazendas de gado, ou dos senhores urbanos do Rio de Janeiro ou do Recife.

A manutenção de formas arcaicas de organização social e política, com a famigerada escravidão e o latifúndio criaram gerações de homens e mulheres pobres que fizeram esse país, embora muitas vezes esmagados por seus dentes enormes, vivendo ‘do jeito que dava’, buscando aproveitar situações que, à primeira vista, estariam longe de render algum tipo de vantagem, utilizando-se de alguma tipo de tática¹

Com uma constituição que admitia a escravidão, direitos de nobreza – tais como a hereditariedade da figura do monarca, o uso de expedientes coloniais, como o recrutamento forçado² e com uma enorme massa de analfabetos, a vida não teria como ser fácil para a maior parcela da população do Brasil imperial.

Em um país como tantas desigualdades e subempregos, o recurso as forças militares foi comum desde os idos coloniais. Evidente que mesmo no exército, que devido ao recrutamento forçado se tornara um espantinho das pessoas, havia os cargos de oficiais que recaiam aos filhos da alta sociedade brasileira, cabendo aos indivíduos sem nascimento nobre posições subalternas.

No conturbado período regencial surge no Brasil uma força paramilitar que serviria de apoio aos ricos proprietários, a Guarda Nacional, cujo funcionamento no Piauí foi a ideia

¹ CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano 1. Artes de fazer. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994.

² Desde a colônia houve diversas formas de arregimentar homens para o serviço militar. O recrutamento forçado foi comum até por volta do século XVIII.

básica para minha monografia, concluída em 2005. Na especialização, iniciada no ano seguinte pude canalizar o interesse pela Guerra do Paraguai (1864-1870), fazendo um trabalho a respeito da propaganda política e o conseqüente recrutamento de soldados para o conflito. Durante o mestrado, expandi o estudo sobre a Guarda Nacional e estudei seus movimentos dentro da guerra contra o Paraguai.

O conflito que ficou conhecido no Brasil como Guerra do Paraguai (1864-1870) é tema de grande quantidade de estudos que buscam instigar o leitor, seja ele acadêmico ou não, sobre suas particularidades. O tema é tratado por autores que se dedicam às mais diversas áreas do conhecimento histórico, tais como História política, cultural, social e também militar, na qual nos últimos anos temos um enorme crescimento em seu número de trabalhos e eventos³.

Referimo-nos à Nova História Militar, fruto de novas reflexões acerca do papel dos conflitos militares, sua organização e seus desdobramentos inseridos na sociedade e não em uma historiografia de trincheira, comum nas décadas que se seguiram à Guerra do Paraguai.

Sobre o conflito contra o Paraguai, interessa-nos seu desenvolvimento, principalmente do ponto de vista dos indivíduos mais humildes que foram convocados para a guerra e seus efeitos a médio e longo prazo: ocorreu uma grande mobilização da sociedade realizada principalmente via imprensa que, aliada ao governo, na figura dos presidentes provinciais, clamava ao povo por soldados. Como se deram as reações destes indivíduos? Foram para a guerra de imediato, buscaram subterfúgios para evadir-se daquela obrigação? Aliadas a isso, quais estratégias práticas de recrutamento também foram utilizadas?

Ao final do conflito, como foi o retorno e a vida dos ex-combatentes? Teriam sido recebidos como heróis? Houve algum tipo de ganho para a maioria dos combatentes? Isso influenciou sua vida futura? Como se empregaram e viveram?

Temos em nossa historiografia uma série de autores que se destacam no estudo da Guerra do Paraguai e suas nuances. Francisco Doratioto⁴ a classifica como resultado dos desdobramentos da política externa dos países platinos e o Brasil, trazendo estes países para o centro dos acontecimentos decisivos, momento em que passam a ser encarados como responsáveis pelos seus atos e não somente como joguetes da tradicional figura do

³ Em 2023 o Piauí sediará seu primeiro Encontro de História militar.

⁴ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras. 2002

imperialismo da Inglaterra vitoriana⁵. Do mesmo modo, o povo não é uma massa uniforme que se dirige ao palco de guerra: mesmo sem autonomia, mesmo se movimentando apenas em terreno pré-determinado, é capaz de se esquivar a esta imposição, por meio da astúcia, um “movimento dentro do campo de visão do inimigo [...] e no espaço por ele controlado [...] opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita [ou subverte] as ‘ocasiões’ e delas depende⁶”. A existência das estratégias de propaganda e de recrutamento para a guerra é inegável, entretanto, a decisão de se deixar convencer ou tentar escapar à ‘maldita guerra’ cabe a esta parcela da população, depende de cada um, de suas experiências e expectativas, sem esquecer que estas pessoas só podem se movimentar em espaços pré-determinados pelos ‘donos do poder’. Isto é, estes grupos populares seriam apenas praticantes de espaços dados e não construtores deles.

Passados 150 anos do final do conflito, os balanços historiográficos são inegáveis e necessários. Vinte anos antes já havia a coletânea de textos organizada por Maria Eduarda Castro Magalhães Marques denominada Guerra do Paraguai – 130 anos depois⁷, em que chama atenção para diversas chaves de leitura possíveis a partir daquele tema, que é discutido por historiadores de diferentes nacionalidades e inquietações, tais como *A Guerra contra o Paraguai: A história de um silêncio*, de Carlos Guilherme Mota; *O príncipe Obá, um voluntário da pátria*, de Eduardo Silva e *A gravura popular, outra imagem da guerra*, de Ticio Escobar, entre outros.

Para pensar *nosso estado que não é nação* temos de observar nossos usos e instituições, tais como Exército e Guarda Nacional, no que se refere a forças armadas, então temos obras como *A milícia cidadã*, de Jeanne Berrance de Castro⁸; José Iran Ribeiro⁹, também dentro do princípio do *cidadão em armas*, no qual chama atenção para a simbiose entre os cidadãos armados e a manutenção do *status quo* dentro do Império do Brasil; Cesar Guazzelli¹⁰, e Jose Carlos Chiaramonte¹¹ por sua vez, valendo-se de conceitos como *região*

⁵ Sobre visão sobre o conflito, cf, por exemplo, POMER, Leon. Paraguai: Nossa Guerra contra este soldado. 2ª edição. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, 1985.

⁶ CERTEAU, Michel de. Op. citada

⁷ MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães. A guerra do Paraguai: 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

⁸ CASTRO, Jeanne Berrance de. A milícia cidadã. A Guarda Nacional de 1831 a 1850. 2ª ed. São Paulo: Brasiliana, 1979.

⁹ RIBEIRO, José Iran. Guarda Nacional e o Império: cidadãos militarizados em defesa da ordem imperial e de interesses privados. In O Império e a Fronteira: A província de São Pedro no oitocentos. Organizadores Eduardo S. Neumann e Luiz Alberto Grijó. São Leopoldo: Oikos, 2014.

¹⁰ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Regiões-províncias na Guerra da Tríplice Aliança. Revista Topoi. V.10 nº 19, jul-dez 2009.

província, demonstram que naquele momento havia um protagonismo maior de cidades e/ou regiões do que ideias cristalizadas de país, como uma nacionalidade argentina ou brasileira.

O tema do recrutamento forçado para a Guerra do Paraguai foi abordado por autores como Ricardo Salles¹² e Hendrik Kraay¹³, que alertaram, entre outros pontos, para as nuances da convocação de indivíduos privados de liberdade para lutar em uma guerra que o Império definia como civilizadora, a qual grande parte dos convocados via como uma possibilidade de garantir a sobrevivência da família e, quem sabe, retornar com algum benefício.

Vitor Izecksohn¹⁴ chama atenção para a resistência ao recrutamento durante o conflito, comparando os processos de recrutamento utilizados na Guerra do Paraguai e na Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1861-1865). Ambos já apontavam rumo ao que no século seguinte seria visto como guerra total.

Em um trabalho com forte influência da história política, a análise de René Rémond¹⁵ será de grande importância para que possamos trabalhar dentro da esfera social sem perder de vista as perspectivas da análise política do império, pois o autor reflete sobre grandezas importantes como a importância da história política nas últimas décadas e sobre a guerra. Embora pautado nos exemplos franceses, é uma categoria de análise importante.

Sidney Challhoub oferece uma narrativa consistente sobre a vida de pessoas que trabalhavam nos ofícios humildes do Rio de Janeiro da *Belle époque*. Para isso, esmiúça as possibilidades de investigação com base em processos judiciais e as armadilhas que encerram a análise das narrativas escritas por terceiros¹⁶. Pontos importantes para que possamos analisar as narrativas construídas pelos e sobre os combatentes no decorrer do conflito do Paraguai e depois dele.

Para a elaboração do trabalho, utilizamos documentos disponíveis na Casa Anísio Brito – Arquivo Público do Estado do Piauí - acerca da Guerra do Paraguai, em forma de códices e em caixas. Buscamos também documentos do corpo de polícia, do Ministério da

¹¹ CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la nación Argentina (1800-1846)* Buenos Aires: Ariel Editora, 1997.

¹² SALLES, RICARDO. *Escravidão e cidadania na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

¹³ KRAAY, Hendrik. *Escravidão, cidadania e recrutamento militar na Guerra do Paraguai*. Revista Estudos Afro-Asiáticos, vol. 33, 1998.

¹⁴ IZECKSOHN, Vitor. *Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos na década de 1860*. Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº27, 2001.

¹⁵ RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

¹⁶ CHALLHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

Guerra, dos Negócios da Justiça, além dos relatórios dos presidentes provinciais do Piauí. Como bibliografia auxiliar, mantivemos contato com a Constituição vigente no período e o Código Criminal de 1830.

As memórias da guerra que chegaram até nós em forma de livros como as *Reminiscências sobre a Guerra do Paraguai*, de autoria de Dionísio Cerqueira, as *Memórias*, de Alfredo Taunay e as *Recordações da Campanha do Paraguai*¹⁷, de José Luiz Rodrigues da Silva. Além das memórias sobre o conflito em si, podemos analisar diversas características da sociedade brasileira, como por exemplo a diferença na vida entre oficiais mais graduados e os praças, estes últimos submetidos a uma reprodução das desigualdades já conhecidas em seu cotidiano.

O recurso a fontes como jornais e revistas é indispensável nesse tipo de trabalho. Além dos jornais *A Imprensa* – O grande meio de comunicação dos liberais piauienses entre 1865 e 1889 - *O Piauí* e *A Opinião Conservadora* – dois importantes jornais ligados aos conservadores, temos outros jornais piauienses importantes para a pesquisa, como *O Amigo do Povo*, de David Moreira Caldas e outros títulos. Fora do Piauí pudemos pesquisar *O Publicador Maranhense*, *O Paiz*, *Jornal de Fortaleza*, *O Cearense*, *Jornal do Commercio (RJ)* e outros, disponíveis na página www.memoria.bn.br.

No contexto da pandemia de Covid 19, grande parte das pesquisas hemerográficas foi realizada em casa, por meio do acima citado site da Biblioteca Nacional e na *Memória do Jornalismo Piauiense*¹⁸, importante projeto de conservação e popularização de fontes indispensáveis para uma maior dimensão dos materiais produzidos no Piauí desde o século XIX.

No site da Biblioteca Nacional, além dos tradicionais jornais, tivemos acesso a outros documentos como relatórios do Ministério da Guerra, Anais do Império brasileiro e diversos outros, com os quais vamos tentando montar uma teia de informações que façam sentido em conjunto, gerando conhecimento.

Como um de nossos objetivos é esmiuçar socialmente as reações dos indivíduos mais humildes dentro do contexto de imposição do governo imperial, elegemos as categorias de *estratégia e tática* conforme a definição de Michel de Certeau. Nesse contexto, a primeira se

¹⁷ SILVA, José Luiz Rodrigues da. *Recordações da campanha do Paraguai*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007

¹⁸ www.memoriadojornalismopi.com.br

aplicaria às ações do governo imperial, assessorado por colaboradores como a burocracia e a imprensa, além do aparato repressivo que se dedicava às diversas modalidades de recrutamento; a segunda é mais ligada aos indivíduos mais humildes, que buscam se movimentar dentro de um campo minado e, quem sabe, voltar vivo e com algum dinheiro na bolsa.

Dentro do recrutamento para o conflito contra o Paraguai, observamos, por um lado, as tentativas de fugas e dispensas por uma parte da população; de outro, olhamos aqueles que de bom grado concordaram em partir para o sul. Fica claro o poder das elites brasileiras, ou classe dominante¹⁹, que por meio de estratégias ligadas a valores como a educação, a palavra escrita, a civilidade e outros, impõem seu discurso a outras parcelas da população: não está em questão se a classe dominante está certa ou não. O ponto é que ela é capaz de impor sua visão de mundo com força suficiente para influenciar a opinião pública naquele período.

No decorrer da espiral de interpretações que se tornou a ida de ‘voluntários’ para a Guerra do Paraguai, surge uma série de artifícios ou táticas de defesa da população visando fugir da convocação para a guerra. O recurso mais utilizado era a fuga, pois “a tática é a arte do fraco²⁰”, termo empregado aqui identificando aqueles grupos que, devido a seu limitado raio de ação, tem de agir na maioria das vezes subvertendo a ordem, e não fazendo uso dela. Como se dizia à época, grande parte dos homens em condições de serem recrutados acabavam ‘internando-se nos matos’²¹.

As modalidades e estratégias de recrutamento utilizadas durante o conflito contra o Paraguai passaram pela convocação para o Exército, dos Guardas Nacionais, dos escravos libertos, dos Voluntários da Pátria, recorreu-se ao recrutamento forçado etc. Houve diversos pontos dentro daqueles recrutamentos apontados pelas pesquisas disponíveis, que se debruçam principalmente sobre os primeiros anos da guerra contra o Paraguai, como vemos na obra do professor da UFPI Johny Santana de Araújo, intitulada *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866*, onde o autor traz à tona a propaganda de guerra. A obra se debruça principalmente sobre os anos iniciais da guerra. Ela analisa a atuação da imprensa piauiense durante o conflito e como isso buscava criar uma espiral de

¹⁹ THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

²⁰ CERTEAU, op. citada. p. 101. O termo “fraco” não é usado por Certeau de forma depreciativa, como se pode pensar. O fraco seria aquele que, consciente de sua limitada capacidade de manobra, sabe que se desloca apenas na área que lhe é permitida pelos sujeitos detentores de poder, no caso estudado, o Governo Imperial.

²¹ Conforme DORATIOTO, Op. citada, p. 276

interesse na guerra que garantisse uma grande afluência de soldados os quais marchariam para o Paraguai.

Sobre o recrutamento forçado, citamos a dissertação de Marcelo Santos Rodrigues sobre a participação da Bahia no conflito: Os (in)voluntários da pátria na Guerra do Paraguai, onde, acompanhando outros autores, observamos as formas de recrutamento e busca por dispensas que marcaram aquela província, assim como outras do Império.

Um dos pontos que nos chamam maior atenção dentro da Guerra contra o Paraguai são as trajetórias daqueles combatentes que se dirigiram ao palco da guerra, convocados à força ou que demonstraram interesse em participar do conflito. Identificamos diversos combatentes que retornam do Paraguai e procuramos dados em diversas plataformas de pesquisa visando apontar alguns pontos de suas trajetórias individuais, como teriam sido recebidos na sociedade piauiense e mais importante do que isso, como seriam vistos por aquela mesma sociedade no decorrer dos anos que se passaram.

Quando da partida de milhares de voluntários da pátria para o conflito, havia uma série de garantias, conforme a lei de criação daquela força²². Ainda nos preparativos para o retorno dos veteranos, as primeiras dificuldades se fizeram presentes. Ao final da guerra e nos anos seguintes, muitos dos ex-combatentes do conflito ainda não haviam recebido as gratificações que lhes cabiam por direito, tendo muitos deles passado por enormes dificuldades financeiras.

Enfim, além de passar por problemas de readaptação a vida civil, muitos veteranos se viram tendo de cobrar dívidas contraídas pelo Império nos momentos mais críticos do recrutamento para a Guerra da Tríplice Aliança.

Com base nestas discussões, nosso trabalho pretende se debruçar sobre pontos como as estratégias de convencimento e recrutamento durante todo o conflito, destacando as mudanças de cunho político que podem ser observadas no Império diretamente ligadas à guerra contra o Paraguai, como por exemplo, a queda do gabinete liberal Zacarias de Góis e Vasconcelos em 1868, substituído pelo Visconde de Itaboraí, membro do Partido Conservador. Ou ainda os motivos e efeitos da saída de Luís Alves de Lima e Silva do comando das tropas aliadas e sua substituição pelo Conde D'eu, genro do Imperador Dom

²² O Decreto nº 3371 de 7 de janeiro de 1865 criou em todo o Império os corpos de Voluntários da Pátria. Receberiam além do soldo que fariam jus no Exército – se não fossem guardas nacionais – mais 300 réis diários e uma gratificação de 300\$000 (trezentos mil réis) quando dessem baixa no serviço de guerra, além de 22.500 braças de terras em colônias militares que existiam pelo Império.

Pedro II. Neste último caso, será de grande ajuda o diário de Gastão de Orleans, traduzido por Rodrigo Goyena Soares²³.

Com base nos textos e informações disponíveis, propomos a divisão do trabalho em quatro capítulos:

No primeiro capítulo – *Entre o Piauí e o Rio da Prata* - buscamos contextualizar as transformações ocorridas no século XIX e como essas mudanças são adaptadas a região do Rio da Prata, onde Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai já possuem um histórico de contatos e rivalidades, originário desde os idos coloniais, mas também atravessado pelos processos de independência política e busca de legitimação do poder geopolítico; fazemos um apontamento de produções relevantes para a compreensão do conflito contra o Paraguai em suas diversas nuances, analisando as causas históricas daquela guerra.

Continuamos o capítulo analisando a parceria entre governo provincial e a imprensa, principalmente na forma de jornais que traziam em suas páginas, libelos acerca da guerra e convocações para os voluntários. Esses jornais buscavam não deixar dúvidas do papel civilizatório do Império do Brasil frente ao Paraguai, visão que se fez presente durante todo o conflito.

Tendo sido a Guarda Nacional uma instituição simbólica do tipo de Estado brasileiro que emergiu no século XIX, apresentamos um tópico de discussão sobre sua criação por Feijó e seus usos na então província do Piauí, pois além de numerosa, cabia a ela cooperar com a tropa de linha em casos de ameaça externa. A convocação para a guerra contra o Paraguai acabaria por modificar os usos daquela instituição, que se tornou mais próxima do poder central - via Ministério da Justiça - do que de seus líderes locais.

O Segundo capítulo – *Piauíenses! Às armas pelo Imperador!* – Vemos que a estratégia de convencimento da população vem oficialmente pela forte atuação da Imprensa por meio dos jornais oficiais, aliados à atuação dos presidentes da província, que encarnariam a vontade do próprio Imperador ligada ao convencimento da população. Nesse interim, o governo provincial age também por meio da força, via estratégias como o uso do recrutamento forçado, além de soldados da Guarda Nacional e do Corpo de Polícia, Voluntários da Pátria e libertos. Diversas modalidades de indivíduos que seriam mastigados pela engrenagem de uma guerra na qual parte dos convocados não enxergava além da propaganda de guerra.

²³ Diário do Conde d'Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai. Organização, tradução e notas Rodrigo Goyena Soares. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

Mesmo sem saber os motivos da guerra, muitos piauienses buscaram atender seus interesses pessoais, fosse o desejo de combater e fazer fama na guerra, fosse buscar quaisquer meios e artifícios para não partir ao Paraguai. Observamos um número considerável de pessoas que apresentavam ofícios tanto solicitando a dispensa da convocação quanto aqueles que se ofereciam para marchar sem vencimentos, muitas vezes levando filhos e agregados, representando um certo equilíbrio entre aqueles que fizeram de tudo para se furtar do conflito quanto dos indivíduos que fizeram de tudo para participar.

A guerra modifica a condução dos negócios do Império em 1868, quando da queda do gabinete liberal de Zacarias de Gois e Vasconcelos (1866-1868) e sua substituição pelo Visconde de Itaboraí²⁴ (1868-1870) para reafirmar a predominância política do na época Marquês de Caxias, que liderou as tropas brasileiras até o início de 1869, quando foi substituído pelo Conde d'Eu, que conduziu as tropas brasileiras até o fim do conflito. No retorno ao Brasil, todos viveriam grandes mudanças.

No terceiro capítulo – *A multidão de ex-combatentes* – procuramos acompanhar o retorno dos soldados à então província do Piauí, iniciando com as notícias de seu retorno e sua recepção pelo governo provincial. A pompa teve curta duração. Aliados foram bem recebidos, mulheres e filhos de soldados brasileiros foram tolerados e o resto dos poucos soldados que retornaram em 1870 – de mais de 3 mil retornam ao Piauí cerca de 150 homens – é dispensado para ‘viver sua vida’.

O retorno para casa não seria como esperado, tudo estava mudando rápido, embora as necessidades de sobrevivência continuassem as mesmas e mais caras, em uma província em que a própria capital não oferecia tantos empregos e o trabalho em algum nível da burocracia ou no corpo de polícia funcionaram como tábua de salvação para muitos.

Diversos ex-combatentes ligados as famílias mais abastadas seguem carreiras em altos postos militares ou retornam a suas vilas e cidades e tornam-se fazendeiros e líderes locais ou ainda viajam para fora da província em busca de estudo e outras carreiras.

A solução encontrada por muitos dos ex-combatentes mais humildes foi seguir carreira no corpo de polícia da província, inclusive a apresentação das excusas²⁵ de guerra era indispensável para que o candidato fosse aceito na força policial. Vemos diversos ex-soldados seguindo carreira na polícia, alguns alcançando certo destaque, outros se notabilizando mais pelos problemas que tiveram com a disciplina e a lei.

²⁴ Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872), membro do Partido Conservador, notório saquarema.

²⁵ Por excusas de guerra nos referimos aos termos de dispensa dos soldados ao concluir o serviço militar, seja por ferimentos, dispensas ou pela própria conclusão do conflito.

Alguns exercem funções policiais como delegados ou suplentes. Ocorre uma grande ‘dança das cadeiras’ em diversos momentos com promoções e demissões, muitas deles atravessadas pelo jogo político da época, que opunha conservadores e liberais.

Nota-se que as informações levantadas sobre ex-soldados do conflito contra o Paraguai aparecem em documentos oficiais onde eram solicitados empregos, pensões ou dispensa das obrigações – geralmente enviadas por algum inválido da pátria que acabava agregado a algum batalhão, recebendo soldo enquanto muitas vezes aguardava a conclusão de algum processo de pensão.

Observamos que os indivíduos que não partiram para a guerra, mas trabalharam como recrutadores ou outras funções, não sofreram represálias daquela sociedade, sendo pelo contrário, agraciados com altos cargos em suas corporações, sendo o corpo de polícia – que deu origem a Polícia Militar do Piauí – uma das instituições onde ex-combatentes e ex-recrutadores alcançaram certa distinção.

Outros homens que por algum motivo não participaram da carreira militar aparecem em menor número na pesquisa, pois notícias sobre eles aparecem quando de alguma forma entram em contato com seus ex-comandantes, solicitando comprovação de seus serviços na guerra ou tem sua história lembrada no seio das famílias, o que se tornou raro neste trabalho que conta com um ex-combatente que atuou como enfermeiro, outro que voltou a vida rural no interior do Piauí e um terceiro que se radicou em Santa Catarina tornando-se professor e político. Também buscamos traçar a trajetória de vida do senhor Raimundo Pereira de Carvalho, típico representante das disputas políticas no Piauí oitocentista.

No quarto capítulo – *Em busca de reconhecimento* – discutimos o fato de que ao retornar para casa, muitos ex-combatentes tiveram problemas para receber seus direitos, principalmente os que se referiam às terras oferecidas e as pensões tanto para ex-soldados sadios quanto para os *inválidos da pátria*.

A natureza do conflito bélico aliada à absoluta falta de preparo tanto do material humano quanto dos hospitais de campanha fez surgir em profusão uma figura bastante presente no pós-guerra, chamados no Brasil de inválidos da pátria. Muitas vezes entregavam-se à bebida e eram desprezados por parte da sociedade e comumente tinham suas prisões cobradas por meio de colunas em jornais. Para muitos deles, sobraram mutilações, desemprego e desconfiança. Considerados encenqueiros, eram vistos com reserva por grande parte da população das províncias.

Buscamos fazer um levantamento das pensões e outros benefícios pagos aos ex-combatentes, com foco naqueles que retornaram ao Piauí depois do final do conflito. Décadas

depois de Cerro Corá, alguns prazos de terra em localidades como Óbidos, no Pará são entregues. Na primeira década do século XX, tivemos a aprovação do que ficou conhecido como *soldo vitalício*, aprovado por decreto de número 1687 de 13 de agosto de 1907, quando Hermes da Fonseca ocupava o cargo de Ministro da Guerra e a presidência era ocupada por Afonso Pena.

Ressaltamos que o trabalho com as fontes documentais teve alguns problemas devido ao principal local de pesquisa – a Casa Anísio Brito que abriga o Arquivo Público do Estado do Piauí - permaneceu fechada durante os meses mais críticos da pandemia de covid-19 e até o momento funciona em horário e com quadro de servidores reduzidos. Foram de enorme importância as fontes armazenadas por meios eletrônicos.

O Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves (1913-2007) foi um dos historiadores mais importantes do Piauí. Embora diletante, sua sensibilidade e capacidade de pesquisa legaram informações cruciais de fontes que inclusive, já se perderam. Ele fornece uma relação de 150 nomes de homens que retornaram do Paraguai em 1870 e, com base nela e em outras obras, buscamos fazer um cruzamento de dados em arquivos eletrônicos tais como os relatórios dos ministérios da Guerra e da Justiça, além dos relatórios provinciais e fontes hemerográficas em geral, em que pesem a importância dos já citados Biblioteca Nacional www.memoria.bn.br e do projeto Memória do Jornalismo Piauiense www.memoriadojornalismopi.com.br , sem os quais a escrita dessa tese não teria sido possível.

Ao procurar pelos nomes dos ex-combatentes, tivemos de observar questões como grafia, por exemplo nomes como Raimundo em muitos casos era grafado *Raymundo*. Nomes menos comuns como Xilderico de Alencar Araripe surgem grafados como *x* ou *ch*.

Procuramos buscar nos bancos de dados nomes que não fossem tão comuns, como por exemplo, do ex-soldado *Vicente Rôla Pinto*, visando diminuir as chances de confundir os ex-combatentes com algum homônimo. Por essa mesma lógica, a investigação sobre a figura de Manuel José dos Santos sobre um assassinato em 1879 não pôde ser levada adiante pela característica comum daquele nome em questão.

Dito isso, observamos que o Jornal Liga e Progresso que circulou em Teresina entre 1862 e 1865 trazia no início das convocações o nome dos ditos voluntários da pátria que deveriam marchar ao Paraguai. Em 438 nomes listados, obtivemos informações sobre 47 deles, o que representa pouco mais de 10% do total.

Sobre a lista cuja base foram os 150 nomes citados pelo Monsenhor Chaves, foi acrescida de mais algumas dezenas até o total de 211. Deste número, foram encontradas bem

mais informações, além de maiores desenvolvimentos: 96 pesquisas obtiveram retorno, cerca de 45%. Em ambas as listas foram observados os critérios acerca dos nomes não serem facilmente confundidos com um homônimo.

As pesquisas acerca dos combatentes no pós-guerra podem ser cada vez mais promissoras no decorrer do tempo, com a tendência cada vez maior de digitalização de documentos em cartórios e outros locais de registro. Com certeza, no futuro teremos mais informações sobre membros daquela enorme multidão sem rosto que sempre acompanha os grandes nomes da história, embora costumem ser esquecidos por muitos.

CAPÍTULO 1 - ENTRE O PIAUÍ E O RIO DA PRATA

1.1 A REGIÃO DO PRATA

A região que engloba os territórios banhados pela bacia do Prata era considerada indispensável para as antigas metrópoles que dominavam as colônias da América do Sul. No passado, Portugal e Espanha impulsionaram uma série de conflitos entre os colonos, assim como buscaram impor seus anseios através de batalhas sucedidas pelos países que outrora foram suas colônias, pois “os conflitos na bacia do Prata, que antes espelhavam, fundamentalmente, os antagonismos ao nível das metrópoles, adquiriram então uma dinâmica própria devido a fatores econômicos e políticos gerados pelo desenvolvimento da colonização²⁶”, que atravessaram os períodos coloniais e tiveram papel fundamental para a formação dos estados nacionais de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

As colônias, como fruto da organização política de origem europeia, chamam atenção por seus diferentes processos de independência aliados a movimentos de anexação por outra ex-colônia ou busca de independência de outros centros de poder. A luta pela independência do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, surgido em 1776 foi marcada por movimentos que estenderam por décadas os processos de formação daqueles estados nacionais.

Geralmente temos a impressão de que os países possuem uma organização ancestral, às vezes requisitada por antigas tradições, mesmo quando se fala nos países americanos. O que é geralmente negligenciado é que as nações são resultado de um processo histórico complexo, cujos principais aspectos se desenvolveram ao longo do século XIX²⁷

Sobre a montagem dos estados modernos, devemos observar que após a queda dos regimes monárquicos, a figura dos reis foi deixada de lado em detrimento do interesse pelo Estado e a nação, por seus processos de emancipação e/ou confrontos entre as ideologias políticas²⁸, que tiveram papel fundamental nos objetivos daqueles novos estados nacionais, cujo passado colonial era muitas vezes o ponto de partida, visto que uma série de relações já se desenhavam há séculos.

²⁶ BANDEIRA, MONIZ. O Expansionismo brasileiro. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985 p.73

²⁷ GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Regiões-província na Guerra da Tríplice aliança. Topoi, v. 10, n. 19, jul. Dez. 2009, p. 70

²⁸ RÉMOND, RENÉ. Por Uma História Política. Organização de René Rémond; tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.15

Argentina, Paraguai e Uruguai não estão fisicamente apenas ligados ao Prata, mas sobretudo, historicamente²⁹, o que exclui a Bolívia³⁰ da análise quanto justifica os interesses do Brasil na região, já que na época o livre acesso ao Rio da Prata era considerado indispensável pelo Império do Brasil³¹.

As fronteiras nacionais da região passaram décadas indefinidas, tanto no que se refere aos tratados de fronteiras, muitos deles apenas celebrados após a guerra contra o Paraguai³², quanto por causa dos diversos planos de montagem de Estados que incluíam tanto a anexação do Paraguai e do Uruguai pela Argentina, buscando reviver o antigo Vice-reino do Rio da Prata, quanto a ideia de propor uma confederação do Brasil com as províncias unidas do Prata³³

Falando sobre fronteiras, mas não com o intuito de afirmar que apenas elas são determinantes, ao analisar os fatos da política externa que levaram às tensões que culminaram no conflito da Tríplice Aliança contra o Paraguai, Pierre Milza chama atenção para a questão geográfica pois

“A política de um Estado”, dizia Napoleão, “está na sua geografia”. Com isso, ele queria dizer (...) que os “dados” da geografia determinavam diretamente a ação diplomática dos atores internacionais e que, das escolhas fundamentais que eram assim impostas a estes últimos, decorriam diversos imperativos de ordem interna: estabilidade institucional, manutenção da ordem social, afirmação da coesão nacional oposta ao jogo de eventuais forças centrífugas etc.³⁴

Dentro da geografia da região, no que se refere às fronteiras do Brasil e da América latina em geral, observa-se que, ao contrário da implosão dos vice reinos originados da colonização espanhola que se dividiram em dezenas de países nas primeiras décadas do século XIX - com desdobramentos ainda no início do século XX, com a independência do Panamá

²⁹ Devido ao fato de que desde o período colonial as relações entre os futuros estados nacionais foram atravessadas por questões como comércio e fronteiras, como por exemplo a luta de Buenos Aires para monopolizar o comércio naquela região. Veja DORATIOTO, FRANCISCO. O Brasil no Rio da Prata (1822-1994) 2ª edição. Brasília: FUNAG, 2014 p.10

³⁰ Unida a outra porção do antigo Vice-Reino do Peru, o antigo Alto Peru tornou-se independente em 1825.

³¹ A principal justificativa do Império era a necessidade de garantir a livre navegação no Rio da Prata, principal maneira de alcançar a província do Mato Grosso. Aliado a isso havia a busca pela resolução de questões de fronteiras e o receio de perder territórios para países como o Paraguai.

³² Algumas situações ficaram indefinidas por mais tempo, como a Questão de Palmas, entre Argentina e Brasil, decidida apenas ao final do século XIX, por meio de arbítrio internacional. Veja DORATIOTO, Op. citada.

³³ DORATIOTO, Fernando. O Brasil no Rio da Prata, p.17

³⁴ MILZA, Pierre. Política interna e política externa. RÉMOND, Rene. Op. Citada. P.387

da Colômbia – o Brasil tornou-se um Império unitário em um processo derivado da fuga da Família Real portuguesa para a América, que criou uma estrutura de governo que serviu à metrópole portuguesa por mais de dez anos e que teria sido um dos responsáveis pela centralização política brasileira³⁵.

Uma vez conquistada a centralização política do Brasil, em um processo muito mais complexo do que uma simples declaração de Independência do futuro Dom Pedro I, havendo inclusive batalhas pouco citadas pela historiografia nacional como a do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior em 1823, quando mesmo vitoriosos militarmente, o Major João José da Cunha Fidié não teve como prosseguir com a repressão aos movimentos de independência nas províncias do Piauí, Maranhão e Ceará³⁶, o Brasil enfrenta uma série de questões internas e apenas irá centrar seus esforços na região do Prata após o fim da década de 1830³⁷, defendendo seus interesses por tantos meios quanto disponíveis a época, inclusive pela guerra.

Um dos primeiros passos para a independência da futura Argentina foi o Congresso de Tucumã em 1816³⁸. Possuindo interesses nos territórios do Paraguai e da Banda Oriental³⁹, entrando em uma série de atritos diplomáticos e/ou bélicos com o Brasil, além da indefinição sobre o formato da República, se unitarista – com o controle de Buenos Aires ou Federalista, onde locais como Entre rios, Corrientes e Santa Fé defendiam um sistema oposto as pretensões dos *portenhos*, colocando aqueles dois ideais em conflito por décadas.

Tendo os estudos de Jose Carlos Chiaramonte como base, observamos que no caso argentino, que pode ser pensado para as outras localidades que buscaram suas independências

³⁵ Francisco Doratioto chama atenção para esses fatores em seu trabalho sobre o Brasil no Rio da Prata e também em Maldita Guerra. Jose Murilo de Carvalho por sua vez, investe na uniformidade da formação em direito pelas elites brasileiras desde a colônia, o que, segundo ele, teria criado uma proximidade entre membros de casas poderosas espalhadas pelas diversas províncias do Brasil Imperial. Veja CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem

³⁶ Sobre a Batalha do Jenipapo e suas consequências, veja O Piauí nas lutas pela Independência do Brasil, de autoria do Monsenhor Joaquim Ferreira Chaves. Sobre a atuação do Major Fidié veja sua biografia, Vária fortuna de um soldado português.

³⁷ As Revoltas Regenciais foram grandes empecilhos à manutenção da unidade territorial brasileira e ao unitarismo do Império. Apenas depois da coroação de Dom Pedro II importantes revoltas como a Balaiada no Piauí e Maranhão foram controladas, assim como a Farroupilha no Rio Grande de Sul, que apenas foi encerrada em 1845.

³⁸ A formação das Províncias Unidas ocorre décadas antes do surgimento da Argentina como a conhecemos. Naquele momento, foi vencedora a proposta de um Estado unitário em oposição a uma série de hegemonias locais. Veja ACRUCHE, Hevelly Ferreira. O Rio da Prata, a independência e a abolição: perspectivas de liberdade dos escravos no além-fronteira. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol 32, nº 66, p. 53-78, janeiro-abril 2019, p.8

³⁹ Posteriormente anexada ao Brasil por Dom João VI com a denominação de Província Cisplatina. Em 1828 tornou-se independente como a denominação de República Oriental do Uruguai.

naquele período, as cidades, tais como Buenos Aires e Jujuy estão mais ligadas a movimentos de independência, que foram se irradiando para outras regiões, com base no poder de cooptação daqueles *pueblos*⁴⁰. Além disso, o autor chama atenção para a confusão que geralmente é feita utilizando conceitos como *Estado* e *Nação* para explicar os desdobramentos políticos de uma época em que estas discussões não possuíam os mesmos sentidos verificados na segunda metade do século XIX, quando por meio de conflitos e outros acontecimentos, teremos o desenvolvimento de nacionalismos na região do Prata e no Brasil.

O Uruguai, antiga *Banda oriental*, estava literalmente entre os interesses argentinos e brasileiros. Na década de 1820 foi denominado de “único lado vulnerável do Brasil”⁴¹ e nas décadas seguintes, esteve sob fortes interesses do Império. Surgido a partir de guerra de independência liderada por Juan Antonio Lavalleja (1784-1853), teve sua independência garantida por meio do arbítrio inglês, embora os interesses estrangeiros sempre estivessem presentes. Sua política partidária era dividida entre *blancos*, ligados aos interesses argentinos e *colorados*, próximos aos interesses brasileiros. Além do pasto para criação de gado outra coisa chamada atenção: o porto de Montevideú, visto como esperança de quebra do isolamento pelos paraguaios, foi centro de disputas políticas entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas⁴². No decorrer das questões platinas, nota-se que o Uruguai, surgido como Estado tampão entre Brasil e Argentina, agiu ora como algodão entre cristais, ora como cascalho.

O Paraguai, que buscou diversas formas de afirmar sua independência do Vice-Reino do Rio da Prata, emancipou-se por volta de 1811 e adotou uma política de isolamento com seu primeiro presidente, Gaspar de Francia (1766-1840) que governou desde a independência paraguaia até a data de sua morte. Seu sucessor, Carlos Antônio Lopez (1790-1862), devido ao crescimento econômico alcançado, não poderia praticar esse isolamento indefinidamente, o que levou a mudanças nas políticas de Assunção, pois para continuar se expandindo, o Paraguai precisaria vencer seu próprio isolamento⁴³. O cenário enfrentado por Francisco Solano Lopez (1827-1870) seria diferente daquele enfrentado por seus antecessores. Mais do

⁴⁰ CHIARAMONTE, José Carlos. Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la nacion Argentina (1800-1846) Buenos Aires: Ariel Editora, 1997, p. 128

⁴¹ POMER, Leon. A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense. 2ª edição. São Paulo: Global, 1981, p.79

⁴² Ao falar de Províncias Unidas estamos nos referindo aos primeiros anos após o Congresso de Tucumã, que marcou a declaração de Independência da futura Argentina, que se unificaria como o Estado nacional que conhecemos apenas na década de 1860.

⁴³ BANDEIRA, Op. citada, p.160.

que nunca, a região platina seria dominada pelo conflito, fosse diplomático, fosse por outros meios, como a guerra.

As relações entre o Brasil e os países platinos foram atravessadas por diversos interesses. Observamos que cada movimento naquele complicado tabuleiro de xadrez causava uma ressignificação nos papéis e expectativas dos países envolvidos, uma vez que os processos de formação daqueles países levaram décadas para ocorrer. Com base no exemplo da Argentina, seu processo de unificação/definição de grande parte de suas fronteiras ocorre apenas depois do término da guerra contra o Paraguai, o mesmo podendo ser dito acerca daquele país.

Além das nações citadas, havia os interesses e potenciais conflitos diplomáticos com nações europeias – França e Inglaterra com motivos comerciais, sendo importantes personagens das disputas por livre navegação e mercados para seus produtos e cidadãos- além de movimentações de outros países sul-americanos, tais como a Bolívia, interessada em se apoderar de porções do Chaco⁴⁴.

Ao mesmo tempo que as pressões inglesas sobre a abertura do comércio de países como o Paraguai se faziam presentes, havia atritos também com outras nações platinas. A decisão de preservar a independência uruguaia conflitava com interesses de governantes argentinos que, por sua vez desejavam retomar o controle sobre o antigo Vice-Reino do Rio da Prata, embora o Paraguai de Solano Lopez tivesse interesse na unidade territorial argentina⁴⁵.

O Império do Brasil vislumbrava promessas de paz e ordem com a coroação de Dom Pedro II em 1840. Depois de duas décadas conturbadas⁴⁶, a economia apresentava crescimento comercial ligado principalmente ao cultivo, manufatura e venda do café para o mercado externo, com um Imperador que ao decorrer do tempo foi acumulando experiência e impondo-se diante da luta entre os partidos.⁴⁷

⁴⁴ O Chaco é uma região da América do sul que abrange parte dos territórios de Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai.

⁴⁵ Nesse caso, tanto Brasil quanto Paraguai tinham interesse em uma Argentina funcional, nem poderosa, nem débil para que pudesse manter o *status quo* da região. DORATIOTO, Op. citada.

⁴⁶ Desde a Revolução do Porto em 1820 onde as cortes portuguesas pressionaram pelo retorno de Dom João VI e da família real para Portugal, passando pelo conturbado reinado de Dom Pedro I do Brasil e as regências, onde forças descentralizadoras desafiaram o modelo de Império centralizado proposto pelos Braganças, aliado a revoltas de escravos como a dos Malês, de 1835.

⁴⁷ CARVALHO, José Murilo de. Dom Pedro II: Ser ou não ser? 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

Com uma Constituição elitista que virava as costas para a maior parte da população, era um império escravocrata baseado no latifúndio exportador que, entretanto, buscava transmitir uma aura de civilização pautada em suas ligações com a Europa – representada por um Dom Pedro II que afirmava ter nascido para a arte e as ciências⁴⁸

A figura do Imperador era vista como aglutinadora dos interesses das elites brasileiras, embora suas afinidades combinassem mais com as dos conservadores ou *Saquaremas* do que com seus opositores, os liberais ou *Luzias*⁴⁹. Os ideais conservadores de unidade territorial e poder unitário iam de encontro aos objetivos de Dom Pedro II⁵⁰, refletidos em importantes nomes da política conservadora de então, como Paulino José Soares de Souza, Visconde de Uruguai (1807-1866), político e diplomata do período.

Mesmo com a pacificação do Rio Grande do Sul⁵¹ em 1845, havia novas questões que reclamavam a atenção do Império. Em menos de cinco anos, ocorreu a Revolução Praieira em Pernambuco e o Brasil resistia em cumprir as determinações inglesas acerca do tráfico de escravos. A Lei Eusébio de Queirós⁵² não foi suficiente para diminuir os atritos com a Inglaterra, havendo ainda os incidentes diplomáticos que passaram a história brasileira como a Questão Christie na década de 1860.

O Império buscava fazer valer seus interesses com base em uma diplomacia forte que não raramente recorria ao uso da força. Moniz Bandeira chama atenção para o contexto histórico da expansão territorial brasileira desde os idos coloniais, chegando as disputas pela região do Prata, os temores de líderes como Rosas da Argentina – o que levou o Império a aproximar-se do Paraguai – assim como toda a geopolítica brasileira daquele momento foi pautada pelas relações mais ou menos favoráveis que eram estabelecidas com a futura nação portenha⁵³.

⁴⁸ SCHWARTZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

⁴⁹ Aproximação que se reflete no tempo de duração dos gabinetes conservadores durante o Segundo Reinado, mais extenso do que quanto era ocupado pelos liberais. Foram 29 anos e meio de gabinetes saquaremas.

⁵⁰ De acordo com Ilmar Rohloff de Mattos, o Império do Brasil se organizou sob a égide dos interesses dos membros do Partido Conservador que conseguiram estabelecer, mesmo dentro de disputas políticas, uma incontestável predominância sobre os integrantes do Partido Liberal. Veja MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

⁵¹ Refere-se ao final da Revolução Farroupilha (1835-1845)

⁵² Publicada em 1850 sob pressões e efeitos do Bill Aberdeen, proibia o tráfico negreiro no Brasil.

⁵³ Sobre o Brasil e sua política expansionista, ver BANDEIRA, Moniz. Obra citada.

O Brasil reconheceu a independência paraguaia em 1844⁵⁴ e contribuiu para o reconhecimento daquele país, cujas relações bilaterais foram repletas de reviravoltas políticas ligadas a questões de fronteiras, navegação e comércio. Em cerca de vinte anos, tudo mudaria de forma irremediável.

1.2 ALGUNS ESTUDOS SOBRE A GUERRA GUASÚ⁵⁵

Grosso modo, a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai uniu Argentina, Brasil e Uruguai contra Assunção e durou cerca de seis anos e, mesmo que tenha sido concluída há cerca de 150 anos e sido alvo de diversas interpretações, durante décadas questões como política, economia e História factual foram privilegiadas em detrimento de outros interesses, tais como a composição social das tropas e os interesses dos soldados que partiam para o conflito.

Primeiramente o principal interesse sobre aquele conflito esteve ligado à História militar. As primeiras explicações sobre o conflito no Brasil são atravessadas pelo ideal de civilização propagandeado pelo Império brasileiro e mesmo depois da derrubada da monarquia em 1889, os principais autores que se debruçaram sobre o tema eram militares e continuaram com narrativas exageradas, tanto pelo sempre presente “heroísmo das tropas brasileiras” quanto aos “planos diabólicos de Solano Lopez”, com baixa capacidade de análise desapassionada dos fatos.

Como ensinado por Rene Rémond, a história política é campo privilegiado para esse tipo de análise, agindo com objetivo de vincular os acontecimentos a suas causas próprias⁵⁶, buscando estabelecer narrativas coerentes, sem esquecer que todos estão ligados ao seu próprio tempo, experiência e expectativa.

Durante o conflito surgem diversos cronistas que registram suas impressões em diários, é o caso do Conde D’eu, comandante em chefe das tropas brasileiras após a saída de Caxias, que anotou suas impressões em um diário, traduzido e publicado por Rodrigo

⁵⁴ O ano de 1840, além de ser marcado pela coroação de Dom Pedro II como Imperador do Brasil, testemunhou a morte de Jose Gaspar Francia, primeiro presidente do Paraguai que o governo de forma despótica desde a independência, sendo sucedido por Carlos Antonio Lopez. Veja DORATIOTO – MALDITA GUERRA P.25

⁵⁵ Termo pelo qual é conhecida a Guerra do Paraguai naquele país.

⁵⁶ RÉMOND, op. citada p.17

Goyena⁵⁷. Note-se que aquele diário reflete as visões de um militar de formação, que se apresentava como sucessor do trono brasileiro por questões de matrimônio e, desse modo, torna-se relativamente simples compreender suas escolhas em diferentes momentos da leitura.

Escritos concomitantes à guerra ou com inspiração na mesma, a *Historiografia de trincheira*⁵⁸ tem como grande obra *A retirada da laguna*, do Visconde de Taunay. As aventuras de um grupo de homens numa missão fracassada emprestam à narrativa um caráter épico. Naquele momento, os escritos são de pessoas com poucas informações sobre o contexto do que se passava no Paraguai e até mesmo no Brasil, em que se pese o fato de que ao início do conflito o território paraguaio era praticamente desconhecido para as tropas da Tríplice Aliança. Era muito mais a descrição de uma situação limite vivida por um grupo de homens, como seria por exemplo, enfrentar feras selvagens ou atravessar terras inóspitas. Análises sobre o conflito e seus desdobramentos não serão vistas ali.

Com o fortalecimento do positivismo no Brasil e posterior Proclamação da República em 1889, surge a *Historiografia republicana*, quando, da mesma forma que na historiografia de trincheiras, a figura de Solano Lopez é acusada de ser o causador do conflito. A Guerra contra o Paraguai foi vista como fundadora do Exército brasileiro que alçou dois de seus maiores líderes – Caxias e Osório a posições de domínio no imaginário do Exército. Naquele momento são abandonadas quaisquer críticas feitas anteriormente ao comando das tropas brasileiras, que observam o protagonismo outrora depositado na figura de Osório migrar para o nome de Caxias por volta da década de 1930.

Outro ponto de destaque na historiografia republicana sobre a guerra contra o Paraguai é a ideia de que se tratou de um conflito entre a civilização – de cujas qualidades o Império do Brasil era o portador – e a barbárie, que relegava os paraguaios a meros joguetes nas mãos de Solano Lopez. A propaganda desse ideário foi intensa durante os anos de conflito, tendo em ninguém menos que Machado de Assis (1839-1908) um de seus grandes propagandistas junto à opinião pública⁵⁹ nacional.

⁵⁷ Diário do Conde d’Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai. Organização, tradução e notas Rodrigo Goyena Soares. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

⁵⁸ MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002] ESTUDIOS HISTORICOS – CDHRP- Agosto 2009 - Nº 2 – ISSN: 1688 – 5317. P.2

⁵⁹ Confira artigo de Francisco Alemnbert - Civilização e Barbárie, História e Cultura em MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.) A guerra do Paraguai: 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995

Dentro da mesma seara, citamos a contribuição do militar de carreira Tasso Fragoso com sua História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai⁶⁰, que embora afirmasse que sem o conhecimento básico sobre a vida nos países beligerantes, seria impossível compreender com clareza seus desdobramentos e formar juízo sereno e decisivo⁶¹. Não consegue se desvencilhar de uma mentalidade que teima em colocar os militares como heróis do confronto contra o Paraguai.

Já distante das primeiras décadas de análise histórica sobre o conflito que opôs o Império do Brasil ao Paraguai, temos a fase de um revisionismo histórico, quando diversos trabalhos estavam imbuídos de análises de cunho marxista⁶² visando explicar os interesses ingleses na deflagração da guerra. É uma interpretação muito comum ainda em grande parte das escolas brasileiras.

A figura de Solano Lopez deixa de ser vista como vilão causador do conflito para tornar-se líder sul-americano que se opôs ao Imperialismo britânico. No Paraguai, autores como Juan Emiliano O'Leary (1879-1969) exaltam o heroísmo dos soldados paraguaios – não mais vistos como meros cumpridores de ordens – e de Lopez, assim como tecem duras críticas aos aliados, no que difere de outro nome importante no Paraguai, Cecilio Báez (1862-1941) que coloca a culpa do atraso paraguaio nos *tiranos do passado*⁶³.

Outro ponto são as discussões entre as posições federalistas e unitaristas na República Argentina⁶⁴, que se tornam indispensáveis para compreensão dos movimentos políticos daquele país e suas alianças com adversários de outrora, como o Império do Brasil. Vitor Izecksohn defende que a participação daquele país na guerra contra o Paraguai favoreceu seu processo de centralização política, ponderando inclusive a ajuda brasileira nesse sentido ao estacionar tropas em uma das províncias mais resistentes à autoridade de Buenos Aires, Corrientes⁶⁵.

⁶⁰ FRAGOSO, Augusto Tasso. História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934.

⁶¹ MAESTRI, Mário. Tasso Fragoso e a Guerra da Tríplice Aliança História e Ideologia. Disponível em https://www.academia.edu/10993917/Tasso_Fragoso_e_a_Guerra_da_Tr%C3%ADplice_Alian%C3%A7a

⁶² Com destaque para a figura de Leon Pomer

⁶³ QUEIROZ, Silvânia de. A polêmica entre Cecilio Báez e Juan O'Leary e sua contribuição para a historiografia paraguaia. ESTUDIOS HISTÓRICOS – CDHRPyB- Año VIII - Julio 2016 - Nº 16 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay. Disponível em <http://www.estudioshistoricos.org/16/eh1603.pdf>

⁶⁴ POMER, op. citada.

⁶⁵ IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai e a unificação argentina: uma reavaliação. História Unisinos 21(3):365-377, Setembro/Dezembro 2017. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2017.213.06/6392>

Uma das figuras ligadas a essa fase mais conhecidas na historiografia brasileira é Leon Pomer, que primeiro publicou, na Argentina, *La guerra del Paraguay: gran negocio!* (1968), lançado no Brasil sob o título *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense*, em 1979. Nessa obra, os conflitos bélicos são deixados de lado para privilegiar a política, economia e diplomacia, chamando atenção para o isolamento paraguaio em oposição aos objetivos ingleses de ter acesso ao Prata, principalmente à região do Paraguai⁶⁶

Buscando simplificar as terminologias utilizadas para nomear os momentos de produção de conhecimento sobre a Guerra contra o Paraguai, chamaremos de *Fase acadêmica* o período em que os escritos revisionistas passam a ser analisados e discutidos com base numa produção permitida por uma estrutura que se expandiu ao final do século XX e início do XXI no Brasil, ligada a programas de pós graduação, agências de fomento e editoras, que passam a publicar cada vez mais material historiográfico, resultante das já citadas pesquisas de estudantes ou de colóquios, como aquele que marcou a passagem dos 130 anos do conflito contra o Paraguai⁶⁷.

Dentro dessa nova ordem de coisas, surge a obra de Ricardo Salles – *Escravidão e cidadania na Guerra do Paraguai*, onde o autor chama atenção para o caráter escravista do Estado brasileiro e como isso refletiu nas diferentes formas de arregimentação de soldados para a guerra⁶⁸, aliado às discussões na época sobre a cidadania dos homens que lutavam contra os paraguaios.

Disposto a pensar sobre o mesmo problema – a participação dos negros escravos na guerra contra o Paraguai - André Amaral de Toral dedica-se aos lados de Brasil e Paraguai, tentando, em suas palavras

Não repito aqui o erro dos ideólogos lopiztas, que consideravam o exército brasileiro - soldados e oficiais - formado indistintamente por macacos; e nem o dos detratores do Paraguai, que consideravam seu exército formado por caboclos, termo depreciativo que no Brasil designa índios e seus descendentes mais ou menos aculturados, e seu povo formado por descendentes dos guarani, uma vaga referência etnográfica. Negros e índios teriam sido, por essas análises baseadas em simplificações raciais, as maiores vítimas da guerra⁶⁹.

⁶⁶ MAESTRI, op. citada, p. 8.

⁶⁷ MARQUES, op. citada.

⁶⁸ SALLES, Ricardo. *Escravidão e cidadania na Guerra do Paraguai*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

⁶⁹ TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai. *Estudos avançados*. Vol. 9 n 24, SP Maio/agosto 1995, p.287. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ea/v9n24/v9n24a15.pdf>

André Toral argumenta que, ao exemplo do Brasil, havia escravos no Paraguai, inclusive uma lei do ventre livre de 1842 que, semelhante àquela verificada no Brasil em 1871, colocava esses negros em liberdade relativa. Nos dois países houve também a libertação de negros para a guerra, com a diferença que no Paraguai eles eram libertos por seus donos que não exigiam contrapartida – em parte, por medo do governo – e no Brasil, não teriam constituído número tão considerável a ponto de as tropas nacionais serem constituídas sobretudo por negros. Toral chama atenção para os limites da cidadania no Brasil e no Paraguai sendo mais decisivos do que a simples escravidão, pois ambos os países engatinhavam no que se refere aos direitos individuais⁷⁰

Nos anos 2000, tivemos a publicação do colóquio Guerra do Paraguai – 130 anos depois, organizada por Maria Eduarda Castro Magalhães Marques, que trouxe uma série de artigos de pesquisadores de diversos países que se propunham a fazer um balanço das produções e possibilidades sobre o conflito contra o Paraguai. O inglês Leslie Bethell rejeita a tese da influência britânica no conflito e defendem que os participantes da guerra construíram suas próprias escolhas, indo em direção oposta aos escritos de Leon Pomer e aproximando-se das explicações oferecidas por Francisco Doratioto⁷¹.

Carlos Guilherme Mota – A Guerra contra o Paraguai – A história de um silêncio chama atenção para a falta de discussões sobre o conflito, enquanto Leon Pomer contribui com um artigo sobre A Guerra do Paraguai e a formação do Estado na Argentina, onde defende que o conflito teve papel preponderante na formação daquele país, que no início dos anos 1860, era mais um nome do que uma nação. Pomer chama atenção para o fato de que, mesmo defendendo o papel dos interesses ingleses no conflito, afirma que possibilitar o conflito não seria a mesma coisa que desencadeá-lo⁷².

O peruano Enrique Amayo – A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica – defende que sem o conhecimento do contexto do século XIX, Pax britannica (1815-1914), livre comércio e imperialismo, a Guerra contra o Paraguai não pode ser compreendida⁷³, com a Inglaterra utilizando formas de agressão informais em larga escala no período citado. Uma das grandes consequências do conflito foi que o Paraguai finalmente teria buscado contrair empréstimos dos ingleses, o que ocorreu por volta de 1872⁷⁴. No que se refere à análise do século XIX, aproxima-se de Eric Hobsbawm em A Era do Capital (1848-1875).

⁷⁰ TORAL, op. citada, p.295

⁷¹ DORATIOTO, op. citada (2002)

⁷² MARQUES, op. citada, p. 120.

⁷³ MARQUES, op. citada, p. 153.

⁷⁴ MARQUES, op. citada, p.161.

Em 2002, é publicada obra que se tornaria divisor de águas na historiografia sobre a Guerra do Paraguai. Trata-se de *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*, de autoria de Francisco Doratioto. Mario Maestri chama atenção para o fato de que a indiscutível qualidade, excelência e erudição⁷⁵, além da ampla experiência com pesquisa e arquivos, o autor tinha publicado pelo menos dois estudos na década de 1990 sobre o mesmo tema, o que potencializou a qualidade de sua obra mais conhecida.

Embora deixando de contextualizar as sociedades em questão, com suas particularidades e diferenças, a obra de Doratioto tem enorme qualidade política, diplomática e militar, mas não resolve a contradição entre os desempenhos dos soldados paraguaios e os brasileiros, caindo em certo determinismo já visto anteriormente de falar que isso acontecia pelas estratégias de controle paraguaio temendo a deserção de seus homens⁷⁶. Os paraguaios em geral, são vistos em sua obra como indisciplinados e violentos, embora o número de problemas de indisciplinas e/ou violências tenha sido muito maior do lado dos aliados.

Ao contrapor dois dos principais autores historiográficos Guerra do Paraguai no Brasil, Leon Pomer e Francisco Doratioto, observamos que ambos falam de seus ambientes acadêmicos, embora tenham sido afetados por seus respectivos períodos, ligados respectivamente a uma releitura do conflito contra o Paraguai por uma análise de cunho marxista e a um período em que o contato com grande quantidade de documentos, aliado a um desenvolvimento acadêmico mais amplo, refletem-se em sua obra.

Leon Pomer chama atenção para o Paraguai como modelo de desenvolvimento, Lopez é visto como injustiçado e a Inglaterra como a grande vilã dos países platinos. Nos dias atuais, temos uma vertente historiográfica ligada ao marxismo que revisita pontos caros ao clássico de Pomer. É o caso do paraguaio Bernardo Coronel, o qual afirma que o motivo daquele conflito era liquidar o Paraguai para submetê-lo ao outrora nascente Império inglês que teria interesses comerciais no território de seu país, para onde chegavam cada vez mais cidadãos ingleses interessados em explorar produtos como madeira e erva mate⁷⁷.

Francisco Doratioto, por outro lado, afirma que a época o Paraguai havia sido vítima de Lopez, que era o agente dos acontecimentos. A situação da região era ainda mais difícil do que a descrita por Doratioto, que não teria levado em conta as características das sociedades dos países envolvidos, tais como fez Ricardo Salles.

⁷⁵ MAESTRI, op. citada, p. 25

⁷⁶ MAESTRI, Op. citada, p.26-27

⁷⁷ CORONEL, Bernardo. Lopez, Herói antimperialista: Ensaio Histórico. Revista HISTEDBR On-line. Disponível em file:///C:/Users/USER/Downloads/Lopez_heroe_antimperialista_ensayo_historico.pdf

Leon Pomer traça um histórico das relações políticas entre os países envolvidos no conflito, ilustra bem as disputas entre fronteiras e a visão que o Brasil tinha das peças que estavam disponíveis em seu tabuleiro fantasma, onde as peças se movimentavam o tempo inteiro, com o Uruguai sendo considerado o lado mais vulnerável⁷⁸ do Império e isso não mudou nas décadas seguintes. Além disso, afirma que, pelo lado argentino o conflito contra o Paraguai refletia mais os interesses de Buenos Aires do que da Argentina em si⁷⁹ e chama atenção para a visão de Solano Lopez que, temendo o desequilíbrio de uma situação com um grande Império como o do Brasil sem outras potências para lhe fazer frente, desejava que a Argentina mantivesse sua unidade territorial⁸⁰

Francisco Doratioto contextualiza a situação do Prata, como especialista em assuntos diplomáticos, tem outras publicações e pesquisas onde destrincha a situação paraguaia⁸¹ - descreve a história paraguaia desde sua independência e as mudanças nas dinâmicas de governo entre Francia, Carlos Lopez e Solano Lopez, explicando também um ponto chamativo daquele contexto: a outrora impensável aproximação de Argentina e Brasil, que acabou selando a derrota paraguaia – não por falta de habilidade, mas pela absoluta diferença na quantidade de homens e outros recursos. Mesmo com todo acesso a documentos anteriores, Doratioto descreve o sequestro do navio *Marquês de Olinda* como pontapé inicial do conflito.

Doratioto chama atenção para o papel de diplomatas ingleses, como Edward Thornton (1817-1906) que teriam se esforçado para mediar discussões entre as partes e evitar diversos conflitos e garantir compromissos anteriores, como a manutenção da independência do Uruguai. Ao contrário de Pomer, ele não vê a presença da diplomacia inglesa nas conversas que levaram ao Tratado da Tríplice Aliança como prova do envolvimento inglês naquele arranjo⁸².

Como podemos observar, as posições dos pesquisadores que se debruçam sobre a Guerra contra o Paraguai são atravessadas por suas épocas de produção e conseqüente visão de mundo, alguns apoiados em ampla quantidade de documentos disponíveis – o que paradoxalmente não garante que o historiador olhe para eles despidos de preconceitos e juízos de valor, como qualquer ser humano.

⁷⁸ POMER, op. citada, p. 79

⁷⁹ POMER, op. citada, p. 291

⁸⁰ POMER, op. citada, p. 47

⁸¹ DORATIOTO (2014) op. citada

⁸² DORATIOTO (2002) op. citada, p. 56

Nota-se que a maior parte das produções sobre a Guerra Guasú estão no centro sul, principalmente por historiadores oriundos de dois importantes palcos de guerra brasileiros naquele conflito, o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul. No Mato Grosso do Sul⁸³, temos uma boa narrativa desenvolvida por Maria Teresa Garritano Dourado, que trabalha a guerra em uma perspectiva social, direcionando seus olhares para problemas cotidianos dos combatentes, como a fome que grassava tanto as tropas brasileiras quanto os prisioneiros paraguaios, o que vai de encontro a narrativa do Conde D'Eu acerca das dificuldades de abastecimento das tropas brasileiras⁸⁴ as doenças que acometiam os combatentes, tal qual Francisco Doratioto quando descreve os efeitos da cólera morbo sobre os exércitos envolvidos no conflito - e castigos impostos pelos oficiais aos membros de mais baixa patente.⁸⁵

Garritano Dourado discorreu sobre a participação feminina no conflito em funções como enfermeiras e outras, também dedicando sua dissertação de mestrado a tratar da presença feminina na Guerra do Paraguai. Discorrendo sobre diferentes personagens tais como a figura de Elisa Lynch⁸⁶, mães chefes de família que enfrentaram as agruras do período da guerra e figuras femininas que buscaram seguir ao conflito como soldados e não para trabalhar como enfermeiras ou afins⁸⁷, além de várias fugitivas e descendentes dos combatentes do conflito⁸⁸.

Com uma abordagem mais literária, temos o trabalho de Tiago Gomes de Araújo⁸⁹ acerca da identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai, que chama atenção para as estratégias de construção de uma identidade nacional, tanto por meio da análise literária da época, quanto pelos memorialistas e ex-membros do alto escalão das forças armadas.

Mesmo distantes dos centros de produção mais tradicional sobre a guerra contra o Paraguai, diversos pesquisadores da região nordeste se interessam pelo tema, principalmente

⁸³ Em 1977 o Estado do Mato Grosso é dividido: Ao norte o Mato Grosso, cuja capital continua sendo Cuiabá e ao sul o Mato Grosso do Sul, com capital em Campo Grande. <http://www.mt.gov.br/-/10050551-conheca-a-historia-de-mato-grosso-desde-o-periodo-colonial>

⁸⁴ GOYENA, op. citada

⁸⁵ DOURADO, Maria Teresa Garritano. A história esquecida da Guerra do Paraguai: Fome, doenças e penalidades. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2014

⁸⁶ Elisa Alicia Lynch (1833-1886) foi a primeira-dama do Paraguai à época da guerra contra a Tríplice Aliança. Acompanhou Solano Lopez durante a fuga iniciada quando da entrada dos aliados em Assunção e ficou a seu lado até sua morte.

⁸⁷ Podemos citar o caso de Jovita Alves Feitosa, moça do Piauí que partiu de Jaicós para a capital Teresina e de lá para o Rio de Janeiro, causando sensação por onde passava e contribuindo para a propaganda de guerra.

⁸⁸ DOURADO, Maria Teresa Garritano. Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: A presença feminina na Guerra do Paraguai. Dourados, MS. Dissertação de Mestrado, 2002.

⁸⁹ ARAÚJO, Tiago Gomes de. A identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870). Brasília: UNB, Tese de doutorado, 2012.

em uma perspectiva política e social. No Piauí, podemos citar a produção do professor da UFPI Johny Santana de Araújo, na qual constam diversos trabalhos e orientações sobre o conflito contra o Paraguai, o século XIX e a História militar. Sua tese intitulada *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos batalhões do Império: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866*⁹⁰, debruça-se sobre a questão da propaganda de guerra visando ao convencimento não apenas de soldados, mas a própria população em geral, passando pela situação da então Província do Piauí e as diversas modalidades de recrutamento utilizadas, inclusive guardas nacionais e ex-escravos das fazendas nacionais passando pelas comemorações do retorno dos combatentes em 1870.

Muitos dos trabalhos produzidos no Piauí bebem na fonte da obra do religioso do século passado conhecido como Monsenhor Chaves⁹¹, que dedicou dois volumes de sua obra à Guerra do Paraguai, utilizando diversos números de jornais que não se encontram mais disponíveis para pesquisa e outros documentos. Em *O Piauí na Guerra do Paraguai*, chama atenção para o clima da época, a mobilização realizada pela presidência provincial e a resposta dada pelos sertanejos da província, com um discurso que valorizava a participação dos piauienses – note-se que era um autor entusiasta da importância da Batalha do Jenipapo, ocorrida em 1823, prova de que o povo do Piauí ao contrário do mito criado por parte da historiografia brasileira, lutou contra as forças portuguesas que não queriam sua separação de Portugal. A luta pela valorização de um passado piauiense de destaque é marca presente em seus escritos, mas também se notabilizou pelo interesse em temas que levaram algumas décadas para ser trabalhados pelos historiadores do Brasil como reflexões acerca de figuras como vaqueiros, roceiros e o modo de viver do povo.

No estado do Ceará citamos a dissertação de Fábio André da Silva Moraes, da UFC: *As armas cearenses, é justa a guerra: Nação, honra, pátria e mobilização para a guerra contra o Paraguai na Província do Ceará (1865-1870)*⁹², onde é feita uma análise das estratégias de recrutamento na então província do Ceará e as diferentes reações de seus habitantes, além das convocações para a Marinha de Guerra. Nessa mesma área, temos o trabalho de Maria Regina

⁹⁰ ARAÚJO, Johny Santana de. *Bravos do Piauí! Orgulhai-vos...A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai*. 2ª ed. Teresina: EDUFPI, 2015

⁹¹ Joaquim Raimundo Ferreira Chaves (1913-2007) foi um religioso piauiense que passou a produzir textos sobre a História do estado durante o centenário da capital Teresina (1952), tendo publicado dezenas de livros compilados em sua *Obra Reunida*. FMC, 2013.

⁹² MORAIS, Fábio André da Silva. *Às armas cearenses, é justa a guerra: Nação, honra, pátria e mobilização para a guerra contra o Paraguai na Província do Ceará. (1865-1870)*. Fortaleza: UFC, 2007. Dissertação de Mestrado. Centro de Humanidades. Programa de Pós-graduação em História.

Santos de Souza, Impactos da “Guerra do Paraguai” na província do Ceará⁹³, que descreve o clima de convocação para a guerra pautado em um discurso dicotômico, de *civilização X barbárie* bastante comum no decorrer daquele conflito, além se debruçar sobre a situação dos convocados para a guerra e os sofrimentos tanto materiais quanto sentimentais experimentados pelas pessoas da outrora Província do Ceará.

Alysson Duarte Cabral defendeu na UFPE dissertação intitulada Recrutamento militar em tempos de litígio: clientelismo político e relações de poder na província da Paraíba durante a Guerra do Paraguai (1864-1870)⁹⁴, onde descreve a situação da Guarda Nacional – que se converte em uma espécie de medalhão de nobreza da terra, para os mais abastados, é claro - e da difícil centralização política na Paraíba do século XIX, além das relações de poder vistas dentre outros pontos, no recrutamento para o conflito contra o Paraguai.

Pela Universidade Federal da Paraíba, podemos citar os trabalhos de Janyne Paula Pereira Leite Barbosa – Uma guerra sangrenta, epidêmica e doente: espaços de cura e cotidiano médico na Guerra do Paraguai (1864-1870)⁹⁵ onde, à semelhança da anteriormente citada Maria Teresa Garritano Dourado (UFMS), desenvolveu pesquisa que versava sobre o tratamento das doenças durante o conflito, inclusive sua precariedade. Francisco Urbano Alves pesquisou sobre a situação do Rio Grande do Norte em meio à Guerra do Paraguai com o título “Valentes rio-grandenses! Às armas! A questão do recrutamento militar na província do Rio Grande do Norte durante a Guerra do Paraguai⁹⁶, que descreve a situação daquela província à época e as narrativas sobre o esforço dos presidentes para realizar o recrutamento dos soldados que deveriam partir para o conflito.

As pesquisas aqui citadas andam muito distantes de englobar a totalidade de estudos realizados na região nordeste sobre o tema. Apresentamo-las com objetivo de situar o leitor em um contexto de circulação de trabalhos sobre o tema que é cada vez mais efetiva devido a eventos como encontros de História locais e nacionais, nos quais surgem novos pesquisadores ressignificando velhas fontes por lhe fazer novos questionamentos, movidos pelas

⁹³ SOUZA, Maria Regina de. Impactos da “Guerra do Paraguai” na província do Ceará. Fortaleza: UFC, 2007. Dissertação de Mestrado. Centro de Humanidades. Programa de Pós-graduação em História.

⁹⁴ CABRAL, Alysson Duarte. Recrutamento militar em tempos de litígio: clientelismo político e relações de poder na província da Paraíba durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019.

⁹⁵ BARBOSA, Janyne Paula Pereira Leite. Uma guerra sangrenta, epidêmica e doente: espaços de cura e cotidiano médico na Guerra do Paraguai (1864-1870) João Pessoa, 2018.

⁹⁶ ALVES, Francisco Urbano. “Valentes rio-grandenses! Às armas! A questão do recrutamento militar na província do Rio Grande do Norte durante a Guerra do Paraguai. João Pessoa, 2014.

curiosidades inerentes ao ofício do historiador, potencializada por cada vez mais formas de visitar o passado e buscar em suas nuances novos significados.

1.3 A DEFLAGRAÇÃO DO CONFLITO

Em um intervalo de vinte anos, ocorreram intervenções brasileiras no Uruguai, contra o presidente Manuel Oribe (1792-1857) e na Argentina, contra Juan Manuel Rosas (1793-1877) – geralmente denominadas nos manuais de ensino médio como *Questões platinas*. Entretanto o auge das tensões entre os países platinos ocorreria em 1864, em intervenção contra Atanásio Aguirre (1801-1875) do Uruguai. As dificuldades brasileiras na invasão ao Uruguai (1864) foram interpretadas como fraqueza por Solano Lopez e alguns de seus auxiliares mais próximos⁹⁷. Como se não bastasse, o então presidente Solano Lopez viu a invasão brasileira ao Uruguai como antecedente à invasão do próprio Paraguai, o que acabou antecipando suas ações bélicas contra o Brasil⁹⁸.

A posição das peças do tabuleiro platino foi modificada após a invasão brasileira contra o Uruguai governado por Aguirre. O líder blanco⁹⁹ esperava contar com um apoio paraguaio que não se concretizou, embora diversos planos e conjecturas dessem como certo semelhante arranjo, pois os interesses dos blancos e do Paraguai de Lopez passavam pelo uso do Porto de Montevideu para realizar as exportações paraguaias, tentando atrair províncias argentinas descontentes com as políticas de Buenos Aires, entenda-se Corrientes e Entre rios, o que poderia modificar totalmente o mapa e a relação de forças no Prata¹⁰⁰.

No mesmo ano o navio *Marquês de Olinda*, que transportava o presidente da província do Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos foi capturado pelo governo paraguaio. Era o primeiro movimento aberto para a deflagração do maior conflito militar da história da América do sul. Dali a um mês, o Forte Coimbra em Mato Grosso era atacado e tomado por forças paraguaias, mesmo sem uma declaração formal de guerra. Era o começo de mais um conflito na conturbada região do Prata.

⁹⁷ DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.70

⁹⁸ DORATIOTO, Op. citada.

⁹⁹ No Uruguai havia dois partidos políticos: Blancos e Colorados. O segundo geralmente correspondia aos interesses brasileiros.

¹⁰⁰ Visto que a recém unificada Argentina ficaria sem as importantes províncias que costumavam se opor a Buenos Aires, Corrientes e Entre rios, que concorreriam para aumentar as possibilidades de comercio e navegação por parte de paraguaios e uruguaios.

Embora tratadas como política externa, as chamadas Questões platinas eram atravessadas por interesses nacionais do Império, como o gado uruguaio e a liberdade de navegação pelos rios da Bacia do Prata, não havendo assim *clivagens herméticas resultantes dos conceitos reificados de “dentro” e de “fora”, mas o simples bom senso implica que se admita a existência “de numerosos atos de política interna pura”* na política externa¹⁰¹.

Embora não fosse uma guerra impossível, diversas decisões reclamavam atenção das esferas políticas e econômicas do Império. Um crescimento econômico favorável que se sustentava sobretudo na exportação do café não seria suficiente para uma guerra de tamanha magnitude, inclusive pelo fato de que muitos a considerariam, de forma errônea, um conflito que se resolveria em poucos meses¹⁰².

As posições dos partidos políticos do Império frente aos negócios estrangeiros eram um pouco diferentes. Os conservadores, mais comedidos, não tinham tanto apreço pela ideia de uma guerra contra o Paraguai. Entretanto os Liberais, que se encontravam no poder, desejavam fazer uma demonstração de força resoluta. Em diversos momentos, as movimentações políticas se refletiram no conflito e vice-versa.

Em linhas gerais os conservadores formavam um grupo de proprietários rurais, fazendeiros, plantadores de cana-de-açúcar, cafeicultores, criadores de gado etc. Os liberais, embora apoiados por proprietários de terras, orbitavam num círculo composto por pessoas de índole mais urbana, profissionais liberais e comerciantes. A Conciliação (entre 1853 e 1862) marca um acordo de cavalheiros entre “saquaremas” e “luzias”. A Liga Progressista foi o resultado do descontentamento de alguns liberais e conservadores insatisfeitos com a Conciliação¹⁰³. Esses movimentos fora do padrão ocorrem durante todo o Segundo Reinado, como a formação do Partido Liberal Radical.

Durante a guerra contra o Paraguai houve quatro gabinetes ministeriais. O gabinete Furtado iniciado em 31 de agosto de 1864 durou até 12 de maio do ano seguinte, quando o Marquês de Olinda assumiu o posto de Presidente do Conselho de Ministros. Cargo no qual foi substituído pelo liberal Zacarias de Góis e Vasconcelos, em 03 de agosto de 1866¹⁰⁴. Os

¹⁰¹ MILZA, Pierre. Política interna e política externa. RÉMOND, Rene. Op. Citada. P.369

¹⁰² DORATIOTO, Op. citada.

¹⁰³ Paranaguá, João Lustosa da Cunha, Marquês de, 1821-1912. Marquês de Paranaguá / ensaio biográfico de Chico Castro. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009, p.59-60.

¹⁰⁴ DUARTE, Paulo de Queiroz. Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Volume 2, tomos III e V, 1981, p.18

liberais progressistas dominavam a cena política brasileira desde 1862, mas desentendimentos entre dois dos maiores chefes políticos do Império, o liberal Zacarias de Góis, crítico ferrenho do Poder moderador, e o saquarema Caxias, provocaram a demissão do gabinete progressista e a ascensão política dos conservadores com a subida de Joaquim José Rodrigues, Visconde de Itaboraá ao cargo de Presidente do Conselho de Ministros¹⁰⁵. Como será tratado mais tarde, a ascensão dos conservadores influenciou decisivamente nos rumos do conflito.

A Guerra do Paraguai, também conhecida como *Guerra da Tríplice Aliança* ou *La Guerra Grande*, proporcionou uma aproximação considerada impensável anos antes entre Argentina e Brasil¹⁰⁶, trazendo a República do Uruguai, além de colocar parte da opinião pública internacional contra a ação brasileira no Paraguai, fato citado dentre outros, pelo Conde D'Eu (1842-1922) enquanto comandante em chefe das forças brasileiras no Paraguai¹⁰⁷.

Embora impopular fora das fronteiras do Império, a guerra seria vista por parte das elites brasileiras como forma de construção ou reforço de uma identidade para o Império¹⁰⁸ e do estreitamento dos laços entre as províncias, as quais muitas vezes tinham mais proximidade com a ex-metrópole portuguesa do que com outras localidades do Império¹⁰⁹, uma vez que sua existência era preconizada dentro do saber militar iluminista, onde se afirmava que a guerra seria a continuação da política por outros meios¹¹⁰.

¹⁰⁵ CARVALHO, op. cit.

¹⁰⁶ Sobre as reservas dos políticos brasileiros com relação à aliança com os argentinos, confira a obra de Francisco Doratioto *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*.

¹⁰⁷ SOARES, op. cit.

¹⁰⁸ Ser uma monarquia cercada de repúblicas por todos os lados era visto por alguns entusiastas como um de diversos sinais de distinção do Brasil em relação a seus vizinhos. Durante o conflito outros pontos foram reforçados, principalmente no que se referiu a tratar a guerra como um embate entre o Brasil civilizado e o Paraguai tomado pela barbárie. Dentre outros, Machado de Assis (1839-1908) foi um grande defensor desse mote.

¹⁰⁹ As relações entre as províncias eram atravessadas por um caráter dúbio. Na época da guerra contra o Paraguai, diferentes províncias se aproximavam por negociatas, circulação de pessoas – inclusive os presidentes provinciais, que geralmente administraram várias províncias em suas carreiras, ao mesmo tempo em que esses laços não eram apenas bem-vistos. Rivalidades entre províncias causadas entre outros, por questões de limites impediam muitas vezes uma maior integração. Por exemplo, as disputas entre Piauí e Ceará que existem desde o século XIX e ainda hoje não foram totalmente resolvidas.

¹¹⁰ CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*: 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1979. Jean-Pierre Azema desenvolve esse pensamento e afirma: “Se as guerras podem ser decodificadas segundo uma “gramática” que pertence à esfera militar, elas só se tornam inteligíveis através de uma lógica induzida pelo político, havendo três elementos intimamente entrelaçados: a violência original e específica da guerra que desemboca na “ida aos extremos”; a arte militar simbolizada pelo comandante-em-chefe, senhor do terreno e da manobra; a subordinação da condução da guerra à diplomacia dos Estados”.

Muitas inseguranças observadas durante aquele conflito, em todos os países envolvidos decorrem das características de uma forma nova de travar-se uma guerra. A Guerra do Paraguai, assim como a Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1861-1865), foi um conflito localizado entre um formato mais clássico da guerra – por exemplo, o uso amplo da cavalaria – e um mais moderno, ligado a “guerra total”, onde o uso de armas de fogo cada vez mais mortíferas encontrou seu ápice no século XX. A quantidade de mutilados entre os ex-soldados fez surgir depois da guerra um sem-fim de solicitações de pensões e outras benesses, aliados a cicatrizes emocionais que nunca foram esquecidas.

As primeiras movimentações paraguaias foram ágeis. Invadido o Mato Grosso, buscaram invadir também o Rio Grande do Sul em busca não apenas de mais território, mas também de uma saída para o mar¹¹¹. Ao solicitar autorização argentina para atravessar seu território com seu exército, Solano Lopez não foi atendido. Poderia ser um simples detalhe no decorrer do conflito, mas vaticinou que algo maior iria acontecer. Em março de 1865, Argentina, Brasil e Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança que os unia contra o Paraguai, além de prever ganhos territoriais e impedir qualquer dos signatários de assinar a paz em separado com o Paraguai. Não por acaso, os termos e a própria existência do tratado deveriam ter se mantidos secretos.

Ao começar a guerra, sabia-se pouco sobre o Paraguai. Brasileiros elaboram mapas mais detalhados sobre aquele país apenas depois de adentrar seu território, assim como não se sabia da situação do país em relação a seu exército. Com um território cerca de vinte vezes menor do que o do Império e uma população muito pequena, Lopez contava com 18 mil homens preparados para a guerra, mais do que o Brasil, cujos efetivos militares eram muito baixos naquele momento. Era preciso contornar a situação e arregimentar homens a partir das províncias. Vejamos quais estratégias foram adotadas para satisfazer aquela necessidade.

Veja Azema, Jean-Pierre. A Guerra. RÉMOND, RENÉ. Por uma História Política. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p.409

¹¹¹ DORATIOTO, op. citada

1.4 A IMPRENSA ORDENA: PIAUHYENSES! ÀS ARMAS!

Na então província do Piauí, a primeira notícia sobre o início do conflito foi publicada no jornal *Liga e Progresso*, em 31 de janeiro de 1865¹¹². A cidade que contava menos de vinte anos de fundação¹¹³ se agitava com as novidades da política imperial. Como sede do governo – onde atualmente funciona o Museu do Piauí – seus governantes se mobilizaram dentro do esperado de suas posições, passaram a propagar a necessidade de combate ao Paraguai por meio do envio de tropas para o sul. Naquele momento, a associação entre poder político e poder ideológico – representando principalmente pela Imprensa buscava convencer os súditos do Império das necessidades da guerra e por tabela, influenciá-los positivamente para que partissem para o conflito, pois a partir da Revolução Francesa surgem duas mutações decisivas na forma de fazer a guerra: o recrutamento maciço, que causa uma democratização da guerra e a utilização da guerra ideológica. Ambos serão indispensáveis para a propaganda de guerra nas províncias do Império¹¹⁴.

Johny Santana de Araújo trabalha em sua tese, entre outros pontos, a intensa participação da imprensa do Piauí na arregimentação de homens e com objetivo de criar uma visão favorável sobre o conflito frente a sociedade piauiense, assim como sucedeu em outras províncias naquele período. A existência de jornais no Piauí se inicia por volta de 1832, com a publicação de *O Piauiense*¹¹⁵.

No Brasil, a imprensa surge e se desenvolve associada a ideia de nação. Nos idos de 1808, com a chegada da Família Real portuguesa, são tomadas uma série de medidas modernizantes em relação ao Rio de Janeiro, e a criação de nosso primeiro jornal impresso de forma oficial, *A Gazeta do Rio de Janeiro*, já que *O Correio Braziliense*, que se opunha a Dom Joao VI, era publicado em Londres¹¹⁶.

A gênese da Imprensa no Brasil deu origem a um extenso cabedal de fontes primárias privilegiadas, pois além dos grupos alfabetizados e de alguma fortuna, seus escritos

¹¹² CHAVES, Monsenhor Joaquim. *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2013, p.203. BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1994

¹¹³ Teresina foi fundada por José Antônio Saraiva (1823-1895) quando presidente da província do Piauí (1850-1853). Ele chegou a ser Conselheiro do Imperador Dom Pedro II e foi Presidente do Conselho de Ministros por duas vezes na década de 1880.

¹¹⁴ Azema, Jean-Pierre. *A Guerra*. RÉMOND, RENÉ. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p.412.

¹¹⁵ PINHEIRO FILHO, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. 4ª edição. Teresina: Bienal, 2017

¹¹⁶ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p.7

circularam em círculos muito mais amplos do que aquele ocupado pelos letrados, principalmente nas cidades, já que a circulação de pessoas e ideias era alta e já no começo do século XIX, um terço da população brasileira era formado por ‘pardos livres’¹¹⁷, grupo que com certeza buscava informar-se sobre os acontecimentos que influenciariam suas vidas, como impostos, problemas urbanos e guerras por exemplo.

Assim como jornais de outras partes do Império, as publicações eram diretamente ligadas à atividade político partidária. Até as Regências (1831-1840), houve grande profusão de projetos políticos, o que se refletiu nas publicações. Com a coroação precoce de Dom Pedro II, as disputas políticas adquirem uma nova configuração: As lutas se dariam entre dois partidos: o Conservador e o Liberal, o que revela a diminuição da possibilidade de novos projetos políticos¹¹⁸. Logo, a imprensa nas províncias se tornaria um negócio de política local, sem grandes planos de mudança política, o que se reflete aos periódicos da maior parte do longo reinado de Pedro II, onde o jornalista era também literato, orador e político¹¹⁹.

A Imprensa em geral e o jornal em particular conquistavam cada vez mais espaço no cotidiano, mesmo que grande parte de seus membros fossem mais gazeteiros do que realmente jornalistas, a instituição encontrou terreno fértil no Brasil, com dois modelos predominantes: o inglês, representado pelo *Correio Braziliense* e o francês, representando pelo *Jornal do Commercio* – talvez a melhor representação do jornalismo oficial do Império¹²⁰.

Para compreendermos essa diferenciação recorreremos a Jean Chalaby, que faz uma distinção entre o que denominou de jornalismo anglo americano *versus* jornalismo francês, entre as décadas de 1830 e 1920. Ele defende que os primeiros são os criadores da concepção moderna de notícia, possuindo maior número de pautas e melhores serviços de escolha de informação, o que torna suas afirmações mais confiáveis em detrimento dos segundos que se notabilizaram por interpretar e reescrever as informações de acordo com a visão política defendida pelo jornal¹²¹.

¹¹⁷ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. Op. Citada, p.14.

¹¹⁸ Podemos citar como exceções a Praieira, em Pernambuco e o movimento republicano, que se espalhou pelo Brasil na década de 1870.

¹¹⁹ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. Op. Citada, p.26.

¹²⁰ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. Op. Citada, p.22.

¹²¹ CHALABY, Jean. Revista Media & Jornalismo nº3 – Jornalismo em tempo de guerra. Lisboa: Minerva Coimbra. Revista/Jornal nº3, Ano 2. Outono/Inverno 2003, p.30-32.

Ana Luiza Martins observa que entre os modelos inglês e francês se desenvolveu no Brasil uma criação nativista, impondo-se na caracterização das mensagens que se adaptavam ao tom e a cor locais¹²². Note-se que estas características são semelhantes as apresentadas por Jean Chalaby ao se referir à imprensa francesa. As interpretações a bel prazer, norteadas pela posição política do jornalista/editor/dono do jornal aproximam grande parte da imprensa brasileira do século XIX das características de jornais franceses.

Os títulos se multiplicavam a partir do Segundo Reinado. Para fazer uma breve comparação, recorreremos ao site da Biblioteca Nacional onde podem ser consultados milhares de periódicos já publicados no Brasil e outros países¹²³. Na tabela abaixo podemos observar a quantidade de publicações em cada uma das províncias listadas no período entre o início do Segundo Reinado e a primeira década do regime republicano.

A tabela foi construída com objetivo de permitir uma visualização da quantidade de periódicos existentes em quatro províncias do Nordeste, uma da então região Leste e duas do Sudeste ¹²⁴, reconhecemos que pode haver outras publicações não elencadas no site da Biblioteca Nacional, mas funciona como amostragem do número de publicações dentro do Brasil Império.

DÉCADA	PROVÍNCIAS						
	NORDESTE				LESTE	SUDESTE	
	MA	PI	CE	PE	BA	RJ	SP
1840	48	8	10	39	20	170	7
1850	40	7	13	36	25	180	27
1860	30	7	23	56	30	261	45
1870	25	13	28	37	96	348	94
1880	29	18	57	53	117	516	63
1890	31	12	101	34	44	289	130

FONTE: www.memoria.bn.br

¹²² MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. Op. Citada, p.22

¹²³ O sitio www.memoria.bn.br abriga arquivos digitalizados onde, além de publicações brasileiras, podem ser consultados também materiais editados em países como Argentina, França, Paraguai, Portugal etc.

¹²⁴ Naquela época a Bahia fazia parte da região leste. Atualmente como sabemos, constitui um dos 9 estados nordestinos.

Podemos observar o Rio de Janeiro, onde se localizava o antigo município neutro, dominando com folga a quantidade de publicações em todos os períodos analisados, enquanto a então província do Piauí tem um número reduzido de publicações em comparação as demais. Quanto aos títulos dos periódicos, alguns são mais frequentes e podem ser vistos em diversas províncias, temos *Correio* e seus mais variados sufixos que surge com numerosos exemplos em todas as décadas analisadas, o termo *Jornal* também atravessa um sem-número de títulos, assim como *Diário*, *Echo* e *Gazeta*.

A preocupação com a temática da imprensa ligada à guerra é legítima em campos como o da História Política, como já citado através de René Remond, embora também seja interesse da História Cultural onde autores como Edgley Pereira de Paula se debruçam sobre a atuação da imprensa brasileira na Guerra do Paraguai, havendo certa quantidade de correspondentes enviados para aquele país visando à geração de notícias mais ágeis sobre o conflito¹²⁵.

Machado de Assis (1839-1908) qualificou a imprensa como forma de redenção, *um fogo do céu que um novo Prometeu roubara*¹²⁶, *grande banco intelectual, grande monetização da ideia*. Como entusiasta da atividade escrita e defensor do papel brasileiro no conflito contra o Paraguai, suas palavras refletem a visão de uma elite nacional preocupada em parecer ilustrada, civilizada. Ao contrário dessa visão, Ana Luiza Martins e Tâmara Regina de Luca defendem que a imprensa longe de ser um papel sagrado, marcava e era marcada por vozes, gestos e palavras¹²⁷, consoantes aos acontecimentos do cotidiano.

A jornalista Ana Regina Rêgo observa o reconhecimento alcançado pela imprensa por ser um instrumento indispensável na prática política do Brasil imperial, sendo os jornais peças fundamentais para a existência do jogo político e de sua diversidade, por ter atuado em diversas condições de confronto¹²⁸, tanto político quanto militar, aponta também a participação de grandes nomes ligados à política provincial nas publicações.

¹²⁵ PAULA, Edgley Pereira de. Guerra na imprensa ou imprensa de guerra?: a imprensa brasileira nos campos de batalha da Guerra do Paraguai. 1ª ed. São Paulo: Scortecci, 2020.

¹²⁶ MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. O Jornal e o livro. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.18

¹²⁷ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. Op. Citada, p.15

¹²⁸ RÊGO, Ana Regina. Imprensa piauiense: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001, p.23

O Jornal *Liga e Progresso*¹²⁹ era editado por Deolindo Moura¹³⁰ (1835-1873), bacharel de formação e jornalista de profissão. Aquela folha de curta duração, de 1862 a 1864 – não foi a primeira sob sua responsabilidade, pois antes dela editou *O Propagador* (1858-1860) sendo substituída então por *A Imprensa* que foi longeva: Circulou de 1865 a 1889¹³¹. Deolindo Moura serve como exemplo da fala de Edgley Pereira de Paula quando afirma que os jornais estavam a serviço de pequenos grupos e facções políticas viviam do entusiasmo e do dinheiro de seus donos que muitas das vezes eram os próprios editores, redatores e articulistas do jornal¹³².

*A Imprensa*¹³³, além de Deolindo Moura, contou também com o republicano histórico David Caldas¹³⁴ (1836-1879) entre seus principais redatores. Foi um jornal abolicionista desde seus primórdios e, principalmente sob David Caldas, tornou-se cada vez mais republicano, mas Caldas abandonará o jornal para dedicar-se a outros títulos como o *Oitenta e nove* e *O amigo do povo*.

¹²⁹ Primeiro número publicado em 6 de outubro de 1862. Jornal político. Propriedade da Sociedade Propagadora de Ideias e Conhecimentos uteis. Redatores: Deolindo Mendes da Silva Moura, Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, Antonio de Sampaio Almendra e Davi Moreira Caldas. Semanario. Tipografia Conservadora. Impressor: Manuel Vitoriano Marques. Depois na Tipografia Progressista, com o mesmo impressor. Fonte: BASTOS, Cláudio de Albuquerque. Op. Citada. P.276

¹³⁰ Dono de grande fortuna, era um apaixonado pelo campo político e gastara praticamente toda sua herança em atividades ligadas a ele, tanto em relação aos jornais que publicou, quanto em campanhas eleitorais. Veja Celso Pinheiro Filho, História da Imprensa no Piauí .4ª edição. Teresina: Bienal, 2017, p.64.

¹³¹ PINHEIRO FILHO, Op. citada p. 52-54

¹³² APUD André Toral. Imagem em desordem. A iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870). São Paulo: USP, FFLCH,2001, P.59.

¹³³ Primeiro número publicado em 27 de julho de 1865. Periodico Politico de tamanho normal. Em 1869 passa a órgão do Partido Liberal. Publicação semanal. Tiragem inicial de 400 exemplares. Fundador: Deolindo Mendes da Silva Moura. Redatores: Manuel Ildefonso de Sousa Lima, Jesuíno José de Freitas, Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, Augusto Colin da Silva Rios, Newton Cesar Burlamaqui, Davi Moreira Caldas, Higino Cícero da Cunha, Clodoaldo Severo Conrado de Freitas e Anísio Auto de Abreu. Tipografia própria. Rua da Graça, depois na Rua Barroso e, por ultimo, na Rua da Palma. Impressores: A.M. de Deus e Silva, Antônio Joaquim do Amaral Sobreira, Manuel Estevão Borges, Antônio Mendes Gonçalves, Ildefonso Maria da Silva, Joaquim d'Oliveira Costa, Antônio da Costa Neves, Manuel Moreira do Carmo, F. de C. Rios e F. de S. Rosa. Fonte: BASTOS, Cláudio de Albuquerque. Op. Citada. P.276

¹³⁴ David Moreira Caldas iria cursar a Faculdade de Direito do Recife, mas devido ao falecimento do pai voltou a sua terra para cuidar de sua família, tornou-se professor e anos depois, colaborador em diversos jornais, sendo mais conhecido por sua postura republicana radical – nesse sentido atuou praticamente sozinho no Piauí – e o título de um de seus mais importantes jornais, o *Oitenta e nove* foi descrito como premonitório da data da Proclamação da República. Conforme o próprio David Caldas, 89 era um número importante por ser a data tanto da Revolução Francesa quanto da eleição de George Washington como presidente dos Estados Unidos da América. PINHEIRO FILHO, Op. Citada, p. 70-75

A associação entre o governo provincial e a imprensa tem um dos maiores alcances do período. Muitos discursos e discussões nas assembleias legislativas são conhecidos graças aos jornais de situação, que faziam quase o papel de jornais oficiais. Era usual na época que os jornais de situação funcionassem como caixa de ressonância das ações governamentais, trazendo em suas páginas iniciais ações do poder executivo, discussões legislativas, assim como pedidos de promoções e aposentadorias de funcionários públicos.

Enfim, a imprensa procurava convencer o que se convencionou denominar *opinião pública*, apontado por Marco Morel como recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais – no caso, a necessidade inventada de partir para a guerra - numa vontade geral, tornando-se então uma opinião com peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado, procurando impor-se como uma soberania da razão¹³⁵, tornando-a assim em elemento primordial da luta política¹³⁶.

Refletindo sobre as pesquisas de opinião, o sociólogo Pierre Bourdieu chama atenção para o uso do termo opinião pública, pois seria um artefato puro e simples cuja função é dissimular que o estado da opinião em um dado momento do tempo é um sistema de forças, de tensões e que não há nada mais inadequado para representar o estado da opinião do que uma percentagem¹³⁷. Não queremos quantificar as pessoas que se deixavam arrastar pelo discurso escrito que tinha como objetivo tornar a guerra e a luta aceitável para a população do Brasil Império, mas apontamos para o citado sistema de forças onde se digladiavam discursos de patriotismo frente a um inimigo externo e as preocupações próprias da sobrevivência, que devem ter influenciado um sem número de pessoas naquele momento, visto que muitos procuraram por diversos meios livrar-se da obrigação de ir lutar contra o Paraguai.

Quando da deflagração do conflito, presidia o Conselho de ministros Francisco José Furtado (1864-1865) pertencente ao Partido Liberal. Era presidente provincial do Piauí o baiano Franklin Américo Meneses Dória (1864-1866).

¹³⁵ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. Op. Citada, p. 17

¹³⁶ SQUINELO, Ana Paula; TELESCA, Ignacio. 150 Anos Após – A Guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai. Volume III. Ana Paula Squinelo, Ignacio Telesca (orgs.) – Campo Grande, MS, Life Editora, 2019, p.250

¹³⁷ BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. Paris, Tempes Modernes, nº318, 1973, p.3 Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6097686/mod_resource/content/1/Bourdieu.pdf

Durante as pesquisas nos arquivos da Casa Anísio Brito, tivemos acesso aos relatórios dos presidentes provinciais do Piauí à época. A figura do presidente de província, homem público do Império, tinha seus atributos ligados a uma lógica absolutista¹³⁸. Com sua carreira marcada pela questão do talento em resolver conflitos e administrar, as viagens entre as províncias eram constantes. Observamos que os presidentes ficavam entre 1 e 2 anos governando sua província e daí eram redistribuídos para outras, geralmente governando províncias menos importantes e ascendendo àquelas consideradas chave, como Bahia e Rio de Janeiro.

Como os liberais estavam no poder tanto no gabinete quanto na província, os esforços pela guerra foram beneficiados, principalmente pela atuação de Franklin Dória, que participa diretamente da convocação de homens para o conflito. Seu nome surgirá principalmente em *A Imprensa* como fiador da vontade nacional na província que, em 12 de agosto de 1865, publica diversos comentários elogiosos à figura do Presidente Dória: “A Guarda Nacional, guarda da dignidade e honra do paiz, tradição viva de gloriosos e heroicos feitos da nação, tem merecido a mais accurada atenção do Exmo. Sr. Dr. Franklin Dória”¹³⁹.

Segundo Ana Regina Rêgo *O patriotismo está em alta. Os redatores deslancham, através do jornal, campanhas civilistas para o recrutamento de voluntários e coleta de dinheiro para o fundo de guerra*¹⁴⁰. Observamos forte campanha da *Imprensa* pelo recrutamento para o conflito. Após a mudança de gabinete em 1868 as publicações sobre o recrutamento sofrem alguma alteração, mas que retorna no frenesi do final do conflito contra o Paraguai, conforme visto nas fortes críticas de um editorial localizado na época das comemorações pelo retornos dos voluntários do Piauí, as críticas variavam de acordo com os grupos que estivessem no poder: Quando os liberais estavam a frente do governo, a atuação de *A Imprensa* foi claramente favorável aos esforços de guerra, muitas vezes desconsiderando ações reprováveis dentro do recrutamento. À medida que os conservadores tomaram o poder, a reprovação a certos usos já naturalizados surgia em suas páginas. Com o passar do tempo, o apoio dos jornais iria variar bastante¹⁴¹.

¹³⁸ ANDERSON, Benedict R. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Cia das letras, 2013

¹³⁹ *A Imprensa*, Jornal ligado ao Partido Liberal, disponível no Núcleo de Pesquisa e Memória (NUPEM) da UFPI.

¹⁴⁰ RÊGO. Ana Regina. Op. citada, p.80

¹⁴¹ Confirma PAULA, Edgley Pereira de. Op. Citada, p. 91, além de outros como Nelson Werneck Sodré em sua História Militar do Brasil.

Devido a práticas como a leitura coletiva, a circulação dos debates políticos ultrapassava o público estritamente leitor, mesmo que ele raramente aparecesse nos periódicos. Faca de dois gumes, uma vez que tanto expandia o discurso oficial, neste caso, a convocação para o conflito através do apelo aos brios dos cidadãos, quanto poderiam gerar inúmeras representações novas acerca daquelas palavras¹⁴², o que resultaria em críticas ao *modus operandi* do recrutamento realizado pelo Estado brasileiro.

Esse ecoar da Imprensa será muito útil no decorrer do conflito, tanto para cobrar da sociedade piauiense cada vez mais brios e soldados para marchar ao sul e criar embaraço àqueles que procuravam se furtar ao compromisso de lutar contra o Paraguai. Pelas proporções que a guerra tomaria, a fome de vidas era insaciável.

1.5. A GUARDA NACIONAL NA PROVÍNCIA DO PIAUÍ

Julgamos necessário um comentário sobre o funcionamento da Guarda Nacional na então Província do Piauí, visto que a maior parte dos homens que partiram para o conflito eram seus membros, incluindo oficiais.

Após a reforma de 1850, que afastou a milícia dos líderes locais e forçou a centralização de suas ações, as referências sobre a importância da Guarda Nacional se tornam mais numerosas¹⁴³. Sendo a sociedade piauiense predominantemente rural, apresentava configuração favorável ao desenvolvimento de poderes locais, dos grandes proprietários de terras que impunham sua influência sobre seus agregados. Se considerarmos que cada um destes potentados tinha influência sobre dezenas, alguns deles sobre centenas de pessoas, temos um breve panorama da dominação destes e as diferentes formas de controle que poderiam ser impostas sobre parcela considerável da população do Piauí oitocentista.

Uma análise de um destes “figurões” do Piauí oitocentista, registrada por Monsenhor Chaves, nos fornece uma boa visão do que foi descrito no parágrafo anterior: o senador Gervásio Brito Passos (1837-1923) “Foi o homem do seu meio, o típico “coronel” do interior

¹⁴² CHARTIER, Roger. A História Cultural entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo, 2ª edição. Lisboa: Difel, 2002.

¹⁴³ Cerca de 20 anos antes, em 1831, a Guarda Nacional tinha funcionamento local e estava nas mãos dos líderes locais e distante do alcance do governo imperial.

piauiense: rico, aferrado à gleba em que nasceu, mandão, inteligente, apoucado de cultura, naturalmente bom, firme nas suas convicções políticas, leal, franco, experiente”¹⁴⁴.

Essa descrição do Coronel Gervásio Passos fornece uma ideia do domínio que um líder com ele poderia exercer sobre seu meio. Um homem rico que poderia fornecer algum tipo de assistência a um agregado, acostumado a ser obedecido sem questionamentos e pouco interessado em relacionar-se fora do seu círculo de domínio, mesmo sem instrução oficial era considerado inteligente não apenas por seus apoiadores, sendo visto como dotado de grande capacidade política. Este é um exemplo que pode ser aplicado a outros homens que se destacavam na sociedade piauiense.

Mesmo com a reforma de 1850, a Guarda Nacional deveria continuar sendo uma força subordinada ao poder central, que teria dentre outras atribuições a condução de prisioneiros da justiça, assim como colaborar, onde a força policial fosse ineficiente, no policiamento. Esperava-se por parte dos guardas nacionais obediência a estes e outros regulamentos que norteariam a atuação da milícia. Entretanto, o que levaria certos homens nas diferentes partes do Império – como o Coronel Gervásio - dar-se ao trabalho de pertencer a uma instituição onde raramente se recebia pagamento pelos serviços prestados?

A cultura política do Brasil Império é estudada por autores como José Murilo de Carvalho e Lilia Moritz Schwarcz, sendo que a última o trabalha como pano de fundo em seu estudo da formação e imposição da imagem de monarca dos trópicos de Dom Pedro II¹⁴⁵.

A Guarda Nacional era uma das instituições que representavam a ordem imposta, vinda de cima pelo Governo Imperial, e como tal o Governo buscava exercer sua autoridade sobre os milicianos. Michel de Certeau afirma que

[...] diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, posta-se uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como ‘consumo’ que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões¹⁴⁶.

Desse modo, os objetivos da Guarda Nacional como instituição talvez não fossem os mesmos dos guardas que faziam parte dela. Havia uma série de grupos com diferentes interesses na sociedade piauiense. Grandes senhores de terra e de escravos, que a enxergariam

¹⁴⁴ CHAVES, Op. Citada, p. 545

¹⁴⁵ Schwarcz, Op. Citada.

¹⁴⁶ CERTEAU, Op. citada, p.98

de uma forma, que procurariam alcançar certo ganho participando da mesma. Havia vaqueiros, roceiros, empregados públicos, outros grupos que teriam outros interesses, até mesmo não desejando participar daquela instituição. Assim como indivíduos particulares, não filiados a nenhum pensamento de ‘grupo’ apresentavam diversas opiniões sobre as vantagens e desvantagens em servir aquela instituição. A cada miliciano, a cada guarda, a cada oficial coube decidir qual seu interesse ou desinteresse na Guarda Nacional. Evidente que a instituição lhes exigia um mínimo de compromisso e trabalho, mas eles subjetivavam suas ações na Guarda Nacional de diferentes maneiras, como algo útil ou pelo contrário, um serviço que não lhes interessava.

José Iran Ribeiro observa que para muitos dos convocados para a Guarda Nacional, a ativa os livrava de servir no Exército, como citado por diversos autores, mas estar citado na reserva daquela milícia desobrigava o guarda nacional de exercer qualquer tipo de função, então ser reserva da Guarda Nacional era objetivo de muitos¹⁴⁷.

A Guarda Nacional foi consumida de diversas maneiras por seus membros. Alguns se utilizaram dela de forma a alcançar honorabilidade e respeito social. Outros a enxergaram como trampolins eleitorais, ou como única forma de adquirir algum respeito etc. Certos indivíduos podem tê-la usado para alcançar dois ou mais dos motivos citados. Outros deles podem ter se apropriado dela de formas que nem imaginamos. A vivência humana é caleidoscópico e não lanterna.

Dentro da Guarda Nacional havia uma hierarquia bastante parecida com àquela seguida pelo Exército. A Província do Piauí era dividida em comandos superiores. No caso do Comando Superior da capital, Teresina, sua força ativa era dividida entre o 5º esquadrão de cavalaria e 3 batalhões: 1º, 2º e 27º de infantaria, além dos homens da reserva. O Estado maior geral contava com os postos de comandante superior, chefe de estado maior, ajudante de ordens, secretário geral, quartel-mestre geral e cirurgião mor. No estado maior dos corpos havia os postos de tenentes-coronéis, majores, ajudantes, quartéis-mestre, cirurgiões, porta-bandeiras, secretários, sargentos ajudantes e sargentos quartéis mestres. Os oficiais de companhias eram majores, capitães, tenentes e alferes. Os inferiores se dividiam em 1ºs e 2ºs sargentos e furriéis. Além destes havia os cabos de esquadra, os cornetas e os guardas

¹⁴⁷ RIBEIRO. José Iran. Quando o serviço nos chama: Os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845). Dissertação de Mestrado. Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2001 p.278

propriamente ditos¹⁴⁸. As patentes mais altas despertavam maior interesse. A patente pela patente significaria apenas mais trabalho para o oficial da Guarda Nacional.

Na sociedade brasileira do século XIX, onde não existia uma tradição dinástica e os títulos de nobreza não constituíam algo acessível à maior parte da população, outras formas de diferenciação social foram utilizadas tanto pelo governo, que desejava cooptar colaboradores, quanto pelos cidadãos, que procuravam distinguir-se do resto da população. Quanto mais diferenciação se pudesse alcançar, melhor, como pode ser notado nos manuais e maneiras de “civilizar-se” no Brasil, sobretudo no Segundo Reinado. Era um momento em que as diversas ordens honoríficas, tais como a do Cruzeiro ou da Rosa, ou os títulos de nobreza eram perseguidos como símbolos de status.

A *boa sociedade* brasileira poderia ser chamada na época de aristocracia. Não havia apenas uma espécie de aristocracia, mas várias. Podem ser citadas a aristocracia militar, a econômica, a política e a social. Em relação à organização da sociedade imperial, podem ser citados o senado, o conselho de estado, os títulos de nobreza, as ordens honoríficas - como a Ordem da Rosa - e a Guarda Nacional¹⁴⁹

Na sociedade de caráter militar que se desenvolveu no Piauí, a Guarda Nacional foi a legitimadora da autoridade de seus líderes. Seus oficiais eram militares sem quartel, mas tinham a sua disposição um corpo de homens submisso e disciplinado. Por isso, pode se dizer que “[...] se a Guarda Nacional da província sente alguma falta, certamente não é a de officiaes: infelizmente, afora Piracuruca, em parte a capital, e mais um ou outro município, esse ramo de serviço público não apresenta aspecto lisongeiro¹⁵⁰”

No Piauí oitocentista havia três qualidades desejáveis para que um homem se tornasse um chefe político influente: “fortuna, honorabilidade e o prestígio que lhe conferia o título de oficial da Guarda Nacional”¹⁵¹. Como exemplo deste prestígio político da farda da Guarda Nacional, podemos citar a configuração da Assembleia Legislativa do Piauí durante o Segundo Reinado. Instalada em Oeiras em 4 de maio de 1835 por decisão contida no Ato Adicional de 1834, passa a representar o legislativo piauiense. Entre 1840 e 1889, 25 vice-presidentes assumiram o poder temporariamente. Dentre estes, 9 deles [ou 36%] eram oficiais

¹⁴⁸ (APPI, CAIXA 481:1868)

¹⁴⁹ CHAVES, Op. Citada.

¹⁵⁰ PIAUÍ. Relatório provincial quando da entrega da presidência da província por José Fernandes Moreira (1862-1863).

¹⁵¹ CHAVES, Op. Citada, p.489

da Guarda Nacional¹⁵². Em 1855 assumiram temporariamente Ernesto José Baptista, tenente-coronel em Teresina e Balduino José Coelho, Coronel da Guarda Nacional em Oeiras. Em 1869 assume Teotônio de Sousa Mendes, Comandante Superior em São Gonçalo. No ano de 1872, três oficiais da Guarda Nacional assumem temporariamente o poder: José Amaro Machado, tenente-coronel em Teresina; José Francisco de Miranda Osório, Comandante Superior da Guarda Nacional em Parnaíba; e José Tomás de Aguiar Catanhede, Major Comandante da Guarda Nacional. Em 1874 assume o Coronel Odorico Basilio de Albuquerque Rosa. Augusto da Cunha Castelo Branco, Coronel da Guarda Nacional e Barão de Campo Maior assume em 1877, e em 1878 é a vez de José de Araújo Costa, Comandante Superior da Guarda Nacional¹⁵³

Dos nove oficiais acima citados oito pertenciam ao Partido Conservador. José d'Araujo Costa militava ao lado dos liberais¹⁵⁴. Eram conservadores dezoito dos vinte e cinco vices que assumiram temporariamente o governo do Piauí no Segundo Reinado.

Dos 25 mandatos de presidente da Assembleia Legislativa durante o Segundo Reinado, um quinto foram exercidos por oficiais da Guarda Nacional. O Capitão Francisco de Sousa Mendes presidiu aquela casa entre 1842 e 1843; o Coronel Justino José da Silva Moura entre 1848 e 1849. O tenente-coronel João Martiniano Fontenelle foi por três vezes presidente da Assembleia: Nos biênios 1862/1863; 1872/1873 e 1876/1877. Francisco de Sousa Mendes e João Martiniano Fontenelle eram Conservadores e Justino José da Silva Moura militava no Partido Liberal. Na presidência da Assembleia Legislativa os Conservadores também eram maioria: 15 guabirus (Conservadores) contra 10 carrapatos (Liberais).

Nos 49 anos do Segundo Reinado houve 192 deputados provinciais na Assembleia Legislativa. Deste total, 78 deles eram oficiais da Guarda Nacional, o que representa 40,62% do total. Não foram encontradas informações suficientes para apontar a quantidade exata de Conservadores e Liberais entre eles, mas, assim como na totalidade dos deputados provinciais, os Conservadores constituíram maioria¹⁵⁵.

¹⁵² A lista de nomes dos políticos citados é encontrada na obra de Ana Regina Rego, 2001. As informações que comprovam o pertencimento dos cidadãos destacados como oficiais da Guarda Nacional podem ser encontradas em BASTOS, 1994; CHAVES, 2005, FREITAS, 2012; além de ofícios e outros documentos encontrados no decorrer de nossa pesquisa na Casa Anísio Brito.

¹⁵³ RÊGO, Op. Citada.

¹⁵⁴ FREITAS, Clodoaldo. Apontamentos Biográficos. 3ª edição. Teresina: EDUFPI, 2012, p.152

¹⁵⁵ RÊGO, Op. citada

Um dos benefícios concedidos aos oficiais da Guarda Nacional pelo governo do Império foi de que eles tivessem acesso às mesmas regalias concedidas aos oficiais do Exército, assim como daquela data em diante, seus filhos teriam direito de entrar na carreira militar no posto de cadetes e não como soldados rasos. Uma comunicação do Presidente da Província foi recebida e respondida com entusiasmo pelo Comandante Superior da Guarda Nacional naquela ocasião¹⁵⁶

De posse de uma patente de oficial da Guarda Nacional um homem poderia tornar-se notável e ascender na hierarquia da milícia, esse ascender também se enxergaria na sociedade. Um jovem guarda nacional mesmo partindo de simples sargento¹⁵⁷ poderia adquirir patentes mais elevadas com o passar do tempo até alcançar uma posição inquestionável de Comandante de Batalhão ou poderia tornar-se Comandante Superior de sua localidade, confundindo e apropriando-se do melhor que as esferas do patrimonialismo e da burocracia tinham a oferecer. Alguns desses líderes já adentravam no “clube” da Guarda Nacional nas patentes de Alferes ou até mesmo como capitães, dentro da melhor tradição militarista brasileira¹⁵⁸.

Os pedidos de patentes eram transmitidos pelos Comandantes Superiores da Guarda Nacional ao Presidente Provincial que, por sua vez, os encaminhavam ao Ministério da Justiça, que analisava os pedidos e remetia as patentes ao Presidente Provincial, que ficaria responsável pelo comunicado aos pedintes de sua nova condição de oficiais da Guarda Nacional:

Pela Secretaria d’Estado dos negocios da justiça se remette ao Ilmo e Exmo Snr Presidente da Provincia do Piahy as inclusas patentes relaccionadas na relação junta, dos officiaes nomeados para a Guarda Nacional da mesma Provincia, afim de que observe o disposto no Decreto nº 1349 de 18 de março de 1854. Acompanhão as ditas patentes os bilhetes dos respectivos direitos, sello e emolumentos que tem de ser pagos¹⁵⁹

O selo referido acima correspondia ao valor do ordenado mensal de um Oficial do Exército no mesmo posto¹⁶⁰. Além dele, deveriam ser pagos os direitos e emolumentos da

¹⁵⁶ (APPI, CAIXA 543:1854)

¹⁵⁷ Em que pesem, na maioria dos casos, contatos e circunstâncias particulares.

¹⁵⁸ URICOECHEA, Fernando. O Minotauro Imperial: A burocratização do Estado Patrimonial brasileiro no século XIX. São Paulo: Difel, 1978

¹⁵⁹ (APPI, CAIXA 543:1855).

¹⁶⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1978

referida patente, operação que não era destinada àqueles menos favorecidos. No documento acima, figuravam cinco patentes: a de Major ajudante de ordens do Comando Superior para Manoel Modesto da Assumpção; Idem para Gabriel de Araújo Costa; a patente de Capitão quartel-mestre do Comando Superior para Ludovico Soares da Silva e para Casimiro Soares da Silva, a patente de Capitão Secretário geral do Comando Superior; os quatro indivíduos pertenceriam ao Comando Superior do Município de Valença¹⁶¹.

A nomeação de um novo presidente para a província era acompanhada de uma série de felicitações e desejos de bom governo por parte de comandantes da Guarda Nacional. Importante ressaltar que era obrigação do Comandante Superior da Guarda Nacional transmitir oficialmente a seus subordinados a notícia da mudança do Presidente da província, assim como avisá-los de que a instituição estava devidamente informada, pois ele – Presidente da Província – era a maior autoridade à qual a Guarda Nacional estaria subordinada. Praticamente todos os problemas daquela instituição eram repassados a ele pelo Comandante Superior, seu subordinado direto, fato presente na correspondência trocada entre o Comandante Superior interino Ricardo Pereira da Silva e o recém nomeado Presidente da Província, José Fernandes Moreira (1862-1863).

Como dito, uma patente de oficial da Guarda Nacional não era apenas uma obrigação, um compromisso com o Império. Significava mais que isso, era uma diferenciação social, que poderia ser usada por um oficial em diversas ocasiões, como nas eleições. Um oficial poderia usar seu prestígio para que seus subordinados votassem nele ou em seu candidato, ou se tivesse homens simpáticos a um desafeto político, poderia convocá-los no dia das eleições para localidades distantes de seus domicílios eleitorais, impedindo-os de votar. O uso constante desta prática por oficiais dos dois partidos políticos levou a uma série de críticas e tentativas de sua diminuição pelos presidentes provinciais, como pode ser visto na fala de um deles:

Julgando conveniente prevenir que se não lançasse mão da Guarda Nacional, como meio eleitoral, expedi ordem aos respectivos comandos superiores para fazerem cessar absolutamente até segunda ordem da presidência todos os exercícios e revistas de qualquer natureza¹⁶²

O uso político das patentes da Guarda Nacional não era particularidade da Província do Piauí. Tanto o exemplo acima quanto as eleições de 1863, quando o recrutamento teve de ser suspenso pelos mesmos motivos apresentados pelo Vice-Presidente Ernesto José

¹⁶¹ Cidade localizada a 217 km de Teresina.

¹⁶² (APPI,RELATÓRIOS: 1860)

Baptista¹⁶³, nos dão ideia de que esse expediente era corriqueiro no Brasil Império, a ponto de levar a discussões entre destacadas autoridades do Império, como Joaquim Nabuco, que defendia a necessidade de conciliar a eficiência militar e o caráter nacional da instituição com a lei dos partidos.

Quanto à guarda nacional é preciso organizá-la de modo que ela seja uma força pública, e não fôrça de um partido. Repugna que uma parte dos brasileiros seja destinada para oficiais e a outra só para soldados. Convém, pois, contemplar as influências legítimas de ambos os lados, contanto que tenham merecimento, e não sejam hostis à ordem pública [...] Queremos *antes de tudo* que os postos sejam preenchidos por pessoas de merecimento, qualquer que seja a sua opinião; não queremos gente má, qualquer que seja sua opinião: assim que queremos a harmonia, mas não à custa da moralidade e do merecimento¹⁶⁴.

Este trecho demonstra a preocupação de Nabuco quanto ao uso político da Guarda Nacional, assim como a distribuição de postos de oficiais para aqueles que partilhassem de um interesse comum: a mesma agremiação política. A milícia cidadã, de acordo com a lei de sua criação e a reforma de 1850, deveria refletir um ideal de mérito para o preenchimento de seus postos, para que não se chegasse a comentários como o do Presidente Souza Gayoso (1861-1862) que afirmava ser “o serviço da Guarda Nacional na província o mais irregular que se pode imaginar, e o seu estado de disciplina nada tem de lisongeiro. São muito pretendidos os postos, bem mal, porém desempenhados os encargos”¹⁶⁵

Ao contrário do desejado por Joaquim Nabuco, parte considerável das nomeações tinha inclinação política. Diversos oficiais da Guarda Nacional apresentavam várias maneiras de empregar o que lhes era imposto “[...] a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas [à imposição] da qual não podiam fugir”¹⁶⁶.

As inclinações políticas dos guardas nacionais, dentro daquele contexto, influenciavam na maneira como eles seriam tratados por seus superiores. Vem à mente a célebre frase de Vitor Nunes Leal: *Para os amigos pão, para os inimigos, pau. Para os amigos se faz justiça, para os inimigos se aplica a lei*. Isso pode ser visto no ofício assinado por Francisco Mendes de Souza:

¹⁶³ (APPI, RELATÓRIOS PROVINCIAIS: 1863)

¹⁶⁴ ARAÚJO, Nabuco de. Joaquim Nabuco: Um Estadista do Império. Volume I. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, 367-368

¹⁶⁵ (APPI, RELATÓRIOS PROVINCIAIS:1862).

¹⁶⁶ CERTEAU, Op. Citada

Tendo sido recrutados pelo Major Diogo Alves de Lobão e Veras os guardas nacionais Alexandre Jose Corrêa e Benvenuto Francisco Barboza – apesar de estarem fardados e terem prestado serviço e só por serem agregados do Tenente Firmino Alves dos Santos e querer por isso aquelle major tomar uma vingança obtendo ordens do delegado d’esta capital para recrutar como o fez unicamente em terras do referido tenente e dest’arte fazer-se temível como cabo da eleição que se vão aproximando visto não estar o referido major, segundo me consta, no exersisio de cargo de guarda policial vou por este requisitar a Vossa Excelência a soltura dos ditos guardas afim de que a Guarda Nacional que achei tão desanimada se reanime observando que os guardas que se prestão a serviço estão garantidos sendo isentos do recrutamento, o qual só teve lugar para aquelles guardas por espirito de vingança¹⁶⁷

O documento acima sugere o jogo de interesses entre dois líderes políticos. Diogo Alves de Lobão e Veras [pertencente ao Partido Liberal e Deputado Provincial em 1862] e Firmino Alves dos Santos [Deputado Provincial em 1864/66/68]¹⁶⁸. Os guardas recrutados poderiam significar eleitores a menos para Firmino Alves dos Santos, o que constituiria prejuízo eleitoral e talvez não só de dois votos, pois eles poderiam agir como cabos eleitorais para o candidato apoiado pelo dito tenente. Note-se que, de acordo com o ofício, o recrutamento teria sido feito apenas nas terras de Firmino Alves dos Santos, com objetivo de impedir que eleitores fiéis a ele votassem no dia das eleições. O oficial que assinou o documento acima, que deveria ser inimigo político de Diogo Alves de Lobão e Veras, termina sua narrativa fazendo menção ao temor e ao perigo vivido pelos guardas nacionais, que mesmo desempenhando seus serviços normalmente eram ameaçados com o fantasma do recrutamento forçado, muitas vezes operado não por motivos maiores como a necessidade de ir para uma guerra, mas por motivos bem menos nobres tais como garantir a vitória de candidato A ou B em uma eleição.

O uso político da distribuição de postos da Guarda Nacional é criticado por diversos presidentes provinciais, informações retiradas principalmente dos relatórios que aqueles mesmos presidentes enviavam à Assembleia Legislativa na abertura de seus trabalhos ou quando da transmissão de seu cargo. Esses relatórios são extremamente úteis para se conhecer melhor as narrativas dos presidentes sobre os principais acontecimentos administrativos da província, assim como dos principais problemas, no entender dos mesmos.

Ao consultar as informações registradas nos relatórios anteriores à reforma de 19 de setembro de 1850, percebemos que em sua grande maioria elas apresentavam comentários

¹⁶⁷ (APPI, CAIXA 543: 1860).

¹⁶⁸ RÊGO, Op. Citada, p.229

desabonadores sobre ela. A crítica ao elevado número de patentes concedidas a homens que muitas vezes não as condições mínimas para obtê-las era uma constante, o presidente Diogo Velho Cavalcanti D'Albuquerque (1859-1860) afirma que “[...] os postos solicitados com empenho e afan servem somente para satisfazer a vaidade com um predicamento puramente nominal, sendo bem limitado o número dos que, possuindo-os, curam do cumprimento dos seus deveres” (APPI, RELATÓRIOS PROVINCIAIS:1860). Segundo relatórios o serviço da Guarda Nacional era deficitário até na capital e em Oeiras, cidade que viu uma queda em sua população após a mudança da capital para Teresina, possuía o maior efetivo de guardas nacionais, da ordem de mais de cinco mil homens.

A Guarda Nacional da Província posto que se ache já organizada em melhores condições que outr'ora, não tem contudo chegado ainda ao estado desejável. A sua disciplina não é satisfactoria: desta falla se resente mesmo nesta Capital, e alem disso acha-se geralmente desarmada. Em alguns pontos da Provincia são extremamente crescidos os Commandos Superiores especialmente o de Oeiras que se compõe de mais cinco mil guardas nacionaes, abrangendo um vasto território devidido em tres Comarcas; pelo que julguei conveniente propor ao Governo Imperial a sua subdivisaõ em atençaõ as necessidades manifestas do serviço publico, e commodidade dos povos. Achaõ-se vagos os Commandos Superiores desta Capital e de Campo-Maior por fallecimento dos respectivos Commandantes, e já feitas as propostas dos que devem preencher-os¹⁶⁹

Esse uso “puramente nominal” das patentes deixa transparecer os objetivos de muitos homens que as requisitavam ao governo Imperial: tornar-se oficial, mas sem interesse em lutar, a posição de oficial da Guarda Nacional era cômoda, o trabalho a ser desempenhado por um guarda nacional era difícil e espinhoso.

Evidente que nem todos os oficiais da Guarda Nacional eram desinteressados de seus deveres, ou ao menos não eram reconhecidos como maus oficiais. Se a situação dos oficiais no que se referia ao compromisso com a Guarda Nacional era precária, a da maioria da tropa deveria ser bem mais delicada, como se pode ler na fala do Presidente Provincial Manuel Antônio Duarte de Azevedo (1860-1861):

Esta importantíssima instituição, que em outras províncias tem consideravelmente prosperado, nenhum passo tem dado n'esta, onde poucos serviços presta. Admiro o patriotismo e os esforços de quase todos os Cmtes superiores e mais chefes da Guarda Nacional da província, homens distintos por serviços relevantes, e que com justiça gozam da pública consideração. Vejo, porém, que seus desejos quebram-se na impossibilidade de

¹⁶⁹ (APPI, RELATÓRIOS:1860).

arregimentar convenientemente uma milícia, quase toda sem fardamento e armamento, e composta na máxima parte de gente pobre que não pode prestar-se com vantagem ao serviço quando devem satisfazer as necessidades mais palpitantes da vida sobretudo na época de secas e fomes, que temos atravessado¹⁷⁰

De acordo com o relatório acima, surge uma série de juízos de valor sobre a atuação da Guarda Nacional piauiense. O progresso supostamente alcançado pela instituição em outras localidades não se repetia em território piauiense. Por exemplo, surgem diversos ofícios entre Comandantes da Guarda Nacional e Presidentes provinciais onde os primeiros são criticados pela falta de homens da Guarda Nacional necessários ao policiamento de ruas e/ou de prisões.

Outro problema apontado por Duarte de Azevedo é a impossibilidade de se arregimentar guardas nacionais capazes de desempenhar suas atividades a contento, por não terem condições de se fardar e armar-se de forma conveniente. Nas listas de qualificação da Guarda Nacional a renda dos indivíduos era uma informação sempre presente, mesmo depois de 1862, quando Caxias, então no cargo de Presidente do Conselho de Ministros, ampliou o recrutamento da Guarda Nacional, independentemente de sua renda¹⁷¹ e os dividiu em ativa, reserva e disponíveis, essa informação continuou presente. Se havia milicianos tão pobres que o serviço na Guarda Nacional os impedia de garantir o mínimo para seu sustento, é porque deve ter havido má fé tanto por parte deles, ao declararem suas rendas, quanto por parte dos conselhos de qualificação, composto por oficiais da Guarda Nacional e responsáveis pela análise dos pedidos de entrada dos homens na mesma. Caso o suplicante recebesse resposta desfavorável do Conselho de qualificação, poderia apelar para o Conselho de revista, composto pelo oficial mais graduado do município, do juiz municipal e do presidente da câmara. Onde não houvesse juiz municipal ele seria substituído pelo delegado, ou subdelegado de polícia¹⁷².

Embora fossem indispensáveis para a fiscalização dos indivíduos que desejassem fazer parte da Guarda Nacional, os conselhos de qualificação e de revista não tinham suas funções devidamente respeitadas por alguns dos presidentes provinciais. Antônio Correa do Couto (1859) retirou João de Castro Lima e Almeida do conselho de qualificação com a justificativa

¹⁷⁰ (APPI, RELATÓRIOS PROVINCIAIS: 1861).

¹⁷¹ DORATIOTO, Op. citada

¹⁷² (LEIS DO IMPÉRIO, 1851: 318-319)

de que seu trabalho de arquivista na Secretaria da Presidência era mais necessário naquele momento¹⁷³

A relativa pobreza de diversos guardas nacionais leva a uma série de indagações: Por quais razões homens tão pobres cujo serviço na Guarda Nacional atrapalhava seu sustento faziam questão de participarem dela? Seriam todas as afirmações sobre a renda incorretas? Ou ainda, todos estes guardas nacionais de menor poder econômico entravam de bom grado no serviço da Guarda Nacional?

De acordo com José Murilo de Carvalho a renda mínima necessária para que um homem pudesse entrar na Guarda Nacional não era tão excludente quanto se costuma pensar. No capítulo passado foi feito um comentário sobre o alcance do voto no Brasil Imperial, o que obviamente não significa que o sistema eleitoral brasileiro era democrático. Sendo a renda mínima de 100\$000, em nenhuma das fontes consultadas sobre aquela instituição no Piauí foi encontrado individuo com renda inferior ao dobro disso, ou seja, 200\$000. Poderia significar que os indivíduos que não alcançassem a renda mínima para entrar no serviço da Guarda Nacional estavam em posição marginal no mercado de trabalho, em subempregos ou desempregados.

Diversos guardas apresentavam informações inexatas sobre sua renda visando não apenas entrar no serviço da Guarda Nacional, mas também visando serem incorporados aos postos mais altos de sua hierarquia.

Franklin Américo Meneses Dória (1864-1866) ao se referir à qualificação da Guarda Nacional, após observar seus defeitos e inexatidão, comenta que ela é feita com grande quantidade de nomes nas listas de guardas nacionais, sendo muitos destes apenas nomes. Era, segundo ele, “uma circunstância filha da negligência ou da fraude”¹⁷⁴

Além das inverdades e omissões que eram apresentadas por alguns indivíduos aos conselhos de qualificação, surgem acusações a alguns Comandantes de Batalhão que estariam aceitando em suas fileiras pessoas que por algum motivo não tivessem sido qualificados:

Acuso a recepção do officio de Vossa Excelência de 25 do mez passado em que me ordena em observação do avizo circular de 16 de junho último, proceda as necessárias investigações para entrar no conhecimento si nos corpos sob meu commando se tem dado o abuzo que alguns commandantes de corpos costumão praticar chamando ao serviço a titulo de pedidos a

¹⁷³ (APPI, CAIXA 543:1859).

¹⁷⁴ (APPI, RELATÓRIOS PROVINCIAIS:1865).

indivíduos que não estão devidamente qualificados nos termos das instruções de 25 d'outubro de 1850, e art. 46 e 47 do Decreto nº 1130 de 12 de março de 1853, em resposta tenho a declarar a Vossa Excelência que procedi precisas informações a respeito, e reconheci que o caso em questão não se ha dado n'este municipio durante meo commando, e que rigorosamente farei observar quanto Vossa Excelência me ordena a semelhante respeito¹⁷⁵

A resposta de Francisco da Cunha Castelo Branco ao Presidente provincial é negativa quanto à existência de semelhantes irregularidades em Teresina, porém não exclui a possibilidade daquele delito ser praticado em outras localidades da província, e termina sua resposta se comprometendo a observar e não permitir que aqueles abusos acontecessem nas localidades sob o seu comando, embora em diversos locais do Império se admitissem indivíduos com rendas menores do que as mínimas, uma vez que eram protegidos por senhores locais que tinham poder sobre as qualificações¹⁷⁶.

Até 1850 se percebe uma quantidade considerável de homens que, mesmo nomeados para altos postos da Guarda Nacional, tais como Alferes e Capitães, enviaram ofícios aos Comandantes de Batalhões ou aos Presidentes provinciais com objetivo de apresentar motivos para não serem incorporados aos corpos da milícia. A partir de 1850 foram encontrados com certa regularidade pedidos de dispensa de serviço, seja por doença do oficial ou de membros de sua família, seja por alegarem a necessidade de se ausentarem da província, mas em nossa pesquisa não foram encontrados documentos de indivíduos nomeados para o serviço de oficial da Guarda Nacional furtando-se à nomeação. Houve nas diferentes fases da milícia casos de pessoas que perderam o prazo de seis meses estabelecido por lei para fazer o requerimento de suas patentes, o que não sabemos se era um acontecimento comum ou uma forma encontrada por alguns destes indivíduos para furtarem-se ao serviço na Guarda Nacional, pois outros, principalmente oficiais, mesmo quando perdiam os prazos legais para retirada de suas patentes poderiam ser nomeados outra vez, pois a Lei provincial nº 172 de 21 de agosto de 1844 não excluía a possibilidade de revalidação das nomeações que estariam sem vigor pela perca dos prazos¹⁷⁷

¹⁷⁵ (APPI, CAIXA 543:1854)

¹⁷⁶ GOLDONI, Aline. Recrutamento, negociação e interesses: as dificuldades de mobilização da Guarda Nacional fluminense durante a Guerra do Paraguai, p.220. In MUGGE, Miquéias; COMISSOLI, Adriano. (Organizadores). Homens e armas [recurso eletrônico] : recrutamento militar no Brasil Séc. XIX. 2ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2013

¹⁷⁷ (APPI, CAIXA 543:1850).

Houve, principalmente na Guerra do Paraguai (1864-1870), muitos homens recrutados à força para o serviço na Guarda Nacional. Porém no período entre 1850 e 1864, os documentos encontrados em nossa pesquisa não nos permitem afirmar que a prática do recrutamento forçado para a Guarda Nacional fosse corriqueira, embora isso ocorresse em locais como o Rio Grande do Sul na mesma época, devido, entre outros fatores, a ser uma região de fronteira¹⁷⁸.

A Guarda Nacional teria servido no Brasil como uma “escola para a socialização do homem brasileiro em formas alternativas de legitimação de poder e de autoridade”¹⁷⁹, um treinamento para moldar a percepção dos brasileiros de seu próprio estado constituído. Se a formação universitária em Coimbra ajudou a moldar a visão de conjunto daqueles brasileiros que lá estudaram¹⁸⁰ a respeito de uma ideia de Brasil, o serviço na Guarda Nacional teria ensinado – muitas vezes da pior maneira – a oficiais [em sua maioria homens de cabedal] e a praças [homens pobres sob a égide de líderes locais] a lição de aceitar uma autoridade supostamente racional que se impõe devagar e acaba por obrigá-los – principalmente aos praças - a furtar-se de alguns compromissos exigidos pelo governo imperial pois muitas vezes o preço a ser pago era caro demais.

¹⁷⁸ DORATIOTO, Op. Citada.

¹⁷⁹ URICOECHEA, Op. Citada, p.305

¹⁸⁰ CARVALHO, Op.citada

CAPÍTULO 2 - PIAUHYENSES! ÀS ARMAS PELO IMPERADOR!

2.1 AS MODALIDADES DE RECRUTAMENTO

No Brasil do Segundo Reinado havia duas forças terrestres que tinham como função pegar em armas para a defesa do território brasileiro de modo a “vingar a afronta sofrida pelo Brasil por parte dos paraguayos¹⁸¹”: Ao Exército, chamado de tropa de linha, caberia a defesa do Império, em caso de luta contra inimigos externos; já a Guarda Nacional estaria incumbida de reprimir os inimigos internos¹⁸². Completava esse quadro a Marinha, à época denominada Armada, que teve papel fundamental nas batalhas fluviais travadas contra o Paraguai como por exemplo a Batalha de Riachuelo.

Legislação específica previa que, no caso de ameaça externa, a Guarda Nacional deveria servir de reforço à tropa de linha¹⁸³. Oficialmente eram estas duas forças terrestres que estavam à disposição do Estado brasileiro na época do conflito com a República do Paraguai.

No início do conflito, o Exército brasileiro contava com cerca de 20 mil homens, era a força militar responsável pela defesa do território brasileiro em caso de invasão externa, acrescida por forças policiais das províncias e da Guarda Nacional¹⁸⁴. Aquelas instituições passariam por uma série de transformações que iriam reverberar depois de terminado o conflito. A Guarda Nacional sofreria nova reforma em 1873, o Exército se modificaria em suas bases e assumiria posição de destaque nos acontecimentos da história brasileira.

Mesmo com a atuação de instituições como a Guarda Nacional, as deficiências da tropa de linha logo se fizeram sentir, seus efetivos não eram suficientes para fazer frente ao Exército do Paraguai. O recrutamento forçado, utilizado desde os idos coloniais, além de impopular, não conseguia fornecer os efetivos necessários para o Exército. Devido à ausência de uma burocracia capaz de fazer frente àquela necessidade, o governo buscou modificar a estratégia visando o mesmo fim: O decreto 3371 de 7 de janeiro de 1865 criou o corpo dos

¹⁸¹ Conforme fala dos presidentes da então Província do Piauí.

¹⁸² Em relação à Guarda Nacional, verifique o artigo 1º da Lei nº 602 de 19 de setembro de 1850, que lhe deu nova organização que substituiu em partes as leis de cunho mais local que a caracterizaram desde sua fundação em 1831.

¹⁸³ Confira o estatuto da Guarda Nacional, disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html#:~:text=Cr%C3%AAa%20as%20Guardas%20Nacionaes%20e,milicias%2C%20guardas%20municipaes%20e%20ordenan%C3%A7as.

¹⁸⁴ MARQUES, op. cit. p.28

Voluntários da pátria. A estes se ofereciam vantagens como o desligamento automático da carreira militar tão logo terminasse o conflito, além de recompensas financeiras¹⁸⁵.

Apelava-se para o que se convencionou chamar de *sentimento patriótico* da nação. A invasão paraguaia ao Mato Grosso e ao Rio Grande do Sul causou indignação em partes da população brasileira, o que acarretou uma grande onda de voluntários que se ofereciam para marchar ao Paraguai e lutar contra as forças de López, além de ações como doações, discursos, produção de fardas para os combatentes etc.

Muitas daquelas doações se somavam aos benefícios oferecidos a grupos como os Voluntários da Pátria, mas o fator financeiro não era o único determinante para muitos dos homens que partiram para a guerra.

A expectativa de uma guerra de curta duração – as campanhas anteriores contra Argentina e Uruguai davam essa impressão - contra um inimigo que se fez odiado por grande parte da população brasileira, principalmente pela atuação da imprensa - aliada ao que McPherson denominou de *rage militaire* (raiva militar) onde muitos homens, desconhecendo os reais perigos que iriam correr durante a guerra, partiam para o que pensavam ser uma breve aventura, que ofereceria a oportunidade de conhecerem realidades diferentes das suas¹⁸⁶, animaram uma grande fileira de indivíduos dispostos a marchar ao Paraguai.

Outra estratégia foi a libertação de escravos para marchar à guerra, por meio do decreto nº 3725^a de 06 de novembro de 1866¹⁸⁷, fato que ocorreu em praticamente todas as províncias, mas em locais como o Piauí onde existiam as Fazendas Nacionais¹⁸⁸ o número de escravos alforriados foi maior, pela libertação dos chamados *escravos da nação*. Em oposição aos escravos públicos, Hendrick Kraay informa que o governo imperial não invadiu a fronteira da propriedade privada dos senhores de escravos, comprometendo-se a pagar pela

¹⁸⁵ DORATIOTO, op. cit.

¹⁸⁶ IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. In Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 27, 2001.

¹⁸⁷ Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3725-a-6-novembro-1866-554505-publicacaooriginal-73127-pe.html#:~:text=Hei%20por%20bem%20Ordenar%20que,mesmo%20beneficio%20%C3%A1s%20suas%20mulheres.>

¹⁸⁸ As fazendas nacionais, em processo de tombamento, são originárias das terras pertencentes aos jesuítas quando de sua expulsão de Portugal e seus domínios, em 1759 por ordem do Marquês de Pombal. Com a Independência, foram transformadas em instituições administradas pelo governo provincial. Hoje restam apenas vestígios de sua pujança, como a antiga fábrica de laticínios, surgida por contrato de arrendamento das terras - localizada em Campinas do Piauí, em 1897.

alforria daqueles ex-escravos que partiriam para o conflito¹⁸⁹, pois no primeiro momento da lei ocorreram muitos protestos de senhores que não desejavam a perda de seus escravos, no temor de que a esfera do privado fosse atingida pelos negócios de Estado.

O apelo aos escravos nacionais – oriundos das fazendas nacionais, existentes na província do Piauí desde o século XVIII - e a troca de um recrutado por um substituto ocorreram já em 1866, o que demonstrava o acréscimo de novas estratégias para recrutar homens para o conflito. Uma das consequências daquela nova dinâmica é que instituições como a Guarda Nacional tiveram que fazer valer as regras de sua reforma de 1850 quando se tornou mais centralizada, submetida ao Ministério da Justiça e menos patrimonialista. Mesmo que o governo central tivesse estendido os benefícios dos voluntários da pátria aos guardas nacionais que se apresentassem voluntariamente, principalmente a partir de 1866, os comandantes superiores e outros oficiais menos graduados não poderiam mais garantir as isenções de seus protegidos. Embora os recrutamentos recaíssem mais sobre o lado oposto ao governo, guardas nacionais que anteriormente teriam suas proteções garantidas por líderes locais tiveram de marchar as centenas para o palco da guerra, tendo inclusive efeito nos pleitos eleitorais, pois era prática comum de muitos comandantes enviar guardas eleitores de partidos opostos ao seu em missões que convenientemente coincidiam com a data da eleição.

Nelson Werneck Sodré observa as transformações causadas pela centralização aplicadas sobre a Guarda Nacional. Chama atenção que o processo de reforma de 1850 já retira das mãos das elites locais os mecanismos de convocação daquela milícia. A guerra contra o Paraguai fez com que certos arranjos fossem protelados, como por exemplo

Lei de 1865, ao abrir-se a guerra com o Paraguai, só regulamentada em 1874, determinou que a *Guarda Nacional* só fosse convocada em caso de luta externa, alterando, na sua essência, as finalidades da organização. Estava prevista, também, para a convocação, a eventualidade de comoção interna, mas o quadro dos comandantes, dos oficiais superiores, dos subalternos e até das unidades reduziu-se muito¹⁹⁰.

Outra questão importante foi a busca por outras modalidades de recrutamento, por exemplo, o governo convocou criminosos condenados para a guerra¹⁹¹ de prisões como a de

¹⁸⁹ KRAAY, Hendrick. Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai. In Estudos afro-asiáticos 33. Setembro de 1988-Publicação do Centro de Estudos afro-asiáticos-CEAA da Universidade Cândido Mendes.

¹⁹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. 3ª edição. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira. 1979, p.173

¹⁹¹ BEATTIE, Peter M. Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945 / Peter M. Beattie; tradução Fábio Duarte Joly. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p.90

Fernando de Noronha e do Mato Grosso. Corroborando aquela informação, temos os seguintes documentos:

CONFIDENCIAL Convem que V. exca determine as autoridades policiaes d'essa provincia que informem com urgencia, quaes os presos condemnados que, pelos crimes de homicidio ou tentativa de homicidio, tive homicidio, rem cumprido mais de dois terços das penas impostas, e maes da metade nos outros crimes, excluindo os commetidos contra a propriedade, e informem muito especialmente qual o tempo cumprido das penas impostas, quaes foram estas, qual o procedimento dos réos nas prisões, sua idade e seu estado de saude. Á proporção que taes informações forem chegando, V. exca as enviará a esta secretaria d'estado. Deus guarde a V. Ex.^a. Assina Martin Francisco Ribeiro de Andrada¹⁹².

Em março de 1867, foi expedida circular pelo presidente provincial do Piauí exigindo as informações necessárias dos delegados de polícia. Encontramos, entre outros, a resposta de Antônio Pereira Brandão, delegado de polícia da localidade de Pedro II, localizada a cerca de duzentos quilômetros da capital, Teresina:

Em cumprimento ao officio circular de V. exca de 5 do mez próximo findo, levo ao conhecimento de V. exca os nomes dos presos condenados no termo de minha jurisdição, os quaes são os seguintes Joaquim Facundo, criminoso de morte, condenado a galés em março de 1854, cumprindo hoje a sentença na Ilha de Fernando, tem 46 annos de idade. Francisco de (ilegível) Figuerêdo, criminoso de morte, condenado a 6 annos de prisão com trabalho em setembro de 1863. Cumprindo a sentença na capital desta provincia, tem 36 annos de idade. Fortunato Ferreira Lima, criminoso de estupro, condemnado a 7 annos e 6 meses de prisão simples, em março de 1864, cumprindo a sentença na capital, tem 36 annos de idade. Raimundo Lopes Vianna, crime de estupro, condemnado a 3 meses de desterro no termo da Villa das Barras dessa provincia, onde está cumprindo desde julho de 1865, tem 23 annos de idade. Deixo de satisfazer o que mais exige V. exca sobre o procedimento dos réos nas prisões, e o estado de saude d'elles, por se acharem nos lugares acima indicados, sendo certa a informação que levo disto, por me ser dada pelo respectivo escrivão¹⁹³.

Observa-se que os presos poderiam ter cometido crimes graves como assassinatos ou estupros, mas não poderiam ter cometido crimes contra propriedade. Na cidade de Campo Maior, temos o caso dos presos Francisco José Gonçalves e José Pinto Gomes, os quais foram

¹⁹² Correspondência assinada no Rio de Janeiro em 17 de janeiro de 1867 pelo ministro da Justiça Martim Francisco Ribeiro de Andrada endereçada ao Presidente da província do Piauí, Adelino de Luna Freire.

¹⁹³ Correspondência assinada em Pedro II em 01 de abril de 1867 pelo delegado Antônio Pereira Brandão, endereçada ao Presidente da província do Piauí, Adelino de Luna Freire.

submetidos à inspeção de saúde e foi solicitado o envio de suas petições de graça à secretaria do Ministério da Justiça, *uma vez que se offereção expressamente para o serviço de guerra*¹⁹⁴

O Poder Moderador é descrito no artigo 101 da Constituição Imperial de 1824¹⁹⁵, a qual em seu 8º parágrafo atribui ao Imperador a prerrogativa de perdoar e moderar as penas impostas aos réus condenados por sentença. Nota-se que a prerrogativa era explorada naquele momento visando aumentar o número de homens que seriam enviados para o conflito.

O recrutamento forçado foi cada vez mais utilizado para fazer frente à necessidade de homens para marchar para a guerra. Principalmente devido às publicações dos jornais oposicionistas aliadas aos ofícios endereçados aos presidentes provinciais – em que pese o jogo político do momento, evidente – observamos que grande parte dos soldados enviados ao palco de guerra nos últimos anos do conflito eram recrutados ‘a pau e corda’.

O auge do recrutamento havia passado, especificamente entre 1866 e 1867. No ano de 1866 foram recrutados 32.702 homens¹⁹⁶. Os números a partir de 1867 começam a decair sensivelmente, mesmo com todas as campanhas e propagandas existentes para convencer os cidadãos a marchar ao Paraguai.

Como milícia auxiliar do Exército, a Guarda Nacional foi chamada para participar do confronto. O decreto 3383 de 21 de janeiro de 1865 estabeleceu que o conjunto das províncias, segundo sua população, forneceria 14.796 guardas nacionais para a guerra. Ao Piauí ficou a responsabilidade de fornecer 1.160 homens, tornando-se uma das províncias que mais teve de contribuir para a formação dos efetivos da Guarda Nacional destacada¹⁹⁷. Estes homens seriam distribuídos pelos comandos superiores existentes na época: Oeiras 179; Jaicós 156; Paranaguá 121; Teresina 100; Piracuruca 94; Campo Maior 92; Príncipe

¹⁹⁴ Correspondência assinada no Rio de Janeiro em 17 de agosto de 1867 pelo ministro da Justiça Martim Francisco Ribeiro de Andrada endereçada ao Presidente da província do Piauí, Adelino de Luna Freire.

¹⁹⁵ BRASIL. Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1824, parte 1ª. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1886

¹⁹⁶ SOARES, op. cit.

¹⁹⁷ Através do decreto citado apenas três províncias forneceriam contingentes de guardas nacionais mais numerosos do que os enviados pelo Piauí. O Rio de Janeiro deveria mandar 1.384 guardas nacionais para a guerra; Pernambuco 2.424 e a Bahia deveria contribuir com 2.440 milicianos. Maranhão e Ceará, com populações superiores a do Piauí, deveriam enviar 1.060 guardas nacionais cada. Dois decretos anteriores, endereçados aos presidentes das províncias de São Paulo e de Minas Gerais exigiam respectivamente 3 mil e 6 mil guardas nacionais, para o serviço de corpos destacados na província de Mato Grosso. Para maiores esclarecimentos consultar Paulo de Queiroz Duarte, “Os voluntários da pátria na Guerra do Paraguai”. Volume I.

Imperial¹⁹⁸ 89; Valença 87; São Gonçalo 75; Jerumenha 65; Parnaíba 57; Barras 47¹⁹⁹. Essa distribuição totalizou 1.164 homens.

O decreto 3.383 afirmava que as províncias contribuiriam de forma *proporcional a força de cada uma delas*, categoria que, se aplicada a questão populacional, não fez jus ao caso do Piauí. Embora as três províncias de maior população citadas pelo decreto - Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro tenham enviado mais guardas nacionais que o Piauí, outras províncias com população superior à piauiense²⁰⁰(202.222) tiveram que enviar menos guardas nacionais, como por exemplo Ceará e Maranhão, obrigados a enviar cada um 1060 guardas, mas possuíam populações muito maiores: 721.686 e 359.040 habitantes, respectivamente. Alagoas e Amazonas, com 348.009 habitantes cada, contribuíram respectivamente com 484 e 230 guardas designados para o conflito. Podemos apenas especular que o alto número de guardas designados esteja ligado ao fato de que na época da publicação do decreto, o Presidente do Conselho de Ministros fosse o Conselheiro Francisco José Furtado (1818-1870), piauiense de Oeiras. Talvez buscasse chamar atenção do Imperador para sua província natal, exigindo das autoridades militares uma alta proporção de guardas nacionais naquele ano de 1865.

Nos decretos seguintes a Guarda Nacional do Piauí teve de contribuir com 570 guardas em 1866 e mais 300 em 1867, perfazendo um total de 2030 guardas nacionais²⁰¹.

Nota-se a aproximação entre o governante e a Guarda Nacional, além do apelo aos brios daquela instituição, o que transparece nos jornais locais. Neste momento, ainda se buscava uma afirmação das qualidades da instituição que havia composto grande parte do 1º e 2º corpos de voluntários da pátria. Em outro momento, Franklin Dória afirma que os guardas nacionais sempre estiveram presentes nos mais importantes momentos de crise no Piauí, e que naquela conjuntura de guerra, eles voluntariamente se ofereceram, e nenhum dos oficiais que marcharam para a guerra havia sido designado²⁰² [intimado a marchar para a guerra].

¹⁹⁸ Atual Crateús, Ceará. As localidades de Príncipe Imperial e Independência foram trocadas com o governo cearense por Amarração, atual Luís Correia em 1880.

¹⁹⁹ CHAVES, Monsenhor Joaquim. *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 2005

²⁰⁰ Por falta de outros dados, utilizamos como comparação os dados do censo de 1872 no que se refere a população de cada província. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf

²⁰¹ GOLDONI, Op. citada. P. 211.

²⁰² NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí Volume 4*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007. P.229

A imprensa situacionista utiliza-se dos periódicos como forma de incentivo ao sentimento de união e entusiasmo patriótico da população, visando transmitir não apenas aos homens em idade militar, mas a todos os homens em idade e condições de partir para os campos do Paraguai o amor à pátria e a necessidade de se alistarem nas fileiras do Exército²⁰³.

A propaganda de convocação à Guerra do Paraguai pode ser vista nas falas dos Presidentes Provinciais contidas nos relatórios que eram dirigidos à Assembleia Legislativa Provincial ou nos relatórios de governo quando passavam a administração da província para seus sucessores, assim como na imprensa escrita²⁰⁴. Esta forma de propaganda veiculada de forma oficial defende a Guerra como uma forma de ‘vingar a afronta’ cometida pelos paraguaios contra a pátria brasileira. Surgem convocações cheias de ‘sentimento patriótico’ em jornais de todo o Império, visando despertar interesse popular pela participação na guerra. Em certo periódico piauiense, aparece a seguinte convocação:

[...] ao povo não cabe calcular o número de soldados que se fazem necessários: Quem puder bater-se, acuda ao brado solene da pátria: Venham aos mil de todas as províncias do Império. É só ao governo que cumpre dizer: ‘Basta’. Quanto ao governo tem ele nas leis os meios de levantar e organizar as forças precisas: Tem o recrutamento forçado. Tem o alistamento de voluntários. Tem o destacamento da Guarda Nacional²⁰⁵

Como demonstrativo da carência de homens para recrutar, o trecho destacado acima afirma que ‘só ao governo’ cabe avaliar como satisfatória ou não a quantidade de recrutados para a guerra. Esse tipo de propaganda procurava seduzir corações e mentes com o fim de obter sem maiores dificuldades ou resistências o número de homens necessário ao chamado “tributo de sangue”.

A Guarda Nacional, assim como outras instituições, tinha dificuldades para enviar homens ao conflito. O presidente Franklin Américo Meneses Dória, oito meses antes do início do processo de arregimentação de tropas para a Guerra e conseqüentemente, anterior ao processo de propaganda em que se transformou a arregimentação de homens para a guerra, assim se referiu ao funcionamento da Guarda Nacional:

A respeito da milícia cidadan, peza-me ponderar que sou informado de que ela ahi definida na indiferença e na inercia [...] É pena que a Guarda Nacional que devia estar preparada para os negros dias de provação do nosso

²⁰³ MARQUES, op. cit. p. 266

²⁰⁴ Foram consultados os exemplares dos jornais *A Imprensa*, *O Piauí*, *O amigo do povo*, *A Época* e outros, entre o período em que durou o conflito e os anos 1880.

²⁰⁵ *A Imprensa*, Jornal ligado ao Partido Liberal, disponível no Núcleo de Pesquisa e Memória (NUPEM) da UFPI.

paiz, seja apontada apenas como uma corporação de ostentação e aparato em que vem cevar-se a vaidade dos que lhe aspiram e disputam os postos [...] a falta de dedicação dos comandantes e dos oficiais ao serviço militar e a antipathia que a semelhante serviço mostram os brasileiros em geral [...] lembre-se, entretanto, a Guarda Nacional de que a coragem e a bravura, que já lhe designa uma página preciosa na história pátria, não bastam para suprir a instrução e a disciplina, que ela deve se esforçar por adquirir²⁰⁶.

Após a deflagração da guerra, nota-se uma mudança na maneira como os presidentes da província passaram a dirigir-se à Assembleia quando falavam da *milícia cívica*. Passou a predominar uma postura de confiança dos presidentes provinciais, quando não de entusiasmo em relação aos guardas nacionais. Entretanto esta postura não pôde sustentar-se por muito tempo.

Da mesma forma que as falas dos presidentes provinciais, a imprensa situacionista utiliza-se dos periódicos como forma de incentivo ao sentimento de união e entusiasmo patriótico da população, visando transmitir não apenas aos homens em idade militar, mas a todos os homens em idade e condições de partir para os campos do Paraguai o amor à pátria e a necessidade de se alistarem nas fileiras do Exército²⁰⁷.

A citação anterior fala com naturalidade uma prática comum desempenhada por séculos pelo Exército colonial brasileiro: o recurso ao recrutamento forçado. Sobre esta forma de recrutamento, a citação transcrita abaixo afirma:

Recurso difícil, moroso e, portanto, insuficiente; não deve, porém, ser posto de lado: grande é o número de homens no vigor da idade que não pertencem à Guarda Nacional e que, infelizmente habituados ao ócio, negam-se e fogem ao serviço militar²⁰⁸.

O comentário acerca da morosidade do recrutamento forçado não surge por reconhecer que consistia numa atividade questionável do ponto de vista ético, do respeito à vontade do cidadão, e sim para deixar implícito que se haviam dificuldades para que se procedessem com sucesso os recrutamentos, isso acontecia por culpa daqueles que não se querem deixar recrutar. Procurava-se criar embaraço naqueles homens que tentavam escapar

²⁰⁶ PIAUÍ. Relatório apresentado pelo Presidente provincial Franklin Américo Meneses Dória, na ocasião da abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial em 01 de julho de 1864. San Luiz: Typographia de B. de Mattos – Rua da paz, 7. 1864.

²⁰⁷ ARAÚJO, Johny Santana de. A Guerra do Paraguai: reflexão sobre a construção de imagens escritas. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides do; PINHEIRO, Áurea Paz. História: Cultura, Sociedade, Cidades. Recife: Bagaço. 2005

²⁰⁸ *A Imprensa*, Jornal ligado ao Partido Liberal, disponível no Núcleo de Pesquisa e Memória (NUPEM) da UFPI.

ao recrutamento, comumente encarados pelos governantes e recrutadores como pessoas ociosas e medrosas.

O recrutamento forçado é uma das práticas enraizadas na tradição militar brasileira. Oriundo dos tempos da colônia e reproduzido nos dias do Império, conforme atesta Enrique Peregalli:

Os recrutamentos despertaram na população paulista uma animosidade crescente. Resistências que se espalhavam pelos quatro cantos da capitania. Não foram sublevações, revoluções ou movimentos de massas e não apresentavam uma organização específica²⁰⁹.

A violência do recrutamento forçado foi naturalizada pela administração portuguesa desde a colônia e ressignificada por senhores, pessoas pobres e escravos no decorrer dos períodos colonial e imperial²¹⁰, ora visto como forma de se furtar ao serviço na tropa de linha – enviando outra pessoa em seu lugar – ora visto como forma de saída da posição de escravo para o status de homem livre, o que ocorreu muito no conflito contra o Paraguai.

Em diversos relatórios provinciais aparecem críticas dos Presidentes Provinciais quanto aos resultados questionáveis do recrutamento forçado e o terror que ele instalava no seio de grande parte da população, pois

As famílias pobres não podiam se dar ao luxo de perder para o recrutamento forçado o trabalho de adolescentes e homens em boas condições físicas. Também se reconhecia a dureza da carreira de soldado, recompensada com baixos salários e ainda menos estima. Muitos civis, ricos ou pobres, associavam a vida de soldado à degradação.²¹¹

Os estatutos a respeito do recrutamento forçado não deixam pairar dúvidas sobre seu caráter autoritário, desde 1835, um decreto Imperial estabelecia que

no caso do fracasso do recrutamento voluntário, proceder-se-á a recrutamento forçado e o recrutado servirá por seis anos, receberá soldo simples, será conduzido preso ao quartel e nele conservado em segurança até que a disciplina o constitua em estado de se lhe facultar maior liberdade²¹²

²⁰⁹ PEREGUELLI, Enrique. Recrutamento Militar no Brasil Colonial. Campinas: Editora da Unicamp, 1986, p.122 *apud* MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. Revista de História 154. 1º - 2006, p. 273. Disponível [https://www.revistas.usp.br > article > download](https://www.revistas.usp.br/article/download)

²¹⁰ KRAAY, Hendrick. Repensando o recrutamento no Brasil Imperial. Diálogos, DHI/UEM, v. 3, n. 3: 113-151, 1999, p.115

²¹¹ BEATTIE, Peter. Op. citada. p.26-27

²¹² CARVALHO, op. cit. p.19

O problema de efetivos para o Exército existia desde os primórdios da colonização²¹³ e o recrutamento forçado tornava os recrutados cidadãos de 2ª classe, pois, para o Exército, já que as classes sociais abastadas não eram objeto deste recrutamento, este caía geralmente sobre os

desocupados [recorrendo a] alistar à força os pretos libertos, aceitar pretos escravos cujos donos quisessem dá-los, recrutar os vagabundos que perturbavam o sono da burguesia com as suas noitadas de álcool, enfim, os parias, os egressos daquela sociedade cheia de preconceitos contra os militares”²¹⁴.

Ser recrutado representava a morte social do indivíduo, que passaria a sujeitar-se a uma instituição que despertaria mais desconfiança do que simpatia. A Proclamação da República trouxe uma nova visão sobre a instituição, mas nos idos do Império a forma de ver a tropa de linha era carregada de reservas. O recrutamento era feito em todas as províncias e ter-se-ia intensificado por volta da década de 1830, por causa das revoltas regenciais, como pode ser visto no seguinte trecho:

No Piauí e Maranhão, o recrutamento utilizado como instrumento de pressão, coação, e desmobilização atingia preferencialmente as famílias pobres, a “arraia-miúda” ou “ralé inermé” da população, formada basicamente pelo caboclo, mulato, mestiços e o “cabra”, poupando os brancos. Era uma terrível arma do arbítrio, provocando reação na massa de camponeses que formavam uma população dispersa. O recrutamento representava o “espantinho da população” e foi intensificado no Piauí na década de 30 do século XIX²¹⁵

Grande parte das charges e editoriais publicados no tempo da guerra contra o Paraguai chama mais atenção para ridicularizar os soldados convocados e aqueles que lucravam com os recrutamentos e menos sobre os grupos que fugiam dos recrutadores, ridicularizando o recrutamento forçado²¹⁶. No Piauí, esse papel cabia ao jornal oposicionista da ocasião.

O recrutamento aos indivíduos considerados ‘desajustados’ costumava mostrar-se mais violento e sem pudores do que aquele dispensado a homens que fossem vistos como *pobres honrados*²¹⁷, grupo que usualmente não era recrutado, mas devido à enorme quantidade de homens para recrutar, não estaria mais sobre a proteção de certo código social.

²¹³ Sobre os problemas do Exército em relação à incorporação de efetivos, cf. SODRÉ, Nelson Werneck. Op. citada, p. 116-135

²¹⁴ SODRÉ, op. cit. p.128

²¹⁵ DIAS, Claudete Maria Miranda. Balaios e Bem-te-vis: A guerrilha sertaneja. Teresina, Halley, 2002, p.125.

²¹⁶ BEATTIE, op. citada, p.84

²¹⁷ RIBEIRO, JOSÉ IRAN. “Dê-lhe laço como sargento de escolta”: a violência nos recrutamentos militares. ISSN 1516-2095 História em Revista – UFPel, 2014

Ainda em 1865 a Província do Piauí é dividida em 5 distritos com o intuito de tornar o trabalho do recrutamento mais eficiente. Para cada um destes distritos, o Presidente Franklin Dória nomeou alguém de sua extrema confiança²¹⁸, - ação impulsionada pelo fato de ser usual, por parte dos recrutadores, negociar a liberdade daqueles a quem haviam capturado - retirando esta prerrogativa das mãos dos chefes locais, que, através de redes existentes entre seus protegidos, procediam ao recrutamento forçado àqueles que não faziam parte de seus círculos²¹⁹. Tal fato acontecia pelo fato de que “no Brasil Imperial tornou-se dominante um modelo clientelar de relações entre centro e periferia, sobreposto às redes hierárquicas formais, sustentado por um sistema de trocas cujas principais “moedas” [eram] fidelidades, serviços e mercês”²²⁰. Com estes novos recrutadores, os círculos que seriam atacados por eles, seriam outros, pois, “[...] como era de se esperar, recrudesceram as violências. Lares eram cercados, noite velha, e invadidos, para as buscas que se faziam necessárias. Choviam protestos na imprensa da oposição[...] os capturados eram algemados e trazidos para Teresina”²²¹.

Nos documentos oficiais transparecem os temores de que os recrutamentos não sejam suficientes. Este procedimento pode ser visto tanto nos ofícios entre Presidentes da Província e oficiais guardas nacionais responsáveis por recrutar homens para a guerra, quanto em periódicos. Isto poderia ocorrer devido ao aumento do número de deserções logo nos primeiros meses de envio dos contingentes para o Paraguai.

Como exemplo dessa preocupação em relação ao não comparecimento de indivíduos para a Guerra do Paraguai, temos um ofício assinado pelo Oficial Guarda Nacional José Canuto de Aguiar, um dos Comandantes Superiores da Guarda Nacional à época do conflito, responsável pelo recrutamento em sua região, comunica ao Presidente Provincial seus temores quanto à tarefa:

Vou empregar todos os meios ao meu alcance, a fim de ver se obtenho satisfazer o pedido de V. Ex^a, reunindo alguns voluntários para o serviço de

²¹⁸ Um destes recrutadores, Livio Lopes Castelo Branco e Silva (1811-1869) era o recrutador responsável pela região que abrangia Teresina, Campo Maior e União. Havia participado do movimento que ficou conhecido como Balaiada entre os anos de 1838 e 1841. Aquele movimento ocorreu também no Piauí assumindo contornos próprios, conforme afirma Claudete Maria Miranda Dias.

²¹⁹Essa centralização é resultante da reforma de 1850, que colocou a Guarda Nacional sob responsabilidade do Ministério da Justiça e não mais dos líderes locais.

²²⁰ MENDES, Fábio Faria. A Economia Moral do Recrutamento Militar no Império brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo. v. 13, nº 38, outubro de 1998 p.6

²²¹ CHAVES, op. cit. p.223

guerra, não sei, porém, se terei esse gosto, porque, como V. Ex^a terá observado, o povo piauiense é demasiadamente medroso para sair da Província, e agora por causa do recrutamento, todos os homens que estão nas circunstâncias de marcharem, refugiaram-se nas matas. Em todo o caso, farei a diligência, e o resultado comunicarei à V. Ex^a²²².

Na passagem, o povo piauiense é descrito como ‘medroso’ por adotar uma prática muito comum desde a imposição do recrutamento forçado, fato que ocorreu ainda na segunda metade do século XVIII²²³: a fuga e esconderijo dentro das matas.

Era desanimador para os responsáveis pelo recrutamento compreender que nem o domínio de certos chefes poderosos poderia influenciar a maior parte da população masculina a partir de boa vontade para a guerra, como visto em outro ofício de um oficial recrutador, o Comandante Domingos de Brito Passos ao Presidente provincial, que afirma:

[...] minha fraca coadjuvação a fim de que mediante a influência que exerço entre meus agregados e vizinhos, farei por conseguir o maior número que for possível de voluntários da pátria [...] insidiarei todas as minhas fracas forças a fim de ver se posso obter alguns voluntários²²⁴.

Como parte da estratégia de influenciar os brasileiros a nutrir um ódio mortal aos inimigos paraguaios, citava-se matéria do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro “que no Rio Grande já não se trata de vencer, mas de aniquilar os paraguaios”. Criava-se uma imagem depreciativa em relação ao povo paraguaio, de modo a incitar o ódio dos brasileiros. Dizia-se dos paraguaios: “[...] são gente muito bisonha, atrasadíssima em civilização, sem nenhuma instrução e eminentemente preguiçosa e mandrilhona, sem espírito nem calor”²²⁵.

Embora houvesse comentários como acima, a ênfase era colocada na necessidade de se derrotar López, visto como único responsável pela guerra que causava o enfrentamento e morte entre dois povos irmãos, brasileiros e paraguaios. A afirmação de que a guerra não era contra os paraguaios, mas contra o próprio ditador paraguaio, está presente no próprio Tratado da Tríplice Aliança, documento firmado por Argentina, Brasil e Uruguai, ao qual serviram de

²²² Ofício de 13 de março de 1865, no lugar São José, endereçado ao Presidente da Província Franklin Américo Meneses Dória. Caixa 553

²²³ DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da história: O processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí 1789-1850. Tese de doutoramento. UFF.

²²⁴ Ofício de 24 de março de 1865, do Comandante superior interino de Piracuruca, Domingos de Brito Passos, ao Presidente da Província. Caixa 450

²²⁵ *A Imprensa*, Jornal ligado ao Partido Liberal, disponível no Núcleo de Pesquisa e Memória (NUPEM) da UFPI

testemunhas diplomatas internacionais, como Edward Thornton, representante inglês²²⁶. A respeito da figura e ações de Solano López, afirmava-se na imprensa escrita que

Este mancebo [Lopez] supondo-se invencível em seu reduto, oculto entre os dois rios e conservando as mesmas tradições governamentais e despóticas de seus dois predecessores [Francia e Carlos Lopez], porém destituído da capacidade e inteligência deles, não faz outra coisa depois que subiu ao poder, senão procurar contestações com Buenos Aires e seus vizinhos²²⁷.

Toda informação que depreciasse a figura de López era vinculada na Imprensa. Um caso que chama a atenção é o depoimento de um militar paraguaio feito prisioneiro ainda nos momentos iniciais da guerra, José Maria Romero, então com 29 anos, tenente de cavalaria que havia lutado contra os brasileiros e sido capturado na localidade de São Gabriel – RS, teria dito aos soldados que o capturaram não gostar de Lopez, porque “[...] o seu bom senso lhe diz que Lopez é um tirano e um déspota”.

Se o tenente Romero disse o que realmente achava a respeito de López ou se suas palavras foram distorcidas, ou se foi sugestionado a isso parte dos militares brasileiros, esse não é o caso, o exemplo acima é ilustrativo por demonstrar que havia uma verdadeira caçada a opiniões que desqualificassem as atitudes de López junto à opinião pública brasileira.

Dentro da propaganda favorável ao chamamento de indivíduos para lutar no Paraguai, além de falas presentes na imprensa escrita, os relatórios dos Presidentes da Província do Piauí apresentam várias menções ao que se chamava de heroísmo da população, como pode ser visto na fala de Franklin Dória:

Não posso deixar de dar testemunho do patriotismo com que o Piauhy acudiu ao appêllo para o desaggravo da dignidade nacional, atrozmente ofendida pelo presidente da república do Paraguay (...) esta província não se deixou exceder por nenhuma de suas irmans em provas de civismo, e as que deu, principalmente contribuindo com um punhado de soldados para o nosso pleito glorioso, são tanto mais notáveis, quanto foram numerosas certas circunstâncias desfavoráveis com que se teve de lutar constantemente, para conservar a reunião, apprestos e remessa de tropas (...) a docilidade com que elle sujeitou-se ao imposto de sangue que há pouco lhe foi exigido, e bem assim a circunspeção e serenidade com que se portou nas ephocas, para nós ainda excepcionaes, das diversas eleições que se tem feito na minha administração²²⁸.

²²⁶ DORATIOTO, op. cit.

²²⁷ *A Imprensa*, Jornal ligado ao Partido Liberal, disponível no Núcleo de Pesquisa e Memória (NUPEM) da UFPI

²²⁸ PIAUÍ. Relatório com que o Presidente Franklin Americo Menezes Dória abriu a Sessão da Assembleia Legislativa Provincial no dia 9 de Julho de 1866. Therezina, Typographia Constitucional, de J. da S. Leite, Rua Grande. 1867.

As palavras do Presidente Dória a respeito do estoicismo dos soldados piauienses eram maneiras de fazer transparecer uma confiança no compromisso dos piauienses em relação à guerra. De acordo com as pesquisas realizadas, era de uso geral ilustrar com cores vivas os supostos arroubos de coragem e patriotismo cometidos pelos que se dirigiam ao Paraguai. Franklin Dória, futuramente tornado Barão de Loreto²²⁹ era uma pessoa bastante próxima do Imperador Dom Pedro II, sendo inclusive um dos poucos que o acompanhou à Europa quando do seu exílio²³⁰.

O discurso oficial em relação ao desempenho das tropas brasileiras na guerra procurava sempre ser o mais otimista possível, o que não impedia o surgimento de comentários desabonadores, como pode ser visto na fala de Caxias, que afirmava

que era para deplorar que, forçado pelas conveniências escrevesse ofícios ostensivos, para conhecimento do público, falando em ‘feitos heroicos’ das tropas brasileiras e que era obrigado pela lealdade e franqueza, que devo a V. Exa. e ao Governo Imperial tenha que comorar [relatar] vergonhas e misérias²³¹.

O Barão de Caxias era um dos estadistas do Império pelos quais Dom Pedro II nutria mais respeito e confiança. Talvez por isso o futuro Duque se sentisse à vontade para em algumas vezes falar o que desejava. Um bom exemplo disso é o fato de Caxias ter abandonado o comando do Exército brasileiro depois de haver tomado a capital do Paraguai. Embora houvesse ordens diretas do Imperador de que a guerra só terminaria após a morte ou captura de López, Caxias teria respondido que um pobre velho que já fez mais do que podia tinha o direito de voltar para casa e abandonar uma guerra que já havia terminado há muito tempo²³².

Outro comandante militar brasileiro, o General Osório [mais tarde, Marquês de Herval] é retratado como o personagem mais popular do conflito. Afirmava “Ser-me-á mais fácil morrer do que assinar uma parte dando a meu governo a notícia de uma derrota”²³³, embora seja descrito em suas biografias como homem avesso à guerra²³⁴. Essas falas podem demonstrar que parte considerável da oficialidade também havia sido absorvida pelo esforço de

²²⁹ PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo. *Episódios Militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1978

²³⁰ CARVALHO, op. cit.

²³¹ DORATIOTO, op. cit. p.368

²³² *Idem*.

²³³ PIMENTEL, op. cit. p.133

²³⁴ OSÓRIO, Fernando Luís. *História do general Osório*. 1º volume. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, Rua d’Ouvidor, 31. 1894

guerra em passar uma boa imagem das tropas ao país, embora muitos deles desejassem não estar ali.

Como um dos principais resultados de toda essa máquina de propaganda, o voluntariado afluía com certa regularidade em um primeiro momento, também impulsionado pelas vantagens financeiras oferecidas pelo Governo Imperial, havia também, amplamente citada por autores como Joaquim Chaves, a revolta causada em grande parte da população brasileira para com as atitudes de López, indignação que pode ser representada pela fala de certo brasileiro que falava em “[...] uma corrente de fogo elétrico que me puxa para os campos de batalha para tomar parte na gloriosa campanha de meus concidadãos contra os paraguaios!²³⁵”.

Assim como ocorreu em outras províncias, a Companhia de Polícia do Piauí se ofereceu e marchou para a guerra, sob comando do Tenente Hilario Manoel da Rocha, com única exceção do Alferes Ludgero Gonçalves Dias²³⁶.

No caso piauiense, demonstrava-se satisfação com a afluência de voluntários, como nessas palavras de que “[...] nenhuma província do norte, e bem poucas do Império excederá em patriotismo à heroica província do Piauí” conforme as palavras do Padre Domingos Elias da Costa Moraes²³⁷.

Em outubro de 1866, a cidade de Teresina deveria fornecer cem homens para o serviço de guerra, cabendo trinta guardas para cada um dos batalhões da cidade e dez homens seriam fornecidos pelo esquadrão de cavalaria. Destes, o 1º e o 27º batalhões cumpriram com o pedido do governo. O 2º batalhão apresentou vinte e quatro guardas e o esquadrão de cavalaria apenas quatro. No total foram enviados 88 homens pelo comando de Teresina naquele momento²³⁸. Enfim, em meados de 1865 e 1866 já existiam enormes problemas com o recrutamento. Todos perceberam que a guerra não seria curta.

²³⁵ IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. In Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 27, 2001. P.4

²³⁶ Jornal Liga e Progresso. Anno IV. Theresina, Segunda-Feira 27 de março de 1865, nº90, p.4

²³⁷ O religioso manifestou interesse em marchar ao sul como capelão do 2º corpo de Voluntários da Pátria do Piauí. Não podemos confirmar se foi aceito. Jornal A Imprensa. Anno I. Theresina, 24 de março de 1866, nº35 p.2

²³⁸ Ofício do tenente coronel Firmino Alves dos Santos ao Presidente da Província Adelino Antônio de Luna Freire, originado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional de Teresina em 31 de outubro de 1866. caixa 481

2.2 O POVO COMO SUJEITO

Histórias de santos, demônios e heróis foram criadas no decorrer da guerra. Solano López foi considerado o vilão por excelência de uma historiografia que endeusava a atuação das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai e que o tornou polissêmico até os dias atuais²³⁹. As figuras de Caxias, Osório e Tamandaré se tornaram a trindade militar, responsável pelo controle das forças brasileiras no teatro de operações que levaram o Império à vitória. O Imperador se autodenominou *voluntário número um*, determinado a vencer a guerra e punir López de forma exemplar, retirando-o do poder.

Nenhum dos nomes citados acima ter-se-ia destacado na narrativa da guerra se não tivesse existido uma coletividade que pegou em armas para lutar contra o Paraguai. Sem homens para comandar, a trindade militar brasileira não teria escrito seu nome nos anais da história nacional.

Naquele momento em que a propaganda de guerra falava da necessidade de defesa brasileira contra o Paraguai de Lopez, conceitos como patriotismo e nação passam a ser cada vez mais explorados pela imprensa.

Eric Hobsbawn traça um panorama pela busca do termo nação na modernidade afirmando que a definição objetiva de nação acaba sendo uma definição subjetiva, visto que pretensas homogeneidades no caso europeu davam-se apenas no nível filológico - em um local miscigenado como o Brasil, nem isso – com as diversas regiões demonstrando um passado histórico distinto²⁴⁰.

Ao longo do século XIX, ocorreu a formação de diversos Estados no continente americano, não sendo a região do Prata uma exceção. Para Hobsbawn, as nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas o oposto é verdadeiro²⁴¹. Logo, observamos o interesse do Estado brasileiro na arregimentação de homens para a guerra, invocando um sentimento nacional que, mesmo existente, não seria uniforme.

²³⁹ A controversa figura de Solano López está no centro de uma dicotomia: Culpado pela guerra e responsável pela aniquilação de seu povo (Paulo de Queiroz Duarte, *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*) e símbolo de um projeto de um desenvolvimento autônomo (Leon Pomer, *Paraguai: Nossa Guerra contra este soldado*), esmagado pela Tríplice Aliança sob a batuta dos interesses ingleses na região.

²⁴⁰ HOBSPATH, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Tradução: Maria Celia Paoli, Anna Maria Quintino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p.16-18.

²⁴¹ HOBSPATH, Eric J. *Op. Citada*, p.19

Grande parte do conhecimento histórico produzido a esse respeito ainda está impregnado de uma visão positivista onde se valorizam sobremaneira as ações dos grandes homens e das grandes batalhas, tais como Tuiuti, Curupaiti, Humaitá, Lomas Valentinas, Riachuelo e outras. Nomes ligados àquele conflito estão presentes em nosso cotidiano e nem nos damos conta disso. Também não atentamos para o fato de que a população mais humilde foi quem mais sofreu com o desenrolar da guerra. No final de tudo os humildes paraguaios e brasileiros se confundiram em pilhas de cadáveres. A terra não fez distinção alguma entre seu sangue. A história escrita igualmente pouco se importou com sua sorte.

É necessário pensar diversas questões. Conforme afirmou Peter Beattie, é preciso *explorar o pouco estudado mundo dos pobres livres no Brasil e sua interação com o Estado entre 1864 e 1945*²⁴² onde se enquadra o conflito contra o Paraguai, para o qual foram enviados milhares de homens, predominantemente humildes, inseridos em uma luta que não lhes dizia respeito.

Benedict Anderson utiliza o termo *Comunidade imaginada* para se referir as nações²⁴³, visto que sua definição tende a ser deveras subjetiva e sujeita ao sabor do Estado nacional, interessado em estabelecer uma narrativa aceita por seus membros, pois na equação Estado – nação – povo, o primeiro era o mais importante²⁴⁴.

De que forma os elementos ditos ordinários, vulgarmente denominados de *povo* encaravam a guerra? Houve um entusiasmo popular em relação ao conflito ou não havia entre essa população um sentimento de pertencimento em relação àquele conflito? Se houve, até qual momento ele persistiu e por quais motivos teria arrefecido este primeiro entusiasmo?

Conceituar o povo é tarefa difícil. A tarefa se assemelha a tentativa de nomear termos como nação, visto que sua definição é atravessada por uma subjetividade que é deslocada para diversos interesses.

Luisa Rauter Pereira, em *O povo na História do Brasil*²⁴⁵, demonstra a plasticidade do conceito que, no Império, teve pelo menos duas importantes visões a saber: Os conservadores

²⁴² BEATTIE, op. citada, p.23

²⁴³ Comunidade política imaginária e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. ANDERSON, Op. citada, p.32

²⁴⁴ HOBSBAWN, Op. Citada, p.35

²⁴⁵ PEREIRA, Luisa Rauter. *O povo na História do Brasil: Linguagem e historicidade no debate político (1750-1870)*. 1ª ed. São Paulo: Paco, 2016.

e os liberais. Aquelas visões fazem parte da visão de mundo de cada grupo, refletindo seus objetivos e temores.

Moldando o pensamento do Partido Conservador, surge um ideário regressista forjado na regência, visto por muitos conservadores como pior momento da História do país, devido aos conflitos que o marcaram, atravessados por projetos políticos diferentes daquele aplicado no Império. Os conservadores chegam ao poder na última regência, tratando de publicar a Lei interpretativa do Ato adicional²⁴⁶.

Defensores das prerrogativas do monarca, elogiaram a Constituição de 1824 e o Poder Moderador, sendo o primeiro considerado o mais adequado à realidade do povo brasileiro e o segundo era um poder acima das paixões e interesses individuais. Enfim, era uma visão de uma população que deveria estar sob a tutela do Império, sendo um povo não plenamente constituído, ainda em processo de civilização²⁴⁷, que via em seu soberano o ponto de apoio da ordem social.

Os liberais em seus escritos e discursos reconheciam que *300 anos de escravidão não podem preparar um povo para entrar no gozo da mais perfeita liberdade*²⁴⁸, valorizando o movimento que depôs Dom Pedro I em 1831, quando teria ocorrido a remodelação dos alicerces políticos da nação, em oposição aos conservadores que admitiam o 7 de setembro como gênese da nação brasileira.

Ao contrário dos conservadores que taxavam o período da regência como uma tragédia, os liberais o valorizavam como um momento de tentativa de afirmação do princípio democrático, que teria a seu ver, sido traído e corrompido pela situação dominante.

Ensejando um governo popular em oposição a um governo de um só homem, os liberais afirmavam que o poder pessoal e o amesquinhamento da liberdade popular criavam a ideia de que o povo brasileiro seria formado por *crianças e idiotas, tendo à sua frente um único homem de juízo*²⁴⁹.

O conceito de povo a partir do olhar dos liberais era ainda assim abstrato, além de, fator mais grave, concentrar aquela visão de excluir a plebe, por não possuir os requisitos de pertencimento à boa sociedade. Reforçando essa visão temos a fala de Zacarias de Góis e

²⁴⁶ PEREIRA, Op. Citada, p. 229.

²⁴⁷ PEREIRA, Op. Citada, p.236

²⁴⁸ PEREIRA, Op. Citada, p.238-239

²⁴⁹ PEREIRA, Op. Citada, p. 242

Vasconcelos que defendia o governo dos imediatos representantes do povo, embora o grau de civilização da maioria fosse ainda baixo²⁵⁰.

Em resumo, segundo Luísa Rauter Pereira, o povo foi entendido a partir da ideia de *estágios de civilização* – o grande mote do pensamento político oitocentista²⁵¹. Embora de forma indefinida, era necessário afirmar a existência de um povo no Brasil, que fosse continuamente aperfeiçoado.

As visões sobre a população em geral eram pouco lisonjeiras, embora durante a guerra contra o Paraguai era àquela população que os governantes deveriam solicitar o envio de seus filhos para o combate. Como governantes e Imprensa se comportariam frente a esse paradoxo, onde o povo, visto como portador de uma cidadania limitada, deveria ser convencido a embarcar em uma guerra cujas justificativas residiam na *falta de civilização* dos paraguaios²⁵²?

José Murilo de Carvalho, autor de *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, chama atenção que na história nacional, o termo *cidadania* substitui o *povo* na retórica política.

O gozo da cidadania pressupõe direitos. Civis ligados a vida, liberdade e propriedade, políticos – participação no governo e na sociedade por meio do voto e sociais – educação, saúde, salário justo etc. Carvalho afirma que no Brasil Imperial os direitos políticos se sobrepuseram aos civis, visto existir uma situação em que parcela considerável da população livre poderia votar, ao mesmo tempo em que a escravidão limitava o próprio reconhecimento daquelas pessoas escravizadas como brasileiros²⁵³, sendo justamente a escravidão o fator mais negativo para a cidadania nacional.

Guerras são poderosos fatores de criação de identidade nacional²⁵⁴ e, naquele momento, havia o conflito contra o Paraguai, agindo como principal fator de produção de identidade brasileira²⁵⁵, em um processo em que a lealdade à abstração chamada pátria deveria ser maior do que aquela dispensada à província ou a própria família.

²⁵⁰ PEREIRA, Op. Citada, p.250

²⁵¹ PEREIRA, Op. Citada, p.253

²⁵² Inclusive a figura de Francisco Adolfo de Varnhagen defendia a ideia de ‘civilizar’ o Paraguai por meio de sua anexação ao Brasil. Ver WEHLING, Arno. *Estado, História e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

²⁵³ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.7-19

²⁵⁴ BEATTIE, Op. citada

²⁵⁵ CARVALHO, Op. Citada, p.78

Na convocação para a guerra, que não pode ocorrer fora das discussões sobre *nação*, *patriotismo* e *povo*, a situação no Brasil e no Prata nos lembra novamente Eric Hobsbawn, quando afirma que as nações não são eternas, mas pertencem a um período histórico particular e recente e suas particularidades devem ser analisados em termos econômicos, administrativos, técnicos, políticos e outros²⁵⁶. Curioso observar que o Brasil escolhe o indígena como símbolo nacional e o utiliza em diversas imagens e charges. Indígena que poderia ser facilmente atribuído também ao Paraguai, mas em vez disso, vendia-se a construção da ideia de *brasileiros civilizados moldando a cabeça dos paraguaios*²⁵⁷.

Talvez o maior problema acerca de se pensar os efeitos do recrutamento sobre o povo brasileiro em geral e do piauiense em particular seja o alcance das diretrizes do Estado brasileiro via governos provinciais e/ou por meio de sua associação com a Imprensa para a maioria da população, de onde saiu a maior parte dos homens que lutaram contra o Paraguai há cerca de 150 anos atrás. Como relacionar o que vem de cima até a base?

As nações são fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas²⁵⁸

Os interesses das pessoas comuns são ligados geralmente a própria sobrevivência e a dos seus familiares. Não seria tarefa fácil convencer a sociedade de que era necessário o deslocamento de cerca de 2500 km (no caso do Piauí) para bater um inimigo sobre o qual não se conhecia praticamente nada. Para compreendermos essas reações, devemos olhar com atenção para as pessoas comuns.

Essa visão de baixo (...) é extremamente difícil de ser descoberta. Felizmente, os historiadores sociais aprenderam como investigar a história das ideias, das opiniões e dos sentimentos no plano sublitterário, de modo que hoje estamos mais seguros de não confundir – como os historiadores habitualmente faziam – os editoriais de jornais escolhidos com a opinião pública²⁵⁹

Embora valiosas fontes de informação, não apenas os editoriais, mas o corpo dos jornais consultados, devem ser alvo de criteriosa análise. Como já dito os jornais da época do conflito estão ligados a disputas de poder dentro das províncias e eram muito voláteis tanto no que se refere a duração quanto a posição em relação ao governo, bastando uma derrota

²⁵⁶ HOBSBAWN, Op. Citada, p.19

²⁵⁷ SQUINELO, Op. Citada, p.310

²⁵⁸ HOBSBAWN, Op. Citada, p.20

²⁵⁹ HOBSBAWN, op. Citada, p.20

eleitoral para que ações governamentais criticadas até a véspera sejam aplaudidas pelos mesmos jornalistas.

Como as classes mais humildes costumam ser silenciadas pela História, alcançar suas falas, sonhos e medos não é tarefa fácil. Geralmente presentes nos jornais ou nas seções ligadas ao crime ou à mendicância – nessa última geralmente até o nome das pessoas é negligenciado – processos criminais ou relações em hospitais, quartéis etc. Muitas vezes, é necessária a análise dos jornais e outros documentos e procurar lê-los nas entrelinhas.

A guerra mobilizou as províncias obrigando seus governantes a enviar contingentes regulares para o esforço de guerra que se desenvolveu na segunda metade da década de 1860. Líderes e heróis militares fazem parte da construção de uma narrativa sobre a guerra, mas “[...] não nos esqueçamos dos três mil e tantos piauienses que acudiram ao primeiro chamado, e partiram para a campanha longínqua, donde poucos regressaram a seus lares²⁶⁰”.

Muitos brasileiros e piauienses partiram de bom grado para a guerra, animados pelas palavras do governo, dos jornais, dos padres, de pais orgulhosos ou resignados. Foram ações legítimas daqueles que escolheram lutar de livre e espontânea vontade em terras paraguaias.

Além de patriotismo, poderia haver conjugado a isso o interesse nos benefícios oferecidos aos combatentes, como os valores prometidos aos voluntários da pátria, assim como empregos e terras. Homens escravizados partiram para a guerra sob a promessa de alforria em caso de retorno e como citados condenados à prisão buscavam novas chances na vida. Existem muitas variáveis por trás de uma decisão como aquela.

Por outro lado, tivemos uma multidão de homens que se negaram a pegar em armas contra os paraguaios. Sem contar falta de motivação, com certeza muitos deles preferiam continuar vivendo junto de suas famílias, ou simplesmente não desejavam ser reconhecidos como heróis em um eventual retorno da guerra. Aquelas pessoas buscaram se livrar de suas convocações por meio de artifícios diversos.

²⁶⁰ NUNES, op. cit. p.226. Sobre os piauienses que foram para o conflito, foram enviados três corpos de Voluntários da Pátria, sendo o primeiro deles formado por estudantes, comerciários, funcionários públicos e fazendeiros. Seria o 19º Corpo de Voluntários da Pátria; o batalhão da Guarda Nacional formado no extremo sul do Piauí, sob comando de José Lustosa da Cunha, tornou-se o 39º de Voluntários; o terceiro corpo foi formado por vários batalhões destacados da Guarda Nacional em momento de perseguições políticas e abusos, tornou-se o 55º Corpo de Voluntários da Pátria. Além desses três corpos, citamos os guardas nacionais designados, os alistados como ‘voluntários’ e os escravos nacionais desapropriados para o serviço de guerra, isto é, comprados pelo governo imperial de seus donos para que marchassem para a guerra - além de uma unidade de infantaria de 1ª linha do Exército e o Corpo de Polícia da Província. Ver: ARAÚJO, Johny Santana. Op. Citada.

Fugas, casamentos arranjados, enfrentamentos com os recrutadores e boatos de fim da guerra podem ser vistos apenas como formas de covardia e descompromisso da população ou como uma resistência legítima de sua parte, já que não lhe restavam muitas alternativas? Entre aqueles homens e mulheres – pois diversas mulheres ajudavam nas fugas de maridos, irmãos, amigos etc - havia relações de sociabilidades e de solidariedade que buscavam auxiliar o pânico de seguir para a guerra?

Uma estratégia destinada a impulsionar a arregimentação de homens para a guerra era a forte propaganda e valorização de atitudes, muitas vezes desesperadas ou sem cabimento, tomadas por pessoas que se dispunham a ir ao palco de operações, mas que por motivos diversos eram impossibilitadas de fazê-lo, como é o caso de Jovita Alves Feitosa, cearense que morava em Jaicós, que se apresentou vestida de homem, oferecendo-se para o serviço de guerra contra o Paraguai²⁶¹ (NUNES IV, 2007).

No romance *A voluntária da pátria*, Humberto Guimarães idealiza um diálogo ocorrido entre Jovita e alguns homens que também vinham para Teresina. Na ocasião, estavam indo para Teresina a pé. Ao ser indagada do motivo de sua viagem para a capital, ela, disfarçada, teria respondido: “Fui chamado pra me alistar pra guerra” ao que seu interlocutor responde “É...! se todos pensasse cum vancê, o governo ia tê um bucado de gente pra mode mandá pras boca de fogo. Lá pras nossas banda uns coronele da guarda nationale andam caçando os homi²⁶² [...]”

Acima o autor cita o temor do recrutamento forçado, o que valoriza ainda mais a figura de Jovita, indo à capital de bom grado alistar-se, enquanto diversos personagens do livro se escondiam longe.

O chefe de polícia José Manuel de Freitas foi quem enviou o comunicado de sua descoberta ao presidente Franklin Dória, visto que se apresentara em trajes masculinos e foi descoberta. Ao apresentar-se ao Presidente Provincial, Jovita teria dito “ser o seu maior desejo bater-se com os monstros, que tantas ofensas tinham feito às suas irmãs de Mato Grosso, e vingar-lhes as injúrias ou morrer nas mãos desses tigres sedentos²⁶³”.

Na fala de Jovita, observamos os efeitos da propaganda de guerra realizada diuturnamente no Piauí. assim como em outras províncias, de modo a expandir a *comunidade*

²⁶¹ NUNES, op. cit. p.228

²⁶² GUIMARÃES, Humberto. *A Voluntária da Pátria*. Teresina: UFPI, 1992, p.71

²⁶³ COSTA, F. A. Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova. 1974, p.501.

imaginada de brasileiros que deveriam unir-se contra o inimigo comum. Mesmo dentro de uma população pouco escolarizada²⁶⁴, as notícias faziam eco e chegavam aos pontos mais distantes do Império.

Desejando seguir como soldado e não como enfermeira ou outra função do tipo, Jovita foi muito festejada pelo presidente Franklin Doria, que converteu a moça em poderoso símbolo de compromisso com a guerra, permitindo que seguisse viagem juntamente com o 2º corpo de voluntários da pátria, oriundo da Vila de Paranaguá.

Jovita embarcou graduada no posto de 2º Sargento, sendo ovacionada por onde passava por demonstrar ter mais “coragem” do que muitos homens feitos que preferiam esconder-se nos matos, dentre outras formas de se furtar a lutar no conflito. Foi bastante festejada em Pernambuco onde seu retrato poderia ser adquirido sem muita dificuldade em certas lojas do Recife, fato que se repetia em várias outras praças da época²⁶⁵. Como em outros locais, foram encenados espetáculos beneficentes que tanto a prestigiavam quanto funcionavam como propaganda do recrutamento para a guerra.

Chegando ao Rio de Janeiro continuou a causar sensação naquela sociedade inflamada pelos apelos patrióticos que chegavam via imprensa, mas sendo impedida de prosseguir como soldado, volta ao Piauí cerca de dois meses depois, retornando ao Rio de Janeiro no início de 1866.

Depois de viver por cerca de dois anos no Rio de Janeiro, tira a própria vida após uma desilusão amorosa. Mesmo que não tenha partido para a guerra, sua imagem foi utilizada a exaustão durante o período como uma forma de provocar os brios dos homens em idade militar que não tinham coragem de alistar-se.

A figura de Jovita alcançou destaque que lhe rendeu séries de homenagens em diversos locais no decorrer do tempo. O historiador José Murilo de Carvalho publicou um livro sobre sua vida²⁶⁶, que se confunde muito com o mito criado em torno da jovem que se converteu no principal símbolo da campanha de recrutamento na então província do Piauí.

²⁶⁴ O Censo de 1872 apontou que naquele ano, apenas 16% da população livre do Brasil era alfabetizada.

²⁶⁵ JORNAL DO RECIFE. VII Anno. Terça-feira, 5 de setembro de 1865, nº 205, capa.

²⁶⁶ CARVALHO, José Murilo de. Jovita Alves Feitosa: voluntária da pátria, voluntária da morte. São Paulo: Chão Editora, 2019.

Maria Teresa Garritano Dourado chama atenção para o fato de que o retrato de Jovita que se tornou conhecido na época da guerra era a única imagem de uma mulher com traje militar que se tem notícia na guerra contra o Paraguai²⁶⁷.

Embora Jovita tenha despertado interesse por onde passou, as mulheres constituíram uma categoria importante naquele conflito. Muitas partiram junto a seus companheiros, apenas sua publicidade não foi tão bem-feita quanto em relação à jovem de Jaicós. Maria Francisca da Conceição, conhecida como Maria Curupaiti²⁶⁸, seguiu para a guerra junto de seu marido, um cabo de esquadra e lutou vestida de homem até ser ferida e ter seu segredo descoberto, ganhando o respeito de seus colegas de guerra.

O costume de se ter mulheres acompanhando seus maridos ou filhos era tão comum que se *proibiu o embarque das famílias dos guardas e dos Voluntários*²⁶⁹ em determinado momento do conflito, pois depois da criação dos Voluntários da Pátria, alistaram-se muitos homens e não tão poucas mulheres²⁷⁰. Essa participação feminina também foi vista no Paraguai:

A presença feminina no conflito foi largamente estimulada e aceita pelo governo paraguaio. Ao destacar os feitos das mulheres paraguaias, Solano López tinha dois objetivos: o primeiro era manter a tropa motivada era difundir o menosprezo e temor ao inimigo ao engajar as mulheres na frente da batalha²⁷¹.

Segundo Ana Maria Colling, Brasil e Paraguai permitiram mulheres no campo de batalha, ao contrário de Argentina e Uruguai, onde esse uso não foi observado²⁷².

Ao comparar as situações de mulheres brasileiras e paraguaias durante a Guerra da Tríplice Aliança, as situações se assemelhavam quando nos referimos às *vivandeiras* que acompanhavam as tropas, não tendo relação de parentesco e atuavam ora como amasias ora como cuidadoras dos soldados feridos, eventualmente pegando em armas, como foi o caso da pernambucana Maria Curupaiti.

A figura da mãe que luta por sua prole aparece na narrativa sobre D. Francisca Cabrera, descrita no *El Cabichuí* como salvadora dos filhos pequenos frente aos soldados

²⁶⁷ DOURADO, Maria Teresa Garritano. Op citada, p. 29

²⁶⁸ DOURADO, Maria Teresa Garritano. Op citada, p. 9; Sobre seu desempenho no conflito <http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2017/03/08/as-guerreiras-nordestinas-do-paraguai/>

²⁶⁹ BEATTIE, op. citada, p.81

²⁷⁰ SQUINELO, Op. Citada, p.670

²⁷¹ SQUINELO, Op. Citada, p. 673

²⁷² SQUINELO, Ana Paula; TELESKA, Ignacio. 150 Anos Após – A Guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai Volume I. Ana Paula Squinelo, Ignacio Telesca (orgs.) – Campo Grande, MS, Life Editora, 2016, p.244

brasileiros. As estratégias de construção de uma identidade aguerrida atravessavam fronteiras e nos dois países, foram amplamente exploradas, seja como combatentes no caso paraguaio ou enfermeiras, amasias, ou mães zelosas, como mais visto do lado brasileiro.

Como dito, do lado paraguaio a estratégia passava pela valorização da figura de uma guerreira²⁷³, inclusive temida pelos inimigos. Na imprensa brasileira, figuras como Jovita foram muito valorizadas, embora o fato de uma mulher querer pegar em armas dividisse opiniões, efeito de um forte impulso patriarcal da sociedade.

O exemplo de Jovita parece ter sido o que mais rendeu frutos no império, sendo visto com curiosidade até hoje pelos que se debruçam sobre os efeitos do início da guerra no Piauí. Entretanto aparecem outros exemplos além de Jovita²⁷⁴, disputando espaços no imaginário popular e até hoje, sendo mencionados em alguma forma de mídia.

Bastante parecido com o heroísmo valorizado no caso de Jovita, saiu em *A Imprensa* no ano de 1865 a curiosa notícia:

Patriotismo de um menino - Lê-se no cearense: Há poucos dias apresentou-se à S. Ex^a, o senhor Doutor Homem de Melo um menino de 8 a 9 anos de idade dizendo que queria seguir para o sul na qualidade de Voluntário da Pátria. S. Ex^a observou que naquela idade não poderia suportar o peso das armas.

- Ao menos servirei para dar cartuchos ao meu irmão.

S. Ex^a riu-se, e admirado de ver tanto patriotismo em anos tão verdes, perguntou-lhe se queria doce.- Não, senhor, respondeu o menino; Eu quero pólvora. Quando as crianças e mulheres do Ceará como Jovita mostram tanto entusiasmo pelo qual os homens devem envergonhar-se de que para obrigá-los a seguir para o campo de honra, o governo se veja obrigado a empregar meios coercitivos²⁷⁵.

Embora o próprio Dom Pedro II autorizasse audiências públicas abertas a seus súditos no Rio de Janeiro, onde algumas consistiam apenas em visitas de cortesia²⁷⁶, seria pouco provável que um Presidente de Província, naqueles dias de intenso trabalho de recrutamento, autorizasse o preenchimento dos claros que se abriam no corpo das tropas brasileiras; mas o

²⁷³ SQUINELO, Op. Citada, p. 682

²⁷⁴ O nome de Jovita - Antônia Alves Feitosa foi incluído no livro dos heróis e heroínas da pátria em 2017. Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/07/senado-aprova-inclusao-de-duas-mulheres-no-livro-dos-herois-e-heroínas-da-patria>

²⁷⁵ *A Imprensa*, Jornal ligado ao Partido Liberal, disponível no Núcleo de Pesquisa e Memória (NUPEM) da UFPI

²⁷⁶ CARVALHO, op. cit.

caso do garoto é citado por José Murilo de Carvalho em seu livro sobre Jovita Alves Feitosa²⁷⁷.

Sobre jovens partindo para a guerra, o futuro Barão de Santa Filomena levou entre seus homens além de dois filhos, quatro sobrinhos – um deles com 14 anos de idade, além de vários parentes, o que foi visto como prova de grande patriotismo por parte do comandante do 2º corpo de voluntários do Piauí²⁷⁸.

Com essa recorrência de atos de bravura de mulheres e crianças, buscava-se criar uma situação de constrangimento para aqueles indivíduos que não se prestavam a marchar para os “matadouros do sul”, homens vistos simplesmente como ‘ociosos, vagabundos e covardes’ pelas autoridades responsáveis pelo recrutamento. Essa era uma estratégia bastante utilizada, mas que não chegou a surtir os efeitos esperados pelo governo imperial.

Um dos arroubos de heroísmo mais valorizados pela tradição militar teria ocorrido durante a Guerra do Paraguai por parte do combatente Antônio João, que, durante a invasão de Mato Grosso pelas tropas de Lopez, teria liderado apenas 16 homens contra uma força de 250 paraguaios, ocasião na qual nenhum deles teria cogitado em algum momento a hipótese de fugir. Em sua epígrafe estaria escrito “Sei que morro, mas o meu sangue e o de meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo de minha pátria”²⁷⁹. Confirmando a fala de Benedict Anderson sobre o fato de o imaginário nacionalista importar-se muito com a figura da morte e da imortalidade (ou a imortalização de uma ação ou exemplo), o que demonstra sua afinidade com um imaginário religioso²⁸⁰.

É evidente que no conflito ocorreu toda uma série de heroísmos de ambos os lados, mas como se sabe, sobra muito pouco dos indivíduos mais humildes para a investigação histórica. Buscamos apontar algumas falas e ações de pessoas do povo que se colocaram tanto a favor de participar do conflito, quanto aqueles que buscaram se furtar àquela convocação.

O Capitão da Guarda Nacional Jesuíno Pereira do Nascimento havia sido dispensado de seguir para a guerra, visto que era casado com filhos e estava com idade avançada, além de ter dois filhos que estavam na frente de batalha. O dito capitão havia tido seu pedido de entrada nas tropas brasileiras negado pelo governo imperial. Após uma segunda tentativa, finalmente consegue ser aceito no palco de guerra para, sem vencimentos, conduzir uma leva

²⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. Op. Citada. P.45

²⁷⁸ NUNES, op. cit. p.227

²⁷⁹ PIMENTEL, op, cit. p.63

²⁸⁰ ANDERSON, Op. Citada. P.36

de combatentes ao Paraguai²⁸¹. Exemplos como o do Capitão Jesuíno são observados em diversas províncias do Império.

Desde 1865, já apareciam graves problemas para o recrutamento dos guardas nacionais. Dos 57 guardas nacionais que a cidade de Parnaíba deveria enviar em um primeiro momento para a guerra, devido ao decreto nº 3.383, o comandante do recrutamento em Parnaíba afirmou ter marcado para o dia 27 de julho para que se apresentassem, mas se apresentaram apenas 12 no dia marcado²⁸².

Os pedidos de dispensa de guardas atravessam todo o período da Guerra do Paraguai. Neles são apresentados os mais diversos motivos. Um bom argumento não era necessariamente a garantia de dispensa do serviço destacado.

O morador da vila de Picos Joaquim Antonio de Almendra apresentou reclamação devido ao recrutamento de seu filho Manoel José de Almendra no contingente de guardas nacionais. O senhor Joaquim Antonio afirmou que seu filho era o único que podia trabalhar no sustento da família. Além disso declarou que Manoel José de Almendra “[...] é aleijado de um braço, doente da cabeça e surdo dos ouvidos”. Conclui seu pedido afirmando que o rapaz foi convocado por não estar presente para ser examinado no dia da qualificação. O vigário de Picos, Francisco de Paula Mauro anexou uma carta ao pedido de Joaquim Antonio de Almendra no qual afirmou “[...] meu parochiano é muito pobre, tem scinco filhos – duas mulheres homens tres – dous menores – e Manoel José de Almendra que é maior [...] sendo o último que trabalha, pois seus pais já são idosos”. O Tenente-cirurgião da Guarda Nacional Adriano Moreira Cidade declara que o rapaz possuía uma lesão no antebraço produzida por uma deslocação na articulação do cotovelo do lado esquerdo, no osso rádio, produzindo uma iminência óssea cuja compressão se tornava dolorosa. Declarou-se incapaz de verificar se Manoel José de Almendra sofria realmente dos ouvidos. Tendo em vista as afirmações colhidas o pedido do senhor Joaquim Antonio de Almendra foi indeferido em 15 de julho²⁸³.

O guarda nacional da 6ª companhia do 27º batalhão de Teresina Bellizario Alves da Silva apresentou em sua petição de dispensa no serviço de destacamento para a guerra

²⁸¹ NUNES, op. cit. p.230. O Capitão Jesuíno Pereira do Nascimento levou seus filhos para o conflito e pelo menos um dele seguiu carreira militar: Nelson Pereira do Nascimento.

²⁸² Ofício enviado pelo Comandante Superior da Guarda Nacional em Parnaíba José Francisco de Miranda Osório para o Presidente da Província Franklin Américo Meneses Dória, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Parnaíba em 30 de julho de 1865. Caixa 466.

²⁸³ Ofício assinado por Elias de Sousa Martins endereçado ao Presidente da Província Franklin Américo de Meneses Dória, datado de 16 de junho de 1865. caixa 450.

motivos de “exempções tanto phisicas como morais”. O vigário de Teresina, o Padre Mamede afirmou “[...] meu parochiano residente no lugar São José desta freguezia, é casado com Maria Caetana da Conceição, tendo dous filhinhos, e a todos tracta com amor fraternal”. O médico e político Simplício de Sousa Mendes declarou que Bellizario Alves da Silva padecia “[...] de uma immensa obstrução, de freqüentes emissões de sangue pelo nariz, de alguma surdez no ouvido direito e anemia pronunciada [...] não puder pegar peso, fazer forças, e marchas forçadas, ou movimentos rapidos”. Em 31 de julho o Comandante Superior em Teresina reconhece a doença e o estado civil do suplicante²⁸⁴.

Outro padre apresentou testemunho para livrar alguém do destacamento para a guerra. O vigário Manoel Felix Castelo de Barros, da paróquia de Campo Maior, declarou que o preso João Ignacio da Silva, guarda da 3ª companhia do 12º batalhão, localizado em Campo Maior, pois este era casado desde o dia 10 de março²⁸⁵. Sua intervenção foi decisiva para que o pedido fosse deferido.

Muitos indivíduos não queriam ser taxados de covardes ao pedir dispensa de seguir como guardas destacados, afirmando categoricamente não temer a guerra, mas que estavam impedidos de fazê-lo por motivos de força maior. É o que alegou Valentim José de Miranda, alferes da 3ª companhia do 30º batalhão de infantaria de União. Acusou o comandante superior da localidade de abuso de poder no recrutamento, lembrando que não cabe aos comandantes superiores decidir a quem se deseja recrutar, sendo esta prerrogativa exclusiva do governo Imperial e de seus delegados, citando o artigo 130 da lei de reforma da Guarda Nacional. Continua sua petição lembrando que é sim solteiro, mas tem a obrigação moral de sustentar sua mãe viúva. Afirma que “[...] não teme a guerra nem se exime de prestar serviços ao seu país e ao governo, mas motivos mui poderosos o obrigão a procurar ser dispensando de seguir”²⁸⁶. Conseguiu ser dispensado de servir na guerra afirmando seu destemor.

Os pedidos de dispensa encontrados na pesquisa se tornam menos numerosos quanto mais a guerra se arrasta pelos anos. Estes pedidos encontram uma resistência maior por parte

²⁸⁴ Ofício enviado pelo guarda nacional Bellizario Alves da Silva ao Presidente Provincial Franklin Américo Meneses Dória, datado de Teresina em 27 de julho de 1865. As declarações anexas do Padre Mamede Araújo de Lima e do médico Simplício de Sousa Mendes datam dos dias 26 e 27 de julho respectivamente.

²⁸⁵ Ofício assinado por José Francisco de Miranda Osório endereçado ao Presidente da Província Franklin Américo de Meneses Dória, originário do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Parnaíba em 21 de maio de 1865. caixa 466.

²⁸⁶ Ofício enviado pelo guarda nacional Valentim José de Miranda para o Presidente Provincial Franklin Américo Meneses Dória, datado da vila de União em 26 de junho de 1865. Respondido favoravelmente no dia seguinte. Caixa 466

das autoridades para ser deferidos. As reações dos responsáveis pelo recrutamento se tornam mais presentes. A senhora Maria Izabel da Conceição alegou ao Presidente Adelino Antônio de Luna Freire (1866-1867) que o guarda nacional Julio José da Costa era o seu único arrimo, pedindo-lhe que por isso o dispensasse de seguir para o Paraguai. Entretanto o comandante superior de São Gonçalo, Dionizio Gonçalves Vilarinho, escreve a Luna Freire para dizer-lhe que conhecia pessoalmente os quatro filhos homens da referida mulher, inclusive um deles já estava lutando no Paraguai. Os outros três de nomes Manoel, Raimundo e o próprio Júlio, que “[...] foram espalhados por ter para isso proteções afim de não marchar mais nenhum para a guerra, não obstante ter sido este [Júlio] designado que vindo do termo de Valença por se achar o pai muito doente das bexigas foi encontrado e pegado pelas escoltas deste município²⁸⁷”. Vilarinho ainda afirma que o presidente tenha “proteção e não comiseração” com aquela senhora. Não encontramos nenhum documento onde estivesse registrada a decisão tomada pelo Presidente Luna Freire.

A senhora Maria Izabel do Nascimento enviou petição através da qual pedia ao Presidente da Província o desligamento de seu filho Herculano Monteiro de Sousa do corpo que marcharia ao Paraguai, alegando ser viúva honesta que tinha no filho a única pessoa com quem poderia contar para sua sobrevivência. Entretanto, o tenente-coronel Firmino Alves dos Santos, Comandante Superior interino em Teresina, faz o seguinte comentário sobre aquela senhora

[...] é completamente inexato o que allega a supplicante porquanto não é ella viuva honesta, pelo contrario se acha amaziada e se tem um outro filho homem; a filha a que ella faz menção é casada mas o marido a abandonou no dia seguinte ao do casamento, depois do que tambem amaziou-se e tem tido tres ou quatro filhos. O filho da supplicante, Herculano Monteiro de Sousa não vivia em sua companhia, pois estava residindo proximo aos limites deste com o municipio de Marvão, ponto inteiramente diverso do de São José das Cajaseiras onde reside a supplicante [...] em vista do exposto, que é a verdade, segundo estou bem informado quero crer que fosse maqueada a boa fé dos assignatarios dos attestados que ajunta a supplicante á sua petição e me parece que não está ella no caso de ser atendida. Vossa Excelencia porem resolverá o que for servido²⁸⁸ (APPI, CAIXA 450:1866).

²⁸⁷ Ofício endereçado pelo comandante superior da Guarda Nacional em São Gonçalo Dionizio Gonçalves Vilarinho ao Presidente da Provincia Adelino Antonio de Luna Freire, datado do Quartel do Comando Superior em São Gonçalo em 14 de março de 1867. caixa 481.

²⁸⁸ Oficio enviado pelo tenente-coronel Firmino Alves dos Santos ao Presidente Provincial Adelino Antonio de Luna Freire, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional de Teresina em 05 de dezembro de 1866.

Como consequência das afirmações do tenente-coronel Firmino Alves dos Santos, o pedido de Dona Maria Izabel do Nascimento foi indeferido pelo presidente da província na mesma data.

No decorrer da pesquisa aparecem várias ordens de punições contra indivíduos que se furtavam de marchar para o conflito. Em 23 de novembro de 1866, o conselho de disciplina julgou o guarda nacional da 2ª companhia do 2º batalhão de Teresina, Justino de Sousa Ramos enquadrado no artigo de nº 100 da lei de reforma da Guarda Nacional, sendo punido com 36 dias de prisão²⁸⁹. Não há indícios de apelação daquele guarda.

Francisco Elias Theodoro, guarda nacional da 3ª companhia do 27º batalhão foi punido com 15 dias de prisão por haver desertado do destacamento da cidade²⁹⁰. No momento em que se tomava conhecimento das deserções, eram enviadas escoltas com objetivos de localizar os desertores e submetê-los ao conselho de disciplina, como foi o caso do Guarda Nacional Cosme José de Sousa²⁹¹. Esses tipos de punições já ocorriam nos primeiros anos da guerra.

As punições aos desertores aconteciam ao mesmo tempo em que novos pedidos de homens eram feitos pelo governo Imperial. O decreto nº 3714 de 6 de outubro de 1866 estabelecia que 570 guardas nacionais do Piauí fossem fornecidos para a defesa das fronteiras do Império assim como para o serviço de guerra. Destes, 48 deveriam sair da cidade de Teresina. Não foram encontradas outras referências aos desdobramentos daquele decreto.

A população de Teresina, descrita como pacata por seus governantes e observadores, se acostumou no decorrer da guerra a assistir seus habitantes e homens vindos de outras localidades do Piauí para constituir os grupamentos que se deslocavam para a luta no Paraguai, embarcando no cais do rio Parnaíba com destino ao teatro da guerra na esperança de uma solução rápida para o conflito que se desenrolava em terra tão distante da sua. Este mesmo povo participava de manifestações patrocinadas pelos presidentes provinciais e outros notáveis da época em que se exaltava a coragem e amor à pátria existentes nos gestos

²⁸⁹ Ofício enviado pelo tenente-coronel Comandante Superior interino Firmino Alves dos Santos ao Presidente da Província Adelino Antonio de Luna Freire, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 23 de novembro de 1866. caixa 481

²⁹⁰ Ofício enviado pelo tenente-coronel Comandante Superior interino Firmino Alves dos Santos ao Presidente da Província Adelino Antonio de Luna Freire, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 13 de dezembro de 1866. caixa 481

²⁹¹ Ofício enviado pelo tenente-coronel Comandante Superior interino Firmino Alves dos Santos ao Presidente da Província Adelino Antonio de Luna Freire, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 17 de dezembro de 1866. caixa 481

daqueles homens que, vistos como heroicos e abnegados por parte da população, eram saudados com lágrimas e lenços brancos acenados ao longe.

Nos escritos do Monsenhor Chaves²⁹², assim como nos relatórios provinciais²⁹³ analisados durante o período em que ocorreu a Guerra do Paraguai, descreve-se um sentimento da cidade tomada pela ideia da guerra, em que os esforços se direcionavam apenas para essa causa, que pode ser exemplificada com o fato de algumas senhoras da elite – assim como os jovens do Estabelecimento de Educandos Artífices²⁹⁴ – costurarem fardas e outros apetrechos para os soldados, assim como homens do povo passaram a fazer rondas à noite com o objetivo de policiar a cidade:

Organizou-se em Teresina uma coisa singular: um corpo de polícia inteiramente voluntário e gratuito, composto de cidadãos de todas as classes sociais. Eram 80 pais de família e rapazes que sacrificavam seu bem-estar para que outros tivessem proteção, principalmente na calada da noite [...] nunca a cidade esteve tão bem guardada quanto naqueles dias. O povo de tal sorte se empenhou na guarda e segurança coletivas que todos se sentiam responsáveis por esta segurança²⁹⁵.

Exemplos como este procuram transmitir a impressão de que todo um clima patriótico teria contagiado a cidade, fazendo-lhe sentir um entusiasmo e interesse incomuns pelos acontecimentos que se desenrolavam no longínquo Paraguai. Os internos do Estabelecimento de Educandos costuraram uniformes por serem obrigados a isso, era um serviço que rendia dividendos ao estabelecimento. As doações de tecidos e outros apetrechos para a confecção de fardas, assim como os serviços da sociedade que surgiu por mãos das “[...] mulheres dos deputados, dos desembargadores, dos médicos [...]”²⁹⁶ para garantir o sustento das famílias dos combatentes ficaram cada vez mais escassos.

Em abril de 1865 foi fundada uma sociedade beneficente, de Socorro às famílias dos Voluntários. Seu objetivo era angariar recursos para o sustento das famílias dos piauienses que se apresentavam como voluntários. Infelizmente sua duração foi curta²⁹⁷.

²⁹² Os livros Guerra do Paraguai e O Piauí na Guerra do Paraguai, encontradas na Obra Completa do autor.

²⁹³ Foram consultados os relatórios provinciais entre 1864 e 1871, localizados na Casa Anísio Brito.

²⁹⁴ O Estabelecimento de educandos artífices era uma escola onde as crianças mais humildes recebiam educação profissional, podendo aprender ofícios como o de ferreiro, pedreiro, alfaiate, tanoeiro etc. Teve curta duração, de 1849 a 1871. Funcionou primeiramente em Oeiras e com a transferência da capital, foi instalado em Teresina em 1852.

²⁹⁵ CHAVES, op. cit. p.110-111

²⁹⁶ GUIMARÃES, Humberto. A Voluntária da Pátria. Teresina: UFPI, 1992, p.72

²⁹⁷ CHAVES, op. citada, p. 110 e 218

A situação da Guarda Nacional não era das melhores e sequer na capital piauiense se poderia afirmar que ela chegasse a ter um funcionamento no mínimo, regular. Em Teresina havia três batalhões da Guarda Nacional: 1º, 2º e 27º batalhão, este último criado por resolução Imperial de 20 de janeiro de 1864.

A quantidade de indivíduos que eram enviados à guerra criava dificuldades na hora de os aquartelar. Não só para abrigá-los, mas principalmente para que não fugissem. Corpos de guardas nacionais foram aquartelados em locais como o Estabelecimento de Educandos artífices, um ambiente de ensino com muitas crianças²⁹⁸.

A constante necessidade de improvisação contribuía para o surgimento de doenças entre os soldados. Grande número deles faleceu ainda em Teresina vitimados pela varíola, na época denominada de bexiga, e outras doenças. Em alguns destacamentos, oficiais da Guarda Nacional pagavam remédios e mandavam sepultar aqueles indivíduos que não resistiam ao contágio, havendo, nas palavras do Capitão Antônio José de Araújo Bacellar “[...] diversos soldados falecidos no destacamento sob meu comando²⁹⁹”. Em várias partes do Brasil, enfermidades como varíola, sarampo, cólera e disenteria vitimaram milhares de jovens antes mesmo de serem enviados à guerra³⁰⁰.

Nos relatórios provinciais, comentava-se que a qualificação dos guardas nacionais na Província do Piauí, era “[...] muito defeituosa e inexata, abrange grande quantidade de indivíduos, dos quais existem somente os nomes, é esta circunstância, filha da negligência ou da fraude, que a eleva ao número avultado que referi³⁰¹”. Afirmações como essa nos obrigam a encarar com reserva os números apresentados pelos conselhos de qualificação. Em novembro de 1866 haveria em Teresina 3.190 guardas nacionais, sendo 137 oficiais e 3053 praças. No 1º batalhão de infantaria seriam 30 oficiais e 764 praças, no 2º de infantaria, 31 oficiais e 865 praças, e 29 oficiais e 759 praças no 27º batalhão de infantaria. O batalhão de

²⁹⁸ Ofício enviado pelo capitão comandante Antonio José de Araújo Bacellar ao Presidente Provincial Franklin Américo de Meneses Dória, datado de Teresina em 14 de dezembro de 1865. [...] Caixa 553.

²⁹⁹ Ofício enviado pelo capitão comandante Antonio José de Araújo Bacellar ao Presidente Provincial Franklin Américo de Meneses Dória, datado de Teresina em 25 de outubro de 1865. [...] Caixa 553.

³⁰⁰ DUARTE, op. cit. p.206

³⁰¹ PIAUÍ. Relatório do Presidente Provincial Franklin Américo de Meneses Dória na abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial em 12 de julho de 1865. Typographia Progressista. Impresso por Manoel Victoriano Marques, 1865.

reserva de Teresina abrigaria 30 oficiais e 505 praças, enquanto o 5º esquadrão de cavalaria da capital, 10 oficiais e 160 praças³⁰².

A respeito do fardamento e armamento dos guardas nacionais de Teresina que seriam enviados à guerra, Firmino Alves dos Santos, Comandante Superior interino da Guarda Nacional, afirmou que todos os oficiais dos corpos se achavam fardados, assim como 1543 oficiais. Haveria o dado de que havia apenas de 56 homens *mal armados* devido ao estado muito arruinado das armas utilizadas pelos guardas nacionais. Os outros se encontravam desarmados.

2.3 CONSERVADORES VENCENDO NAS DUAS FRENTES

Com mais de três anos do início do conflito, ele já se provara mais longo do que se esperava e mais destrutivo, bélica e politicamente. O movimento de Dom Pedro II de nomear um gabinete conservador a despeito da maioria liberal no parlamento acentuou a crise política³⁰³ que já se desenhava no Império.

O ano de 1868 foi decisivo para o desenrolar da guerra. A queda da fortaleza de Humaitá e a vitória da Tríplice Aliança em Tuiuti colocaram o Paraguai definitivamente em posição defensiva³⁰⁴. Deparamo-nos com uma grande documentação datada de 1868 nos arquivos da Casa Anísio Brito. Parte significativa dela originou-se no Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina, de onde partiram grandes contingentes para o conflito.

Os relatórios provinciais do ano de 1868 não informam sobre os progressos da guerra – resumindo-se a fazer um comentário elogioso sobre a tomada de Humaitá - e nem de expectativa de um fim próximo para ela, alguns presidentes provinciais lamentam o fato de não poder fazer tal afirmação. O serviço de destacamento de guardas nacionais continua incessante como visto na fala de José d’Araújo Costa, Comandante Superior da Guarda Nacional em Teresina, que afirma não ter parado de ativar os comandantes de corpos para que cumprissem a ordem do Presidente Provincial de enviar mais cem praças da Guarda Nacional para a guerra.

A ordem expedida por um dos grandes colaboradores para o recrutamento tornou aquele setembro bastante tenso. O tenente-coronel comandante do 27º batalhão, responsável

³⁰² Ofício enviado pelo tenente-coronel Comandante Superior interino Firmino Alves dos Santos ao Presidente da Província Adelino Antonio de Luna Freire, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 17 de dezembro de 1866. caixa 481

³⁰³ PEREIRA, Op. Citada, p.250

³⁰⁴ DORATIOTO, op. cit.

por fornecer quarenta praças ao Comandante superior. pede um prazo maior para reunir os mesmos, pois a localização de seu batalhão, no interior do município o impedia de proceder ao recrutamento com a presteza exigida³⁰⁵.

Naquela mesma data José d’Araujo Costa dirige-se ao comandante do 2º batalhão, também localizado em Teresina. Francisco Mendes de Sousa repreendendo-o por não haver cumprido suas ordens de recrutamento. Ordena-lhe que apresente ao comandante de destacamento todos os homens de seu batalhão e se assim não o fizesse, ficaria claro “[...] seu propósito de criar embaraços à administração, o que opportunamente levarei ao conhecimento de Sua Excelencia o Snr Presidente da Provincia, que acaba de officiar-me³⁰⁶”.

No 2º batalhão as coisas eram bem mais difíceis do que naquele comandado por Benedito Tavernard. Francisco Mendes de Sousa só havia reunido cinco homens e o Comandante Superior frente às suas alegações de dificuldades resolveu que Sousa deveria designar apenas vinte praças e não mais quarenta.

No dia 17 de setembro, Costa concede mais oito dias de prazo para o comandante do 2º batalhão e queixa-se ao Presidente Provincial das

[...] constantes e repetidas desculpas com que elle costuma sahir-se para evitar todas as difficuldades, quando se tracta do batalhão de seo comando, o que em seguida demonstrarei [...] para punir os comandantes de companhias por duas faltas, não precisam os comandantes de corpos pedir autorização ao Comandante Superior ou ao Presidente da Provincia, ao passo que quando tem o representante de entender-se com seos subalternos e não é de prompto satisfeito, recorre immediatamente para mim, perguntando se eu penso que elle deve mandar prendelos! [...] é assim que o tenente-coronel Francisco Mendes de Sousa sabe commandar um batalhão da Guarda Nacional³⁰⁷”

A situação do 2º batalhão e de seu comandante se apresentava cada vez mais difícil. Ele foi citado diretamente ao Presidente da Província, acusado de não possuir competência para comandar seu batalhão. O fim do episódio se dá cinco dias depois. Tendo sido julgado impossibilitado para o serviço ativo e para a reserva pela inspeção à qual foi submetido,

³⁰⁵ Ofício do Comandante Superior da Guarda Nacional em Teresina José d’Araujo Costa ao Presidente Provincial Augusto Olympio Gomes de Castro, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 05 de setembro de 1868. caixa 481

³⁰⁶ Ofício do Comandante Superior da Guarda Nacional em Teresina José d’Araujo Costa ao tenente-coronel Francisco Mendes de Sousa, Comandante do 2º batalhão de infantaria da Guarda Nacional, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 05 de setembro de 1868. caixa 481

³⁰⁷ Ofício do Comandante Superior da Guarda Nacional em Teresina José d’Araujo Costa ao Presidente Provincial Augusto Olympio Gomes de Castro, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 17 de setembro de 1868. caixa 553

dirige-se ao Presidente da Província para pedir sua reforma³⁰⁸. Naquela mesma data o 27º batalhão de infantaria completou sua parcela de 40 homens que deveriam ser enviados ao palco da guerra, mas era tarde para ele³⁰⁹.

Em relação ao comandante do 2º batalhão Francisco Mendes de Sousa, a antipatia de Costa parece justificável em face dos documentos encontrados que caracterizam o atraso daquele comandante em reunir os efetivos requisitados pelo Presidente Provincial. Entretanto, como visto acima, o comandante do 27º batalhão completou sua cota de guardas apenas no dia 22 de setembro, mas não constam documentos nos quais José d'Araujo Costa apresente reclamações contra aquele comandante que não tem sequer seu nome citado. Haveria alguma rivalidade fora da Guarda Nacional entre José d'Araujo Costa e Francisco Mendes de Souza?

Na biografia de José d'Araujo Costa escrita por Clodoaldo Freitas³¹⁰, ele é descrito como liberal, enquanto o comandante do 2º batalhão de Teresina seria conservador³¹¹.

Estaria a política partidária imiscuída nas ações de ambos? No ano de 1868 o vice-presidente Simplício de Sousa Mendes assumiu temporariamente a presidência da província e anulou alguns pedidos de nomeações feitos por José d'Araujo Costa, ação que levou este último a queixar-se ao sucessor de Simplício de Sousa Mendes, Augusto Olympio Gomes de Castro, citando a lei de reforma da Guarda Nacional e disposições posteriores, apresentado as situações nas quais um Guarda Nacional poderia perder seu posto. Ao final do ofício, ele pede ao Presidente Gomes de Castro que conduza os indivíduos que tiveram suas nomeações anuladas por Simplício de Sousa Mendes a seus postos na Guarda Nacional³¹².

Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880) foi um dos militares brasileiros mais importantes do século XIX. Um homem com importante carreira militar desde os idos do Primeiro Reinado, tornou-se, segundo alguns, amigo pessoal do Imperador. Assumiu o Comando dos exércitos aliados em 1866 e conquistou avanços, focando primeiro na

³⁰⁸ Ofício endereçado por Francisco Mendes de Souza, tenente-coronel comandante do 2º batalhão da Guarda Nacional ao Comandante Superior da Guarda Nacional em Teresina José d'Araujo Costa, datado em Teresina em 22 de setembro de 1868. caixa 553

³⁰⁹ Ofício do Comandante Superior da Guarda Nacional em Teresina José d'Araujo Costa ao Presidente Provincial Augusto Olympio Gomes de Castro, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 23 de setembro de 1868. caixa 553

³¹⁰ FREITAS, Clodoaldo. Apontamentos Biográficos. 2ª edição. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 198, p.151

³¹¹ RÊGO, Ana Regina. op. citada. p.217

³¹² Ofício do Comandante Superior da Guarda Nacional em Teresina José d'Araujo Costa ao Presidente Provincial Augusto Olympio Gomes de Castro, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 17 de setembro de 1868. caixa 553

organização dos corpos. Respeitado como militar e também como líder saquarema, foi fundamental para a recuperação aliada pós batalha de Curupaiti, a maior derrota militar brasileira naquele conflito. As divergências entre o gabinete Zacarias de Gois (1866-1868) e o comando da guerra fizeram com que o Imperador se valesse do Poder Moderador e nomeasse o próximo presidente do conselho de ministros: O conservador Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872), Visconde de Itaboraí.

A ascensão de um gabinete conservador colocou a política partidária em polvorosa. Protestos dos liberais contra a intromissão do Imperador no processo político ocorreram à exaustão. *A Imprensa* demonstra a indignação dos liberais:

Em 1868, os redatores de *A Imprensa* enfrentam a primeira situação conservadora, cuja ascensão é traumática para o Partido Progressista, com o qual os liberais de todo o país identificam-se. É, neste momento, que a força do Poder Moderador se faz presente de forma decisiva, revoltando os políticos brasileiros. O jornal expõe em suas páginas toda a indignação do partido e prega, explicitamente, a descentralização e a redução do poder do Imperador. Também é, quando os ataques aos conservadores aparecem com mais assiduidade e objetividade [...] Mas não se apregoa, aqui, a inocência dos liberais e o banditismo conservador, porque a postura ou descompostura existem nos dois partidos, variando apenas o grau de agressividade³¹³.

As discussões acerca do novo gabinete tiveram seus momentos de intenso debate no legislativo imperial. Um noticiário contido no Jornal *A Situação*, de São Luís do Maranhão – órgão ligado ao Partido Conservador – reproduz discussão registrada no *Mercantil* do Rio de Janeiro: a questão posta nos termos em que a nobre oposição collocou-a, não é uma agressão ao novo gabinete, é censura de um acto do poder moderador, porque não se combatem actos ou tendencias do ministério, mas a sua nomeação em si mesmo³¹⁴

Com um ministério conservador, Caxias teria carta branca para conduzir os exércitos aliados da maneira que melhor lhe aprouvesse, sem maiores preocupações com a política do Rio de Janeiro³¹⁵. Continuaria trabalhando na organização dos corpos do exército e nos treinamentos. Entretanto, suas ações não deixariam de ser questionadas, mesmo após o final do conflito.

³¹³ RÊGO, op. cit. p.82

³¹⁴ *A Situação*. Anno V, Nº198. São Luiz, Sabbado, 29 de agosto de 1868. Disponível em www.memoria.bn.br

³¹⁵ De acordo com Chico Castro, Caxias já gozava de enorme prestígio ao ser empossado como comandante das tropas brasileiras em 1866 e na verdade sua atuação na guerra contribuiu para enfraquecer e provocar a queda do Gabinete Zacarias em 1868. Ver Marquês de Paranaguá: ensaio biográfico de Chico Castro.

Durante o ano de 1868, um inimigo invisível, mas perceptível incomodava os oficiais, sobretudo os superiores: a baixa combatividade das tropas. Caxias levanta três pontos para explicar aquele tipo de comportamento de seus comandados: a presença de ex-escravos nas fileiras, por considerar aqueles homens que não compreendiam o que fosse pátria, não contemplando – ou ocultando – o fato de que para aqueles ex-cativos, a sobrevivência na guerra seria a única maneira de tornar-se realmente livre; a longa duração da guerra, que esfriou os ânimos seja da população em geral, da imprensa e claro, dos próprios soldados. Citou também a falta de influência moral dos oficiais sobre seus comandados³¹⁶.

Como exemplo do último quesito, lembramos que o próprio Caxias lidera um avanço suicida em Itororó ao ver as tropas recuando. Seu avanço encoraja seus homens. Alguns morrem ao seu lado. O perigo era tão iminente que seu cavalo foi alvejado e morto³¹⁷.

O general Manuel Luís Osório (1808–1879), tornou-se o principal herói comemorado no Brasil. A sua bravura “beirou a irresponsabilidade, arriscando a vida em diferentes ocasiões, ao lutar corpo a corpo ou expor-se à vista do inimigo [...] A tropa o seguia mais pelo arrebatamento e por suas qualidades pessoais do que pela obediência³¹⁸. Sua ação também corrobora a fala de Caxias. Ambos eram líderes inspiradores, mas não homens que eram seguidos devido à disciplina militar. Disciplina que, segundo Caxias, era prejudicada pela grande quantidade de punições – inclusive penas de morte – comutadas em outras penas mais brandas, por determinação do Imperador³¹⁹.

A vitória brasileira na *Dezembrada* – série de batalhas ocorridas durante o mês de dezembro de 1868, tais como Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angosturas praticamente destruiu o exército paraguaio, obrigando Solano Lopez a fugir para a Cordilheira de Ascurra e inaugurou a terceira fase do conflito, denominada Campanha da cordilheira. Mas pela natureza de seus efeitos, aquelas vitórias marcam o início do fim para a Guerra do Paraguai.

No cerco de Piquissiri, dentro das manobras da Dezembrada, os mortos ficaram espalhados por uma grande extensão e grande parte dos cadáveres era de velhos e crianças, inclusive alguns meninos tinham barbas postiças³²⁰. As críticas surgiram de todos os lados. Em *O amigo do povo*, David Moreira Caldas (1836-1872), já atuando como republicano

³¹⁶ DORATIOTO, op. cit. p.367

³¹⁷ CERQUEIRA, op. cit.

³¹⁸ DORATIOTO, Francisco Monteoliva. General Osório: a espada liberal do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 95

³¹⁹ DORATIOTO, op. cit.

³²⁰ IDEM, p.374

convicto³²¹, ataca o velho Caxias: afirma que o marquês tem horríveis pesadelos por medo de paraguayos de 12 anos³²².

Quando do cerco contra Lopez na Dezembroada, o potreiro de Mármol – caminho que levaria direto à cordilheira - seria a única passagem possível para quem desejasse fugir, devendo estar devidamente protegido na ocasião, pela cavalaria do coronel Vasco Alves Pereira (1818-1883), mas por algum motivo o ponto estava desprotegido e o conflito se arrastaria por mais quinze meses³²³. Caxias foi acusado de ter deliberadamente permitido a fuga de Lopez. Defendeu-se depois de 1870, doente e desiludido com a política e a guerra. Afirmou que depois do calor do conflito, todos sabiam o que deveria ter sido feito, por onde Lopez teria escapado, mas naquele momento ele e seus homens trabalhavam ‘as apalpadelas’ sem ter condição de prever o que ocorreria. Autores como Francisco Doratioto chamam atenção para o fato de que a maior parte das críticas endereçadas a Caxias se davam mais por inveja de sua posição – mesmo entre colegas conservadores e/ou de longa data.

2.4 CAXIAS SE RETIRA DA GUERRA: O COMANDO DO CONDE D’EU

No início de 1869, quando as tropas brasileiras já se encontravam em Assunção, Caxias, que estava acompanhado de vários militares passou mal em uma missa e desmaiou. Solicitou seu retorno ao Brasil para tratar de sua saúde, no que teve seu pedido negado. Retornou ao Brasil mesmo assim. Estava exausto e isso transpareceu em momentos anteriores, como na seguinte carta endereçada ao General Caldwell (1801-1873):

“Exmo. Amigo
Curupaety 30 de Março (1868)
Estimarei que esteja bom e mais descansado do que eu que a 5 dias não tiro as botas, pois tenho trazido o inimigo todo para dentro da Fortaleza do Umaitá, aonde o tenho enserrado, depois da fuga do Lopes; e se nestes 15 dias não se renderem assalto a Fortaleza, custe o que custar.
Rogo-lhe o favor de remeter essa carta a Marqueza.
Seu amigo e camarada
M. de Caxias³²⁴”

A carta acima foi escrita durante o cerco a Humaitá e demonstra o cansaço e a impaciência do velho militar naquele momento. Depois da Dezembroada, Caxias considerava a

³²¹ David Moreira Caldas foi um dos fundadores do Partido Republicano do Piauí.

³²² O Amigo do povo. Anno I nº13. Theresina, 16 de janeiro de 1869.

³²³ DORATIOTO, op. citada p.373

³²⁴ O Duque de Caxias está cansado. Questões Manuscritas. Piauí digital. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/duque-de-caxias-esta-cansado/>

guerra terminada, já que Lopez estava em fuga e um governo provisório - escolhido com cuidado pela diplomacia brasileira - estava em vias de ser instalado. Nas palavras do próprio militar ainda em 1867, “É preciso acabar essa guerra maldita na qual o inimigo já está vencido e não faz sentido humilhá-lo”³²⁵. Entretanto, terminar a guerra antes de capturar Lopez não era uma solução contemplada pelo governo brasileiro, que insistia em sua captura ou morte.

Caxias retornou ao Brasil via Montevidéu e recolheu-se a sua propriedade na Tijuca, Rio de Janeiro. Em carta endereçada a Osório, comenta sobre a morte de um combatente, amigo em comum, o Visconde de Inhaúma (1808-1869) e afirma que *se tivesse ficado naquele inferno, teria tido o mesmo fim*. Também informa que está se furtando de aparecer na corte por estar cansado da política e dos políticos, mas sua fama o precedia.

Povo! Caros compatriotas! Levantai-vos ao sinal da chegada do nosso heroico patricio, o marechal marquês de Caxias; levantai cidade nobre no seio da qual viu a luz o gênio militar brasileiro, o primeiro e mais denodado soldado do império de Santa Cruz; ide unida e entusiástica receber o herói à entrada da magnífica Guanabara; aclamai com fervor, e cheio de gratidão o valoroso chefe de tantos valentes chefes e soldados³²⁶

Depois de alguns dias sem ações de reconhecimento por parte nem do Império, nem dos conservadores, em prestar uma recepção formal ao Marquês de Caxias, em 23 de março de 1869, ele recebeu o título de Duque de Caxias. O ducado era a mais alta honraria da nobreza brasileira.

A apagada volta de Caxias também teria outro motivo: não era de bom tom, naquele momento em que a guerra ainda não estava terminada e homens e dinheiro ainda eram necessários para manter a campanha contra o Paraguai, celebrar um de seus líderes, embora fosse o mais importante líder militar brasileiro da época. O próprio Imperador não apreciou o retorno antecipado de Caxias, mas recebeu-o aparentando satisfação na cerimônia de transmissão do título de duque.

Em 1869 a guerra era considerada terminada não apenas por líderes militares do porte de Caxias e Osório, como era bastante impopular, a ponto de circularem notícias contrárias ao conflito e a tríplice aliança em jornais como o *The New York Times* e outros jornais estadunidenses

O que eles chamam opressão exercida pelo Brasil e pela Confederação Argentina em uma guerra promovida somente em defesa própria, e sob

³²⁵ MARQUES, op. cit. p.167

³²⁶ *Jornal do Comercio*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1869. Anno 48 nº 46. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1869.

circumstancias de grande agravo em vista do procedimento de Lopez (...) não há de haver duvida que em circunstancias idênticas os Estados-Unidos nunca teriam cansado ate expelirem Lopez da posição que tanto tem abusado. E verdade que a guerra tem se prolongado ate um ponto (...) mas isto e uma questão que so interessa aos aliados, e não deve ser esquecido que elles para subjugarem a confederação do sul gastaram quatro annos consumindo enormes capitaes e milhões de vidas, como não se lê na história do mundo³²⁷

Autores como Francisco Doratioto, Rodrigo Goyena Soares e outros³²⁸ apontam críticas de outros países a duração do conflito, por motivos diversos, alguns teriam mais simpatias pela causa paraguaia do que pelos aliados³²⁹. A nota no jornal maranhense procura rebater as críticas surgidas em jornais dos Estados Unidos citando o demorado processo da Guerra de Secessão que opôs os estados do norte aos do centro sul, afirmando também que o governo dos EUA agiria da mesma forma caso afrontado. O jornalista do século XIX parece defender linha de pensamento semelhante ao adotado pelo Império em conflitos diplomáticos anteriores, como a Questão Christie, na qual o Brasil fez valer seus interesses em relação à poderosa Inglaterra.

Enquanto isso, no acampamento dos aliados, todos enfrentavam suas provações individuais além da guerra. Em correspondência divulgada por seus herdeiros, Osório se comunica com a família e fala de saudades e velhice. Sofrendo muito pelos ferimentos que recebeu na Batalha do Avaí, descreve o bom trato que seus companheiros lhe dispensam, mas se reconhece como um homem velho e cansado, que teme morrer sem ver os filhos encaminhados em direção a um futuro. O velho general não teria a felicidade de ver sua “Chiquinha” – sua esposa, Francisca Fagundes - viva ao retornar para casa.

Osorio continuava doente; mas, em plena actividade, sempre agindo com o seu conselho, e gozando da maior estima do Conde d'Eu. Comprovam- n'o as seguintes cartas : •irllmo. Sr. Dr. Fernando Luis Osol'io. Pimjú, 6 de J.ullo de 1869. - ... O nosso Principe nada. faz sem omril-o e consagra-lhe verdadeira amizade ... – *Joctquim Antonio XavieI· do TTa,lle*, (secretario do General). Nota : Esqueceu-me de participar-lhe que no dia 2 do corrente o General extrahiu da ferida duas esquirolas, sendo uma de manhã e outra a noite. A Ia é de meia polegada de comprimento e farpeada, dando isto lugar a que elle soff'resse bastante para extrahil-a, porque. foi preciso o medico dilatar a ferida com tres talhos de canivete. Uma hora depois andav.ru o General a cavallo coll'endo e examinando os acampamentos. A.' noite sahiu a segunda, no lavar a ferida.-X. *Valle.*» . •Pirajú, 6 de Julho de 1869.- A vida de um velho já é pouca cousa : a honra da família vale mais. Não quero dizer que desejo a morte, porque talvez com a vida se acabem os amigos e não possam continuar nos seus estudos meus queridos filhos ; e tua boa Mãe e Irmã só poderão

³²⁷ *O Publicador Maranhense*, Anno XXVIII, Nº 38. São Luiz, Quinta-feira, 18 de Fevereiro de 1869.

³²⁸ DORATIOTO, op. cit; SOARES, op. cit.

³²⁹ Yegros, Ricardo Scavone. História das relações internacionais do Paraguai / Ricardo Scavone Yegros, Liliana M. Brezzo. – Brasília : FUNAG, 2013.

repetir no desamparo o nome do seu amigo : esta desgraça porém, é incerta em relação á guerra, mas infallivel pela ordem natural das couzas. Os Ministros não me pediram que eu viesse aqui, nem tinham direito para fazel-o . Teus primos estão bons. Abraça-te e ao Chico o teu Pae e amigo – *Visconde do Herval*³³⁰.

Com todas as críticas e a impaciência pelo fim do conflito, a arregimentação de tropas se tornava cada vez mais difícil. Os relatórios provinciais do presidente do Piauí daquele ano registram apenas 3 voluntários da pátria, 8 voluntários do exército, 7 guardas nacionais designados, 5 recrutas para a marinha e 80 recrutas para o exército, em um total de 103 homens. Se compararmos com os 2.167 homens arregimentados dois anos antes, a diferença é brutal³³¹.

A quantidade de homens enviados ao Paraguai decrescia. As críticas ao recrutamento, por parte da imprensa liberal, não paravam de crescer. Lá pelo final de 1868, refletindo também o baque da troca do gabinete liberal pelo conservador, registrava-se no Piauí, por meio de *A Imprensa*:

As 10 horas da noite de 21 d'este mez foi minha casa de fabrica de engenho de cannas, proxima deste lugar, invadida por uma escolta de soldados do destacamento de Valença em procura do feitor Onofre Jose Rodrigues, e do vaqueiro de minha cunhada D. Anna Rosa Dantas e de meu filho João Baptista de Carvalho, Jose de Sepeda, para serem recrutados; espancando-se para confessar onde eles estavam, o escravo Francisco, em que se fez ferimentos (...) ameaçando-se de amarrar cruelmente com cordas de sedenho a cabeça do escravo João, e arrastando-se pelo chão com ameaças o pobre e inocente menino Filinto (...) Assina José Antão de Carvalho³³²

Ambos os espectros políticos – Conservadores e Liberais - fizeram mal-uso do recrutamento forçado durante o império. Os abusos dos conservadores a seus desafetos apenas se invertiam quando da ascensão dos liberais. Os redatores dos jornais liberais do Império afirmavam ser a imprensa livre a única forma de se buscar manter as garantias legais para a oposição. Note-se no trecho acima que as perseguições recaíam sobre os mais fracos: feitores, vaqueiros, escravos. Seus superiores geralmente viviam no conforto de suas posições. David Moreira Caldas colocava a culpa destes embates entre Conservadores e Liberais no Imperador

³³⁰ História do General Osório. Segundo volume. Rio Grande do Sul. Pelotas. Typ. Do Diario Popular. 1915, p. 601

³³¹ Relatórios provinciais apresentados à Assembleia Legislativa do Piauí em 9 de setembro de 1867 e no dia 5 de dezembro de 1869.

³³² *A Imprensa*, Anno IV, Nº 169. Theresina, Sabbado, 17 de outubro de 1868.

a quem acusava de incitar a rivalidade entre os partidos, tal como em uma *briga de gallos*³³³. Colocava-se além dos liberais, um dos maiores republicanos do Piauí.

Os problemas com o recrutamento e a quantidade de pessoas tiradas de casa para a guerra fizeram com que localidades como a cidade de Batalha³³⁴ solicitassem à presidência da província que aquele município fosse dispensando de contribuir com soldados para marchar ao sul, visto que a localidade já havia ofertado cerca de 70 homens para lutar. O pedido foi negado pelo presidente provincial³³⁵.

Após tentativas frustradas de marchar ao conflito desde 1866, o príncipe consorte Gastão de Orleans (1842-1922) ou Conde d'Eu, foi informado por Dom Pedro II em 1869 que seguiria para a guerra, substituindo Caxias no comando das forças aliadas contra o Paraguai. Naquele momento, teve muitas dúvidas se ainda seria interessante marchar para um conflito praticamente terminado, já que era uma guerra que corroía reputações militares e prestígios de governantes e da própria monarquia³³⁶.

Alvo de desconfianças por ser estrangeiro e ainda, de dupla desconfiança por parte dos membros do Partido Conservador por sua proximidade de liberais como André Rebouças (1838-1898) e Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), o Conde buscava colher dividendos políticos para o esperado Terceiro Reinado. Dom Pedro II unia dois pontos que lhe preocupavam: a caçada a Lopez e o aumento da popularidade do casal que deveria sucedê-lo ao trono.

As datas de recebimento do ducado por Caxias e a nomeação do Conde para o comando das tropas são bem próximas, o que pode ilustrar a preocupação do Império em massagear o ego das duas forças partidárias brasileiras: mesmo que o Conde Gastão não fosse se filiar aos liberais, sua nomeação agradou o grupo.

Defensor de pautas vistas pelo Tempo saquarema como demasiado progressistas, tais como a suspensão do recrutamento forçado, o fim da Guarda Nacional e a emancipação dos escravos, sua popularidade no comando das forças brasileiras seria vista com inquietação

³³³ *O amigo do povo*, Anno I, nº 15. Teresina, 27 de fevereiro de 1869.

³³⁴ Município localizado a cerca de 167 km de Teresina.

³³⁵ *A Imprensa*, Anno IV, nº 156. Teresina, Sabbado, 18 de julho de 1868.

³³⁶ SOARES, op. cit.

pelos conservadores, ao mesmo tempo que os liberais buscavam capitalizar politicamente as vitórias do Conde no ano de 1869, principalmente Peribeubí³³⁷.

Em seu diário, o Conde d'Eu registra desde acontecimentos anteriores a partida até o momento do retorno ao Brasil. Segundo Rodrigo Goyena, o Conde tinha uma natureza reservada e analítica. Suas anotações chamam atenção para diversas inquietações: desde o fato de 'sentir' se os políticos de vários países que conheceu estavam ao lado de Lopez ou do Império, quanto o estranhamento que lhe causou uma série de hábitos e tipos humanos que viu em sua temporada no Paraguai.

Ao chegar ao Paraguai, o Conde faz um comentário sobre o aspecto geral da tropa:

O aspecto geral do Exército me satisfaz: estão todos armados, vestidos e calçados de maneira completa. E, considerando-se o estado passado das tropas, houve total transformação após Uruguiana. Não quero dizer, contudo, que o aspecto seja igual ao dos Exércitos europeus. Essa inferioridade advém de duas causas: 1. o detestável corte de nossos uniformes; 2. a imensa preponderância numérica (na infantaria) de mulatos, que, de forma geral, não oferecem bons espécimes para a humanidade, embora haja tambores-mores negros que são magníficos³³⁸.

A fala do Conde confirma o trabalho realizado por Caxias quando de sua passagem pelo comando das forças da aliança. Reorganizando e disciplinando corpos do exército, o estado das tropas teria evoluído bastante sob suas ordens. Embora em outros momentos o Conde faça críticas veladas a seu antecessor na guerra, aqui ele parece agir com a urbanidade de um futuro governante que não pode entrar em atrito com um dos maiores nomes do exército brasileiro, além de importante líder conservador.

O Conde fez elogios a tropa, porém apresentou reservas devido à quantidade de mulatos. Dali a dois meses, comentaria a respeito do mal funcionamento do batalhão comandado por Manuel José Pereira Júnior, chamando atenção para a "falta de razão" típica dos mulatos e lamentando a falta de oficiais que pudessem substituí-lo. Ao se referir ao médico Firmino José Dória, o descreveu como "um mulato quase negro", sem emitir juízo de valor sobre sua capacidade³³⁹. Era o pensamento das elites da época, embora o Conde d'Eu fosse favorável à emancipação dos escravos.

³³⁷ Idem

³³⁸ SOARES, op. cit. p.82

³³⁹ IDEM, p. 117

Nas visitas que recebe, o Conde Gastão se queixa de que tanto o Cônsul da Itália³⁴⁰ quanto oficiais americanos que lá se encontravam, pareciam mais inclinados a apoiar Lopez do que o Império do Brasil, além de chamar atenção para o que ele chamou de ‘vulgaridade’ do representante italiano.

Sobre seu período no comando do exército, travou convivência próxima com nomes como o General Osório (1808-1879), Mena Barreto (1824-1869) e outros. Naquele momento e até os anos 1920, era Osório, e não Caxias, o grande militar celebrado pelo exército brasileiro. A valorização de Caxias e o esquecimento de Osório tomam forma a partir de 1923³⁴¹.

Segundo Goyena, em alguns momentos o Conde parece se irritar com a desorganização da marcha, que se torna lenta, devido entre outros pontos, a enorme quantidade de não combatentes que o acompanha. Aqui surge uma crítica ao fato de o exército nacional “não ter fuzilamentos”. A situação parece pior devido ao alto número de comerciantes que acompanham a tropa e que em certas ocasiões lhe fizeram perder a paciência.

As condições de vida dos homens do exército eram agravadas pelas questões alimentares e de saúde. Havia frequentemente a necessidade de novos soldados e víveres de toda espécie. O Conde d’Eu criticava abertamente a reputação dos fornecedores, citando sua má vontade, embora vendessem seus produtos a altos preços. Na *Semana Illustrada*, jornal satírico que circulou entre 1860 e 1875, a mascote da publicação indaga a um ‘moleque’ que arruma uma mala:

- Que e isto moleque, queres viajar?
- Peço licença ao meu nhonhô para ir ao Paraguay.
- Como soldado?
- Qual, como fornecedor; vejo que todos ficão ricos até não poder mais....quero tambem enriquecer depressa ³⁴²

Pela narrativa do Conde d’Eu, a maior parte do gado que chegava para consumo é ruim, muito magro e por vezes doente. Em alguns momentos o Conde diz se compadecer de seus homens. Usou o termo ‘crise alimentar’ para descrever a situação de penúria das tropas.

³⁴⁰ Naquele momento a Itália estava em pleno processo de unificação política, que foi concluído apenas em dezembro de 1870.

³⁴¹ Celso Corrêa Pinto de Castro. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do exército brasileiro. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2112>

³⁴² *Semana Illustrada*. Oitavo anno. N°406. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1868.

As paisagens do Paraguai parecem agradá-lo. Banha-se no rio, elogia os campos cheios de laranjais, mas lamenta a sorte do povo paraguaio que, devido à situação de guerra, mesmo com alguns bens é violentamente explorado por aqueles que possuíam alguma migalha para trocar. São milhares de famílias que, pela fala do Conde, são deixadas para morrer à mingua, como os *destinados*³⁴³.

O ponto alto da atuação do Conde é na vitória de Peribebeu, em 12 de agosto de 1869. Mesmo que seus comandados tenham tomado as rédeas de seu cavalo, o triunfo fez os conservadores cogitarem tirá-lo do comando do exército aliado³⁴⁴. Depois disso, foram apenas as movimentações tentando encontrar e encurralar Lopez. O Conde demonstrava irritação pela demora do final da guerra, acusando alguns de seus subordinados de não terem agido na ocasião correta.

Enquanto isso, o horroroso espetáculo da fome e desesperança ronda os acampamentos e diversas localidades do Paraguai. Muitos homens do exército de Lopez acabam se aproximando dos brasileiros. Tantos outros mil civis estão abandonados a própria sorte.

«Quartel-Genm-al em Cmuguaty, 4 de Janeiro de 1870. Exm. Sr. "Visconde do Herval. - Pelas folhas V. Ex. te1-ú sabido o que passa por cá. Lopez vae se desmoronando de dia a dia, não tendo mais como alimentar sua gente. Não lla dia que não se apresentem aqui cinco ou mais passados, todos gente robusta ; já vieram dois Majores de nomes Bernal e Cardoso ; este ultimo era commandante dos Rifleros. Referem os passados que anda tan:bem desertado o celebre Major Fleitas, que era um dos instrumentos mais dedicados de Lopez. Ao Rosario tambem foi ter muita gente, inclusive dois padres. O nosso Tenente Coronel Moura fez uma brilhante diligencia : so com 25 homens varou a sena de Maracajú e .com 3 dellos alcançou o · Passo do Espadim no rio Igatemy a 25 leguas, onde achou para mais de mll pessoas destinadas por Lopez a morrer do fome. Só a metade pondo vir com elle, achando-se as mais inteiramente extenuadas e impossibilitadas de se mover³⁴⁵.

A morte de Solano Lopez, ocorrida em 1 de março em Cerro Corá, chegou ao conhecimento do Conde e seus homens três dias depois. Houve muitas festas e comemorações, com os soldados ansiosos para retornar a seus lares. Depois da morte de Lopez, o Conde visita a mãe do ex-presidente paraguaio por duas vezes. Assim como os comerciantes que certamente deixaram de lucrar muito com o final da guerra, muitos paraguaios se perguntavam o que comeriam depois que as tropas aliadas deixassem o país.

³⁴³ Eram pessoas ou famílias paraguaias acusadas de traição contra Lopez e o Paraguai. Eram tratados como prisioneiros e realizavam os trabalhos mais pesados necessários a manutenção do exército paraguaio.

³⁴⁴ SOARES, op. cit.

³⁴⁵ História do General Osório. Segundo volume. Rio Grande do Sul. Pelotas. Typ. Do Diario Popular. 1915, p.651

Em certa situação, mas de 1400 pessoas teriam se perfilado para receber uma ração de milho³⁴⁶.

O Conde observa diversos costumes distantes de sua realidade, traçando uma espécie de geografia cultural do Império. Chamam sua atenção as comemorações dos soldados baianos no dia 2 de julho, considerada a data da independência daquela província, observa também os hábitos dos soldados do “norte” que ficaram satisfeitos pela abundância de cana na localidade paraguaia de Rosário e passaram a tomar seu caldo; se escandalizou com um inocente boi representado pelos soldados na véspera de natal de 1869 e, qual não foi sua surpresa ao ver os batalhões pernambucanos ovacionarem os nomes de seus heróis locais, não apenas aqueles das guerras contra os holandeses, mas Pedro Ivo (1811-1852) e Nunes Machado (1809-1849) da Praieira, de 1848³⁴⁷. A memória de Nunes Machado foi reivindicada em diversas publicações de cunho liberal principalmente a partir da década de 1870, como um poderoso símbolo de sublevação contra características do Império do Brasil como o Poder Moderador, já amplamente criticado pelos liberais e que seria alvo de diversos ataques nas décadas seguintes.

O retorno dos brasileiros seria um capítulo à parte. Sabendo da proximidade do retorno e buscando atrair para si as atenções do público, inicialmente o Conde d’Eu pretendia conseguir uma licença e trazer alguns batalhões até o Rio de Janeiro, em uma estratégia idealizada junto de Joaquim Manuel de Macêdo. Em tempo, organizava-se uma grande recepção para o retorno das tropas e claro, do sucessor ao trono.

O gabinete conservador do Visconde de Itaboraí (1868-1870) negou a proposta apresentada pelo Conde, pois afirmou que por economia o retorno deveria ser realizado aos poucos, com os oficiais se posicionando ao final dos corpos que retornavam – o que apagaria a figura do Conde d’EU na multidão.

Era uma disputa não tão velada entre ambos visando seus objetivos: o Conde tornar-se-ia defensor dos Voluntários e prometia atuar em seu favor, inclusive tendo-os em predileção ao Exército, embora houvesse a forte figura liberal de Osório, além de posar como figura fundamental para o desfecho da guerra. Os conservadores buscavam diminuir sua projeção e assim não fortalecer alguém que para eles, tinha mais afinidades com os liberais.

³⁴⁶ SOARES, op. cit. p.176

³⁴⁷ SOARES, op. cit. p. 232

Foram meses de disputas e impasses entre os grupos e José Maria da Silva Paranhos (1819-1880) teve que contemporizar os anseios de cada grupo, depois de muitas discussões costurou um acordo para o retorno dos voluntários, como era o desejo de Gastão de Orleans. Na verdade, o futuro Visconde o auxiliou em diversos momentos, não apenas com conselhos, mas com sua eficaz colaboração.

2.5 AS CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

Com o assassinato de Solano Lopez em março de 1870, completa-se o quadro iniciado com a destruição da maior parte do exército paraguaio e a instalação do governo provisório. Ainda ficaria uma divisão de cerca de 12 mil homens brasileiros para auxiliar o governo provisório. O tratado de paz entre Brasil e Paraguai foi celebrado em 1872

NOTÍCIAS DO SUL – Celebrou-se o tratado de paz entre o Brasil e o Paraguay sob as seguintes bases: 1ª Cessão de todo o território compreendido na area que vae até o Rio Apa; 2ª Reconhecimento por parte do Paraguay de toda dívida de guerra que tem para com o Brasil e que sobe a 360 milhões de pesos fortes; 3ª O Brasil compromete-se a garantir o Paraguay de qualquer agressão, quer estrangeira, quer intestina e para este fim o governo imperial manterá um exército pelo espaço de 10 annos no territorio da República. Esta noticia foi dada e logo commentada por alguns periodicos hostilmente ao Brasil³⁴⁸

Não por acaso, os recrutamentos não param depois do conflito, havendo novas leis durante as décadas seguintes que procuravam regulamentá-lo, como por exemplo a lei de 1875³⁴⁹. Como visto, o Império ainda necessitava de homens para defender seus interesses na República do Paraguai, mesmo depois da guerra terminada.

A paz entre Argentina e Paraguai só foi assinada em 1876, mesmo ano em que as últimas tropas brasileiras deixam o Paraguai³⁵⁰. A diplomacia brasileira apostou na invalidação do Tratado da Tríplice Aliança, visando utilizar a vantagem de possuir controle sobre a junta de governo paraguaio, aliado ao fato de tentar diminuir os ganhos argentinos no conflito.

Depois de cinco anos de conflito, a mortalidade era alta, como demonstra João Manuel Pereira da Silva:

³⁴⁸ Jornal *A Pátria*, nº93. Anno II. Theresina, Quinta-feira, 29 de fevereiro de 1872.

³⁴⁹ Sobre a nova lei de recrutamento, ver Clarice Helena Santiago Lira – A implantação da nova lei do recrutamento militar na província do Piauí(1875-1876). História Profusa: sujeitos, espacialidades e temporalidades. Organizadores: Clarice Helena Santiago Lira, Joseanne Zingleara Soares Marinho, Lívia Suelen Sousa Moraes Meneses, Pedro Pio Fontineles Filho. – Teresina, PI: Edufpi,2020.

³⁵⁰ MARQUES, op. cit. p.18

Publicou-se um documento oficial, que de oitenta e três mil homens que expedira o Brasil para a guerra, cerca de vinte e quatro mil haviam expirado nos combates e outros tantos talvez sido feridos e maltratados já pelas balas inimigas, já pelos resultados de moléstias adquiridas em tão estranhos climas³⁵¹.

No Brasil, cerca de um quarto de todos os seus homens enviados para a guerra perderam a vida. Não foram apenas os projéteis, espadas ou granadas que levaram seus combatentes. Doenças como a cólera que grassou entre as tropas por volta de 1867³⁵² fizeram muitas vítimas, muitas vezes mais fragilizadas pela fome e falta de higiene que caracterizam locais que abrigavam tantas milhares de pessoas. Aqueles que retornaram deixaram relatos sobre as dificuldades enfrentadas no Paraguai³⁵³.

A guerra havia sido desastrosa em vários pontos. Além da enorme quantidade de mortos e inválidos – os mortos seriam estimados em mais de 50 mil - o envolvimento no conflito custou ao Brasil aproximadamente 614 mil contos de réis, motivos que levaram a proposta da criação de uma “Comissão especial de inquérito” no senado imperial. A iniciativa partiu do senador Silveira da Mota (1811-1893) e foi muito criticada pelo Marquês de Paranaguá (1821-1912), também senador e ministro da guerra na ocasião, que conseguiu aplacar o ímpeto de alguns senadores e impedir a instalação da comissão³⁵⁴.

A aliança brasileira com a Argentina não foi capaz, ao fim do conflito, de acabar com suas mútuas desconfianças. A imprensa argentina do pós-guerra viu o embate entre o grupo dos partidários de Bartolomé Mitre (mitristas) e aqueles contrários a influência do Brasil na ocupação do Paraguai (autonomistas). O primeiro era visto como marionete do Brasil na figura do Imperador Dom Pedro II, cuja diplomacia daria as cartas no governo provisório paraguaio, cujos interesses residiam tanto em reafirmar os interesses brasileiros quanto em impedir que a Argentina alcançasse conquistas como a região do Chaco³⁵⁵.

³⁵¹ Silva, João Manuel Pereira da. Memórias do meu tempo / pelo conselheiro João Manuel Pereira da Silva; in tradução Célio Ricardo Tasiñafo. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p.408

³⁵² DORATIOTO, op. cit.

³⁵³ Podemos citar obras simbólicas como Reminiscências da Campanha do Paraguai, de Dionísio Cerqueira e outras mais contemporâneas, como A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades, de autoria de Maria Teresa Garritano Dourado.

³⁵⁴ BRASIL. Senado Federal. No Império, senado estudou criar CPI da Guerra do Paraguai. Arquivo S. Publicado em 2 de julho de 2021. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/no-imperio-senado-estudou-criar-cpi-da-guerra-do-paraguai>

³⁵⁵ SQUINELO, Op. Citada, p.265-267

O Paraguai teve uma série de dificuldades para se reerguer após o conflito. Segundo Fabián Chamorro, além da enorme mortalidade que se abateu além dos soldados, sobre crianças, mulheres e idosos, sendo claramente o pior efeito daquela guerra, o país perdeu cerca de 150 mil km² dos territórios que reivindicava, além de cerca de 25% do território que já era seu, atravessando décadas de prostração econômica, não se beneficiando da enorme migração que seus vizinhos do Prata receberam³⁵⁶.

O conflito criou ou reforçou estereótipos e desconfianças entre os países envolvidos, além de contribuir para a construção daqueles Estados nacionais. A dicotomia civilização versus barbárie, já muito citada, veio acompanhada de outras como modelos de trabalho (liberdade versus escravidão) e os modelos políticos (monarquia versus república)³⁵⁷.

No Piauí os gastos com o envio de tropas ao sul também foram motivo de discussão entre os representantes dos dois partidos políticos. O conservador Antônio Coelho Rodrigues (1846-1912) teceu uma série de críticas as ações do ex-presidente do Piauí, Franklin Américo de Meneses Dória (1836-1906), que iam desde os valores dispendidos com o transporte dos combatentes até o teatro de guerra, passando pela condução de Jovita Alves Feitosa, inclusive foi acusado de tê-la autorizado a partir para a guerra como soldado, o que ele negou³⁵⁸.

As movimentações da guerra – sejam militares, políticas, diplomáticas – tem como consequência o reforço das identidades nacionais dos países envolvidos no conflito. tradicionalmente aprendemos que sua principal consequência foi o fortalecimento das forças armadas brasileiras, que retornam do Paraguai com uma consciência de classe, pertencimento.

Pensando fora desse patamar as concepções de pátria são modificadas e houve o desenvolvimento de um sentimento nacional, pois a Guerra contra o Paraguai foi a primeira comoção nacional depois da Independência em 1822³⁵⁹. Sobre ela se observa a disputa entre algumas datas, como o 7 de setembro – data do grito do Ipiranga e o 12 de outubro – aniversário de Dom Pedro I e comemoração de sua aclamação em 1822. Essas disputas eram muito mais no campo político do que na representação frente ao povo. O 7 de setembro se

³⁵⁶ 150 anos do fim da guerra do Paraguai: a história do conflito armado mais sangrento da América latina. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51693818> .Pesquisa realizada em 19 de março de 2021.

³⁵⁷ SQUINELO, Op. Citada, p.322

³⁵⁸ Jornal A Imprensa. Anno V. Theresina, Terça-feira 7 de setembro de 1869. Ed. 215 p.2. Disponível <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&Pesq=%22JOVITA%20ALVES%20FEITOSA%22&pagfis=609>

³⁵⁹ MARQUES, op. cit. p.72

tornou vitorioso apenas após a abdicação do imperador em 1831, mesmo depois disso não se tornou a festa de caráter popular que os políticos do Primeiro reinado desejavam³⁶⁰.

Ao analisarmos grandes movimentos da história nacional como a Cabanagem (1835-1840) e a Farroupilha (1835-1845), foram movimentos restritos a porções do Império. A própria abolição da escravatura não causou tamanha comoção tal como ocorreu na guerra contra o Paraguai.

Era um momento do fortalecimento de um nacionalismo romantizado, onde se fazem presentes em diversas narrativas/biografias de homens como Dionísio Cerqueira (1847-1910). Temas como progresso, abolição e república iriam se misturar naqueles anos marcados pela guerra.

A guerra marcou o apogeu e o declínio do Império do Brasil. Segundo Fernando Novais³⁶¹, a sociedade escravista seria incompatível com a formação de um exército moderno que teria de possuir necessariamente o monopólio da violência. É como se a guerra tivesse sido necessária para que o país pudesse dar um passo à frente, não necessariamente com a República, mas alcançando um Estado mais maduro, voltado para supostamente, a garantia dos direitos individuais. Por outro lado, na região do Prata, o Império era visto como escravista, intervencionista e traidor³⁶².

Observamos ainda a possibilidade de diversas chaves de leitura permitidas pelo estudo da Guerra do Paraguai como a guerra e a formação do Estado; a guerra e o desenvolvimento econômico; a guerra e as mudanças sociais; a guerra e a identidade nacional, assim como a guerra e a cidadania. Interessa-nos principalmente os dois últimos pontos.

No próximo capítulo, buscamos discutir a situação dos ex-combatentes depois da Guerra do Paraguai, procurando dar ênfase às camadas sociais mais humildes, de onde provinha a maioria dos ex-soldados da Guerra da Tríplice Aliança.

³⁶⁰ KRAAY, Hendrick. A invenção do sete de setembro. Almanack Braziliense. São Paulo, nº11, maio de 2010.

³⁶¹ MARQUES, op. cit.

³⁶² SQUINELO, Op. Citada. P.268.

CAPÍTULO 3 - A MULTIDÃO DE EX-COMBATENTES

3.1 NOSSOS SERTANEJOS VOLTAM PARA CASA

Os boatos sobre o fim do conflito eram numerosos nos últimos dois anos da guerra contra o Paraguai. Ainda em abril de 1868 chega ao Piauí a notícia da entrada de Caxias em Assunção. A notícia se espalhou como rastilho de pólvora e houve grande comemoração que durou pelo menos até o dia 10 de maio. Foi um rebate falso³⁶³ bastante lamentado. Mesmo quando ocorreu de verdade a entrada das forças da Tríplice Aliança em Assunção, foram necessários mais 14 meses até que o assassinato de Solano Lopez em Cerro Corá pusesse fim oficialmente às hostilidades contra o Paraguai.

Ainda no Paraguai – e antes do final do conflito – os soldados brasileiros sonhavam com a retomada de sua vida. Voltar ao seu país, sua província, sua cidade, rever parentes, amores e amigos era algo há muito desejado por aqueles homens que lutaram por tanto tempo em terra estrangeira, mas nela buscavam lembrar-se de seus hábitos alimentares, folguedos e religiosidade, como visto em diversas reminiscências sobre aquele conflito.³⁶⁴

Depois de mais de um ano de boatos acerca do fim da guerra, finalmente o jornal *O Piauí*, datado de 25 de abril de 1870, publicava:

Pelo último correio tivemos notícia da corte, e a mais importante que os jornais se referem, é sem dúvida alguma o combate de Aquidabam, que teve lugar no dia 1º de março de pretérito e pôs termo a essa desastrosa e sanguinolenta guerra que a mais de cinco anos flagelava a humanidade³⁶⁵

O jornal fez o elogio a morte de Lopez, chamando atenção para o desempenho dos homens do General Câmara e faz duras críticas as ações do líder paraguaio. Era o processo de demonização do inimigo ao mesmo tempo que proclamava o Império do Brasil como paladino da civilização nos trópicos³⁶⁶.

O fim do conflito não significou o imediato retorno para casa. As dificuldades logísticas aliadas as disputas políticas pelos louros da vitória, conforme podemos ver em

³⁶³ CHAVES, op, citada, p.111

³⁶⁴ Podemos citar CERQUEIRA, Dionísio. Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980; SILVA, José Luis Rodrigues da. Recordações da campanha do Paraguai. Brasília, Senado Federal, Conselho editorial, 2007; LIMA, José Fernandes. GALVÃO, José Campello d'Albuquerque. Diário da campanha do Paraguai. [S/L], Unigraf, 1995...

³⁶⁵ O Piauí, p. n/p, numero s/n, 25 de abril de 1870.

³⁶⁶ Como pode ser visto no artigo de Francisco Alemnbert. Civilização e barbárie, história e cultura: Representações literárias e projeções da Guerra do Paraguai nas crises do Segundo Reinado e da Primeira Republica. In MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (Org) A Guerra do Paraguai: 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. P83-96

Rodrigo Goyena³⁶⁷, atrasavam ainda mais o já penoso retorno das tropas brasileiras, que ainda passariam por uma cansativa parada no Rio de Janeiro – para ser recebidos pelo Imperador³⁶⁸ e receber suas baixas da força armada, assim como aos valores aos quais faziam jus.

Depois do Rio de Janeiro, o vapor se dirige à província do Piauí para que parte dos remanescentes dos mais de 3 mil piauienses enviados ao Paraguai voltassem para casa. Nos últimos dias de agosto, o presidente provincial à época, Manoel José Espínola Junior, oficiou à câmara municipal da cidade para que fosse realizada uma recepção digna aos ex-combatentes³⁶⁹. A expectativa movimentaria a cidade, inclusive o comércio, onde lojas anunciavam lanternas de vidro, na Loja Econômica, Rua Paissandu 47, próprias para a pomposa e brilhante iluminação que se prepara para a chegada dos voluntários da pátria³⁷⁰.

Eis que chega o dia do retorno dos piauienses. Toda a imprensa já havia sido previamente contatada para realizar a cobertura do evento. O periódico de mesmo nome, principal veículo do jornalismo liberal naquele momento, trouxe em sua primeira página:

Voluntarios do Piauí – No dia 3 do corrente as 6 horas da manhã o Vapor ‘Piauí’ ancorou no porto da rampa desta cidade e deu desembarque ao Sr Capitão Jose Lustosa da Cunha que vinha comandando o contingente de bravos voluntários da pátria desta provincia que volta da guerra contra o Paraguai. O corpo se compões de 8 officiaes, 3 cadetes, 140 praças de pret. Além destes bravos vieram mais dois soldados inválidos e um tenente. Saltarão também 26 paraguayas e 20 menores também paraguayos.(...) Do porto seguiu o contingente para o Palacio da Presidencia onde foi saudado por S Ex o Sr Dr Espinola, pelos Srs Dr Chefe de Policia interino, Dr Souza Lima, Dr Newton Burlamaque, Raimundo Pereira de Carvalho e David Caldas. A noute houve uma passeata pelas ruas da cidade, que toda estava iluminada (...) No dia 5 as 11 horas da manhã houve Te Deum (Uma missa de ação de graças) na Igreja Matriz de N. S. do Amparo, e foi ahi depositada a bandeira³⁷¹

Seguiram-se os discursos de louvor aos combatentes, parabenizando aqueles que retornam à terra natal, demonizando a guerra e o Paraguai – apesar das paraguaias presentes, unidas a soldados piauienses – O tradicional Te Deum, tão presente na cultura religiosa

³⁶⁷ GOYENA, Rodrigo. Diário do Conde d’Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai. 1ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

³⁶⁸ Estavam na recepção aos piauienses os ex-presidentes provinciais José Antônio Saraiva e Franklin Américo de Meneses Dória, o Senador pelo Piauí e por diversas vezes ministro João Lustosa da Cunha Paranaguá e alguns parlamentares piauienses. ARAÚJO, Johny. Op. Citada, p.217

³⁶⁹ CHAVES, Monsenhor Joaquim Raimundo Ferreira. Obra completa. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005, p. 232.

³⁷⁰ A IMPRENSA, Anno V, nº 248, de 18 de maio de 1870, p. 4. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=%22voluntarios%20da%20patria%22&pasta=ano%20187&pagfis=740>

³⁷¹ A IMPRENSA, Anno Vi, nº 263, de 08 de setembro de 1870, p. 1. Disponível em <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/A%20Imprensa/halj-zWPkZzq9rXCUGnDMQ==>

daquele tempo foi celebrado na Igreja do Amparo, que fica voltada para o cais do Rio Parnaíba, a principal ‘estrada’ do Piauí do século XIX.

Ainda ocorreram disputas acerca da versão vencedora para a recepção dos voluntários. Enquanto *A Imprensa*, ligada ao Partido Liberal, chama atenção para a má acomodação dos voluntários do Piauí. O jornal que se autointitulava órgão conservador, *O Piauí* traz em diversos números sucessivos³⁷², críticas ao que qualifica como falta de respeito empreendida pelos liberais. Enfim, as disputas político partidárias estão no cerne de praticamente qualquer oposição na qual figuravam uma folha conservadora e outra liberal, embora grosso modo, as publicações dos conservadores fossem mais virulentas do que as de *A Imprensa*, por exemplo³⁷³

A questão é que o papel da Imprensa no conflito contra o Paraguai não se limitou apenas a propaganda de guerra, mas como acorde final de sua atuação, os jornais disputavam até o último momento a atenção de seus leitores para a conclusão oficial da guerra, com a chegada dos voluntários.

A chegada dos voluntários do Piauí tendo à frente o Capitão João Lustosa da Cunha - sobrinho do Conselheiro Paranaguá, grande líder do Partido Liberal - não foi tão festejada como esperado, visto que diferenças partidárias entre ele e o governante da província teriam concorrido para que chegasse ao porto mais cedo do que o aguardado pela população³⁷⁴.

Esse número extremamente baixo de homens que retornam do conflito está registrado na obra do Monsenhor Chaves, publicada oficialmente em 1971 nos *Cadernos de Teresina*³⁷⁵. As observações de Joaquim Chaves, desde a década de 1950 chamam atenção para a renovação das abordagens historiográficas no Piauí, constituindo, juntamente com Odilon Nunes e Abdias Neves, uma tríade revolucionária para a abordagem acadêmica no estado³⁷⁶ – A Universidade Federal do Piauí seria criada apenas em 1971.

³⁷² O PIAUHY – Órgão do Partido Conservador. Anno IV. Teresina, 29 de agosto de 1870. Disponível em <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Piauí/6hMk2if7dpF8gDD0Wnt4YQ==>

³⁷³ RÊGO, op. citada, p. 82

³⁷⁴ CHAVES, op. citada, p.114

³⁷⁵ CHAVES, op. citada, página 16

³⁷⁶ Teresinha Queiroz, no prefácio da Obra Completa do Monsenhor Joaquim Ferreira Chaves, p.12

Como afirmou Johny Santana de Araújo³⁷⁷, uma grande quantidade de homens que regressou da guerra não retornou ao Piauí. Alguns voltaram em outros momentos, enquanto grande parte ficou no Rio de Janeiro, no sul do Império, ou se dirigiram aos locais de suas terras recebidas em colônias militares fornecidas como prerrogativas aos ex-voluntários da pátria. Até o presente momento, temos uma relação com pouco mais de 200 nomes de piauienses que retornaram ao Piauí. Além dos nomes fornecidos pelo Monsenhor Chaves, outros foram encontrados nos jornais pesquisados e no Arquivo Público do Piauí (APPI).

Até o final do conflito, havia grande interesse na Imprensa piauiense em relação ao retorno dos combatentes, inclusive antes de 1870 houve diversas notícias sobre ex-soldados que retornavam³⁷⁸ – principalmente quando parte deles era da elite da província – esse interesse foi minguando conforme passava o tempo, pois tanto a guerra se tornara cada vez mais impopular por questões como o recrutamento forçado e a demora em sua conclusão, quanto problemas econômicos que dificultavam cada vez mais a vida da população.

Pouco tempo depois do término do conflito outros assuntos entravam em pauta, como as epidemias de varíola que se abateram não só na cidade de Teresina por volta de 1875³⁷⁹, mas que foram frequentes durante todo o século.

Podemos citar também os efeitos da seca de 1877³⁸⁰, que levou à chegada de centenas de emigrantes de outros locais ao Piauí e impulsionou a formação de alguns núcleos destinados a receber aquelas famílias, além de chamar muita atenção na imprensa.

As lutas abolicionistas, que tiveram impulso inclusive na chegada dos voluntários, onde Deolindo Moura conclama aos senhores de escravos que libertem seus cativos em comemoração ao retorno dos combatentes. O abolicionismo foi associado também ao republicanismo, por figuras como o já citado David Moreira Caldas.

Ao final do texto de *A Imprensa* sobre a chegada dos voluntários do Piauí, lê-se: Voluntários Piauienses! Vós não necessitades mais de ovações populares, e nem tendes mais

³⁷⁷ ARAÚJO, Johny Santana. Festa na província do Piauí: O retorno do corpo de voluntários da pátria da guerra do Paraguai em 1870. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, a. 181 (482): 203-226, jan/abr. 2020, p. 222

³⁷⁸ Mais de dez anos depois do fim da guerra contra o Paraguai circulavam pelos jornais do Império narrativas sobre homens que buscavam retornar para suas províncias. É o caso de João Estevão Rodrigues que em 1888 é citado como um homem que procura retornar do Paraguai a sua terra natal, o Piauí. *A Imprensa*. Orgam do Partido Liberal. Anno XXIV. Theresina-Sabbado, 29 de setembro de 1888. N° 1040, capa.

³⁷⁹ CHAVES, op. citada, p.45

³⁸⁰ CHAVES, op. citada, p. 76-77

carência de palavras que louvem vossas heroicas façanhas, sempre brilhantes³⁸¹. O interesse pelo retorno dos voluntários passaria e a partir da dissolução do corpo, cada um deles enfrentaria novo conflito: retornar a casas e a amores que talvez não existissem mais. Quanto teria mudado em suas ausências? Como sobreviver em um contexto sem a guerra que, para bem ou para mal, conferiu sentido as vidas de muitos, pois a absoluta falta de relatos ou memórias de piauienses – existe um texto de José da Cunha Lustosa no Rio de Janeiro, poucas palavras na imprensa sobre as lutas, glórias e tristezas dos ex-combatentes, que aparecem geralmente ligadas à solicitação de algum emprego, como o estatuto dos Voluntários lhes conferia direito – mas dos mais humildes, da maior parte dos ex-soldados, temos apenas informações esparsas sobre momentos particulares de sua vida pós-guerra.

3.2 A VIDA DEPOIS DA GUERRA

Buscar informações sobre como viveram ex-combatentes do século XIX é uma tarefa ainda recente na historiografia brasileira. Um artigo de Johny Santana de Araújo³⁸² sobre as comemorações pelo retorno dos voluntários do Piauí é um exemplo desse nicho, onde se pode citar os trabalhos de Marcelo Augusto Moraes Gomes³⁸³, que se debruça sobre a figura dos Inválidos da Pátria – ex-combatentes que perderam partes do corpo e/ou movimentos devido aos ferimentos sofridos na guerra - e o Asilo de mesmo nome, localizado na antiga Corte do Rio de Janeiro. Dimensões como memória e esquecimento são trabalhadas pela tese de Marcelo Santos Rodrigues³⁸⁴. Ana Beatriz Ramos de Souza³⁸⁵ trata da memória que se formou em torno dos voluntários da pátria, contemplando eventos ocorridos até a Era Vargas.

Expectativa e Frustração, de Rodrigo Goyena³⁸⁶, chama atenção para a situação de muitos ex-combatentes que buscavam receber compensações pecuniárias pautadas no que estabelecia o Decreto que deu origem aos corpos de Voluntários da Pátria. Dialogando com

³⁸¹ A IMPRENSA, Anno Vi, nº 263, de 08 de setembro de 1870, p. 1. Disponível em <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/A%20Imprensa/halj-zWPkZzq9rXCUGnDMQ==>

³⁸² DE ARAÚJO, Johny Santana. Op. citada

³⁸³ GOMES, Marcelo Augusto Moraes. “A Espuma das Províncias – um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na corte (1864-1930). Tese – Doutorado em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

³⁸⁴ RODRIGUES, Marcelo Santos. Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento. Tese de Doutorado em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

³⁸⁵ SOUZA, Ana Beatriz Ramos de. Mártires da véspera: a construção da memória sobre a Guerra da Tríplice Aliança (1870-1945) Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2020.

³⁸⁶ SOARES, Rodrigo Goyena. Expectativa & Frustração: história dos veteranos da Guerra do Paraguai. Tese de Doutorado em História – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

esse espectro, destacamos a contribuição de Marconni Cordeiro Marotta³⁸⁷, que em um substancial trabalho de pesquisa faz um levantamento das demandas por aposentadorias e pensões – como muitas requeridas pelos veteranos do Paraguai e/ou suas viúvas – solicitadas ao governo do Brasil Imperial.

O Brasil que emerge da guerra contra o Paraguai ainda é um país monárquico, porém com uma propaganda republicana cada vez mais presente³⁸⁸. Homens públicos que construíram suas carreiras no Império, mas com forte predileção pelo sistema adotado nos Estados Unidos, irão fundar o Partido Republicano Paulista em Itu, 1873. A gênese daquele partido em terras paulistas não constitui de maneira alguma coincidência.

A campanha abolicionista teve forte impulso na década de 1870. Habilmente reivindicada pela propaganda republicana, foi abraçada pelo Exército brasileiro pois, dentre outros pontos, muitos negros agora eram irmãos de armas. A sociedade brasileira como um todo passa a adotar o costume de alforriar escravos em eventos como casamentos, aniversários e afins. No Piauí, assim como em diversas outras províncias, ocorreu grande alforria de escravos³⁸⁹ pela conclusão da guerra contra o Paraguai.

Infelizmente, o preconceito étnico e social atravessa nossa sociedade nos acompanha há séculos. No Rio de Janeiro, teria ocorrido agressão por parte de um subdelegado do Engenho velho ao ex-voluntário da Pátria Canuto José Antônio e de uma mulher que morava com ele em um quarto de cortiço. Segundo a nota publicada, o ex-combatente foi torturado até que se obtivesse uma confissão falsa de algum crime³⁹⁰. Embora chamando atenção para o fato ter acontecido contra um ex-voluntário, salta aos olhos a busca, entre os mais humildes, de bodes expiatórios para crimes difíceis de resolver.

Terminada em 1870, no ano seguinte seguiram-se acalorados debates no Senado do Império sobre diversos de seus métodos, como a atuação de seus comandantes, problemas políticos que se refletiram no recrutamento dos soldados e da falta de condições enfrentada por aqueles que foram lutar no Paraguai:

³⁸⁷ MAROTTA, Marconni Cordeiro. Previdência e Assistência no Brasil Imperial: As demandas por aposentadorias e pensões junto ao governo monárquico. Tese de Doutorado em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

³⁸⁸ COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à República: momentos decisivos. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

³⁸⁹ A Imprensa, Anno V, Theresina, 20 de junho de 1870, Edição 252.

³⁹⁰ A Reforma. Órgão Democrático. Anno II. Rio de Janeiro – Quinta-feira, 6 de janeiro de 1870. Nº 4, capa.

Sr. presidente, V. Ex. se ha de lembrar da guerra do Paraguay. Os ministros, cheios de zelo patriotico, mas pouco experientes, faziam soldados por toda parte e por todos os meios, sem que calculassem as necessidades de tão grande reunião de homens, sem lhes haverem preparado os commodos indispensaveis, a roupa, o calçado, o leito, a barraca, os medicamentos e até a comida! Succedeu o que se devera esperar da precipitação com a inexperiencia: metade das remessas succumbiu, achou a morte até na lama!³⁹¹

Naquela ocasião, o exemplo da falta de estrutura enfrentada pelos soldados na guerra contra o Paraguai foi lembrado como contraponto nas discussões acerca da Lei do Ventre Livre, que estabelecia a liberdade para os filhos de escravos nascidos a partir da data de sua publicação. Tal como as crianças que nasceriam libertas, houve nenhuma ou pouca preparação para o transporte, alimentação e outras necessidades dos soldados, inclusive muitos deles faleceram antes mesmo de partir para o campo de batalha.

Nas sessões do Senado, também foram discutidas as estratégias de compra de escravos para ser libertados e enviados à guerra. Uma petição³⁹² foi apresentada solicitando o número de escravos comprados para aquele fim, os valores gastos e também o preço médio das compras, embora a maior parte das discussões relativas ao pós-guerra tenha se referido a questões de natureza previdenciária.

O Brasil continuava a ser um país cuja economia apresentava crescimento, com a atividade agrícola sendo desenvolvida na maior parte de seu território, tendo o oeste paulista – onde surge o PRP - como local privilegiado na produção e comercialização da maior riqueza nacional naquele momento: o café.

Em outras regiões, havia atividades tais como a cultura açucareira, mineração, plantação de fumo, além da incipiente industrialização verificada no século XIX com personagens como Irineu Evangelista de Sousa e Delmiro Gouveia.

No *Sertão de dentro*³⁹³, a principal atividade era a pecuária, desde os idos coloniais. Ao contrário do Pampa brasileiro, que desenvolveu charqueadas, regiões como o Piauí continuavam tendo como principal atividade a pecuária extensiva.

³⁹¹ Fala do Barão de São Lourenço na 10ª Sessão do Senado do Império em 16 de maio de 1871. BRASIL: Annaes do Senado do Imperio do Brazil Anno de 1871, Livro 1. Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal, p.80.

³⁹² Solicitada por Luis Antonio Vieira da Silva (1828-1889), Senador pela Província do Ceará em sessão de 19 de setembro de 1871. BRASIL: op.citada, p.177

³⁹³ MACHADO, Paulo. As trilhas da morte. Teresina: Corisco, 2002

Na segunda metade do século XIX o Piauí conviveu com um forte ciclo extrativista, quando se exploravam o coco babaçu, a maniçoba e a carnaúba. Entretanto, isso não foi suficiente para que alcançasse o tão prometido progresso que suas elites insistiam em propagar aos quatro ventos³⁹⁴.

Fundada em agosto de 1852, Teresina substituiu Oeiras como capital da Província do Piauí, com a missão de simbolizar o progresso que finalmente chegaria e que exigia um novo espaço³⁹⁵ para sua materialização, valendo-se da navegação do Rio Parnaíba. Embora contando com edifícios novos e a administração provincial, a cidade era *escura como o inferno*, segundo alguns moradores da Rua da Glória³⁹⁶ que reivindicavam iluminação noturna. Apenas em 1871 algumas das ruas da capital passaram a ser iluminadas por lampiões³⁹⁷.

Depois do final da guerra contra o Paraguai, os documentos falam pouco sobre ela, apenas notícias esparsas sobre a situação do Brasil, as forças que ainda continuavam no Paraguai. Comemorações eram raras³⁹⁸. Apenas menções aos inválidos da pátria, vistos mais como motivos de incômodo do que de orgulho para a população pareciam ser mais presentes.

Em 1912, Jônatas Batista (1885-1935) escreve a peça *A voluntária da Pátria*, que traz de volta à cena do Piauí a figura de Jovita Alves Feitosa. Atualmente existem apenas partes do

³⁹⁴ ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010

³⁹⁵ GANDARA, Gercinair Silverio. Teresina: a capital sonhada do Brasil oitocentista. História (São Paulo) v.30, n.1, p.90-113, jan/jun 2011 ISSN 1980-4369

³⁹⁶ A antiga Rua da Glória, atual Rua Lisandro Nogueira é exemplo de processo que ocorreu em diversas cidades brasileiras: a abertura de novos logradouros ou sua renomeação em homenagem a figuras ligadas ao conflito contra o Paraguai. A atual Praça Pedro II era conhecida como *Praça Aquidaban*, a atual Praça Rio Branco era *Praça Uruguaiana*. Outras ruas foram batizadas com nomes ligados ao conflito recém-finalizado: Riachuelo, Rua da Imperatriz, Paissandu etc.

³⁹⁷ ARAÚJO, op. citada, p.59

³⁹⁸ Em raros momentos surgem nos jornais piauienses um ou outro registro de aniversário de batalha, fato escasso já na década de 1870. A nível nacional, foi idealizada a *Festa do Barracão* na capital do Império, idealizada como necessidade de reafirmação de uma identidade nacional e do poder do próprio Imperador. Foi aprovado um crédito especial de 200 contos de réis para uma malfadada comemoração realizada a 10 de julho de 1870 (data da saída de Pedro II rumo a Uruguaia, cinco anos antes) que foi um redundante fracasso. Para mais informações sobre aquela situação, ver “Discursos, poesias, flores, bonita recepção [...] e as pensões nada”! Os acontecimentos no retorno dos voluntários da pátria. Ana Beatriz R. de Souza. História: Debates e Tendências – v.15, n.2, jul/dez. 2015, p.411-426.

texto original³⁹⁹, que conta a história de uma jovem que decide partir para o conflito porque seu noivo havia sido vítima do famigerado recrutamento forçado⁴⁰⁰.

Na década de 1870, podemos observar que, a respeito da escravidão, cerca de 11% da população piauiense era escravizada⁴⁰¹, o que, comparado a outras províncias, denunciava um número baixo de escravos. Naquele contexto temos uma forte propaganda abolicionista vista no Piauí através de sociedades emancipadoras, embora atuando dentro dos limites da sociedade conservadora daquele período.

As já citadas epidemias de varíola e a seca de 1877 aumentaram as dificuldades enfrentadas por sua população. A seca causou um enorme deslocamento de famílias, principalmente do vizinho Ceará, causando segundo cronistas da época⁴⁰², desordem e inchaço populacional no Piauí e sobretudo na capital.

Naquele momento o poder público provincial apostou em políticas voltadas à caridade para tentar conter esse quadro preocupante, com a criação de instituições voltadas ao ensino de uma profissão aos jovens e asilo para os mendigos. Não havia, porém, ações governamentais no sentido de criação de empregos, devido às limitadas atividades desempenhadas na capital, que girava em torno do comércio.

Na cidade de Teresina, os principais grupos de trabalhadores autônomos estavam ligados a atividades tais como lavagem de roupas, alfaiates, sapateiros, floreiras, pedreiros, artesãos e vendedores de gêneros alimentícios⁴⁰³. Os grandes donos de terras possuíam seus agregados, assim como no resto do Piauí, com uma massa de lavradores que vivia da labuta com a terra.

Outro filão bastante procurado era o funcionalismo, onde as melhores funções cabiam aos bacharéis ou aqueles protegidos pelos líderes políticos da época, havendo uma estrutura que contava com escolas insuficientes e corpos de polícia – o que faria sentido também pela quantidade de crimes cometidos na província, ligados principalmente às consequências

³⁹⁹ A peça foi apresentada recentemente na sede da Academia Piauiense de Letras, mais especificamente em 8 de junho de 2019. Fonte <https://www.academiapiaiensedeletras.org.br/peca-jovita-ou-a-heroina-de-1865-sera-encenada-na-academia-piauiense-de-letras/>

⁴⁰⁰ SILVA, Ronyere Ferreira da. O teatro em Teresina: produções artísticas e tensões culturais (1890-1925) /Ronyere Ferreira da Silva, 2017. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí, 2017 p. 63

⁴⁰¹ KNOX, Miridan Brito. Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais no Piauí entre 1826 e 1888. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 1993

⁴⁰² ARAÚJO, op. citada, p. 66

⁴⁰³ ARAÚJO, op. citada. P. 54

nefastas da pobreza. Enfim, não haveria grandes perspectivas de ganhar a vida com o trabalho nem na capital, quanto mais no interior do território.

Para buscar pistas da vida daqueles ex-combatentes, propomos utilizar a micro-história seguindo as pistas deixadas por Carlos Ginzburg ao afirmar que aquilo que distingue um indivíduo de outro em todas as sociedades conhecidas é o nome, direcionando as pesquisas principalmente para os extratos subalternos da sociedade⁴⁰⁴. Dessa maneira, buscamos a redução na escala de observação do historiador com o intuito de perceber aspectos que passaram despercebidos, procurando estabelecer trajetórias de atores sociais – que não devem ser encarados como indivíduos em si, mas a vida dos mesmos estará sendo examinada em função de um problema⁴⁰⁵, o que difere a ação da biografia, por exemplo.

Ao retornar para casa, cada ex-combatente teve contato com sua realidade particular. Embora a maioria deles tenha desaparecido no decorrer da História, alguns deles alcançaram algum destaque na trajetória pós conflito, principalmente quando provinham de grupos familiares mais afortunados.

3.3 A SITUAÇÃO DA BOA SOCIEDADE⁴⁰⁶

A busca pelas ações dos ex-combatentes do Piauí na Guerra do Paraguai parece ser mais fluida dentro daqueles grupos ligados a famílias consideradas importantes e/ou pertencentes as elites, pois seus passos deixaram mais ‘marcas’ em ambientes como jornalismo – tanto na própria escrita quanto na documentação sobre sua participação social – administração da província, atuação em forças militares e/ou policiais em diversas localidades do Piauí, além de citados em algumas movimentações de suas vidas pessoais.

Neste texto, não temos objetivo de fazer uma crítica aqueles indivíduos mais benquistos pela sociedade piauiense, mas apenas fazer um contraponto entre as ofertas de fontes observadas para aqueles grupos – algumas delas, verdadeiros compilados genealógicos de descendentes ou outros pesquisadores interessados - em oposição as buscas pelas fontes acerca das pessoas mais humildes que retornaram do conflito.

⁴⁰⁴ GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Tradução de Antonio Narino. Lisboa, Difel, 1989, p.174-176.

⁴⁰⁵ BARROS, José D´Assunção. Sobre a feitura da micro-história. OPSIS, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007, p.176

⁴⁰⁶ Para o termo “Boa sociedade”, consultar MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Império da boa sociedade. São Paulo: Atual, 1991

Buscamos demonstrar algumas das figuras de elite neste momento para poder fornecer um panorama mais amplo daquela sociedade. Ao citar alguns personagens que são membros de grupos políticos importantes, como por exemplo Firmino Pires Ferreira, principal nome do Piauí durante a Primeira República (1889-1930), alguns membros da numerosa família dos Castelo Branco, que anteriormente já havia se destacado nos eventos da Balaiada no Piauí, que se levantou contra o governante da época, o Barão da Parnaíba, demonstramos o funcionamento de características que ainda regem muitas relações no país. Outros personagens também se destacam pela arregimentação em família e pela atuação na vida militar brasileira na “República velha”, como Nelson Pereira do Nascimento.

Anfrísio Fialho (1839-????), um dos oficiais que discordou do plano do Ministro Paranhos de continuar a luta após entrar em Assunção⁴⁰⁷, oriundo de família com recursos era oficial da Guarda Nacional⁴⁰⁸. Nascido em Oeiras, forma-se na escola militar de Engenharia e parte para a guerra contra o Paraguai. Galgando alguns postos, é gravemente ferido em 1869, obteve licença de dois meses para tratar-se no Brasil. Ainda retorna ao Paraguai. Em 1873 recebe as honras do posto de Major do Exército. Reginaldo Miranda informa

Com o fim da guerra e o afastamento do serviço militar, o reformado major de comissão e capitão de artilharia Anfrísio Fialho viaja para a Europa, a fim de prosseguir nos estudos, fixando-se na Bélgica e matriculando-se na Universidade de Bruxelas, onde estuda e obtém o grau de doutor em Ciências Políticas e Administrativas, em 1877⁴⁰⁹.

Como visto acima, suas posses permitiram-lhe levar uma vida confortável voltada à política e à propaganda republicana, colhendo os louros simbólicos da guerra, pois havia sido condecorado. Depois de 1889, exerce cargos políticos partidários:

Depois de proclamada a República (15/11/1889) no Brasil, foi eleito deputado constituinte pelo Piauí em setembro de 1890 e assumiu o mandato em 15 de novembro seguinte, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte no Rio de Janeiro. Promulgada a nova Carta constitucional em fevereiro de 1891, e iniciada a legislatura ordinária em junho seguinte,

⁴⁰⁷ DORATIOTO, Francisco Ferreira Monteoliva. Maldita guerra: Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.394

⁴⁰⁸ ARAÚJO, Johnny Santana de. Bravos do Piauí! Orgulhai-vos...A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai. 2ª ed. Teresina: EDUFPI, 2015, p.172

⁴⁰⁹ MIRANDA, Reginaldo. Anfrísio Fialho, herói da Guerra do Paraguai e propagandista da República. Em 15/11/2017, às 08H36. Disponível em <https://www.portalentretextos.com.br/post/anfrisio-fialho-heroi-da-guerra-do-paraguai-propagandista-da-republica>

passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, até dezembro de 1893⁴¹⁰.

Ainda participaria da Revolta da Armada, juntamente com o Almirante Custodio de Melo, contrário ao governo de Floriano Peixoto (1891-1894). Depois do ocorrido, afasta-se da vida pública.

Outro militar piauiense que ingressou na carreira política, intercalando-a com a militar foi Firmino Pires Ferreira (1848-1930), que seguiu para a guerra aos 18 anos, sendo promovido a alferes e a tenente antes do fim do conflito. Ao entrar na política partidária, foi o principal nome da política do Piauí, estando a frente do Partido Republicano Piauiense. Era chamado de *vaca brava* do Piauí, temido por inimigos e por amigos também⁴¹¹.

Lisandro Nogueira (1848-1907) fazia parte de uma família de posses e isso o qualificava como oficial da Guarda Nacional⁴¹². Seu destaque se inicia no seu retorno do conflito, em junho de 1870.

Acha-se entre nos o Sr Lisandro Francisco Nogueira, nosso distinto comprovinciano que tendo deixado a Faculdade de Direito para tomar parte na (ilegível) guerra do Paraguai como voluntario da Pátria, volta agora cheio de gloria a sua terra natal. Os relevantes serviços prestados ao paiz durante cinco annos por este benemérito piauiense nos campos de batalha em que se portou com denodo e heroísmo merece-lhe os hábitos da rosa e de christo, a medalha do mérito e bravura e as honras do posto de capitão do exercito. Nos o felicitamos por sua prospera viagem e fazemos votos por sua felicidade⁴¹³.

Uma das formas mais bem vistas de se avaliar a atuação de um ex-combatente era através de seu registro, geralmente chamado de *fé de ofício*⁴¹⁴. A sua era repleta de termos elogiosos, como podemos observar:

Capitão – Lysandro Francisco Nogueira, natural da provincia do Piauhy, nasceu em 1848, solteiro, filho de Francisco José Nogueira. Sendo acadêmico da Faculdade de Direito na cidade de Recife (...) alistou-se como voluntario da pátria (...) na qualidade de 1º cadete (...) marchou com o exercito a 5 de fevereiro de 1866 (...) entrou no combate do dia 2 de maio, e mereceu o seguinte elogio: portou-se com denodo e distincção indo até as trincheiras inimigas; a 9 do dito mês foi nomeado instructor para o 14º corpo de voluntários da pátria (...) Entrou na grande batalha de 24 de maio, sendo elogiado na parte dada por este corpo ao commando em chefe (...) portou-se como no dia dois com muita coragem, bravura e sangue frio, sendo também

⁴¹⁰ LOPES, Raimundo Hélio. FIALHO, Anfrísio (verbete) Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FIALHO,%20Anfr%C3%ADsio.pdf>

⁴¹¹ LOPES, Raimundo Helio. FERREIRA, Firmino Pires (verbete) Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FERREIRA,%20Firmino%20Pires.pdf>

⁴¹² ARAÚJO, Johny Santana de. Op. citada, p. 172

⁴¹³ O PIAUHY – Orgão do Partido Conservador. Anno IV. Theresina, 04 de junho de 1870. Disponível em https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Piauhy/s_-L43DIrotBFrbnGIB8bQ==

⁴¹⁴ Espécie de folha de serviço de servidor público, civil ou militar.

dos que mais se distinguiram entre seus companheiros, comprovando seu merecimento do dia dois (...) elogiado pelo brigadeiro general Dom Venancio Flores (...) Por decreto imperial de 17 de agosto do mesmo anno [1866] foi agraciado com a ordem de Nosso Senhor Jesus Christo pelos relevantes serviços prestados nos combates de 16 e 18 de abril, 2 e 24 de maio⁴¹⁵ (...)

Ao retornar ao Piauí, Lisandro Nogueira retoma seus trabalhos na Guarda Nacional no posto de Capitão, sendo bem visto no decorrer de sua carreira, alcançando posições como de 2º secretário da Assembleia Provincial do Piauí⁴¹⁶, além de Comandante da Polícia Militar do Piauí.

Sua fé de ofício foi assinada pelo tenente-coronel honorário Apolinario Florentino de Albuquerque Maranhão Sobrinho, no Quartel das Cinco Pontas de Pernambuco, em 14 de abril de 1870. Os elogios daquele oficial superior a Lisandro Nogueira ocuparam três quartos de página, sendo o mais extenso dos que surgiram em nossas pesquisas.

Pacífico da Silva Castelo Branco (1829-1888), membro de importante família do Piauí, comandou por cerca de três anos um dos batalhões de combatentes da província. Ao retornar da guerra tornou-se abolicionista e foi um dos fundadores da Sociedade Abolicionista Libertadora Barrense⁴¹⁷ (relativa à cidade de Barras).

Entre seus convocados figuravam dois primos que retornaram vivos ao Piauí depois do conflito: Theodoro de Carvalho e Silva Castello Branco (1829-????) ficou conhecido como *Poeta caçador*, publicando o livro *A harpa do caçador* em 1884. Além dele foi convocado Hermínio Carvalho Castello Branco, autor da *Lira Sertaneja*. Haveria ainda outro poeta da família na guerra: Eudoro Emiliano de Carvalho Castello Branco, que faleceu no Rio de Janeiro em 1878, sem deixar descendência⁴¹⁸.

Muitos ex-combatentes fizeram solicitações de empregos e outras benesses ao retornar ao Piauí. Um depoimento registrado pelo Monsenhor Joaquim Chaves se destaca por ser uma carta publicada em jornal da época:

De volta daquela campanha na qual gastei cinco anos de minha vida pugnando pela honra nacional, baldo de recursos, falta de meios para subsistir com decência e dignidade, dirigi-me a S. Excia. O Sr. Dr. Manoel

⁴¹⁵ Jornal A Imprensa Anno V. Theresina, Segunda-feira, 28 de junho de 1870 Ed.252 p.2

⁴¹⁶ O PIAUHY – Órgão do Partido Conservador. Anno IV. Ed. 244 Theresina, 10 de dezembro de 1872, p.3 Disponível em <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Piauhy/OlnceXWWpPKqJ2td9pcWOA==>

⁴¹⁷ CASTELO BRANCO, Homero. Castelo Branco: ontem e hoje./Homero Castelo Branco. Teresina: Livraria e Editora Nova Aliança, 2019, p. 323. Para os primos Theodoro e Hermínio Castelo Branco, ver pág. 325.

⁴¹⁸ FERREIRA, Edgardo Pires. A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: Os Castello Branco/Edgardo Pires Ferreira – 1ª ed – Guarulhos, SP: ABC Editorial, 2011, p. 128

do Rêgo Barros Souza Leão, Presidente desta Província, pedindo-lhe um emprego, baseando-se no Decreto nº 3371 de 7 de janeiro de 1865, o qual mandar dar a preferência aos Voluntários da Pátria sobre outro qualquer indivíduo com igualdade de habilitação. Tudo de balde. Quatro vezes repeti o mesmo pedido invocando em meu favor razões tais que pareciam impossíveis de não serem apreciadas. Respondeu-me da última vez, verbalmente: estava tratando de economizar os cofres públicos e não de esbanjar o dinheiro da nação. Esqueceu-se S. Excia. de que o Voluntário não procurou economizar nem seu tempo, nem seu sangue, nem sua vida, quando a Pátria dele precisou. E eis agora a sua situação; depois de haver triunfado das balas inimigas, depois de haver adornado o peito com honrosas condecorações que atestam seus relevantes serviços na Campanha do Paraguai, o Voluntário sucumbe na sua própria terra aos repetidos golpes da indigência, vítima do rigoroso braço da ingratidão. Teresina, 24 de Fevereiro de 1871 Belarmino de Carvalho Castelo Branco⁴¹⁹

Chaves arremata: “É sempre assim. A guerra é uma calamidade para os que a fazem”.

Estamos nos referindo a um capitão honorário do Exército⁴²⁰. Como teria sido sua sorte depois deste acontecimento? Procuramos tentar responder a partir de um número do periódico *O Piauí* que apresenta despacho datado do dia 14 do fevereiro com decisão relativa ao requerente:

Belarmino de Carvalho e Silva Castello Branco – O decreto citado pelo suplicante prefere, em igualdade de habilitações, aos voluntários da pátria, mas para os empregos que vagarem, pois não é de justiça exonerar aqueles que servem satisfatoriamente os seus empregos, não estando por tanto vago actualmente o lugar de commandante do corpo de policia que pretende o suplicante, nem nenhum outro, não pode por hora ser deferido, ficando certo de que aguardarei qualquer oportunidade para atendel-o, como acabo de fazel-o⁴²¹.

Aqui se observa a versão do governo provincial acerca da solicitação apresentada pelo requerente Belarmino de Carvalho Castelo Branco. Membro da Guarda Nacional de Oeiras, é chamado para intervir em conflitos entre destacamento de polícia e guardas nacionais ocorridos naquela localidade⁴²². Naquele mesmo ano, era nomeado comandante do destacamento da Vila de Príncipe Imperial⁴²³. No decorrer da vida, foi sendo nomeado para alguns cargos públicos tais como Ajudante de ordens da presidência da província do

⁴¹⁹ Apud CHAVES, Monsenhor, op. citada. P.239 citando “O Amigo do Povo”, de 31 de março de 1871.

⁴²⁰ CHAVES, op. citada, p.231 – “Por decreto de 6 de julho de 1870, do Ministério da Guerra”

⁴²¹ O PIAUHY – Órgão do Partido Conservador. Anno IV. Ed. 164 Teresina, 11 de março de 1871, p. Disponível em <https://s3-sa-east1.amazonaws.com/pmuploads/O%20Piauhy/QWv62AHluGJf8p5w7tlAYg==>

⁴²² A Nação (RJ) Jornal politico e comercial. Ed. 0049 de 5 de março de 1874, p.1

⁴²³ Secretaria de Polícia do Piauí. Atual Crateús, no Ceará. Em 1880 os governos do Piauí e do Ceará fizeram uma troca de território: O Piauí cederia ao Ceará as vilas de Príncipe Imperial e Independência, em troca da vila litorânea de Amarração – atual cidade de Luís Correia.

Piauí⁴²⁴, chegando a tabelião “de público, judicial e notas e escrivão do cível”⁴²⁵. A partir do ano seguinte solicita e recebe licenças para cuidar da saúde. Mais uma série de processos ocorrem até que consegue autorização para contratar um substituto – Manoel Clementino da Silva Costa para “o qual deverá pagar a terça parte do rendimento, conforme a lotação”⁴²⁶. Seu nome figura em almanaques do Ministério da Guerra datados de 1886 e 1887, mas não podemos afirmar com certeza se ele ainda vivia naquela data.

Belarmino de Carvalho Castelo Branco retornou do conflito e foi nomeado para alguns cargos em sua carreira. Em muitos casos apresentava petições e, assim como muitos outros, numerosos ‘cumprimentos às altezas imperiais’ – Dom Pedro II e a Imperatriz Teresa Cristina. Seu histórico, tanto como membro da Guarda Nacional quanto de veterano do conflito contra o Paraguai teriam lhe angariado vantagens que podem ter sido comuns no período, se a posição do requerente fosse de um ex-oficial no conflito, é claro.

Sobre os idos do alistamento para a guerra em seu começo no Piauí, tivemos

Oficiais já reformados do Exército, Oficiais da Guarda Nacional, ofereciam-se, em carta, ao Presidente, pedindo-lhe permissão para marcharem. A maioria era recusada, porque não se enquadrava mais nas instruções recebidas do sul; uns eram doentes, outros, de idade avançada; outros, arrimo de família. Recusados por estes motivos, voltavam a escrever ao Presidente oferecendo-lhe os filhos em idade militar. Quando não podiam marchar, por esta ou por aquela razão, ofereciam dinheiro para as despesas de guerra⁴²⁷.

Em situações como as descritas acima, também acontecia de pais levarem filhos para o conflito e com alguma raridade, ambos retornam com vida do palco de guerra. O Capitão da Guarda Nacional Jesuíno Pereira do Nascimento, teria aceitado, sem vencimentos, a missão de partir com um grupo de homens para o Paraguai. Adoentado, retornou quanto estava em Santa Catarina e teve três meses de licença para tratar-se. Ao final de sua licença retornou à linha de batalha e “além de sua pessoa e mais dois filhos que já tem no sul, oferece mais um que marchará consigo, se for aceito⁴²⁸”

⁴²⁴ O Globo. Ed. 0175 de 27 de junho de 1876 p.2; Reforma (RJ) nº 142, de 28 de junho de 1876 p. 3.

⁴²⁵ Jornal da Tarde (RJ) Ed. 81. 8 de junho de 1877, p.2

⁴²⁶ Gazeta de Notícias (RJ) Ed. 296, de 23 de outubro de 1883, p.2

⁴²⁷ CHAVES, op. citada, p.212

⁴²⁸ Ofício nº 258 endereçado ao Presidente da Província do Piauí, datado de 1 de fevereiro de 1868. Casa Aniso Brito. Caixa “Voluntários” APPI.

Ao retornar da guerra, foi nomeado oficial de gabinete da Presidência da Província em 1869⁴²⁹. Faleceria dez anos depois, em 13 de novembro de 1879⁴³⁰.

Um de seus filhos que retorna da guerra, Silvestre Pereira do Nascimento, é nomeado Tenente honorário do Exército em 1871⁴³¹ e passa a servir como alferes na Companhia policial do Piauí, solicitando licenças para tratar de sua saúde em junho⁴³² e dezembro de 1872⁴³³, sendo ambas aprovadas. Não encontramos mais informações sobre sua vida.

Nelson Pereira do Nascimento, irmão de Silvestre e também veterano da campanha do Paraguai, recebe o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa em 1867⁴³⁴, ferido em batalha em 1868⁴³⁵. Ao retornar ao Piauí é incorporado à Cia de Linha da província, sendo nomeado seu comandante em 1887.⁴³⁶ É descrito como “militar inteligente, moralizado e disciplinador, digno sempre de confiança”⁴³⁷. Destaca-se na área da engenharia, dentro do processo de adequação dos portos da cidade de Teresina, além de lutar contra a erosão do solo⁴³⁸. Em 1889 é nomeado Comandante do 26º Batalhão de Infantaria de Teresina⁴³⁹. Naquele ano teria participação na Proclamação da República no Piauí.

Com a proclamação da República (15/11/1889), integrou a junta de governo formada no Piauí, composta ainda pelo capitão Nemésio Reginaldo de Sá, pelo alferes João de Deus Moreira de Carvalho, por Teodoro Alves Pacheco, pelo tenente-coronel Joaquim Dias de Santana, pelo cônego Tomás de Moraes Rego e por João da Cruz e Santo, o barão de Uruçuí. A junta ficou no poder por dez dias, de 16 a 26 de novembro de 1889, e foi deposta por Gregório Taumaturgo de Azevedo, enviado pelo presidente Deodoro da Fonseca para assumir o governo do Piauí⁴⁴⁰.

⁴²⁹ Jornal O Piauí, Anno II, ed. 72 de 10 de abril de 1869, p.4. Disponível em https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Piauí/yCldDCrLX_CgalV3ANhc1Q==

⁴³⁰ Jornal A Imprensa, Ed. 617 de 15 de novembro de 1879, p.4 Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=783765&pasta=ano%20187&pesq=%22Jesuino%20Pereira%22&pagfis=1694>

⁴³¹ Jornal O Piauí, Anno IV, ed. 158 de 28 de janeiro de 1871, p.4. Disponível em https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Piauí/XNKRLI3oueZcLT2a_s_9Pw==

⁴³² Jornal O Piauí, Anno VI, ed. 221 de 8 de junho de 1872, p. 2. Disponível em <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Piauí/bms0-522W5cqZCm-bCbK1w==>

⁴³³ Jornal O Piauí, Anno VI, ed. 246 de 28 de dezembro de 1872, p.2. Disponível em <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/O%20Piauí/5NOJxMkn8eiMhtuyFafIYQ==>

⁴³⁴ Diário do RJ, Ed. 67 p.2 de 19 de março de 1867.

⁴³⁵ Correio Mercantil (RJ) Ed. 86 p.2 de 27 de março de 1868.

⁴³⁶ Jornal A Imprensa 989 p.3 de 15/10/1887

⁴³⁷ Jornal A Imprensa 1034 p.4 de 18 de agosto de 1888;

⁴³⁸ Entrega a obra de arrampamento do porto da localidade Barrinha, da qual estava encarregado. Jornal A Imprensa 1036 p.4 de 1 de setembro de 1888;

⁴³⁹ Jornal A Imprensa 1090 p.1 de 16 de setembro de 1889;

⁴⁴⁰ NASCIMENTO, Nelson Pereira do. Dicionário da Elite Política Republicana. Rio de Janeiro:CPDOC.2020.In:<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/NASCIMENTO,%20Nelson%20Pereira%20do.pdf>

Durante a Primeira República (1889-1930), foi nomeado ajudante de ordens do governo e no mesmo ano, Capitão Comandante Interino do 35º Batalhão de Infantaria⁴⁴¹. Foi ainda promovido a Coronel por merecimento em 1901⁴⁴². Tomando a família Nascimento como base, tiveram relativo sucesso tanto no conflito quanto na carreira militar seguida após o retorno ao Piauí, alcançando, principalmente o último dos filhos citado, altos postos de comando no Exército. Nelson Pereira dos Nascimento faleceu em 04 de fevereiro de 1907. Sua viúva recebeu pensão que posteriormente foi transmitida à filha, Flavia do Nascimento Barbosa. Após o falecimento da mesma, foi aberto processo para que a pensão ficasse com a neta, Maria de Lourdes Carvalho Zordan,

A finalidade primordial da pensão por morte amparar aqueles que dependiam economicamente do contribuinte. O benefício em exame já cumpriu sua finalidade, pois, deferido em 1907 à viúva, reverteu para as filhas, todas já falecidas. Com a morte da última beneficiária em 17/03/81, habilitou-se a neta inválida, que detem o estado civil de casada. A despeito das razões expostas pela Inspetoria, entendo que a interessada não faz jus ao benefício, ante o fato assinalado pelo ilustre representante do Ministério Público e à vista do Enunciado nº 27 das Súmulas deste Tribunal. Nestas condições e tendo presente o decidido em Sessão de 12/08/86, no TC-1.504/77-0, por mim relatado, data venia do entendimento da 5ª IGCE, acompanho a proposta do ilustre representante do Ministério Público e VOTO seja considerada ilegal a concessão e recusado o registro do ato de fls. 228. Sala das sessões, em 23 de outubro de 1986 Adhemar Ghisi Ministro-Relator⁴⁴³

Como visto, o entendimento do ministro relator do processo foi desfavorável à transmissão da herança do ex-combatente para a neta, pois o nascimento dela ocorreu após a data da morte de Nelson Pereira do Nascimento e a sua pensão, segundo o relator, já teria cumprido seu papel de sustento à viúva e as filhas do Coronel. Situação diversa a encontrada em diversos outros processos brasileiros, onde descendentes beneficiados obtiveram pensões por mais de um século⁴⁴⁴.

⁴⁴¹ Jornal Estado do Piauí Ed. 04 p.2 de 22/01;1890;

⁴⁴² O Nortista (Parnahyba) Ed.36 p.3 de 7 de setembro de 1901;

⁴⁴³ BRASIL. Tribunal de Contas da União. Secretaria das Sessões. Ata de Sessão Plenária. Nº 78, de 23 de outubro de 1986. (Sessão Ordinária) Aprovada em 11 de novembro de 1986. Publicada em 21 de novembro de 1986. Páginas 16, 82 e 83. Disponível em https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:zocR_798y6MJ:https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp%3FfileId%3D8A8182A250725719015080C6EA95347B+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

⁴⁴⁴ REVISTA PIAUI. A pensão de 107 anos. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/pensao-de-107-anos/>

3.4 DE VOLTA A CARREIRA DE ARMAS

Não é por acaso que a figura traumatizada do soldado que retorna para a vida civil chama tanta atenção em mídias como o cinema. O homem que passa tempos longe de sua terra e dos seus torna-se desterritorializado, sem compreender algumas mudanças e muitas vezes, também sendo incompreendido. Naquele momento a sociedade atravessava discussões como o republicanismo e o abolicionismo. A desigualdade era igual ou pior do que aquela já conhecida pelos ex-combatentes. Nem os que ficaram, nem os que retornaram eram mais os mesmos. Nada mais natural, portanto, que o desajustamento entre eles e a sociedade que os recebia em festa, na primeira hora⁴⁴⁵

Ao desembarcar no cais de Teresina, muitos dos ex-combatentes imaginavam o que os aguardava ao chegar em casa. Amores esperando, filhos crescidos, parentes doentes ou mortos e a questão universal: Como conseguir o sustento?

Retornando a uma província de população muito pobre e que passava por graves dificuldades econômicas, esses ex-combatentes se deparariam com essas novas condições aliadas ao tempo em que muita coisa mudou.

Mesmo que o patriotismo não possa ser descartado, a grande maioria dos homens que lutaram no Paraguai esperava gozar de vantagens ofertadas em um momento em que a boca da guerra se abria de forma a abarcar cada vez mais soldados e o governo imperial acabou expandindo a diversos combatentes vantagens que em um primeiro momento, seriam exclusivos aqueles corpos que ficaram conhecidos como Voluntários da Pátria⁴⁴⁶.

Embora casos de ex-combatentes negros reduzidos à escravidão não tenham sido encontrados na então Província do Piauí, devemos fazer uma breve observação de denúncias sobre esse tipo de problema surgidas em outras províncias:

Secretaria da policia da província do Rio de Janeiro, 5 de julho de 1870 – Não devendo voltar á escravidão os indivíduos de condição servil que fizeram parte de nosso exercito e armada na guerra que tivemos contra a República do Paraguay, embora se alistassem com occultação de sua condição, declaro a V.S. que em tal hypothese, é de seu estrito dever providenciar de serem restituídos á liberdade os indivíduos que nessas circunstâncias foram dellas esbulhados, ficando salvo aos seus suppostos senhores o direito de reclamar do governo a indemnização com a prova de domínio, afim de senão repicta o facto que acaba de dar se no termo da Parahyba do sul, de ser um voluntario da pátria violentamente preso e conduzido para o poder de um particular que se dizia seu senhor, e que so fora posto em liberdade pela intervenção da autoridade. Neste sentido deve

⁴⁴⁵ CHAVES, op, citada, p. 238

⁴⁴⁶ Podemos citar o decreto 3505 de 4 de agosto de 1865 que garantiu aos guardas nacionais as mesmas prerrogativas reservadas aos Voluntários da Pátria.

V.S. oficiar aos subdelegados e mais agentes policiaes de seu districto (...) – O chefe de Policia, Antonio Carneiro de Campos⁴⁴⁷.

O recrutamento de homens negros escravizados para seguir para a guerra com certeza contribuiu para que muitos vislumbrassem a perspectiva de libertar-se da escravidão. No senado do Império houve discussões acerca de homens que tendo retornado do conflito contra o Paraguai como soldados livres, voltaram desafortunadamente a ser presos, como podemos ver quando o Senador Francisco José Furtado (1818-1870) inquiriu o então Ministro da Guerra, o Marquês de Muritiba acerca da prisão de ex-combatentes:

O meu requerimento tem por fim saber do governo: 1º se porventura é exacto que existe preso para ser vendido, como bens do evento, José Fernandes Barcellos, cabo de esquadra de voluntarios da patria. 2º Se achasse em ferros o voluntario da patria José Maria, que assentando praça com o nome de Joaquim Soares do Bomfim, marchou para MattoGrosso, segundo informação que tenho de pessoa fidedigna, fez a campanha, e voltando para o Paraguay, fez toda a campanha do Paraguay, e obteve tres condecorações por distincção. Esse homem, indo comprar um bilhete na estação de Entre-Rios, foi preso, e se acha em ferros, como escravo. Desejava saber se o nobre ministro conhece estes factos, e se está disposto a pedir ao corpo legislativo, caso não julgue ter os meios necessarios para a alforria desses dous voluntarios da patria. Se um individuo qualquer, cuja honra tivesse sido salva por um escravo, não lhe dêsse a liberdade, seria um miseravel. Se o Brasil soffresse que voltassem á escravidão dous homens que exposeram a vida em defeza da honra e da dignidade nacional, o Brasil não poderia mais fallar em honra e dignidade sem expor-se ao mais justo escarneio e desprezo das nações cultas. Portanto, desejo saber se os factos alludido são exactos, e se o nobre ministro tem meios para mandar alforriar esses dous voluntarios da patria; e caso não tenha e não queira pedil-os, eu apresentarei no orçamento um artigo autorisando o governo a mandar alforriar todos os voluntarios da patria que porventura estiverem em iguaes circumstancias.⁴⁴⁸

A fala do Senador Furtado corrobora a citação anterior, que fala de um ex-voluntário preso na Paraíba do sul, pois a distância entre ela e Entre Rios é de cerca de 11 km. Chama atenção o posicionamento do Senador Furtado em defesa do ex-combatente, embora a partir da década de 1870 o abolicionismo estivesse em voga no Brasil. Aqui a autoimagem brasileira de nação civilizada é sabiamente usada para se criticar a escravidão de um homem, embora inserido dentro da lógica do voluntário da pátria.

⁴⁴⁷ Jornal Pedro II. Anno 31. Fortaleza, terça-feira, 26 de julho de 1870. Nº153, p.3. Paraíba do sul é um município fluminense localizado a cerca de 140 km da cidade do Rio de Janeiro.

⁴⁴⁸ Fala do Senador Francisco José Furtado na Sessão de 9 de junho de 1870. BRASIL: Annaes do Senado do Imperio do Brazil Anno de 1870, Livro 1. Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal, p.122.

Para aqueles que já gozavam de liberdade e retornaram do conflito, a segunda maior expectativa de todas, a de uma guerra curta, tal como foram as outras questões platinas⁴⁴⁹, havia se dissipado ainda nos idos de 1865. Uma guerra longa não era esperada por aqueles ex-combatentes que agora, buscavam colher os frutos das promessas feitas pelo governo imperial em um momento em que foram feitas uma série de promessas para aqueles homens que marchavam ao Paraguai, onde a maioria não retornou e por vezes suas esposas e filhos foram em busca de seus direitos adquiridos.

Já falamos há pouco que iremos nos pautar na utilização da micro-história para buscar informações sobre aquela multidão sem rosto, com base em suas trajetórias. Pierre Bourdieu chama atenção para o fato de que a passagem de uma trajetória para outra depende, muitas vezes, de acontecimentos coletivos como guerras, crises, encontros ou privilégios, dependendo da posição e das disposições daqueles que vivenciam tais eventos⁴⁵⁰. No caso dos membros da boa sociedade piauiense, observamos que muitos deles desenvolveram ótimas carreiras no pós-guerra, mesmo que não figurem em jornais ou outras fontes. Quanto aos grupos mais humildes, a experiência com a guerra aliada as poucas possibilidades de trabalho parecem ter empurrado muitos deles para a carreira militar, sobretudo no Corpo de polícia, ao invés do exército⁴⁵¹.

Com experiência militar, a carreira das armas parece ter sido uma alternativa óbvia para muitos piauienses que combateram na Guerra da Tríplice Aliança. Em nosso levantamento feito com ex-combatentes, em número aproximado de 200, 15 deles seguiram carreira no exército e 20 entraram na companhia de polícia da província do Piauí.

Em 10 de setembro de 1870, uma semana após o retorno do 50º corpo de voluntários da pátria, tivemos a criação no Piauí de um Corpo de depósito provisório, que ficou sob o comando do Capitão Antônio José Vidal de Negreiros, onde foram incorporados os oficiais e praças voluntários da pátria que não quiseram se desligar do Exército⁴⁵².

No ano seguinte, ex-combatentes fizeram parte da Companhia de 1ª linha (que por sua vez, absorvera o corpo de depósito provisório, que contava com 150 praças, 1 tenente e 2

⁴⁴⁹ Trata-se dos conflitos contra Aguirre e Oribe, do Uruguai e Rosas, da Argentina, ocorridos entre 1851 e 1864.

⁴⁵⁰ BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. Tradução Daniela Kern; Guilherme J.F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007, p.104.

⁴⁵¹ SOUZA, Ana Beatriz R. de. Op. Citada, p.413

⁴⁵² MATOS, Op. citada, p. 252

alferes, sob comando de um capitão. Em 1889 essa companhia organizou o governo provisório do Piauí⁴⁵³.

Dos 20 ex-combatentes com ligações com o Exército, pelo menos 10 receberam cargos honorários, alguns deles ao final do conflito.

Por decretos de 6 do corrente, e em atenção aos relevantes serviços prestados na guerra contra o Paraguay, foram concedidas as honras dos postos militares do exercito aos indivíduos abaixo declarados: (...) E aos seguintes officiaes do 50º corpo de voluntários da pátria: De major: aos majores addidos ao dito corpo Antonio Herculano da Costa Brito e Francisco Dias da Costa. De capitão: aos capitães Luiz José de Almeida Couto, Joaquim José de Lemos Piauhy, Francisco de Oliveira Neves, Francisco de Souza Ferreira Rabello, **João Lustosa da Cunha, Bellarmino de Carvalho Castello Branco**, Manoel Ramos de Oliveira Coelho, José Juviniiano, Cicero Rodrigues de Oliveira e Arthur Silveira da Veiga. De tenente: aos tenentes José Pedro de Lima, João Cordeiro de Carvalho, José dos Passos Queiroz, Luiz de Macedo Carvalho Junior, Domingos Limeira Carovy, João Calisto Amora, Samuel Lopes Delgado Maruja, Cesario Jose Alexandrino dos Santos, Francisco Correa de Noronha, Emygdio Getulio de Oliveira, **Raymundo Auxencio da Silva Oliveira, Joaquim Ayres Cardoso**, Manoel Martins de Jesus, ajudante José Pedro da Silva Souto. De alferes: aos alferes Angelo José de Oliveira, **Belarmino Cavalcanti de Albuquerque, Francisco Ferreira de Carvalho**, Deocleto da Silva Monteiro, Manoel Tisomé de Medeiros, Manoel da Silva Ribeiro, **Mariano Alves Pacheco de Lyra**, João Ferreira de Oliveira, Antonio Pio Augusto Palmeira, Firmino Lino de Oliveira Galvão, Manoel Virgolino, João Alves de Paiva, Sabino Monteiro de Mello, Thomaz Florencio de Mattos, Manoel Fructioso Dias, Antonio Justino Nogueira, Jose Antonio Ferreira Nobre, Martiniano Eleuterio da Silva, Luiz Rodriguez Monteiro, Antonio Jose da Silva Junior, Antonio Luiz da Silva Guimarães, José Domingues de Araujo, Antonio Deoclesio Gonzaga, secretario Amancio José de Paiva⁴⁵⁴

Os nomes em negrito são de oficiais piauienses agraciados com títulos militares honorários⁴⁵⁵. O primeiro deles a ser citado, João Lustosa da Cunha (1827-1901), Barão de Santa Filomena e irmão do Marquês de Paranaguá⁴⁵⁶, foi o comandante do 2º Corpo de Voluntários da Pátria que partiu do Piauí para lutar na guerra, sendo também comandante do corpo piauiense que retornou do Paraguai⁴⁵⁷. Foi um crítico ao que chamou de indiferença dos

⁴⁵³ CHAVES, Op. Citada, p.207. Entre os membros do governo provisório, havia o também ex combatente Nelson Pereira do Nascimento.

⁴⁵⁴ Jornal Diario do Rio de Janeiro, Anno 53, N.187, Sabbado 9 de Julho de 1870. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&pesq=%22jOAQUIM%20AYRES%20CARDOSO%22&pasta=ano%20187&pagfis=26063

⁴⁵⁵ Além desses postos honorários, o decreto nº 5158 de 5 de dezembro de 1872 concedeu aos combatentes as honras dos postos em que serviram no conflito. Veja Matos, Op. Citada, p.255

⁴⁵⁶ João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821-1912) foi um importante líder político do Partido Liberal.

⁴⁵⁷ Jornal A Imprensa, Edição 0263, de 8 de setembro de 1870, capa.

governantes com o retorno dos voluntários⁴⁵⁸. Sua família era das mais importantes na política da província do Piauí nos tempos do Império. Desempenhou cargos na política local, como subdelegado de polícia em Bom Jesus, do qual foi exonerado a pedido em 1881⁴⁵⁹, atuando ainda como inspetor de ensino provincial em Parnaíba⁴⁶⁰. Notamos que grande parte de sua importância advém de suas relações familiares e de poder.

Belarmino de Carvalho Castello Branco já foi citado anteriormente. Teve uma carreira com alguns cargos, também ligada à importância da qual gozava sua família naquele momento e nas décadas seguintes. Os Castello Branco são uma tradicional família piauiense da qual se tem dados desde seu patriarca, Francisco da Cunha Castello Branco, nos idos do século XVII.

Raymundo Auxêncio da Silva Oliveira exerceu o posto de delegado de polícia no termo de Barras⁴⁶¹, enquanto Joaquim Ayres Cardoso pleiteou, juntamente com outros ex-combatentes, uma indenização pela quantidade de soldo e forragens que teria gastado por sua própria conta no retorno ao Piauí. A quantia pleiteada, de 47\$120 réis foi negada. Joaquim Ayres Cardoso empregou-se como imediato do Vapor Paranaguá, falecendo de febres na cidade de Parnaíba em 1872⁴⁶².

Belarmino Cavalcante de Albuquerque alistou-se como voluntário da pátria ainda em 1865, retornou do conflito e foi nomeado delegado de polícia de Pedro II em 1873⁴⁶³. Já na fase republicana, é nomeado comandante do 22º batalhão de infantaria⁴⁶⁴.

O alferes Francisco Ferreira de Carvalho envolveu-se em alguns problemas durante sua carreira militar. Nomeado comandante do destacamento da Vila de Príncipe Imperial⁴⁶⁵ em lugar do tenente Raimundo Auxêncio da Silva Oliveira – citado há pouco – vê grupos locais lutando para que ele não permaneça no cargo:

(...)delegado suplente do termo de Príncipe Imperial, João Ferreira de Mello Falcção, datado de 31 do mez passado, e em que o mesmo delegado pede a reintegração do tenente Auxencio da Silva Oliveira no commando do

⁴⁵⁸ Jornal A Imprensa, Edição 0266, de 26 de setembro de 1870, página 3

⁴⁵⁹ Jornal A Imprensa, Edição 0713, de 29 de dezembro de 1881, capa.

⁴⁶⁰ Ofício nº 271 – Diretoria geral da instrução pública em Teresina, em 09 de agosto de 1890. Relatórios dos presidentes dos estados brasileiros, 1890 a 1930, p.42.

⁴⁶¹ Antiga Vila, hoje cidade distante cerca de 118 km da capital, Teresina.

⁴⁶² Jornal A Imprensa, Edição 0342, de 29 de fevereiro de 1872, página 4

⁴⁶³ Jornal O Piauí, Edição 0267, de 10 de junho de 1873, capa. Pedro II é uma cidade distante cerca de 200 km de Teresina.

⁴⁶⁴ Jornal do Comercio (RJ) Edição 0148 de 28 de maio de 1892, página 2.

⁴⁶⁵ Atual Crateús, no Ceará. Sua distância até Teresina é de cerca de 310 km

destacamento da dita villa, demetido do mesmo pela nomeação do alferes Francisco Ferreira de Carvalho pela razão de possuir o primeiro todos os requisitos para o bom desempenho do cargo, não sucedendo o mesmo com o segundo, que além de mais se desmoralizado e desmoralizado e ignorante, conforme se exprime o delegado. Causou verdadeira surpresa a esta presidência o juízo que, antecipadamente e sem ulterior indagação, fez o delegado das qualidades moraes e habilitações do nomeado, somente com o fim calculado de realçar as de seu antecessor ⁴⁶⁶.

Ao final do texto, é confirmado que o Alferes Francisco Ferreira de Carvalho continuará no cargo, inclusive porque qualifica como crime a ação de João Ferreira de Mello e de Raimundo Auxêncio de não querer cumprir a ordem que foi transmitida pelo presidente da província.

Os acontecimentos daquela localidade chamam atenção tanto pelo envolvimento constante do líder do Partido Conservador João Ferreira de Mello quanto pelo envolvimento de três oficiais citados nesta parte do texto: o tenente honorário Antônio Lopes Teixeira e os já citados alferes Francisco Ferreira de Carvalho e o tenente Raimundo Auxêncio da Silva.

Antônio Lopes Teixeira informa que logo depois de retornar do Paraguai, foi nomeado para comandar o destacamento que englobava as vilas de Príncipe Imperial e Independência por determinação do presidente provincial Manoel José Espínola Junior.

Sendo responsável pela condução de dois presos até a cadeia da vila de Príncipe Imperial, teria sido informado que o delegado João Ferreira de Mello Falcão não estava na vila para receber os presos, mas que os entregasse para o carcereiro, conforme orientação prévia.

Julgando que não teria problemas com as figuras da lei daquela localidade, informa ter se enganado, pois teria sido atacado em sua honra pelo referido João Ferreira de Mello Falcão, que chegou a escrever ao presidente provincial para que Lopes Teixeira fosse demitido do posto – ação que, segundo Lopes Teixeira, seria motivada pelo desejo que o delegado tinha de colocar em seu lugar um protegido político. Tendo sido defendido pelo ajudante de ordens da presidência e pelo chefe de polícia da província, permaneceu à frente do destacamento até quando foi nomeado delegado da localidade de Marvão, tendo sido substituído pelo tenente Raimundo Auxêncio da Silva – ao qual João Ferreira de Mello Falcão tentaria cooptar para o seu ‘lado’, mas cujo comando teve curta duração, sendo substituído por sua vez pelo alferes

⁴⁶⁶ Jornal O Piauhy, Edição 0163, de 4 de março de 1871.

Francisco Ferreira de Carvalho, o que teria dado origem as críticas dirigidas a sua pessoa vistas acima. Ao final da história, Mello Falcão acabara por ser substituído em sua função⁴⁶⁷.

Embora a situação acima tenha envolvido 3 dos oficiais que retornam da guerra contra o Paraguai, sua dinâmica está ligada às disputas por poder local, relacionadas, por sua vez, à filiação ou ao Partido Conservador, ou ao Partido Liberal.

Em 1875 o alferes honorário é nomeado para o posto de alferes da 5ª cia do 24º batalhão da Guarda Nacional de Oeiras⁴⁶⁸ – antiga capital do Piauí

Nas eleições de 1877 – naquele momento as votações ocorriam dentro das igrejas – a mesa paroquial transfere para a casa de um particular os trabalhos ligados à eleição de vereadores, juizes de paz e eleitores, pois a entrada estaria guardada por uma força de linha sob comando do alferes Francisco Ferreira de Carvalho, que alegava cumprir ordens do delegado de polícia⁴⁶⁹

Aliado a isso, o Juiz de Paz Joaquim Lopes Gallo apresenta protesto contra o referido alferes ao presidente da província, acusando-o de portar-se mal no cotidiano, além de desafiá-lo na ocasião em que tentou prender duas mulheres que estariam se digladiando no meio da rua, impedindo que os homens designados para efetuar as prisões concluíssem as ordens do juiz de paz⁴⁷⁰, que *A Imprensa* elogiou como importante nome ligado ao Partido Liberal naquela localidade⁴⁷¹.

Já no período republicano, o alferes Francisco Ferreira de Carvalho substituiu Nelson Pereira do Nascimento, que estava indo comandar o 35º batalhão de infantaria - na função de ajudante de ordens do presidente estadual Gregório Taumaturgo de Azevedo (1889-1890)⁴⁷². Naquele mesmo ano, foi nomeado capitão da 3ª cia da guarda republicana⁴⁷³

O capitão Pedro José de Moura Leal retorna ao Piauí com uma fé de ofício bastante favorável tal como Lisandro Nogueira, visto anteriormente. Desempenha alguns cargos importantes, seguindo carreira militar dentro da província, como comandante do

⁴⁶⁷ Jornal A Imprensa, Anno VII. Theresina, quinta-feira, 6 de julho de 1871, Edição 311 p.3

⁴⁶⁸ Jornal A opinião conservadora, Edição 094, de 16 de dezembro de 1875, pagina 4

⁴⁶⁹ Jornal do Comercio (RJ) Edição 040, de 9 de fevereiro de 1877, pagina 3

⁴⁷⁰ Jornal A Imprensa, Edição 0508, de 9 de junho de 1877, pagina 3

⁴⁷¹ Jornal A Imprensa, Anno XII, Theresina, 7 de maio de 1877, Edição 0503, pagina 3

⁴⁷² Jornal Estado do Piauhy, Edição 004, de 22 de janeiro de 1890, pagina 2

⁴⁷³ Jornal Estado do Piauhy, Edição 046, de 6 de maio de 1890, pagina 4

destacamento da Guarda Nacional da Vila de Independência⁴⁷⁴ e como encarregado da Casa da pólvora de Teresina⁴⁷⁵, ao final da década de 1870, mas chama atenção o que ocorre em diversos momentos do Segundo Reinado, as disputas entre membros dos partidos políticos.

Depois das críticas feitas ao tratamento inadequado ao chefe liberal João Lustosa da Cunha, comandante do 2º corpo de voluntários da pátria, vemos *A Imprensa*, órgão do Partido Liberal, chamar atenção para a demissão de Pedro José de Moura Leal, por ser parente próximo do chefe liberal José Manoel de Freitas. A crítica cai sobre Manoel José Espínola Júnior, qualificado como membro do grupo conservador⁴⁷⁶. Não observamos réplica dessas acusações nos jornais conservadores do Piauí naquele momento, como *A Época* e *O Piauí*.

O alferes Mariano Alves Pacheco Lira, nomeado para o posto de alferes da 3ª cia do 16º batalhão da Guarda Nacional de Marvão⁴⁷⁷, posteriormente faz solicitação de 47\$120 ao governo imperial, assim como o tenente Raimundo Auxêncio, mas também não foi atendido. Solicitou também sem sucesso, uma posição de vaqueiro nas extintas fazendas nacionais⁴⁷⁸. Tempos depois, consegue uma colocação na companhia de infantaria da província, mas em pouco tempo é substituído⁴⁷⁹. Naquele mesmo ano, solicita e lhe é negada a inclusão no exército no posto de alferes⁴⁸⁰

Observamos que, dentro deste breve universo de oficiais piauienses que se dedicaram a carreira de armas, seja no exército, seja na polícia, na maioria dos casos suas atuações ficaram limitadas aos acontecimentos inerentes a elas, não se destacando em outras áreas que se afastassem das mesmas, com algumas exceções que seguiram por exemplo, carreira política. Agora, como teria se dado a carreira de armas dos ex-soldados, anspeçadas⁴⁸¹ e cabos da guerra do Paraguai em seu retorno a vida civil no Piauí?

3.5 A ATUAÇÃO DE EX-COMBATENTES NO CORPO DE POLÍCIA DO PIAUÍ

O livro “Soldados de Tiradentes” é um elogio ao papel da Polícia Militar do Piauí desde seus primeiros tempos. Em suas páginas, Celso Pinheiro Filho e Lina Celso Pinheiro atravessam a história do Piauí tendo aquela instituição como motivo condutor.

⁴⁷⁴ Jornal O Piauí Ed. 285 p.4 de 27 de outubro de 1873;

⁴⁷⁵ Jornal A Imprensa. Anno XIV. Theresina, Quinta-feira 25 de julho de 1878Ed. 551 p.2

⁴⁷⁶ Jornal A Imprensa. Anno VI. Theresina, Sexta-feira 30/09/1870; Ed. 267p.2

⁴⁷⁷ Jornal O Piauí, Edição 0105, de 9 de outubro de 1869, capa. A Vila de Marvão, atualmente Castelo do Piauí, fica a cerca de 194 km de Teresina.

⁴⁷⁸ Jornal O Piauí, Edição 0156, de 14 de janeiro de 1871, página 2

⁴⁷⁹ Jornal A opinião conservadora, Edição 017, de 12 de maio de 1874, página 2

⁴⁸⁰ Jornal do Comercio (RJ), Edição 0167, de 18 de junho de 1874, capa

⁴⁸¹ Antiga graduação de praça entre soldado e cabo.

A resolução de número 13, de 25 de junho de 1835 criou o Corpo de polícia da província do Piauí, seguindo a ordem dos acontecimentos que, desde a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, deram origem a Guarda Real de Polícia, que agiria como força policial de tempo integral⁴⁸² e serviria de base para outras forças provinciais. No Piauí, a resolução partiu do presidente provincial, Manuel de Sousa Martins⁴⁸³:

Cria um corpo de Polícia composto de Estado-maior e duas Companhias, com a força total de 309 praças. O Barão da Parnaíba, Presidente da Província do Piauí: Art. 1º - Fica criado nesta Província do Piauí um Corpo de tropas de Polícia, composto de um Estado-Maior e duas Companhias, com a força total de 309 praças. Art. 2º - O Estado- Maior constará de um capitão comandante, 1 sargento-ajudante e 1 sargento quartel-mestre; e cada Companhia de 1 tenente, 2 alferes, um 1º sargento, dois 2ºs sargentos, 1 furriel, 8 cabos, 2 corneteiros e 136 soldados. Art. 3º - Essa tropa será engajada e, na falta, recrutada pela forma que prescrevem as leis e instruções para o recrutamento da 1ª linha do Exército⁴⁸⁴

Com relação ao contexto da Guerra do Paraguai, o Corpo de Polícia partiu para o conflito, sendo segundo Marcelo Cardoso, aquela tropa organizada, permanente e paga no Piauí durante parte do século XIX e o momento em que foi dissolvida em razão de sua mobilização para a campanha do Paraguai no mês de abril do ano de 1865⁴⁸⁵.

Embora propagandeado como um fato heroico, o envio do corpo de polícia ao Paraguai causou um aumento no número de ocorrências na província, o que fez com que o governo provincial buscasse prover outra força policial custeada pelos cofres públicos⁴⁸⁶.

Sobre a marcha do corpo de polícia para o sul, o Monsenhor Joaquim Ferreira Chaves afirma que ao apelo do presidente, toda a Polícia do Piauí se apresentou voluntariamente para marchar, menos o alferes Ludgero Gonçalves Dias⁴⁸⁷.

Sem fazer juízo de valor pelo fato do alferes Ludgero Gonçalves Dias não haver se apresentando voluntariamente para marchar ao Paraguai, visto haver tanto isenções legais quanto não era obrigatório que o corpo de polícia marchasse para o sul, mesmo não tendo ido para a guerra, desenvolveu uma carreira considerável na polícia do Piauí, sendo membro da

⁴⁸² CARDOSO, Marcelo. “Juro defender a constituição política do império e obedecer a meus superiores [...]”: corpo de tropas da polícia da província do Piauí 1835-1865. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2018. 144 fl. Pág. 40

⁴⁸³ Manuel de Sousa Martins (1767-1856), conhecido como Barão e depois Visconde da Parnaíba, governou a província do Piauí quase de forma ininterrupta entre 1821 e 1841.

⁴⁸⁴ PINHEIRO FILHO, Celso; CELSO PINHEIRO, Lina. Soldados de Tiradentes: história da Polícia Militar do Piauí. p. 20. Rio de Janeiro. Editora Artenova S.A. 1975. Pág. 20-21.

⁴⁸⁵ CARDOSO, op. citada, p. 24

⁴⁸⁶ CARDOSO, op. citada. p. 59

⁴⁸⁷ CHAVES, op. citada, p.211

comissão de socorro às vítimas da febre em Príncipe Imperial⁴⁸⁸, comandante do destacamento das vilas de Príncipe Imperial e Independência⁴⁸⁹, delegado⁴⁹⁰, desempenhando também na Vila de Barras o papel de recrutador de soldados para a guerra⁴⁹¹, Capitão Comandante interino da capital, Teresina em 1868⁴⁹², nomeado alferes da companhia de polícia em 1874⁴⁹³, encarregado do expediente da companhia de polícia⁴⁹⁴, benquisto por restabelecer a ordem pública no termo dos Humildes⁴⁹⁵ (atual Alto Longá) em 1880, assumiu o cargo de comandante da PMPI entre 1885 e 1888⁴⁹⁶, sendo promovido a tenente no ano seguinte do fim do seu comando⁴⁹⁷. Listamos alguns dos fatos de sua vida para demonstrar que, mesmo que não tivesse trabalhado como recrutador para a guerra contra o Paraguai, Ludgero Gonçalves Dias não sofreu reprimendas visíveis que atrapalhassem sua carreira na companhia de polícia da província, alcançando o cargo máximo em sua hierarquia, conseguindo aposentar-se com distinção e conseguindo bons casamentos para suas filhas.

O professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, nascido em Teresina no ano de 1927, é bisneto materno do citado alferes. Em sua obra *Rua da Glória*⁴⁹⁸, dividida em 4 volumes, faz uma breve, porém interessante descrição sobre a memória familiar sobre aquele período, por meio de uma fala de sua *Dinda*, que contava por volta de 80 anos de idade à época em que a inquiriu:

Minha consulta àquele oráculo familiar sobre a Guerra do Paraguai despertou-lhe a lembrança e muitas reminiscências, alegrando-me muito. A “Guerra do López” segundo sua designação, havia deixado grandes marcas, em suas recordações de menina. Durou um tempão! Os cinco anos de guerra, longe do teatro de operações, nas recordações de uma menina dos seus 8 a 12 anos, poderia ser frágil, mas era possível. Seria a idade mesma do seu inquiridor sobrinho neto. Lembrava-se ela sobretudo do “recrutamento”, quando os rapazinhos novos eram apanhados para mandar para o sul, enfrentar o frio e as tropas dos castelhanos. Contava-me que o pai – o Alferes Ludgero – em missão de recrutador (alistamento de “voluntários”), repugnava ver-se envolvido naquela missão. Sobretudo para quem não embarcava para a luta – pelo posto e por ser arrimo de família – não ficava bem enviar os outros. Lembrava-se ela de noivados prejudicados, espanto dos rapazes ao se verem enviados para o outro extremo do Império, lutar

⁴⁸⁸ Jornal Correio Mercantil (RJ) Ed.280 p.1 – 14 de outubro de 1865;

⁴⁸⁹ Jornal A Imprensa 34 p.2 de 17 de março de 1866

⁴⁹⁰ Jornal A Imprensa 35, p.1 de 24 de março de 1866;

⁴⁹¹ Jornal A Imprensa 134, p.3

⁴⁹² A Imprensa 166, capa. 26 de setembro de 1868;

⁴⁹³ Jornal A Imprensa 534 p.4 de 14 de março de 1878

⁴⁹⁴ A Imprensa 625 p.2 de 17 de janeiro de 1880;

⁴⁹⁵ A Imprensa, 667 p.6 de 11 de dezembro de 1880;

⁴⁹⁶ Piauí. Polícia Militar A História da Polícia Militar do Piauí./ Laécio Barros Dias e Aelson Barros Dias, organizadores. _Teresina: Gráfica Expansão, 2010, P.87

⁴⁹⁷ Jornal A Imprensa 1081 p.1 de 13 de julho de 1889

⁴⁹⁸ Rua da Glória é o antigo nome da atual Rua Lisandro Nogueira, em Teresina.

sabia-se lá exatamente por quê. A Pátria havia sido insultada. Era necessário agir. Lavar a honra ultrajada. Matar e... morrer, se preciso⁴⁹⁹.

As visões sobre o recrutamento realizado para a guerra contra o Paraguai coadunam com as críticas realizadas por diversos autores de nossa historiografia, sendo plausíveis para compreender o desconforto do alferes Ludgero Gonçalves Dias com aquela função, embora os comentários sobre sua atuação como recrutador tenham sido elogiosos:

Tendo d'esse importante serviço encarregado o Exmo. Sr. Dr. Doria ao Sr. Capitão Ludgero, este honrado delegado procedeu ao recrutamento de tal maneira, que não nos consta o ficamento de desditosas mães, irmãos ou velhos pobres pais chorando a falta de seu filho ou filhos que constituíssem seu único arrimos ou consolações foi portanto semelhante serviço effectuado com tanta prudência e descrição que a própria lavoura ou agricultura não sentirá a falta de taes braços⁵⁰⁰

Os autores de “Soldados de Tiradentes” fazem o elogio aos piauienses e ao corpo de polícia da então província, que partiu para o palco de guerra, com 80 homens. Eles apontam em suas pesquisas – além do comandante do corpo, Manoel Hilário da Rocha e dois alferes(*João Pedro de Oliveira e mais outro*) – os nomes do 2º sargento Antônio Francisco do Rosário, cabos Raimundo Pereira de Brito e Tibério Nunes de Araújo e os soldados Antônio Francisco de Azevedo e José de Sousa Pereira⁵⁰¹, até o momento, são os únicos nomes recuperados pela historiografia piauiense, com uma minoria de membros que aparecem em algum tipo de notícia, tanto em jornais quanto em documentos pesquisados no Arquivo Público do Piauí.

Embora tenha marchado ao Paraguai, podemos supor que a participação do Sargento Antônio Francisco de Rosario naquele conflito tenha sido deveras curta, pois *A Imprensa* de 14 de novembro de 1868 o acusa de praticar recrutamento forçado a frente de 18 soldados em Oeiras, descrito como um sargento de polícia de nome Antônio Francisco do Rosario, ébrio de profissão, acompanhado de um oficial de justiça percorrendo uma ribeira da comarca de Oeiras⁵⁰² procedendo abusos. Cerca de um mês depois, surge novamente, agora cercando a Fazenda Burity Grande e denominado sargento de polícia Antônio Francisco do Rosario

⁴⁹⁹ MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Rua da Glória 1: rumo à cidade nascente (1850-1896) /Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. – Teresina:EDUFPI,2015 p. 117-18.

⁵⁰⁰ Jornal A Imprensa. Anno I, Theresina, Sabbado 21 de abril de 1866, nº 39 p.4

⁵⁰¹ PINHEIRO FILHO, Celso; PINHEIRO, Lina Celso. Soldados de Tiradentes (História da Polícia Militar do Piauí) Rio de Janeiro: Artenova, 1975, página 55

⁵⁰² Jornal A Imprensa, Edição 173, de 14 de novembro de 1868, pagina 2, disponível em <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/A%20Imprensa/ZkPMbqQzDIw=>

Curinga⁵⁰³, que continuava procedendo abusos no recrutamento. Em 1882, Antônio Francisco do Rosario é sargento reformado do corpo de polícia⁵⁰⁴, cerca de dois meses depois, solicita alistamento como eleitor⁵⁰⁵, tendo sua solicitação negada por aspectos legais da natureza do pedido.

O cabo Raimundo Pereira de Brito requereu pensão por tornar-se Inválido da Pátria⁵⁰⁶. Em 1878 aparece como praça reformada do exército, fazendo jus a um crédito de 6:291\$560 oriundos do orçamento para aquele ano do Ministério da Guerra⁵⁰⁷.

Os outros três policiais citados nominalmente por Celso Pinheiro – Antônio Francisco de Azevedo, José de Sousa Pereira e Tibério Nunes de Araújo - não foram localizados nos arquivos de jornais e documentos do pós-Guerra da Tríplice Aliança.

Tivemos diversos ex-combatentes que entraram na polícia da província do Piauí depois de seu retorno do Paraguai. A anteriormente citada obra *Cotidiano e pobreza*, ambientada nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, demonstra que não havia muitos empregos para absorver os ex-combatentes, logo o ingresso no corpo de polícia da província foi visto por muitos como tábua de salvação.

Ao solicitar o ingresso na companhia de polícia, era cobrado que o ex-combatente deveria fornecer sua excusa, recebida ao final da campanha de guerra e a mesma deveria ficar em poder do corpo da autoridade política da província. O praça João Gomes Ferreira foi preso por negar-se a entregá-la ao ajudante de ordens da presidência da província. Enquanto a ação foi tratada por *A Imprensa* como um ato hediondo, pois era um novo crime previsto em certos

⁵⁰³ Jornal A Imprensa, Edição 178, de 19 de dezembro de 1868, pagina 3, disponível em <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/A%20Imprensa/JCrXu4IEyR4=>

⁵⁰⁴ Jornal A Imprensa, Edição 746 de 23 de setembro de 1882, página 6 Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=%22sargento%22&pasta=ano%20188&pagfis=2309>

⁵⁰⁵ Jornal A Imprensa, Edição 753 de 18 de novembro de 1882, página 5 Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=%22sargento%22&pasta=ano%20188&pagfis=2345>

⁵⁰⁶ Jornal O Piauí, Edição 213 de 6 de abril de 1872, capa. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217204&pasta=ano%20187&pesq=%22Invalido%20da%20Patria%22&pagfis=405>

⁵⁰⁷ Jornal A Imprensa, Edição 553 de 13 de agosto de 1878, página 2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=783765&pasta=ano%20187&pesq=%22553%22&pagfis=1468>

artigos do código, por meio do subentende-se (...) no governo do Sr. Dr. Manoel do Rego fica subentendido que o voluntario da pátria não é cidadão(...) ⁵⁰⁸

Já o Jornal *O Piauí* justifica a prisão do ex-voluntário da pátria de que o mesmo havia sido preso e com toda justiça, pelo Sr chefe de polícia, pelo facto de ter dirigido palavras inconvenientes e desrespeitosas ao ajudante de ordens da presidência (...) o que não deixa de ser um crime previsto por lei ⁵⁰⁹. Mesmo ao admitir que a obrigação da entrega da excusa não fosse prevista pelo regulamento, defendeu a ação do governo ao alegar que muitos soldados que haviam assentado praça, desertaram do serviço e andavam por aí livres, afirmando que eram voluntários excusos do serviço.

Passado o entrevero, o soldado João Gomes serviu durante a década de 1870 até meados de 1880, quando foi acometido por doença, internado e por fim acabou falecendo em 7 de junho ⁵¹⁰. O mesmo número de *A Imprensa* informa que os seus últimos e parcos vencimentos – 10\$500 reis - não foram pagos nem a ele nem a Maria Theresa de Jesus, mulher solteira em cuja casa veio a falecer, ensejando desconfiança sobre a conduta do ex-comandante de infantaria da província, o Capitão Ulysses Salles, que não soube precisar sobre o paradeiro do vencimento do falecido e de outros praças.

O alferes Manoel da Costa Pereira teve uma carreira curta no conflito contra o Paraguai, já sendo descrito como ‘ex-alferes’ em 1866 ⁵¹¹, tendo conseguido uma colocação como escrivão dos feitos da fazenda geral, mas exonerado em 1868 por disputas políticas internas ⁵¹². Com a criação de um Corpo Provisório de primeira linha na província, pleiteou uma vaga no mesmo:

Manoel da Costa Pereira, alferes da GN d’esta capital, voluntario da pátria do 1º corpo desta provincia, tendo prestado dous annos de serviço no campo inimigo vem hoje perante V Exa impetrar a graça de mandal-o incluir no Provisorio que acaba de ser criado, visto como o suplicante não tem outro

⁵⁰⁸ Jornal A Imprensa, Anno VI. Theresina, Sábado 6 de maio de 1871, Ed. 301, p.3, Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=783765&pasta=ano%20187&pesq=voluntario&pagfis=943>

⁵⁰⁹ Jornal O Piauí Órgão do Partido Conservador. Anno V. Theresina, 13 de maio de 1871, Ed. 172, p.4 Disponível <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217204&pasta=ano%20187&pesq=%22JOAO%20GOMES%20FERREIRA%22&pagfis=304>

⁵¹⁰ Jornal A Imprensa, Anno XVII. Theresina, Sabbado 27 de agosto de 1881, Ed. 698, p.3, Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=%22joao%20gomes%20ferreira%22&pasta=ano%20188&pagfis=2084>

⁵¹¹ Jornal A Imprensa, Anno II. Theresina, 15 de setembro de 1866, Ed. 60 p.1

⁵¹² Jornal A Imprensa, Anno IV. Theresina, 2 de maio de 1868, Ed. 145 p.4

meio mais seguro que possa sustentar sua numerosa família que consta de des pessoas em clusive duas órfãs filhas de um seu irmão, que tamebm como VP prestou quatro annos de serviço nos campos do Paraguay. Não (ilegível) alegar nem uma d´essas coisas si não fosse as criticas circunstancias em que me acho, por que não queria recompensa alguma do governo por um serviço que tam voluntariamente prestei a minha pátria, mas como vejo os meus companheiros serem accomodados em razão devo excusar-me de acceiar e desde já fico certo que V Exa me attendera, tanto mais quando tenho sido testemunha da justiça que caracteriza os actos de V Exa⁵¹³

Sua solicitação foi indeferida pela presidência da província, que alegou: *Não pode por ora ter logar o que pede o suplicante*. O corpo provisório, em sua curta duração, chegou a abrigar alguns ex-combatentes da guerra contra o Paraguai que não haviam conseguido outra ocupação.

Desempenhou as funções de Secretário interino da Santa Casa de Misericórdia de Teresina⁵¹⁴, depois nomeado suplente de delegado⁵¹⁵ e *Escrivão do civil, crime e execuções* do termo de Amarante⁵¹⁶. deve ter fixado residência naquela cidade, pois dois anos depois seu nome aparece em uma petição para conseguir fundos com objetivo da criação de um lazareto para cuidar de doentes de varíola em Amarante⁵¹⁷. Temos notícia de que em 1878, o ex-alferes era falecido⁵¹⁸. Não podemos afirmar que tenha sido devido a contatos/indicações políticas ou por causa das prerrogativas de ex-voluntário, mas o referido ex-combatente teve uma vida relativamente bem-sucedida – se a compararmos com as vivencias da maioria dos ex-soldados - fora da guerra.

Um dos piauienses citados pelo Monsenhor Chaves como dos que retornou em 1870⁵¹⁹, Vicente de Rôla Pinto também seguiu carreira no Corpo de polícia. Encontramo-no solicitando e conseguindo sua reforma em 1881, com o soldo anual de 80\$640⁵²⁰ (oitenta mil seiscentos e quarente réis). Para efeito de comparação, a professora pública da então Vila de

⁵¹³ Ofício de nº 251 enviado por Manoel da Costa Pereira ao Presidente da Província, Manoel José Espinola, datado de 13 de setembro de 1870, respondido dois dias depois, em 15 de setembro de 1870.

⁵¹⁴ Jornal O Piauí: Órgão do Partido Conservador. Teresina, 28 de setembro de 1869, Ed. 133 p.4

⁵¹⁵ Jornal O Piauí: Órgão do Partido Conservador. Teresina, 30 de setembro de 1871, Ed. 190, p.2

⁵¹⁶ Jornal O Piauí: Órgão do Partido Conservador. Teresina, 10 de junho de 1873, Ed. 267, p.4. Amarante é uma cidade fundada em 1871, localizada a cerca de 160 km de Teresina.

⁵¹⁷ Jornal A Opinião Conservadora. Teresina, 31 de outubro de 1875, Ed. 88, p.4

⁵¹⁸ “Se acha aberta a concorrência aos officios de 2º tabelião, escrivão do civil e crime deste termo, que foram creados pelo artigo 1º da resolução provincial nº 615 de 14 de agosto de 1868 e se achão vagos pelo fallecimento do serventuario Manoel da Costa Pereira. Jornal A Imprensa, Anno XIV. Teresina, 13 de agosto de 1878, Ed. 553 p.4

⁵¹⁹ CHAVES, op. citada

⁵²⁰ Jornal A Imprensa, Anno XVI. Teresina, 27 de maio de 1882, Ed. 731 p.6 – Complemento 29. Disponível <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=%22Vicente%20Rola%20Pinto%22&pasta=ano%20188&pagfis=2239>

Jaicós, Antônia Rosa Dias de Freitas foi jubilada com o ordenado de 600\$000⁵²¹ (seiscentos mil réis).

Em 1883, já aposentado surge uma petição sua, na qual o cabo de polícia reformado requerendo dinheiro a que se julga com direito⁵²². Não observamos se conseguiu o seu intento, mas o vemos, já na república sendo demitido do posto de guarda, que ocupava no município de Teresina, por sugestão do vereador Macario Lima⁵²³.

Anteriormente citado como um dos ex-combatentes a solicitar recebimento de prazo de terras na antiga Colônia militar de Óbidos, Misael Francisco de Lemos exerceu a função de delegado de polícia na antiga Vila de Marvão⁵²⁴. Desconhecemos por quanto tempo exerceu aquele cargo, mas oito anos depois aparecia na imprensa em discussões de cunho legal - e também político – com figuras como o Cônego Thomaz de Moraes Rego⁵²⁵

Não podemos afirmar que Misael Francisco de Lemos tenha recebido seu prazo de terras, mas no ano seguinte da manifestação do ajudante de ordens da província do Pará⁵²⁶, foi nomeado encarregado do deposito de artigos bélicos da província do Piauí⁵²⁷, sendo dispensado daquele cargo cerca de dois anos depois⁵²⁸.

O alferes honorário ainda figura como recebedor de uma gratificação de Estado-maior de 2ª classe no valor de 138\$000 (cento e trinta e oito mil réis), referente ao ano de exercício de 1890⁵²⁹. Não podemos afirmar que os benefícios – as terras e a gratificação por desempenho de função – pudessem ser acumulados, então a questão sobre o recebimento das terras segue sem resposta.

⁵²¹ Idem, mesma página. Jubilação significa aposentadoria.

⁵²² Jornal A Época. Órgão do Partido Conservador, Anno VI. Theresina, 14 de outubro de 1883, Ed. 275 p.3 Disponível <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=164135&pesq=%22Vicente%20Rola%20Pinto%22&pasta=ano%20188&pagfis=645>

⁵²³ Jornal O Estado do Piahy, Theresina, 7 de fevereiro de 1890, Ed. 11, p.3 <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844136&pesq=%22Vicente%20Rola%20Pinto%22&pasta=ano%20189&pagfis=43>

⁵²⁴ Jornal Diario do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1875, Ed. 35, capa.

⁵²⁵ Jornal A Época – Órgão Conservador, Anno VI. Theresina, 17 de março de 1883, Ed. 248, p.3

⁵²⁶ Ver citação de número 71.

⁵²⁷ Jornal Cidade do Rio (RJ), de 3 de agosto de 1889, Ed. 173, p.2

⁵²⁸ Jornal O Paiz. Anno VII. Rio de Janeiro, Sabbado, 18 de abril de 1891, Ed. 3279, p.2

⁵²⁹ BRASIL. Relatório apresentado ao vice presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Francisco Antonio de Moura em Abril de 1893. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, p. 164. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=720950&pesq=%22misael%20francisco%20de%20lemons%22&pagfis=2522>

3.6 EX-COMBATENTES QUE NÃO SEGUIRAM A CARREIRA DE ARMAS

A busca por dados de ex-combatentes que não seguiram o caminho das armas depois da guerra, seja no Exército, Guarda Nacional ou Corpo de Polícia é deveras complicada, visto que os registros nos jornais e/ou documentos oficiais não costumam versar sobre o que ‘não é notícia’. A vida comum não chama atenção, tampouco vende jornais.

A busca por informações acerca desses indivíduos leva-nos de encontro à micro-história que, segundo José D’Assunção Barros, funciona mais como uma abordagem, dentre outras tantas possíveis, do que qualquer outra coisa. A redução na escala de observação do pesquisador é necessária para buscar perceber detalhes que passaram despercebidos⁵³⁰, se pensarmos em uma província onde a grande maioria dos ex-combatentes desapareceu nas águas da História e uma parte substancial, embora pequena, seguiu carreira militar depois da guerra.

Ao longo deste trabalho, procuramos reunir gotas de vida perdidas em meio aos arquivos, pedaços de vivências de pessoas comuns que participaram de um acontecimento considerado grandioso – a guerra contra o Paraguai – e ao final retornaram para o anonimato. Não são necessariamente biografias, mas tentativas de reconstituição dos acontecimentos ocorridos com pessoas desligadas do poder, principalmente nestes casos

As marcas do trágico e do insólito colorem estas biografias, que acentuam, recriando os dramas da realidade e registram os arcanos do desencontro e da desarmonia, a ruptura indesejável e incontornável, limitadora de qualquer possibilidade de unidade e de unificação⁵³¹

As palavras da historiadora Teresinha Queiroz, organizadora da reedição de uma obra clássica de um filho de combatente⁵³² da guerra do Paraguai, aplicam-se aos entes biografados por Clodoaldo Freitas. Registramo-nas aqui, pois observamos que os dramas pela sobrevivência se verificam de alguma maneira em todos os lares, assim como pelos próprios desdobramentos nas vidas dos ex-voluntários da pátria. Foi impossível que se constituísse uma narrativa socialmente comprometida que buscasse incluir aqueles que não fizessem parte dos extratos mais altos da sociedade brasileira do período.

⁵³⁰ BARROS, José D’Assunção. Op. Citada, p.169

⁵³¹ FREITAS, Clodoaldo. Vultos piauienses: apontamentos biográficos. 3ª ed/Clodoaldo Freitas. Teresina: Academia Piauiense de Letras/EDUFPI, 2012 p.186

⁵³² Clodoaldo Freitas era filho de Belisário da Silva Conrado de Freitas, que participou da campanha contra o Paraguai.

Sendo o ponto de partida da procura pelo modo como estes homens levaram suas vidas após a *Guerra do Lopez*, seus nomes – apresentados pelo Monsenhor Joaquim Chaves, Celso Pinheiro Filho e outros – e ações são mais presentes na imprensa piauiense durante os primeiros meses após o retorno massivo de setembro de 1870, havendo inclusive ex-soldados que buscavam levantar informações que os permitissem angariar vantagens pessoais, ou simplesmente conseguir defender sua *memória* do conflito

O ex-soldado Luiz Leal Lopes Lima solicita ao tenente João Rodrigues de Farias que discorra sobre seu comportamento civil e militar durante a guerra contra o Paraguai, não informando quais seus objetivos com aquela solicitação. Eis a descrição de suas ações no conflito platino, partes de sua *fé de ofício*:

Attesto que o Sr 2º cadete Luiz Leal Lopes Lima, tem boa conducta tanto civil quanto militar, bem que nos combates de 19 de fevereiro, 23 de setembro, reconhecimentos de 1º e 28 de outubro de 1868, de 11,21,27, e redenção do forte de Angostura tudo de dezembro de 1869 se portou sempre com muita bravura, dênodo e sangue frio. No 31º de voluntários tornava-se exemplar a conduta do referido cadete não só perante o inimigo como para com seus superiores: e por ser verdade passo o presente. Quartel do 2º batalhão de infantaria nas ruínas de Humaitá 20 de maio de 1870. O tenente João Rodrigues de Farias, ajudante⁵³³.

Acima temos uma descrição resumida das ações do ex-combatente, embora colocando-o como cumpridor de seu papel como soldado e subordinado, opinião reforçada pelo Major Policarpo Ferreira Campos. Outra parte da descrição chama atenção para suas características físicas, o que é raro nos documentos analisados em nossa pesquisa.

O voluntario da pátria 2º cadete nº 54 Luiz Leal Lopes Lima, natural da província do Piauí de cor preta, cabelos garapinhos, olhos pretos, estatura regular, idade 28 anos, estado solteiro, teve baixa do serviço no exercito nesta data, por determinação do governo imperial e na conformidade do que dispõe o art. 4 do decreto nº 3371 de 7 de janeiro de 1865. Assentou praça em 16 de março de 1865 no 2º corpo de voluntários da pátria; marchou para a guerra contra o governo do Paraguay a vinte de junho do mesmo anno de 1865; regressou a 3 de setembro de 1870 no contingente de voluntários da mesma provincia. Ao receber a presente escusa está pago do soldo e mais vantagens que lhe competiao como voluntario da pátria. E bem assim da gratificação de trezentos mil reis, de que trata o art.2 do decreto acima mencionado. Dos assentamentos existentes consta o seguinte: fez a passagem do Paraná em 16 de abril de 1866. Tomou parte no combate de 2 e batalha de 24 de maio, combates de 16 e 18 de julho tudo do referido anno, em 1868 combate no estabelecimento e 3 de 23 de setembro em Serubym, a 21 a 27 de dezembro em Piquiciry, batalha de 11, combate de 6 do mesmo mês e anno, reconhecimento de Angostura a 1º e 28 de outubro e a sua rendição em 1869. Em firmesa do que mandei passar a presente escusa que

⁵³³ Jornal A Imprensa Anno VI. Quinta-feira, 26 de janeiro de 1871. Ed. 285 p.2

vai por mim assignada e sellada com o sello das armas Imperiais. Quartel do contingente de voluntários do Piauhy 3 de setembro de 1870. O capitão João Lustosa da Cunha, comandante⁵³⁴.

Ao final da *fé de ofício* de Luiz Leal Lopes Lima observamos que o indivíduo é negro, com menos de 30 anos e não desenvolveu carreira no exército ou na companhia de polícia do Piauí. Ignoramos se teve algum problema de admissão ou se simplesmente não o desejou. Ao contrário de indivíduos bem-nascidos que puderam seguir boas carreiras ou estudar no pós-guerra, Luiz Lopes, assim como a maioria, teve de buscar o sustento aparentemente sem vantagens sociais.

Encontramo-no servindo de enfermeiro no Hospital de varilosos. Não podemos afirmar que ele possuísse algum conhecimento prévio em enfermagem ou se o emprego não exigia experiência, mas no contexto da epidemia de varíola dos anos 1870, não deve ser de estranhar a hipótese de que era difícil conseguir mão de obra disposta a tratar de uma doença tão contagiosa. O ex-combatente acabou por ser dispensado em novembro de 1879⁵³⁵ pela falta absoluta de pacientes no local.

Observamos que as datas tão próximas, tendo o ex-soldado direito a receber 26\$970 réis, são devido ao restabelecimento de Ricardo Luiz de Carvalho, único enfermo do qual tratava a equipe composta por enfermeiro, uma ajudante e um servente. Em 1882 o ex-enfermeiro recebe da câmara de Teresina 5 mil reis provenientes de custas⁵³⁶, mas 4 dias depois o valor é reajustado para 14 mil réis. O jornal em questão não traz os detalhes do processo.

Luiz Leal tem um requerimento despachado pelo Ministério da Guerra como ex-2º cadete⁵³⁷, não encontramos informações do que requereu, se pensão ou alguma outra benesse – não era ainda o *Soldo vitalício*, benefício do qual falaremos mais adiante. O ex-combatente faleceu em 1890⁵³⁸, já no período republicano.

O pesquisador Evonaldo Andrade, nascido em Piripiri, cidade da região norte do Piauí, escreveu um excelente texto em memória a um dos piauienses que retornam do

⁵³⁴ Jornal A Imprensa Anno VI. Quinta-feira, 26 de janeiro de 1871. Ed. 285 p.2 e 3

⁵³⁵ Para o emprego no Hospital, confira A Imprensa 616 p.1 de 8/11/1879; para a dispensa do serviço, confira A Imprensa 617 p.6 15 de novembro de 1879.

⁵³⁶ A IMPRENSA Ed. 737 p.2 25 de julho de 1882;

⁵³⁷ Jornal Diario do Comercio (RJ) Ed.076 p.2 de 17 de fevereiro de 1889; Idem Jornal do Comercio Ed.049 p.1 de 18 de fevereiro de 1889;

⁵³⁸ Jornal do Comercio Ed. 102 p.2 de 12 de abril de 1890.

Paraguai. Trata-se de Raimundo Gomes das Neves, natural da mesma cidade, convocado para o conflito por intermédio do Padre Domingos de Freitas Silva, mais conhecido como Padre Freitas (1798-1868), que por sua vez, por ser um importante líder político da região, respondia a solicitação do recrutador Lívio Lopes Castelo Branco.

Evonaldo Andrade revela que, antes de partir para o conflito, junto de outros irmãos, Raimundo Gomes teria prometido a sua noiva, Anna Joaquina Raimunda da Silva que se retornasse vivo da guerra, casar-se-iam assim que ele voltasse a colocar os pés em Piripiri.

Segundo uma de suas netas, a já falecida Dona Maria de Lourdes, Raimundo Gomes conhecia orações fortes de proteção e isso lhe teria sido de muita valia durante a guerra. Teria sido o único irmão a retornar e se casou, como prometera, na cidade de Piracuruca – próxima a Piripiri.

O casal teve 13 filhos. Raimundo Gomes teria se tornado um homem endurecido pela guerra, embora tenha desempenhado a função de músico de bombardino, suas descendentes afirmam que um de seus filhos, Claudianor, teria ido embora de casa para nunca mais voltar, depois de ter recebido uma violenta surra por motivo banal.

A família de Raimundo Gomes teria vivido sempre em Piripiri, basicamente da agricultura, inclusive suas descendentes citadas por Evonaldo Andrade viveram e faleceram naquela cidade.

Raimundo Gomes faleceu em 1911 e sua mulher, Dona Anna, viveu até 1937. As ruínas de sua casa ainda existem e, segundo informação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História de Piripiri⁵³⁹, existe um processo de tentativa de tombamento das ruínas da casa onde morou o ex-combatente, por trás da atual Escola Padre Freitas.

O Prefeito Néelson Rezende, representando alguns filhos de Raimundo Gomes das Neves, procurou o Sr. Alarico José da Cunha (Poeta, jornalista e maçom, residente na Cidade de Parnaíba) que conseguiu localizar o prontuário de Raimundo Gomes das Neves, no arquivo central do exército, possibilitando assim que as filhas (dele Raimundo) recebessem uma pensão (vitalícia)⁵⁴⁰.

Nelson Coelho de Resende foi prefeito da cidade de Piripiri na década de 1930, Alarico José da Cunha (1883-1965) foi seu contemporâneo. A única referência a Raimundo Gomes das Neves nos relatórios do Ministério da Guerra faz menção ao recebimento do Soldo vitalício de seu marido, músico voluntario Raymundo Gomes das Neves, exercícios de 1907 a

⁵³⁹ Pode ser acessado via Facebook <https://www.facebook.com/nepihpiripiri/> e Instagram @nepihpiripiri.

⁵⁴⁰ ANDRADE, Evonaldo. Raimundo Gomes das Neves, o piripiriense herói da Guerra do Paraguai. Disponível em <http://piripiricultural.com.br/piri2/colunas/20-ramundo-gomes-das-neves> Pesquisa realizada em 01 de outubro de 2020.

1911. O soldo vitalício deveria ser pago a ex-combatentes da Guerra do Paraguai ou seus descendentes, instituído por lei de 1907⁵⁴¹. No referido caso, o documento é datado de 1910 – Decreto 2281 de 28 de novembro de 1910⁵⁴², no qual ele aparece como cabo.

Evonaldo Andrade informa que, antes de ser prefeito, Nelson Resende foi vice intendente da cidade de Piripiri entre 1905 e 1908, exercendo algumas décadas depois o cargo de prefeito de Piripiri de 1930 a 1934 e de 1937 a 1945. A atuação política já na primeira década do século XX explica sua importância como ponte em busca do benefício para a esposa e filhos de Raimundo Gomes das Neves.

Na busca por nomes de piauienses que sobreviveram à guerra contra o Paraguai, procuramos dados nas diferentes províncias da época em questão. Eis que no *Despertador* de Santa Catarina, notamos uma nota de pesar pela morte do combatente José da Silva Lopes, pertencente ao 1º Corpo de Voluntários da Pátria do Piauí, ainda em 1865. Havia um poema escrito pela já ex-soldado José Vicente de Carvalho Filho, que fixara residência em Desterro (Atual Florianópolis) mas era natural de Batalha, Piauí.

Não podemos afirmar que José Vicente de Carvalho Filho tivesse algum plano anterior de ficar em Santa Catarina depois de servir na guerra ou se tivesse algum parente ou conhecido naquela província. Encontramo-no sendo professor interino na região do Arraial do Rio Tavares no início da décadas de 1870⁵⁴³ e tornando-se professor público vitalício⁵⁴⁴ por volta de 1878.

Iniciando sua trajetória como militar, atua como professor e político, sendo eleito

Deputado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina e participou da 20ª Legislatura (1874-1875), recebeu 102 votos nas urnas e foi Suplente de Secretário da Mesa Diretora da Casa, no biênio, e da 21ª Legislatura (1876-1877), novamente assumiu a suplência de Secretário (1876), e respondeu como 2º Secretário da Assembleia, no ano de 1877⁵⁴⁵.

⁵⁴¹ Trata-se do Decreto 1387, datado de 13 de agosto de 1907, quando da presidência de Afonso Pena e da titularidade de Hermes da Fonseca como Ministro da Guerra.

⁵⁴² BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra. Ministro José Caetano de Faria. Relatório I do ano de 1915 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em maio de 1916, publicado em 1916. páginas 98, 101 e 486 (nos anexos) Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=720950&pesq=%22Raymundo%20Gomes%20das%20Neves%22&pasta=ano%201911>

⁵⁴³ Jornal O Despertador, Anno IX, Nº 834. Desterro, terça-Feira, 24 de janeiro de 1871, capa.

⁵⁴⁴ Jornal O Despertador, Anno XVII, Nº 1734. Desterro, quarta-Feira, 22 de outubro de 1879, p.4

⁵⁴⁵ MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia José Vicente de Carvalho Filho. 2022. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/582-Jose_Vicente_de_Carvalho_Filho>. Acesso em: 25 de janeiro de 2022.

Em sua vida pós-Proclamação da República, foi eleito em 1900 para a 5ª legislatura da Assembleia Catarinense, sendo ainda superintendente de São José de 1903 a 1907. Faleceu naquela localidade em 1916.

No caso de José Vicente de Carvalho Filho, saltam aos olhos as diferentes trajetórias desempenhadas por nosso personagem tanto no meio militar, quanto nos meios educacionais e políticos. As trajetórias podem transformar-se em emaranhados de planos, nos quais muitas vezes seus idealizadores não têm a simples condição física de participar.

3.7 O CASO DE RAIMUNDO PEREIRA DE CARVALHO

Em nossas pesquisas surgem alguns personagens curiosos, o que aumenta nossa frustração pelo fato de, pela natureza ‘espalhada’ das fontes, que diversas perguntas acabem sem resposta. Um deles com certeza é o professor Raimundo Pereira de Carvalho, que lecionou na antiga Vila de Barras, hoje elevada a cidade.

Para Giovanni Levi, o estudo da trajetória de vida é concebido como uma maneira de abordar e compreender as redes de relações e a multiplicidade dos espaços em que o indivíduo estudado se articula, permitindo assim o enriquecimento da análise social⁵⁴⁶, pois a análise micro-histórica tem portanto duas faces. Usada em pequena escala, torna muitas vezes possível uma reconstituição do vivido inacessível às outras abordagens historiográficas. Propõe-se por outro lado a identificar as estruturas invisíveis segundo as quais esse vivido se articula⁵⁴⁷.

Nomeado ainda em dezembro de 1865 como tenente da 3ª cia do 1º corpo de voluntários da pátria da província do Piauí⁵⁴⁸, marcha para o Paraguai deixando substituto por haver marchado como voluntario. Deve ter tido pouca participação no conflito, pois o vemos exercendo a função de recrutador de soldados na região de Jaicós e Picos⁵⁴⁹, embora em agosto tenha sido exonerado daquela função através de *Portaria exonerando do cargo de*

⁵⁴⁶ ALVES, Jessica Santana de Assis. Possibilidades no estudo de indivíduos: a micro-história como aparato para analisar trajetórias. *Temporalidades – Revista de História*, ISSN 1984-6150, Edição 29, v. 11, n. 2 (Jan./Abr. 2019) p.41

⁵⁴⁷ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII* / Giovanni Levi; prefácio de Jacques Revel; tradução Cynthia Marques de Oliveira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P.17

⁵⁴⁸ *Jornal A Imprensa*. Anno I. Theresina, Sabbado, 2 de dezembro de 1865. Ed.19 capa

⁵⁴⁹ *Jornal A Imprensa*. Anno III. Theresina, Sabbado, 16 de maio de 1868; Ed. 147, capa

*recrutador dos municípios de Jaicoz e Picos ao tenente Raimundo Pereira de Carvalho. Comunicou-se a quem o competia, inclusive o exonerado, fazendo sentir que isto fazia, porque em 3 meses nada fez*⁵⁵⁰

Infelizmente não temos notícias sobre o desenrolar daquele processo, se Raimundo Pereira de Carvalho apelou de sua demissão ou deu de ombros, mas o caso repercutiu fora da província em discussões políticas que chegaram ao parlamento do Império.

Na sessão de 21 de setembro de 1869, o então deputado geral pelo Piauí (1869-1872) Antônio Coelho Rodrigues (1846-1912), importante nome do Partido Conservador⁵⁵¹ na província, declara

A câmara já ouviu o que se praticou nos Picos durante a dominação ligueira ou progressista; mas ainda resta-lhe saber que ali houve de fins de 1867 para princípios de 1868 uma rebelião do povo contra o recrutador comandante do destacamento, Raymundo Pereira de Carvalho. Este homem teve o infortúnio de não aceitar consignação de sua pessoa às autoridades dos Picos, e tanto bastou para que estas incitassem o povo a uma resistência armada (...) A 25 de dezembro de 1867 uma porção considerável de homens recrutáveis, a pretexto de ir à missa, acorreu à povoação armada, e postando-se em frente do quartel, provocou o destacamento para que os viesse prender.⁵⁵²

Coelho Rodrigues continua sua fala, afirmando que a rebelião só foi controlada com o auxílio de líderes locais – ligados a seu partido, o Conservador. Eles teriam conseguido acalmar os ânimos, os quais teriam sido novamente instigados pelos liberais de tal maneira que a notícia que chegou até a capital era a de que a ação dos conservadores estava causando aquele tipo de revolta na população – como se uma enorme massa de pessoas pobres e desvalidas não estivesse enfrentando dificuldades de sobrevivência e medo de ter de ir a uma guerra em outro país.

Uma das características dos jornais da época do Brasil Império era uma espécie de *giro de notícias*, em que se observava o que ocorria em outras províncias fora da qual o jornal pertencia. Era mais comum em jornais de províncias mais populosas. Era também uma forma de procurar criticar ou ressaltar as qualidades das ações dos governos provinciais ou de seus agentes, dependendo, muitas vezes das orientações político-partidárias dos mesmos.

⁵⁵⁰ Jornal A Imprensa. Anno IV. Theresina, Sabbado, 8 de agosto de 1868, Ed. 159, p.2

⁵⁵¹ CPDOC. ANTONIO COELHO RODRIGUES. VERBETE RAIMUNDO HELIO LOPES/CLAUDIA MESQUITA

⁵⁵² BRASIL. Annaes do Parlamento Brasileiro (1826-1873). 82ª Sessão de 21 de setembro de 1869, p. 159. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&Pesq=%22RAYMUNDO%20PEREIRA%20DE%20CARVALHO%22&pagfis=51109>

O Jornal *O Cearense* era ligado ao Partido Liberal e em sua *Revista das províncias do norte* trazia recortes de notícias consideradas importantes, no caso, retiradas de *A Imprensa*, periódico ligado aos interesses do Partido Liberal. Naqueles recortes – sem a identificação explícita do número citado, lemos:

Piauí – São até 21 do mez passado as datas d’esta província (...) *A Imprensa* noticia o seguinte S Exca o presidente da província teve comunicação official de que na Villa de Picos appareceram grupos desordeiros de 50 a mais homens armados de cacetes e facões nos dias 25 de dezembro, 1 e 6 do corrente com o fim extensivo de se oppor ao recrutamento que ali foi promover o tente Raymundo Pereira de Carvalho. Nenhum acto foi ainda praticado pela escolta que auctorisasse semelhante levantamento, e tudo parece indicar que ele é fructo das odiosidades politicas, que estragam aquelle município. S Exca (...) fez seguir em auxilio do recrutador o alferes Joaquim Raymundo Ferreira Chaves (...) e determinou ao recrutador que se houvesse com a máxima prudência no desempenho de sua commissão ⁵⁵³

Nota-se que a repercussão de sua demissão do posto de recrutador se espalhou para outras localidades, geralmente ligada ao contexto das disputas políticas entre os partidos da época. Lembra-se que, como dito no primeiro capítulo, o ano de 1868 assistiu a uma importante inflexão nos rumos da política do Império: a queda do gabinete liberal e a ascensão do gabinete conservador, cujos desdobramentos foram observados inclusive nos modos de condução da guerra contra o Paraguai.

Sabemos que o tenente Raimundo Pereira de Carvalho era membro do Partido Conservador⁵⁵⁴ e seu substituto na função de recrutador em Picos e Jaicós– o anteriormente citado alferes Joaquim Raimundo Ferreira Chaves militou no Partido Liberal até 1879⁵⁵⁵, quando migrou para o grupo dos conservadores. Desconhecemos se sua dispensa do destacamento da Guarda Nacional de Príncipe Imperial em agosto de 1868 teve a ver com questões de *politicalha*.

Ao ser demitido do cargo de 4º suplente de delegado pelo chefe de polícia Domingos Monteiro Peixoto, o tenente Raimundo Pereira de Carvalho teria adentrado em sua sala e ironicamente o *agradeceu por haver sido demitido do cargo para o bem do serviço público* rasgando em sua frente o officio relativo a sua demissão, saindo rapidamente do local,

⁵⁵³ Jornal O Cearense. Anno XXII. Fortaleza, Quarta-feira, 12 de fevereiro de 1868. Nº 2564, p.2.
Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=%22RAYMUNDO%20PEREIRA%20DE%20CARVALHO%22&pagfis=7895>

⁵⁵⁴ Jornal A Imprensa. Anno XIII. Theresina, Terça-feira 1 de agosto de 1877, Ed. 514 p.3

⁵⁵⁵ Jornal A Época – Órgão do Partido Conservador. Anno II. Theresina, 28 de junho de 1879. Ed. 65, p.4

escapando do flagrante. A reclamação foi enviada a presidência da província e foram solicitadas providências⁵⁵⁶.

A ação do tenente Raimundo Pereira de Carvalho lhe rendeu alguns meses de prisão pelas injúrias contra o chefe de polícia, mas parece que isso não foi suficiente para que ele parasse com as críticas a Domingos Monteiro Peixoto

Tendo cumprido a sentença, que lhe foi imposta pelo crime de injúrias contra o Dr chefe de polícia e havendo sido solto ou antes deixado elle proprio a prisão, acaba de ser novamente preso e vai ser processado por crime de injurias verbaes, em reincidencia contra o mesmo Dr chefe de policia, e por crime de resistênciã a prisão, que lhe foi feita em *flagrante* do primeiro delicto, consistindo a violência na opposição feita pelo tenente à execução da ordem legal de sua prisão (...) O Piauhy [Jornal ligado ao Partido Conservador] a considera desde logo illegal e arbitraria. Haverá boa fé na argumentação? Um dos redactores do Piauhy está perfeitamente sabedor de tudo quanto se deu para a prisão e o processo do tenente Raimundo, elle tem ate já se manifestado de accordo com o procedimento do chefe de policia, e no entretanto no jornal escreve de modo contrario (...) O tenente Raimundo Pereira de Carvalho tem-se ultimamente tornado assuadeiro e desrespeitador das autoridades e da moral publica; é preciso que elle não encontre apoio nesse seu modo de proceder, do contrario fará ainda cousas piores. É d'admirar no entretanto que o Sr tenente Raimundo seja acoroçoado, como corre n'esta cidade, pelo Dr Simplicio para assim injuriar as autoridades!⁵⁵⁷

A Imprensa, órgão ligado ao Partido Liberal, tecia tanto críticas quanto elogios ao chefe de polícia, Domingos Monteiro Peixoto. Não encontramos em nossas pesquisas suas preferências partidárias, então não podemos afirmar que o choque com o tenente Raimundo Pereira tenha ocorrido no âmbito das rivalidades políticas.

Sobre a repercussão de sua prisão, uma reportagem do *Amigo do povo*, periódico cujo grande nome era David Moreira Caldas, ex-colaborador de *A Imprensa*, foi alvo de revolta por parte do tenente Raimundo Pereira de Carvalho, que pediu que o público não levasse em conta a publicação feita a respeito de sua prisão que saíra no *Amigo do povo*, que o havia apresentado como um *celerado*. Afirmou ainda que o processo estaria correndo e que o dito jornal teria de se justificar⁵⁵⁸ no final da história. Infelizmente não encontramos a edição citada pelo tenente.

Cerca de um ano depois destes acontecimentos, o tenente Raimundo Pereira de Carvalho voltaria a ter problemas com a justiça, sendo preso em flagrante delicto, pelas

⁵⁵⁶ Jornal O Piauhy – Órgão do Partido Conservador. Anno III. Theresina, 27 de agosto de 1869. Ed. 99, p.2

⁵⁵⁷ Jornal A Imprensa Anno V. Theresina, Sabbado, 26 de fevereiro de 1870, Ed. 238, p. 4

⁵⁵⁸ Jornal O Piauhy. Órgão do Partido Conservador. Anno IV. Theresina, 21 de janeiro de 1871. Ed. 157, p.4

ameaças de morte dirigidas ao Dr. Deolindo Mendes da Silva Moura, andando nas ruas desta cidade armado de uma faca de ponta e uma vareta de ferro também de ponta, as quais sendo tomadas por V.S. achão se nessa repartição⁵⁵⁹.

Deolindo Moura, como dito, era um dos redatores de *A Imprensa*, então haveria fortes rivalidades políticas entre sua pessoa e do tenente Raimundo Pereira de Carvalho, mas não podemos afirmar que essa ameaça de morte tenha ocorrido com este motivo. As fontes consultadas não apresentam um detalhamento do caso.

Sabemos que o júri responsável por seu julgamento pelo crime de ameaça o absolveu das acusações contra ele⁵⁶⁰, inclusive que o juiz Gervasio Campello alegou suspeição naquele caso, pois embora mal conhecesse o réu, declarou-se amigo de Deolindo Moura⁵⁶¹.

Cerca de um mês depois de sua absolvição, servindo na Guarda Nacional de Teresina, o tenente Raimundo Pereira de Carvalho obtém 6 meses de licença para tratar de negócios particulares fora da província do Piauí⁵⁶².

Até aquele momento a carreira de Raimundo Pereira de Carvalho tivera altos e baixos, sendo dispensado de posições importantes e amargando a cadeia, por breve período de tempo, mas suas ações duvidosas não terminam por aí, pois haveria de ser preso novamente por ataques a algum desafeto.

Tentativa de morte – No dia 21 do passado pelas 19 horas da noite foi preso em flagrante delicto de tentativa de morte, dormindo em sua casa, o tenente Raimundo Pereira de Carvalho e, acto continuo, arrastado a prisão com os pés descalços em camisa e ceroulas. Como Vv. Ss. não ignorão, o tenente Carvalho é um homem infeliz, porque se dá algumas vezes com excesso ao álcool, o que tira-he aquelle respeito as maneiras com habitualmente sabre tratar a todos. Não estando naquele dia em seu estado natural, passeava agitado na calçada de sua casa pelas 7 horas da noite, mais ou menos, quando alguns rapazes começarão a provoca-lo com gracejos próprios de tais ocasiões; e então, dizem que elle entrou em casa e lançou mão de uma arma de fogo, que disparou a esmo para intimidar os garotos que tinham corrido e se ocultado ao longe, invisíveis pela escuridão da noite⁵⁶³

⁵⁵⁹ Jornal O Piauhy, Orgão do Partido Conservador. Anno IV. Theresina, 28 de janeiro de 1871, Ed.158 p.2

⁵⁶⁰ Jornal A Imprensa. Anno VI. Theresina, Quarta-feira 29 de março de 1871. Ed.294, p.4

⁵⁶¹ Jornal O Piauhy, Orgão do Partido Conservador. Anno IV. Theresina, 14 de março de 1871, Ed. 164 p.4

⁵⁶² Jornal O Piauhy, Orgão do Partido Conservador. Anno IV. Theresina, 28 de abril de 1871, Ed. 170 p.2

⁵⁶³ Jornal A opinião conservadora. Anno III. Theresina, 23 de junho de 1876. Ed. 116, capa.

Embora noticiando o ato de descontrole do tenente Raimundo, os redatores da *Opinião conservadora* argumentam que ele jamais deveria ter sido preso dentro de sua casa, mesmo que fosse alegada a situação de flagrante. Depois de dez dias na cadeia, o *bocca velha*⁵⁶⁴ foi posto em liberdade, *porque não havia no inquérito policial o menor indicio do tal crime de tentativa de morte, pello qual tinha sido elle preso em flagrante delicto!*

Não foram observadas consequências jurídicas desta ação – que andou longe de ser um caso isolado – realizada pelo tenente Raimundo.

Havia retornado alguns anos antes ao ofício de professor, mas o vemos sendo demitido do cargo de professor público em Oeiras⁵⁶⁵ em 1878. Continua, todavia, ativo, sendo um dos nomeados para a comissão de socorros da Vila de Batalha⁵⁶⁶ - naquele momento havia problemas como a pobreza tanto dos locais quanto dos migrantes de outras províncias, e a varíola ainda acometia parte da população. Ainda na antiga vila de Batalha, é nomeado capitão da 2ª cia da Guarda Nacional⁵⁶⁷, chegando a exercer as funções de delegado⁵⁶⁸, mas é exonerado em 1881, sendo nomeado 3º suplente de juiz municipal daquela localidade⁵⁶⁹.

Seu falecimento, em outubro de 1885 foi noticiado em *A Imprensa* da seguinte maneira:

Fallecimento – No dia 6 do corrente faleceu nesta villa o tenente Raimundo Pereira de Carvalho, professor aposentado e voluntario da pátria na Guerra do Paraguay. Era um bom homem, caridoso, respeitador e devotado em extremo a paz e a ordem. Era aqui o advogado dos pobres – a injustiça e a perseguição nunca se levantarão contra o desprotegido da fortuna que elle não fosse bate-las. Sua familia acceite as nossas condolencias, mui especialmente nosso distincto amigo Trasibulo de Carvalho e Silva, seo digno sobrinho⁵⁷⁰

Não temos informações sobre a idade que contava o tenente Raimundo Pereira de Carvalho ao falecer. Um dos pontos que chamam atenção é que a notícia de seu falecimento não foi veiculada nas publicações ligadas aos conservadores, tais como *A Época* e *Opinião Conservadora*, mas no jornal ligado aos liberais, sinal de que mesmo em meio a acirradas disputas políticas, o bom senso poderia prevalecer.

⁵⁶⁴ Termo pelo qual foi chamado em *A Imprensa*. Anno XII. Theresina, 1 de agosto de 1877, 514 p.3, ao ser identificado como um dos membros do Partido Conservador na província.

⁵⁶⁵ *A Imprensa* 535 p.4 de 21 de março de 1878;

⁵⁶⁶ *A Imprensa* 536 p.2 de 30 de março de 1878;

⁵⁶⁷ *A Imprensa* suplemento ao número 622 de 20 de dezembro de 1879;

⁵⁶⁸ *A Imprensa* 688 p.5 de 15 de junho de 1881;

⁵⁶⁹ *A Imprensa* 819, capa. 6 de maio de 1884;

⁵⁷⁰ *A Imprensa*. Anno XXI. Theresina, Sabbado 17 de outubro de 1885. Ed.887 p. 4

Foi uma vida cheia de idas e vindas, perfeitamente inserida no contexto das lutas políticas aliadas a busca por “um lugar ao sol” na sociedade piauiense da segunda metade do século XIX, quando temas como partidarismo, republicanismo, abolicionismo – fez elogios a atos de senhores que alforriavam seus escravos – enfim, ideias ditas modernas conviviam com uma província eminentemente rural onde uma minoria possuía algum tipo de acesso a direitos básicos. Parece que continuamos vivendo no Brasil do tenente Raimundo.

CAPÍTULO 4 - EM BUSCA DE RECONHECIMENTO

4.1 OS INVÁLIDOS DA PÁTRIA

Como visto no capítulo anterior, em uma província com poucos recursos como a piauiense, o funcionalismo e mais especificamente, a carreira no corpo de polícia era uma das alternativas mais realistas naquele período, fato que, aliado a experiência dos ex-voluntários com os combates, tornou-se a principal fonte de sobrevivência para aqueles que não possuíam terras nem padrinhos.

Com baixos salários, muitas vezes os membros do corpo de polícia recorriam a outras fontes de renda mesmo quando alcançavam o direito à aposentadoria, como ocorrido com Vicente Rola Pinto, que vemos empregado em serviço particular depois de ter alcançado idade e condições para obter sua reforma.

Se a pobreza e custo de vida da cidade acertavam precisamente homens que bem ou mal, tinham condições físicas para o trabalho e emprego permanente, o que se dirá daqueles ex-combatentes que por algum motivo não apresentassem mais condições de desempenhar algum tipo de atividade laboral? Muitos homens retornaram da guerra com problemas físicos causados pelas más condições dos acampamentos militares, sujeitos a sujeira, falta de uniforme adequado nas paragens mais frias, pouca comida e muitas vezes de má qualidade⁵⁷¹, a chance de recuperação de moléstias outrora simples tornou-se mais difícil naquele contexto de acampamentos de guerra onde faltava de tudo para os soldados.

Maria Teresa Garritano observa um sem-número de obstáculos para a sobrevivência dos combatentes fora do campo de batalha: as doenças responsáveis pelas mortes de muitos, principalmente cólera, varíola e malária; falta de condições mínimas de higiene; a falta de condições de trabalho para os médicos que cuidavam dos soldados feridos e outro flagelo: a fome que se abatia sobre parte considerável dos exércitos envolvidos no conflito⁵⁷².

Mario Maestri, em trabalho acerca dos diários do ex-combatente José Luiz Rodriguez de Silva, observa que *devido o descalabro dos hospitais militares do Paraguai, muito raramente escapava das garras da morte quem se via na obrigação de amputar um braço ou uma perna*⁵⁷³. Mesmo em uma guerra a milhares de quilômetros de casa, não se pode deixar de pensar que a maioria dos inválidos que conseguem sobreviver a cirurgia já

⁵⁷¹ Sobre os problemas com a alimentação dos soldados na campanha, podemos citar os Diários do Conde D'Eu, além das Reminiscências da Guerra do Paraguai, da autoria de Dionísio Cerqueira.

⁵⁷² GARRITANO, Maria Teresa. Op. Citada.

⁵⁷³ MAESTRI, Mario. As singulares "Recordações da Campanha do Paraguay" de José Luiz Rodriguez da Silva. Revista GeoPantanal. UFMS/AGB. Corumbá/MS.N.15 jul/dez.2013, p. 89

constituía grupo menor do que os mortos por conseqüências da amputação. Deve-se lembrar que o triste cenário dos inválidos não se apresenta assim apenas pela falta de tratamento adequado, mas também é sinal da violência das batalhas enfrentadas pelos ex-combatentes.

Não foi por acaso que a sociedade *Saudades do Brasil* foi criada pelos oficiais brasileiros mais privilegiados pela fortuna⁵⁷⁴. Era preciso precaver-se caso fosse necessário obter atendimento médico em pleno teatro de guerra.

Fora das fronteiras brasileiras pelo menos um caso se destaca: Candido Lopez (1840-1902) foi um combatente argentino que perdeu a mão na Batalha de Curupaiti (1866), tendo posteriormente todo o antebraço direito amputado - e ficou conhecido como *El manco de Curupaity*, pintando cerca de 50 telas, chegou a realizar uma exposição de sua obra em 1887, entretanto não alcançou o sucesso almejado. Apenas nas décadas seguintes sua obra foi obtendo respaldo dentro da Argentina⁵⁷⁵.

Sua pintura buscava, segundo críticos, testemunhar a história e não necessariamente registrar o ideal, o que oporia sua produção à pintores como Pedro Américo (1843-1905), portador de estilo academicista⁵⁷⁶.



“Tuyuti, maio de 1866”, de Candido Lopez

⁵⁷⁴ MAESTRI, op. citada, p.89

⁵⁷⁵ MICHEL, GISLAINE A. Augusto Roa Bastos e Candido Lopez: invenção de realidades na Guerra Grande. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Programa de pós-graduação em Estudos Literários, 2008, p.44-46

⁵⁷⁶ SCHIMIDT, Marcos. Cândido Lopez, o Maneta de Curupaiti. Disponível em opensadorselvagem.org/arquivo/ronda-noturna/candido-lopez-o-maneta-de-curipaiti/ Marcos Schimidt diferencia a forma crua de pintar de Candido Lopez do estilo oficial de Pedro Américo, que pintaria mais do que uma batalha, uma cena de Ópera.

Candido Lopez retrata o caos das batalhas, não se furtando a registrar morte, dor e sofrimento dos soldados e de todos aqueles que fazem a guerra. Ao pintar a tela *Después de la Batalla de Curupaiti* (1893), demonstra a miséria dos corpos ensanguentados pelo chão, paraguaios que carregam um colega ferido ou quiçá morto. Em um de seus esboços utilizados décadas mais tarde para a composição da obra, fez a seguinte anotação: “Obedecendo ao toque de retirada, as tropas o iniciaram sem ser perseguidas pelo inimigo. Quando ao alcance do desfiladeiro não ficou um só soldado aliado, o regimento nº 12 de infantaria paraguaio saiu das trincheiras a coletar a pilhagem⁵⁷⁷”.

Sendo ele próprio um amputado, pelas circunstâncias e estatísticas da época, contou com certa parcela de sorte, visto ter sobrevivido a uma amputação, e mesmo não tirando o sustento de sua arte continuou a pintar por muitos anos.

No Brasil, depois de voltar para casa, os ex-combatentes e suas famílias procuraram auxílio do governo com base principalmente no decreto de criação do Corpo de Voluntários da Pátria. A obtenção de uma pensão que suprisse as necessidades básicas do ex-voluntário passou a ser requisitada por muitos homens e mulheres.

A existência de uma espécie de previdência consta no Brasil desde os tempos da colônia. Entre os militares essas sociedades foram relativamente comuns, com pensões e outras benesses pagas a oficiais de altas patentes e/ou a suas famílias. Até a guerra contra o Paraguai não tivemos praças elencados entre seus beneficiários. Ocorre que

A presença dos praças e de suas famílias entre os beneficiários, explica-se por meio das disposições do decreto 3.371 de 7 de janeiro de 1865, que criou os Corpos de Voluntários da Pátria para o serviço durante a Guerra do Paraguai. Nele, os voluntários tinham todas as regalias concedidas aos militares do exército. Poderiam mesmo ser promovidos a oficiais pelo mérito. O artigo décimo da norma destacou que para as “*famílias dos voluntários que faleceram no campo de batalha, ou em consequência de ferimentos recebidos nela, terão direito à pensão ou meio soldo, conforme se acha estabelecido para os oficiais e praças do Exército*”. Enquanto os que ficassem “*inutilizados por ferimentos recebidos em combate, perceberão, durante sua vida, soldo dobrado de voluntário*”⁵⁷⁸

Com a inclusão dos Voluntários da Pátria na previdência, os gastos do governo imperial com aquela despesa cresceram sem precedentes. Ao observarmos a distribuição das aposentadorias e pensões civis, por cada ministério do Brasil Imperial – Justiça, Negócios do Império, Fazenda, Guerra, Marinha e Estrangeiros – o primeiro concentrava 69% daquele

⁵⁷⁷ Después de la Batalla de Curupaiti – Comentário sobre a obra. Museu de Bellas artes. Disponível em bellasartes.gob.ar/pt/coleção/obra/7122/

⁵⁷⁸ MAROTTA, op. citada, p.146

total, *pela concessão de benefícios aos oficiais e soldados da Guarda Nacional, que somou 263, sendo 189 apenas no período da Guerra do Paraguai*⁵⁷⁹.

Embora à primeira vista sejam números que chamem atenção, devemos recordar a enorme quantidade de homens inválidos e/ou impedidos de trabalhar após o conflito e também as famílias dos combatentes mortos que faziam jus ao recebimento de pensões ou outro tipo de auxílio pecuniário. A documentação é atravessada por uma profusão de solicitações de pensões, soldos, prazos de terras – conforme decreto de criação dos Voluntários da Pátria - esmolas e outras, solicitadas ou pelos próprios ex-combatentes – seja de próprio punho, seja a rogo (pedido) - ou por seus beneficiários. O grupo de ex-combatentes que mais fez parte do imaginário popular deve ter sido o dos *Inválidos da Pátria*, descrito pelos jornais geralmente como pessoas afeitas a bebida e ao tumulto, embora às vezes fossem lembrados como heróis de uma guerra que, além de uma perna ou um braço, lhes tirara muito da alegria de viver.

Em um trabalho onde se propõe iluminar um pouco da vida dos ex-combatentes da Guerra do Paraguai no Piauí, observa-se que a situação dos indivíduos menos favorecidos pela fortuna já se desenhava como difícil, quanto mais em relação àqueles que voltavam com problemas físicos causados pela guerra. A figura dos *Inválidos da Pátria* surge na Imprensa, tanto em jornais tradicionais quanto em revistas, como *A Semana Illustrada - Literatura* etc. O termo ilustrava uma dura questão não apenas do pós-guerra, pois parte considerável dos combatentes retorna a suas províncias antes do final da guerra, devido ao alistamento de três anos. Entre eles, temos muitos inválidos, como Antônio Francisco Ribeiro, que, denominado soldado invalido, recebe passagem para a corte do Império ainda em 1868⁵⁸⁰.

Os inválidos da pátria se tornam presença constante nas fontes hemerográficas pesquisadas, ora sendo vítimas de abuso por parte de transeuntes, como o espancamento de José Soares de Almeida, ocorrido enquanto defendia-se de insultos proferidos por três homens na Província de Alagoas⁵⁸¹, por vezes participando de crimes de assassinato como os documentados em províncias como o Ceará⁵⁸², solicitando vagas no Asilo de inválidos da Pátria, empregos, passagens, esmolas etc. Figuravam nos mais diversos noticiários.

Dentro do contexto do pós-guerra, a preocupação com os inválidos consta nas novas demandas sociais, assim como as pensões, que serão discutidas em outro momento do

⁵⁷⁹ Idem, *ibidem*, p.232

⁵⁸⁰ Publicador Maranhense. Anno XXVII. São Luiz – Sexta-feira, 28 de fevereiro de 1868. Nº49, capa.

⁵⁸¹ Jornal do Recife. Anno XII. Quinta-feira 10 de março de 1870, nº56 p.2

⁵⁸² Jornal do Recife. Anno XIII. Segunda-feira 27 de março de 1871. Nº 71 p.2

trabalho. No Brasil Imperial, pleno de conflitos armados internos e externos, a figura do *inválido* – a denominação *da pátria* surge apenas no escopo do conflito contra o Paraguai – já chamava atenção da sociedade e do poder público, visto que havia planejamentos para a instalação de um asilo para os inválidos da Marinha na década de 1850⁵⁸³ o que demonstra que era uma demanda anterior ao conflito contra o Paraguai, já que as questões platinas já ocorrem a partir daquela década.

Nas pesquisas realizadas nos relatórios do Ministério da Guerra, tanto nos anos de duração da guerra quanto nos posteriores, observa-se grande quantidade de indivíduos mortos, feridos ou desaparecidos nas ordens do dia. Era basicamente uma das poucas maneiras de conhecer os nomes daqueles indivíduos que costumam ser anônimos na história⁵⁸⁴, sobre os quais procuramos nos debruçar neste trabalho.

O Asilo de Inválidos da Pátria foi criado no Rio de Janeiro em 1868. Tornou-se a maior referência acerca dos cuidados com os inválidos que retornam da guerra contra o Paraguai. Embora seja claro, a grande maioria dos homens tornados inválidos pela guerra retornou a sua terra natal e recebeu os valores aos quais faziam jus ou aguardou em sua província de origem.

O retorno dos ex-combatentes por si já era um expediente complicado, carregado de toda a insegurança em relação ao sustento. O que dizer daqueles homens que retornam com sequelas físicas que muitas vezes limitam sua capacidade laboral? Quais as estratégias utilizadas pelos ex-combatentes de províncias como a do Piauí para sobreviver no pós-guerra? Haveria desvios de comportamento e/ou opiniões preconceituosas sobre eles? Iremos tentar analisar isso com base nos poucos indivíduos acerca dos quais conseguimos levantar informações em nossa pesquisa.

Embora a figura do *Inválido da Pátria* seja bastante citada nos escritos sobre o conflito com o Paraguai⁵⁸⁵, nota-se que sua simples citação não apareceria nos documentos da polícia e nos jornais que circulavam na província do Piauí, mas surge acompanhada de termos como *desordem*, *embriaguez*, *prisão* etc. sendo inclusive alvo de violências em algumas ocasiões, como dito acima.

⁵⁸³ GOMES, op. citada, p.343

⁵⁸⁴ GOMES, op. citada, p.367

⁵⁸⁵ DORATIOTO, op. citada; CHAVES, op. citada; NUNES, op. citada e outros

O historiador Sidney Chalhoub, ao se debruçar sobre o cotidiano das classes trabalhadoras do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, chama atenção para o controle social que permeia definições tais como *vadiagem*, *ócio*, *trabalho* e outras, onde a ociosidade e o crime – seu produto – justificaria para aquela sociedade os mecanismos de controle e sujeição das populações mais humildes⁵⁸⁶

Como ironia, a ação de uma sociedade disciplinar tanto no que se refere ao trabalho, quanto aos hábitos cotidianos, que buscaria em última estância, apagar os *indesejáveis* da sua realidade, na prática os torna parte dos registros históricos, visto que a repressão, as páginas policiais são dos poucos espaços reservados para receber aqueles vistos como *desclassificados*. Entretanto, esses agora indesejáveis procuravam maneiras de sobreviver naquele meio e, vez por outra, de manifestar seu descontentamento com as figuras de autoridade, raramente sendo contemplados na imprensa escrita com alguma anedota que girasse ao redor de suas dificuldades e da boa vida das classes mais favorecidas⁵⁸⁷.

Os nomes encontrados em nossas pesquisas sobre os inválidos da pátria giram em torno de situações como prisão, desordens, bebedeiras e na luta pela sobrevivência, porquanto muitos deles retornam para suas províncias sem as mínimas condições de prover suas necessidades mais básicas de subsistência, solicitando benesses dos presidentes da província, geralmente alegando as dificuldades em que viviam aliadas aos relevantes serviços que haviam sido prestados à pátria.

O inválido da pátria Cosme Felipe Damião – algumas vezes grafado como Cosme Damião Felipe – parece ter vivido um retorno traumático para o Piauí. Foi acusado de causar distúrbio na atual Rua Álvaro Mendes, centro de Teresina:

A polícia dorme – No dia 11 do corrente mês as 5 horas da tarde, na Rua Grande desta cidade, quase em frente da casa do Coronel José de Araujo, o invalido Cosme Felipe Damiao, bem conhecido nesta capital como caxaceiro e desordeiro, desacatava impunemente as famílias e a quem quer que o

⁵⁸⁶ CHALLHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.46-51.

⁵⁸⁷ “Narra o correspondente do Figaro uma anedota engraçada. Luiz II é apaixonado por muzica, e especialmente pela muzica de Wagner mas gosta muito menos da muzica das balas. A prova disso é que em todas as campanhas em que o exercito bavaro tem entrado, nunca elle figurou pessoalmente. Um dia encontra um soldado com uma perna de pau. – Quando perdeste a perna, meu bravo - perguntou Luiz II com ares protectores. – Em 1866, respondeu o invalido com mau modo. – Não me conheces? Perguntou Luiz II surprehendido. Eu não senhor. Como é que eu hei de o conhecer? Onde é que nos temos encontrado? Vossa magestade não vae a guerra, e eu não vou a opera!”. Publicado Maranhense: Jornal do commercio, administração, lavoura e indústria. Anno XXXVI. Maranhão-Quarta-feira 15 de agosto de 1877. Nº185, p.3

reprehenda com palavras obscenas e injuriosas, partindo com pedradas as vidraças das casas⁵⁸⁸

No ano seguinte lê-se no mesmo jornal a notícia onde se pede que seja recolhido a cadeia o invalido ou soldado reformado “Cosme de tal”, durante a embriaguez em que está todos os dias, incomodando (...) e insultando as pessoas que encontra⁵⁸⁹

Ao que parece a figura do ex-voluntário bêbado era bastante incômoda na cidade. Depois de um intervalo de cerca de 3 anos sem notícias de Cosme Felipe Damião, o encontramos em 1882

Inteirado do que comunicou em officio de hontem datado, acerca do procedimento do invalido Cosme Damiao Felipe, já havia expedido as convenientes ordens no sentido de ser o dito Cosme remetido ao Asylo de inválidos do Rio de Janeiro, em vista da autorização do governo, que a respeito existia.⁵⁹⁰

A autorização para que Cosme Damião Felipe fosse enviado ao Asilo de Voluntários da Pátria é do ano anterior⁵⁹¹, mais especificamente de 30 de junho onde foi autorizada a Companhia Brasileira de Vapores que lhe fornecesse passagem até a corte para que se dirigisse ao dito Asilo⁵⁹². A nota é do dia 12 de fevereiro. O soldado seria preso dois dias depois: Foram presos hontem, nesta capital à ordem do subdelegado do 2º districto Cosme Damião Felipe por embriaguez⁵⁹³.

A Secretaria militar em officio do dia 20 de fevereiro informa ao presidente da província do Piauhy que “o soldado reformado Cosme Damiao Felipe, vindo d’essa

⁵⁸⁸ Jornal A Época – Órgão Conservador. Anno I. Theresina, 14 de dezembro de 1878, Ed.37 p.4. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=164135&Pesq=%22dezembro%201878%22&pagfis=148>

⁵⁸⁹ Jornal A Época – Órgão Conservador. Anno II. Theresina, 21 de novembro de 1879, Ed.85 p.3. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=164135&Pesq=%22cosme%20%20de%20tal%22&pagfis=307>

⁵⁹⁰ Jornal A Imprensa. Anno XVII. Theresina, Sabbado, 25 de fevereiro de 1882, Ed. 721. P.5. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&Pesq=%22cosme%20damiao%20feli%22&pagfis=2196>

⁵⁹¹ Jornal Gazeta da Tarde. Anno II. Rio de Janeiro, Sexta-feira 1 de julho de 1881 nº 151 p.2 “Mandou-se recolher ao Azylo dos Invalidos da Pátria o soldado reformado do exercito Cosme Damião Felipe, que se acha na capital da província do Piauhy.”

⁵⁹² Jornal O Cearense – Orgão Liberal. Anno XXXVI. Fortaleza-Domingo, 12 de fevereiro de 1882, nº 34, capa.

⁵⁹³ Jornal O Cearense – Orgão Liberal. Anno XXXVI. Fortaleza-Sabbado, 18 de fevereiro de 1882, nº 39, capa.

província, com destino ao azylo de inválidos da pátria, faltou ao embarque n' esta capital no dia 10 do corrente mez".⁵⁹⁴

Segundo as fontes, o problema do soldado reformado Cosme Damião Felipe continuou. Estando na província do Rio de Janeiro não se apresentou ao Asilo de Invalidos e ainda teve problemas com a polícia. Não encontramos mais informações sobre sua pessoa. Assim como ele, diversos inválidos com problemas com bebida parecem não ter um destino lisonjeiro.⁵⁹⁵

Observamos um imbróglgio acerca de uma solicitação de passagens e abrigo no Asilo de Voluntários da Pátria em uma sessão do periódico A Época chamado *A sorte do voluntario da pátria*:

Ao nosso escriptorio apresentou-se um individuo, bem moço ainda, de nome Francisco Pereira, ex-voluntário da pátria que, segundo um attestado do Tenente Coronel Pacifico Castello-Branco, seu ex-commandante, foi elle praça de seu batalhão até o território paraguayo, e segundo outros atestados foi ferido no combate de Curupaity, desde quando mendiga o pão da caridade publica. Mostrou-nos um pé completamente estragado que disse ter sido comido pela metralha inimiga. Este infeliz piauihyense apenas quer do governo uma passagem para a corte com recommendação ao asylo de inválidos mas de balde tem pedido o tem pedido ao governo das *luvas de pellica* ate pela luz dos olhos de suas mais queridas filhinhas. Não conhecemos divida mais sagrada do que a que a pátria contraiu com os filhos que a foram deffender nos inhospitos campos do Paraguay, inutilizando-se nesse santo serviço (...) Uma vez ao menos honrai vossa palavra de fidalgo e de governo⁵⁹⁶

A petição de Francisco Pereira foi indeferida pelo governo provincial, embora tenha sido acompanhada de declarações de Pacífico da Silva Castello Branco, Luiz Martins de Sousa (ex-segundo sargento) e Pedro Alexandrino de Sousa (também ex-segundo sargento).

Acontece que o ajudante de ordens da província, Pedro José de Lima ao ser provocado a informar sobre as documentações do suplicante informou que naquela repartição não existe comunicação alguma de ter sido ele mandado para esta província aguardar destino⁵⁹⁷

⁵⁹⁴ Jornal O Cearense – Orgão Liberal. Anno XXXVI. Fortaleza-Sexta-feira, 24 de fevereiro de 1882, nº 42, capa.

⁵⁹⁵ Ainda sobre as reclamações via imprensa sobre os inválidos que vagavam pelas ruas das cidades, podemos ler as queixas contra o inválido João Amancio para que *fosse recolhido a qualquer fortaleza pois que diariamente vaga pelas ruas desta cidade com manifesto escandalo das famílias, e dirigindo insultos aos que lhe caem no desagrado*. Diario do Maranhão: Jornal do commercio, lavoura e indústria. Anno VIII. Maranhão-Sabbado, 11 de agosto de 1877. Nº1205, p.2

⁵⁹⁶ Jornal A Época – Orgão Conservador. Anno V. Theresina, 24 de março de 1882, Ed.198 p. 4

⁵⁹⁷ Jornal A Imprensa Anno XVII. Theresina, 5 de abril de 1882. Nº725, p.6

Pedro José de Lima informa sobre uma contradição, onde o suplicante afirma ter sido ferido na batalha de Tuiuti e os documentos apresentados falam da batalha de Curupaiti. Provocado a responder, Francisco Pereira teria dito ter sido ferido em Curupaiti, no que Pedro José de Lima afirma conforme documentos publicados que o nome do requerente não consta entre os registros do Ministério da Guerra acerca de mortos e feridos em Curupaiti, além de acusar Luiz Martins de Sousa (segundo ele conhecido como Luiz Ligeiro) de nunca ter ido ao Paraguai. Informa ainda que o Alferes Vicente Ferreira do Nascimento, ex-combatente afirma que Francisco Pereira jamais serviu em seu batalhão, o 11º de Infantaria⁵⁹⁸. Mais adiante, o jornalista de *A Imprensa* arremata comparando as datas de entrega das petições, que coincide com a data da publicação da nota por *A Época*, sendo a solicitação indeferida.

O cabo Raimundo Pereira de Brito foi citado algumas páginas atrás. Aparece como inválido da Pátria em jornal de 1872 e praça reformado do exército em 1878, com direito a quantia superior a 6 contos de réis.

Sua invalidez parece ter ocorrido bem antes do final do conflito, pois começa a receber sua pensão em 11/12/1869⁵⁹⁹, em um momento em que as solicitações de benefícios são consideráveis. Talvez devido a estes valores sua pensão diária é descrita no valor de 185.500⁶⁰⁰ seu nome não é encontrado adido a quartéis e/ou solicitando benesses ao governo provincial.

Januário Gonçalves da Silva foi enviado ao Piauí para aguardar sua reforma, por achar-se inválido para o serviço de guerra⁶⁰¹. Ao chegar na província foi adido na companhia policial

O inválido Januário Gonçalves da Silva, do 34º batalhão de voluntários da pátria foi baleado no combate de Curupaity e julgado incapaz do serviço, pelo que foi reformado, como se vê no Diário Oficial de agosto de 1867 e veio para esta província esperar sua reforma. Acha-se com praça forçada na companhia policial, sob o domínio do célebre *Senfim do Silim*, tendo sido até destacado e obrigado a viajar, por cuja ocasião sofre dores horríveis! A praça de Januário na polícia é forçada: ele não a pediu jamais, foi para ahi

⁵⁹⁸ Idem, ibidem.

⁵⁹⁹ MAROTTA, op. citada, p. 526

⁶⁰⁰ Sabemos que de acordo com legenda fornecida pelo autor, PD significaria “pensão diária”, mas o valor fornecido na tabela – 185.500 não se encontra no formato de réis, o que deveria ser esperado. Seria este valor relativo a união de benefícios durante um mês inteiro?

⁶⁰¹ Jornal A Imprensa. Anno III. Theresina, Sabbado, 28 de março de 1868. Ed. 140, p.2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&Pesq=%22januario%20gon%c3%a7alves%22&pagfis=299>

mandado pelo governo provincial, e tem estado até agora....É um bom exemplo para os voluntários inválidos⁶⁰².

O tom de crítica ao tratamento dispensado ao inválido Januário Gonçalves é contundente. Brasil afora, uma série de críticas é publicada na imprensa acerca do tratamento vilipendioso dispensado aos ex-voluntários da pátria. Mesmo que isso tenha de ser considerado também no espectro das disputas políticas entre Conservadores e Liberais, publicações de ambos os espectros políticos trazem em suas páginas diversas críticas ao tratamento dispensado principalmente aos inválidos da pátria, geralmente representados em situação de penúria.

No jornal também transparece a crítica ao Capitão José Serafim da Silva⁶⁰³, chamado de maneira pejorativa de *Senfim do Silim*. Não foram observadas maiores menções ao ex-comandante do corpo de polícia do Piauí.

O Jornal Conservador *O Cearense* publica uma crônica onde um inválido da pátria que se dirigiu a uma repartição militar para reclamações foi espancado por um dos militares presentes⁶⁰⁴, o *Publicador*, da Paraíba conta a história do ancião Francisco da Costa Gonçalves que, ex-soldado de campanhas anteriores aquelas do Prata, enviou seu filho para lutar contra o Paraguai, ele acabou sendo morto no conflito e seu velho pai reduzido a mais absoluta miséria⁶⁰⁵. O *Publicador Maranhense* fala de um inválido chamado João Paraguay teria sido espancado com um rifle em Fortaleza por um soldado do 15º batalhão⁶⁰⁶

De volta ao Piauí, o ex-soldado Angelo Bispo Custodio parece não ter gozado de boa sorte no pós-guerra. Em 1874 é descrito como *soldado invalido adido a Cia de infantaria*⁶⁰⁷

⁶⁰² Jornal A Imprensa. Anno V. Theresina, Quarta-feira, 3 de novembro de 1869. Ed. 221, p.3. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&Pesq=imprensa%20quarta%203%20de%20nove%20bro&pagfis=634>

⁶⁰³ Piauí. Polícia Militar A História da Polícia Militar do Piauí. Op. citada, p. 87

⁶⁰⁴ Jornal Outeiro Democrático. Anno I. Recife, 3 de julho de 1870, Ed. 9 p. 4 Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767190&Pesq=%22invalido%20da%20patria%22&pagfis=36>

⁶⁰⁵ Jornal O Publicador (PB). Anno VI. Terça-feira, 26 de novembro de 1867. Número 1558. P.3. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&Pesq=%22invalido%20da%20patria%22&pagfis=3869>

⁶⁰⁶ Jornal *Publicador Maranhense*. Anno XXXIII. Jornal do Commercio, Administração, Lavoura e Indústria. Maranhão – Sabbado, 17 de janeiro de 1874, nº 13. P. 2. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720089&pesq=%22joao%20paraguay%22&pagfis=ano%20187&pagfis=22485>

⁶⁰⁷ PIAUÍ. Documentos do Poder Executivo. Ofício nº 247 de 21 de outubro de 1874

além de estar recolhido na prisão quando *levou duas facadas do escravo Ignacio*⁶⁰⁸. Não temos informações de como foi parar na prisão, mas cinco anos antes aparece no Conselho supremo militar de justiça: Angelo Bispo Custodio da Silva, acusado de roubo, condenado em tres mezes de prisão foi, por unanimidade de votos, reformada a sentença em dous annos de prisão com trabalho⁶⁰⁹.

Uma prisão inicialmente de três meses modificada para dois anos de prisão com trabalhos forçados sugere agravantes no processo do ex-voluntário. A situação se agrava ao observar que ele continua preso em 1881 – não podemos dizer se aquela prisão foi direta ou intercalada por período de liberdade, os documentos do Ministério da Justiça e da Guerra não permitem fechar questão sobre o caso, mas reforçam a ideia do invalido deslocado e com problemas de convivência.

O inválido da pátria Bartholomeu Eugenio foi preso pelos crimes de *injurias verbaes e desobediência*, mas além de não se expor os motivos das agressões realizadas por ele, ainda teria sido alvo de injustiça

ACTO DE JUSTIÇA – Em outra parte do jornal vai publicado um despacho de pronuncia do digno Sr. Dr. juiz de direito da capital contra o supplente do delegado de polícia desta cidade, um tal José Marques que arbitrariamente, conservou na cadeia, sem processo, por 22 dias ao inválido da pátria Bartholomeu Eugenio por crime de natureza dos em que os réus se livrão soltos⁶¹⁰.

Sua prisão foi revertida por meio de sentença de 16 de dezembro de 1870, com teor confirmado por acordão de relação em fevereiro do ano seguinte⁶¹¹. Isso deu origem a um processo judicial onde José Marques, suplente de delegado responsável por sua prisão foi condenado a um ano de suspensão do emprego. A falta se deve ao fato de que ao não se

⁶⁰⁸ A Imprensa Ed.682 p.1 de 29 de abril de 1881: No dia 28 de dezembro do anno passado na ocasião de sair da prisão em que estava o escravo Ignacio , para ser entregue ao seu senhor – Pedro José Augusto de Lemos Bacellar, lançou mão de uma faca de serviço e com ella deu 8 facadas em Izidoro Fidalgo, louco, e duas em Angelo Bispo Custodio da Silva , que se achavam recolhidos conjunctamente com elle na mesma prisão.

⁶⁰⁹ Diario do Rio de Janeiro. Anno 59. Sexta-feira, 13 de outubro de 1876, nº 277, p.2

⁶¹⁰ Jornal A Imprensa – Orgão do Partido Liberal. Anno VI. Theresina, Sabbado, 8 de abril de 1871, Ed. 296, p.4 Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=%22Bartholomeu%20Eugenio%22&pasta=ano%20187&pagfis=926>

⁶¹¹ Jornal A Imprensa – Orgão do Partido Liberal. Anno VI. Theresina, Sabbado, 27 de maio de 1871, Ed. 305, p.2 Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=%22Bartholomeu%20Eugenio%22&pasta=ano%20187&pagfis=960>

verificar os pressupostos que fundamentam uma prisão cautelar, o réu deve ser colocado em liberdade – *por crime de natureza dos em que os réus se livrão soltos*.

A sentença foi abrandada pelo fato de a promotoria pública ter alegado que o crime não foi cometido por má fé e sim por ignorância⁶¹² do suplente de delegado.

Ainda durante a guerra contra o Paraguai, havia muitos processos em que se requisitava benefícios para ex-combatentes que tivessem ficado inutilizados para o combate. Em 6 de abril de 1867 o ex-combatente Benedicto Ferreira dos Santos, do 19º corpo de voluntários da Pátria, junto a outros citados

Foram reformados por decreto de 6 do corrente, recebendo soldo dobrado de VP e na conformidade das disposições da ultima parte do art.10 do decreto 3371 de 7 de janeiro e artigo unico do de nº 3505 de 4 de agosto, tudo de 1865, as diferentes praças de corpos diferentes de VP e da GN visto acharem-se inutilizadas para o serviço do exercito em consequencia de ferimentos recebidos em combate⁶¹³

Em 1868, encontrava-se adido ao destacamento policial de Teresina, solicitando dois meses de licença para cuidar da saúde de seu pai, que segundo ele, encontrava-se sem meios de subsistência, no que foi atendido⁶¹⁴.

Em 1870, o vemos solicitar dispensa do serviço na companhia policial:

Benedicto Ferreira dos Santos invalido da pátria, combatente em nove pelepas contra os paraguayos, chegando a esta provincia foi mandado servir na companhia policial onde há meses tem estado. Os sofrimentos que recebeu em campanha agravao-se quando elle trabalha, e quando especialmente toca corneta, e por tanto o suppe sente necessidade de evitar ruina total de sua saúde. Vem o suppe pedir a V Exa que se digne manda-lo escusar do serviço da companhia policial onde não pode continuar a trabalhar⁶¹⁵.

Não encontramos a resposta ao ofício acima, mas tudo leva a crer que o mesmo foi indeferido, pois o referido inválido da pátria continuou a prestar serviço no corpo de polícia de Teresina, onde o vemos correspondendo-se quatro anos depois:

⁶¹² Jornal A Imprensa – Orgão do Partido Liberal. Anno VI. Theresina, Quarta feira 21 de junho de 1871, Ed. 309, p. 3 Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=%22Bartholomeu%20Eugenio%22&pasta=ano%20187&pagfis=977>

⁶¹³ Correio Mercantil e Instrutivo, político, universal Anno XXIV, Rio de Janeiro, 9 de abril de 1867, Ed. 099 p.1 Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=217280&pasta=ano%20186&pesq=%229%20de%20abril%20de%201867%22&pagfis=27505>

⁶¹⁴ Jornal A Imprensa, Anno IV. Theresina, Sabbado, 3 de outubro de 1868, Ed. 167, p.1 Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=783765&pesq=%22Martinho%20Alves%20de%20Carvalho%22&pasta=ano%20186&pagfis=406>

⁶¹⁵ Ofício nº 1860 de Benedicto Ferreira da Silva ao Presidente da província. Theresina, 4 de abril de 1870. APPI, Casa Anisio Brito. Sala do Poder Executivo. Vários municípios, Caixa 368.

(...) voluntario da pátria e invalido, que achando-se desde fins do anno de 1870 – época da conclusão da guerra com a Republica do Paraguay – residindo nesta capital, onde regularmente recebia os seus vencimentos, teve urgente necessidade de ir a cidade de Amarante em dias do anno passado, com o fim de trazer para sua companhia seus velhos paes, o que effectivamente realisou. Aqui chegando, e procurando o quartel, para continuar adido, como d’antes, não foi mais admitido, sob pretexto de que tenha já sido dispensado, por ausência sem licença; o que não é exacto, por quanto o suplicante sahira com sciencia do Exmo Snr Presidente de então, Dr Pedro Affonso Pereira, que permitiu-lhe semelhante viagem, sem vencimentos. E não tendo o suppe nenhum outro recurso para subsistência, inativa, tendo em sua companhia seus velhos paes, valitudinarios, vem pedir respeitosamente a V Exa se digne a mandar que seja o suppe acostado ou adido ao quartel, afim de poder perceber os seus vencimentos e assina⁶¹⁶

O comandante da companhia foi cobrado a responder a reclamação de Benedicto Ferreira dos Santos, dando resposta negativa ao mesmo. As datas das respostas estão contidas no mesmo ofício, então não podemos afirmar que os argumentos apenas foram repetidos. Não temos mais informações sobre o senhor Benedicto.

Outro inválido da pátria que se encontrava a serviço da companhia de polícia era Brazelino d’Oliveira, que solicitou licença para tratar de sua saúde.

Brazelino d’oliveira, cabo d’esquadra, invalido do 2º bat de infantaria achando-se com ferimento de balla, que recebeu na campanha do Paraguai, vem mui submissa e respeitosamente, implorar de V As a graça que se digne conceder-lhe tres mezes de licença para o suppe tractar de sua saúde nesta mesma provincia. O suppe [suplicante] convicto da reta justiça do coração magnânimo de V sa, espera⁶¹⁷.

A solicitação seria atendida, entretanto se não viesse acompanhada de uma inspeção de saúde, o senhor Brazelino não receberia vencimentos durante sua licença. O capitão comandante Antônio Vidal de Negreiros arremata o documento a posteriori: *não tem lugar*. Chama atenção o fato de um indivíduo considerado inválido da pátria ter uma solicitação condicionada a um exame físico – ao qual talvez não tenha se submetido, pois surgem diversas denúncias de fraudes existentes nos pagamentos de benefícios a voluntários da pátria e outros grupos.

Muitos ex-voluntários, onde se incluem os inválidos da pátria, buscaram e receberam algum auxílio do governo imperial. Os autos do senado demonstram que o tema das pensões

⁶¹⁶ Ofício nº 1860 de Benedicto Ferreira da Silva ao Presidente da província. Theresina, 28 de fevereiro de 1874.. APPI, Casa Anisio Brito. Sala do Poder Executivo. Vários municípios, Caixa 368. As respostas ao oficio são datados de 2 e 6 de março de 1874.

⁶¹⁷ Ofício nº 309, de Brazelino d’Oliveira ao vice-presidente da província, Theresina, 4 de outubro de 1870. APPI, Casa Anisio Brito. Sala do Poder Executivo. Vários municípios, Caixa 368. A resposta do vice-presidente provincial foi redigida no mesmo documento em 7 de outubro.

era bastante presente principalmente a partir de 1870, havendo gastos consideráveis, segundo os senadores e as fontes pesquisadas.

O inválido da pátria Gonçalo Borges Guimarães consta na relação dos processos de dívidas liquidadas durante o ano de 1870, fazendo jus ao valor de 31\$800⁶¹⁸. Passa a receber uma pensão de 400 réis diários⁶¹⁹ em 1871, aliás esse era o valor padrão de diversas solicitações naquele momento.

Os valores recebidos podem ter sido utilizados para subsistência e provavelmente foram utilizados para saldar dívidas, pois mesmo no caso de Gonçalo Borges, ele era adido – aqui não fica claro se no corpo de polícia ou da tropa de linha – a uma companhia de armas

Gonçalo Borges Guimaraes, invalido do 3º Corpo de VP vem perante V Exa implorar a graça de conceder-lhe seis meses de licença para o suplicante ir ao município de Batalha ter com seus parentes, que desde aqui sahio para a guerra do Paraguay nunca mais teve occasiao ao de ver sua velha mae⁶²⁰.

O comandante do destacamento respondeu dois dias depois que a solicitação *não tem logar*, podendo ser de no máximo 3 meses e sem vencimentos, mas como era praxe em documentos enviados aos presidentes provinciais, ele afirma que o presidente decidiria como melhor entendesse.

Outros inválidos da pátria amargavam situações mais difíceis, como Maximiano Francisco José da Silva que aparentemente não possuía vencimentos recebidos do governo imperial nem estava a serviço da companhia de polícia

Maximiano Francisco Jose da Silva, invalido da pátria, tendo pedido sua baixa e os seus papeis relativos a sua pensão logo que chegou do sul, acontece que vive sem recursos absolutamente para dar o pão quotidiano a sua mulher e um filho menor, por isso mui humildemente vem perante V Exa pedir-lhe que o abrigue sob sua proteção e lhe dê uma esmola⁶²¹.

O pedido do ex-combatente é claro: sem recursos para sustentar a si e família, pois seu processo de baixa do serviço e pensão ainda não se encontrava concluído, solicita ao presidente provincial proteção – seria na forma de um emprego? – e uma esmola. Não encontramos resposta à solicitação acima.

⁶¹⁸ Relatório do Ministerio da Guerra Ano 1871, Ed 001p.8;

⁶¹⁹ Diário do Rio de Janeiro Ed. 348, capa. 19 de dezembro de 1871 – Decreto 2107 de 12 de fevereiro Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Ed. 0030 p.181;

⁶²⁰ Ofício nº308 enviado ao presidente da província, assinado a rogo por José Leonardo Guimarães. Theresina 6 de agosto de 1870. APPI, Casa Anísio Brito. Sala do Poder Executivo. Vários municípios, Caixa 368.

⁶²¹ Ofício endereçado ao Presidente da Província. Assina Manoel Jose Couto. Theresina, 3 de maio de 1875. APPI, Casa Anísio Brito. Sala do Poder Executivo. Vários municípios, Caixa 368.

O que observamos nesse breve aparato sobre as desventuras dos inválidos da pátria é que a vida daqueles homens foi marcada de início por esperanças, seja de uma vida melhor – pelos ganhos pecuniários, terras, promessas de emprego etc. - seja pelas glórias da guerra, ao retornar a suas províncias, além de uma vida que não existia mais, as habilidades e condições para conseguir o sustento não eram mais as mesmas, sendo que muitos passaram a depender totalmente de pensões do governo imperial e também de ser aproveitados de alguma forma em quartéis, em funções que muitas vezes os tornavam ainda mais fragilizados física e mentalmente, as vezes não sendo capazes de desempenhar as funções dadas.

Não por acaso vemos que muitos inválidos da pátria, tanto no Piauí quanto em outras províncias algumas vezes recorriam a bebida como forma de sobreviver a uma existência que parecia que não lhes permitia mais existir.

4.2 AQUELES QUE SOLICITARAM PRAZOS DE TERRAS

Os ex-voluntários da pátria contavam principalmente com duas prerrogativas: Gratificação de 300\$000 quando dessem baixa do Exército e o recebimento de um prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colônias militares ou agrícolas⁶²² existentes no Império. A cobrança dessa segunda prerrogativa surge como uma das principais preocupações do governo imperial após o fim do conflito.

Segundo Rodrigo Goyena, os pedidos de terras teriam sido pouco numerosos – levando em conta a quantidade de ex-combatentes que poderiam fazer essa solicitação - inclusive chamando atenção para o fato de que fazer essa petição em termos jurídicos não era uma tarefa das mais fáceis.

As colônias militares podem ser pensadas como iniciativa do governo imperial para o povoamento de regiões de fronteira/interior do Império. Surgidas a partir dos anos 1850, quem sabe as más experiências de não conhecer o território – conforme ocorrera as tropas brasileiras durante a guerra contra o Paraguai – tenham incutido a maior necessidade de que se povoassem e conhecessem enormes faixas distantes da “civilização”. Fernando da Silva Rodrigues afirma que a permanente vigilância do território nacional passou a exigir também

⁶²² BRASIL. Decreto nº 3371 de 7 de janeiro de 1865 – “Crêa Corpos para o serviço de guerra em circunstancias extraordinarias com a denominação de - Voluntarios da Patria -, estabelece as condições e fixa as vantagens que lhes ficão competindo”. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/norma/400502/publicacao/15637283>

uma colonização militar⁶²³, visto que diversas áreas do país não eram consideradas acessíveis ou simplesmente não havia um mapeamento efetivo delas, em que pese o caso de Mato Grosso, enorme província cujo acesso dependia do Rio da Prata.

Uma das maiores provas do fracasso das colônias militares como até então estavam organizadas, ocorreu exatamente no início da invasão do exército paraguaio ao Mato Grosso, fato comprovado pela queda da Colônia Militar de Dourados, que isolada, sem abastecimento resistiu ao avanço das tropas até a morte de todos os homens inclusive de seu comandante, o tenente Antônio João Ribeiro⁶²⁴.

Buscava-se combinar o povoamento do interior com a disciplina militar, daí o fato dos prazos de terras serem oferecidos a ex-combatentes e as colônias seriam supervisionadas por militares experientes⁶²⁵.

Segundo Ana Beatriz R. de Souza, os prazos de terras foram distribuídos em províncias como Maranhão, Pará, Pernambuco, Alagoas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo, mais da metade das províncias do Brasil Império.

Houve projetos de colônias na então província do Piauí – não sendo necessariamente militares, mas ligadas a situações como a seca da década de 1870 - podemos citar Uruçuí, Santa Filomena e Bom Jesus. Embora fracassando como colônias, originaram importantes cidades do Estado⁶²⁶. No vizinho Maranhão houve a destruição de quilombos para a criação de colônias que se juntaram a outras, como a Colônia do Gurupi⁶²⁷.

Houve também a proposta de ofertar aos voluntários da pátria e guardas nacionais terras devolutas no atual Rio Grande do Sul, como pode ser visto aqui

No início de 1865, precisamente em 10 de maio, foi feita uma proposta pelo Presidente da Província do Rio Grande do Sul, João Marcelino de Sousa Gonzaga, a fim de convencer aos guardas nacionais, dos benefícios de seguirem a guerra, mesmo os que fossem designados, para a concessão de Terras devolutas das margens do Rio Uruguai, e afluentes, aos Guardas Nacionais dos corpos destacados que marchassem para a guerra, a exemplo do que se havia proposto aos que fossem Voluntários da Pátria. A proposta foi feita ao Conselheiro Francisco José Furtado que sem ter como decidir

⁶²³ RODRIGUES, Fernando da Silva. Aspectos da colonização militar nas fronteiras da Amazônia: ocupação e defesa do território. ANPUH: XXIX Simpósio de História Nacional. Contra os preconceitos: História e democracia.

⁶²⁴ ARAÚJO, Johny Santana de. O estabelecimento de colônias civis e militares na Província do Piauí no pós-guerra do Paraguai (1865-1888). Oficina do Historiador. Porto Alegre. EDIPUCRS, v.6 n°2, jul-dez 2013 p. 61. Antonio João Ribeiro foi citado no capítulo II desta tese.

⁶²⁵ SOUZA, op. Citada, p.413.

⁶²⁶ ARAÚJO, Johny Santana de. Op. citada p. 70

⁶²⁷ SANTOS, Arthur Germano dos. Poder e administração no Maranhão oitocentista: o caso da colônia militar do Gurupi. Almanack. Guarulhos, n°12.

isoladamente encaminhou a discussão para a secção de justiça do Conselho de Estado⁶²⁸

Essas discussões chegaram ao parlamento mas sua operacionalização apresentou alguns problemas, inclusive surgem leis a posteriori que mesmo equiparando os direitos dos guardas nacionais aos dos voluntários da pátria, não preencheram certas lacunas institucionais.

Receber tais terras não seria fácil, pois observamos em nossas pesquisas dezenas de solicitações de prazos de terras na Colônia Militar de Óbidos⁶²⁹, distante 783 km da capital Belém e a mais de 1400 km de Teresina, que a doação até era encaminhada, mas os documentos finais de posse não são encontrados, como no caso do ex-combatente Misael Francisco de Lemos:

Misael Francisco de Lemos, alferes honorário do exercito, basiado no que dispõe o artigo 2º do decreto nº 3371 de 7 de janeiro de 1865, vem requerer ao governo geral o pagamento do prazo de terras a que tem direito como voluntario da pátria – petição que d´esta acompanha (...)

(...) Ajudante de ordens interino d´esta presidência do Pará o original de sua fe de officio que se acha junta ao requerimento dirigido ao Exmo Snr Ministro e secretários d´esta dos negócios de guerra, pedindo se use pagasse na colonia militar de Obidos, dessa provincia, o praso de terras a que tem direito como voluntario da pátria⁶³⁰.

A maior parte dos ex-voluntários procurava obter prazos de terras em colônias militares próximas de sua terra, ou quando do contrário, no sul do Império. Goyena observa que em diversas vezes aqueles que conseguiam receber sua posse a vendiam a preços irrisórios. Ainda havia alegação de falta de recursos inclusive para se operar as medições necessárias dos lotes solicitados:

Não havendo verba no orçamento vigente para ocorrer ao pagamento da despeza a fazer-se com a medição dos lotes de que trata o decreto nº 3371 de 7 de janeiro de 1865, devem ser taes lotes concedidos unicamente nas colônias militares onde as houver já demarcadas, até que pelo poder legislativo seja concedido o necessário crédito para novas demarcações⁶³¹.

Para muitos daqueles que os solicitavam, os prazos de terras na Colônia Militar de Óbidos se apresentavam como um objetivo muitas vezes, inalcançável.

⁶²⁸ ARAÚJO, Johny Santana de. Op. citada p.63

⁶²⁹ Inicialmente Forte dos Pauxis no século XVII, foi elevada em 1758 a Vila de Óbidos. Em 1854 é criada Colônia Militar de mesmo nome, junto a foz do Rio Trombetas. Informação retirada da página da prefeitura municipal de Óbidos (PA) Disponível em <https://obidos.pa.gov.br/o-municipio/historia/>

⁶³⁰ Arquivo Público do Piauí-Casa Anísio Brito. Ofício nº 906, de Misael Francisco de Lemos ao Presidente da Provincia, datado de 24 de novembro de 1887; Para a resposta Ofício nº1180 do Presidente da provincia do Piauí ao Presidente da provincia do Pará, datado de 18 de abril de 1888.

⁶³¹ Ministério da Guerra. Circular assinada por Joaquim Delfino Ribeiro da Luz em 20 de maio de 1887

Muitas vezes a solicitação daquelas terras foi realizada após mais de uma década do fim da guerra contra o Paraguai, o que parece corroborar a hipótese de que muitos ex-combatentes passaram anos sem saber de qual forma solicitar suas terras que a lei de criação dos voluntários da pátria lhes daria direito.

Parece ser o caso do ex-voluntário Veríssimo Antônio de Oliveira. Inspecionado e apto para o conflito em 1866⁶³², apenas em 1883 faz sua solicitação de terras na Colônia Militar de Óbidos, onde lhe é exigida a apresentação de sua escusa original⁶³³. A resposta favorável viria em menos de 12 meses:

A Cada um dos ex-praças do exército abaixo citados Verissimo Antonio de Oliveira, Angelo da Guarda Batista, Valerio Francisco de Souza e José Benedicto de Souza, seja distribuído na colônia militar de Óbidos conforme requereram um lote de 1089 ares devendo os títulos de propriedades ser lhes entregues depois de averbados nas respectivas escusas afim de serem restituídas as ex-praças, que com elas deverão apresentar-se à presidência da província do Pará onde se acha estabelecida a Colonia em questão⁶³⁴.

Embora tenha alcançado retorno favorável a seu intento, ocorreram idas e vindas na concessão daquelas terras. O fato daquele estabelecimento não estar em pleno funcionamento foi colocado como empecilho para sua concessão, sendo o impasse resolvido (em tese) com um ofício do ministério da guerra ao presidente da província do Pará, determinando que as terras fossem passadas para os quatro ex-combatentes acima⁶³⁵.

Não temos confirmação documental de que algum daqueles ex-praças tenha efetivamente recebido seu prazo de terras na longínqua Colônia Militar de Óbidos, o mesmo ocorrendo com Manoel Benicio de Araújo, ex-soldado do 18º batalhão de infantaria, conforme despacho do Ministério da Guerra⁶³⁶ no ano de 1884.

Os diversos pedidos de terras a que tivemos acesso – principalmente via jornais – trazem petições e no máximo confirmações dos intentos, mas nunca apresentando as conclusões deles, infelizmente. Pelas dificuldades e distância das terras solicitadas, não podemos afirmar que nenhum piauiense tenha efetivamente recebido aqueles lotes.

⁶³² Jornal A Imprensa Edição 33 de 10 de março de 1866, p.2

⁶³³ Trata-se do que se chamava também de Fé de ofício. Ministério dos Negócios da Guerra. Resposta ao ofício nº 36 de 10 de março de 1883, assinado por Carlos Afonso de Assis Figueiredo em 9 de maio.

⁶³⁴ Ofício do Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1884

⁶³⁵ Ofício do Ministro da Guerra enviado ao presidente da província do Pará. Jornal Gazeta da tarde. Anno V. Rio de Janeiro, Quinta-feira 17 de julho de 1884, nº 164 p.2

⁶³⁶ APPI – Casa Anísio Brito. Ofício do Ministério dos Estados negócios da Guerra. Rio de janeiro 4 de novembro de 1884. Assina Cândido Luís Maria de Oliveira.

4.3 PENSÕES PARA EX-COMBATENTES OU VIÚVAS

A demanda por pensões e outros meios de previdência remete à época colonial. A montagem da colonização requereu o trabalho de grande número de homens para sua manutenção nas esferas civil e militar. Ainda no século XVII, temos pensões sendo fornecidas para homens que lutaram contra as invasões holandesas na Bahia e Pernambuco – como a atividade militar teve destaque durante toda a história brasileira, podemos observar que se tornou uma forma de ascensão social para determinados indivíduos ou mesmo famílias. Marconni Marotta chama atenção para o fato de que a concessão de pensões foi estratégia lusa para que indivíduos que não eram bem-nascidos não fossem confundidos com indivíduos com vantagens de nascimento⁶³⁷ - aqueles geralmente recebiam títulos nobiliárquicos e terras por serviços prestados à coroa. Como demonstrativo, de um total de 1177 benefícios concedidos em cerca de 25 anos (1639-1663), 537 deles foram fornecidos em forma de pensões. Com a independência política no século XIX, o direito português se manteve como base para formação das instituições e leis brasileiras, visto que as elites tradicionalmente enviavam seus filhos para estudar direito em Coimbra⁶³⁸, alcançando certa uniformidade intelectual que teria sido decisiva para a configuração de um Brasil unificado.

A lei do meio soldo foi criada em 1827 e destinava-se aos herdeiros dos oficiais da ativa e dos transferidos para a inatividade, concedida em função do posto atingido pelo oficial e de seu tempo de serviço⁶³⁹, sendo preferencialmente destinada para indivíduos de patentes superiores até a década de 1860. Quando do início e desdobramentos da guerra contra o Paraguai, essa configuração já havia começado a mudar, visto que grupos como os cirurgiões do exército e outros já buscavam ter direitos àqueles benefícios cerca de trinta anos antes do início daquele conflito. Como afirmou o Barão d'Ourem em evento na década de 1880 acerca das ações de previdência, nunca faltou aprovação do legislativo para nenhuma pensão conferida pelo governo⁶⁴⁰.

Assim como ocorrido em conflitos anteriores, a Guerra da tríplice aliança causou enorme mortalidade dos combatentes, fazendo com que direitos como pensões fossem

⁶³⁷ MAROTTA, op. citada, p. 49. Havia tradicionalmente a pensão de Montepio, que demandava contribuição, surgindo depois o meio soldo, que não possuía essa exigência. Mais tarde, surge a pensão especial, com intuito de substituir as duas anteriores.

⁶³⁸ CARVALHO, José Murilo de. Op. citada.

⁶³⁹ Lei de 6 de novembro de 1827, arts. 1º e 2º; Decreto número 475, de 11 de junho de 1890.

⁶⁴⁰ MAROTTA, op. citada, p.144

usufruídos por suas viúvas⁶⁴¹ em 56% dos benefícios concedidos entre 1821 e 1885, seguidos pelos pais, 19% e filhos, 17%. Em 1835, o direito ao meio soldo foi restringido para viúvas e para herdeiros dos militares que conservassem o “estado de viuvez”, igualmente para as filhas solteiras e filhos menores de 18 anos. O estado civil deveria ser comprovado por certidão emitida por pároco ou juiz de paz⁶⁴². Devido aos tramites legais aliados à quantidade de processos que havia, as decisões poderiam sofrer certa demora, conforme observado no caso de Childerico Cícero de Alencar Araújo, falecido em Uruguaiana em 1866, cuja pensão foi concedida a sua viúva, Dona Romana Candida de Araripe, cerca de dois anos depois⁶⁴³ e confirmada pelo Senado do Império.

O decreto que criou o Corpo de Voluntários da Pátria em 1865 procurou democratizar a concessão de benefícios, devido à falta de homens para marchar ao Paraguai naquele momento. Os voluntários da pátria – e os guardas nacionais - teriam os benefícios reservados anteriormente apenas a tropa de linha, estabelecendo que as famílias daqueles que perecessem em batalha teriam direito a uma pensão ou meio soldo enquanto os inválidos receberiam soldo dobrado de voluntário. Como veremos adiante, a operacionalização dos termos prometidos aos voluntários da pátria não seria simples e suscitaria dúvidas e críticas.

Para termos um exemplo do montante de pensões concedidas aos combatentes do Paraguai e seus dependentes e do impacto na previdência que se formava, no biênio 1877-1878, as despesas com os servidores da administração geral, o Ministério da Guerra tinha 2866 pensionistas militares. No âmbito civil, o Ministério da Justiça era o responsável pela maior parte dos benefícios – em um universo de 263 pensões, 189 delas estavam ligadas a homens que combateram na guerra contra o Paraguai, inclusive políticos da época viam a situação como desequilíbrio, visto que a partir da década de 1860 a quantidade de benefícios concedidos cresceria mais de mil por cento em algumas esferas⁶⁴⁴.

Pelas características de uma guerra de grandes proporções, como foi o conflito contra o Paraguai, seus números foram igualmente impressionantes, leve-se em consideração a quantidade de homens recrutados, o montante de mantimentos necessário e a própria logística de recrutamento, transporte, um mínimo de treinamento etc. Pode-se avaliar também a quantidade de benefícios solicitados ao governo central desde os primeiros anos da guerra, o

⁶⁴¹ MAROTTA, op. citada, p.127.

⁶⁴² Apud MAROTTA, op. citada, p.135

⁶⁴³ A Imprensa Ed. 145, capa.2 de maio de 1868;

⁶⁴⁴ Sobre o aumento prodigioso de benefícios concedidos, confira MAROTTA, op. citada, p.249-250.

que conseqüentemente poderia trazer uma grande demora e insatisfação na concessão das benesses solicitadas.

As críticas não demoraram a surgir. Políticos não apenas de oposição criticaram o que consideravam lentidão no processo de análise e concessão das pensões e outros benefícios, como José de Alencar criticando a iniciativa da *Festa do Barracão*. Diversos jornais no Império se mostraram críticos aos poucos benefícios concedidos, se levarmos em conta a quantidade de solicitações.

Ainda no decorrer da guerra surgem demandas relativas a pensões por morte, como vemos no caso da senhora

Maria Leopoldina de Moraes Carvalho e Silva, por seu procurador abaixo assignado vem respeitosamente pedir a V Excia que se digne encaminhar a alta presença de Sua Majestade, o Imperador a inclusa petição em que a suplicante pede ao mesmo augusto senhor que lhe conceda uma pensão do Estado, além do soldo de seu falecido marido, o Capitão de Voluntários da Patria Francisco Luis Pereira de Carvalho e Silva, que succumbio após os ferimentos que recebo no combate de 22 de setembro do anno passado em Curupaity. A Supplicante assas confia no espirito de justiça e de humanidade que caracterizao a pessoa de V Excia que se dignará, não so encaminhar a dita petição, como dar-lhe informação favorável. Nestes termos pois Theresina, 16 de fevereiro de 1867 O procurador David Moreira Caldas⁶⁴⁵.

No decorrer do trabalho buscamos demonstrar as ações dos indivíduos pertencentes às classes mais humildes dentro do contexto da guerra e do pós-guerra. As solicitações desde o início do conflito são numerosas e mostram os procedimentos seguidos por quem desejava algum tipo de benesse do governo imperial. Mesmo em uma sociedade com um número esmagador de analfabetos, a valorização da escrita mostra-se evidente, representada como ferramenta de civilização se fazia sentir. Assim como o documento acima, no qual atuou como procurador David Moreira Caldas, sua maioria era de textos escritos *a rogo* - escritos pelo representante legal. Os documentos escritos pelos próprios solicitantes se mostraram bem mais raros.

Tendo a batalha de Curupaiti ocorrido em setembro de 1866 e a solicitação da viúva tendo sido realizada cinco meses depois, podemos deduzir que muitos tramites não eram conhecidos por parte considerável da população e por muitas vezes, algum representante legal surgia oferecendo seus serviços, mediante remuneração para que o ex-combatente ou seu

⁶⁴⁵ Ofício enviado por Dona Maria Leopoldina de Moraes Carvalho e Silva para a presidência da província em 16 de fevereiro de 1867. Encaminhado em 21 de fevereiro.

herdeiro tivessem acesso ao paradigma escriturário necessário para que se angariassem direitos.

Embora o governo imperial tenha demonstrado preocupação com a concentração de ex-combatentes no Rio de Janeiro quando do retorno das tropas e seu despacho para as províncias, na visão geral poucos benefícios teriam sido fornecidos. Isso causou críticas por parte de autores que se debruçaram sobre o período⁶⁴⁶, embora nas províncias geralmente houvesse pessoas que se colocavam como seus representantes e procuravam inclusive encontrar aqueles cujos benefícios estariam perdidos.

O abaixo assignado acaba de receber do Rio de Janeiro, uma relação contendo os nomes de diversos voluntários da pátria que tem obtido pensões e aos quaes ainda não se expediram os precisos títulos por ignorar-se onde residem. Os pensionistas, pois, que residem nesta província, o quiserem sollicitar os seus títulos por intermedio do abaixo assignado, mediante ajuste prévio, dirijão-se a casa da sua residência. Theresina 10 de abril de 1874. Miguel Borges⁶⁴⁷.

Aqui temos a figura de Miguel Borges Castello Branco, oferecendo-se como representante de prováveis pensionistas que precisavam de algum tipo de documentação ou orientação para receber os valores devidos pelo governo imperial. Em sendo verdade o anúncio acima, podemos afirmar que ocorreram desencontros quando alguns benefícios foram concedidos, mas por desconhecimento dos próprios beneficiários os trâmites poderiam não se concretizar.

Outra crítica que surge é que houve representantes ou recrutadores que tenham se apoderado dos benefícios de alguns suplicantes, estando o Estado, segundo essa situação, convencido de que muito mais pensões foram concedidas.

Em outras ocasiões. poderia faltar algum documento para que as solicitações fossem deferidas e eram solicitados alguns complementos, como podemos ver no pedido da Senhora Hygina Francisca Meirelles, mãe do Alferes Conrado Gonçalves de Meirelles:

(...) convém que vossa excelência exija da peticionária que apresente documento em que prove que o dito seu filho lhe servia de amparo, e cuidava da sua subsistência, que declarou a vossa excelência para seu

⁶⁴⁶ Rodrigo Goyena por exemplo, chama atenção para o fato de que alguns anos após a conclusão da guerra, diversos voluntários da pátria esperavam por seus direitos previstos na legislação surgida como o conflito contra o Paraguai.

⁶⁴⁷ Jornal Oitenta e nove – Monitor Republicano do Piauí. Anno II. Theresina, 24 de abril de 1874. Nº 22 p.4

conhecimento e devidos efeitos Deus guarda vossa senhoria. *Assina* José Lustosa da Cunha Paranaguá⁶⁴⁸

Poderia ocorrer que os novos documentos solicitados nunca fossem enviados, principalmente se o peticionário não tivesse um representante legal que ficasse aguardando os trâmites do caso. Muitas dessas decisões eram divulgadas nos jornais da época, mas a taxa de analfabetismo da população era deveras alta.

As solicitações continuavam sendo feitas pelos peticionários durante as décadas seguintes, sendo a maioria das petições pesquisadas feitas por mães de ex-combatentes, em maior número do que as feitas por esposas.

Nº 684 Diz Dona Maria do's Portela Ferreira que tendo se habilitado, conforme os documentos juntos para impetrar do governo imperial a concessão de meio soldo de seu filho Capitão Clodoveu Epaminondas Portela Ferreira, morto no combate de Tebiguary – campanha do Paraguay, vem por isto requerer a V Exa se digne de encaminhar a secretaria da guerra a petição que junta a este com a informação que V Excia entender a justiça⁶⁴⁹.

No caso acima, como infelizmente ocorreu no decorrer da pesquisa, tivemos acesso apenas a esse ofício e não aos documentos citados como anexos a solicitação da Senhor Maria Portela, não possuindo maiores informações de seus desdobramentos.

Embora mais raros, observamos solicitações feitas por tutores de jovens que perderam o progenitor no conflito, como o falecido Antônio José da Silva Rocha:

Henrique Guilherme dos Santos, tutor do menor Jose Antonio da Silva Rocha, filho do finado comandante do extinto 36º de VP, Antonio Jose da Silva Rocha, requer a V senhoria se digne mandar passar alvará de licença autorizando o suplicante a receber da tesouraria da fazenda desta provincia a pensão de 60\$000 mensais que pelo governo geral foi concedida ao referido menor, desde a data de sua concessão, e bem assim quaisquer outras quantias a que por ventura tenha direito ou possa vir a ter o mencionado seu tutelado, quer por meio de espólios e quer por outro qualquer motivo. Nestes termos⁶⁵⁰
Theresina, 9 de maio de 1879

Solicitações feitas pelos próprios ex-combatentes, por mães, esposas e tutores de menores atravessam a documentação pesquisada e chamam atenção para a busca pelos direitos previstos em decretos como o da criação do corpo de voluntários da pátria. Como dito, muitas críticas e reclamações foram vistas por meio do estudo da imprensa piauiense e

⁶⁴⁸ Rio de Janeiro Ministério dos Negócios da Guerra em 6 de fevereiro de 1868 ofício da diretoria central. Endereçado ao Presidente da Província.

⁶⁴⁹ Ofício 684 enviado por Maria do's Portela Ferreira, de Oeiras, em 11 de abril de 1876 ao Presidente da Província.

⁶⁵⁰ Ofício enviado por Henrique Guilherme dos Santos ao Presidente da Província. Teresina, 9 de maio de 1879.

de outras províncias. Dentro desses processos, nos anos seguintes irão surgir sociedades de acolhimento aos ex-voluntários da pátria e periódicos que, dentro da perspectiva das forças armadas, faziam o elogio a seus sacrifícios e lamentavam a má sorte de muitos. Era o caso de *O Soldado*.

Trata-se de periódico que circulou entre março e outubro de 1881, editado no Rio de Janeiro com o subtítulo *Orgão destinado aos interesses militares*. Publicado em 4 páginas, tinha como ‘redator em chefe’ o Alferes honorário do Exército Candido Reinaldo da Rocha.

Em seu primeiro número, de 15 de março em uma sessão denominada *A nossa missão* elencava seu programa:

Propugnar pelos legítimos direitos do exercito, da armada e das demais classes militares do Brazil; Discutir todas as leis, decretos, avisos e regulamentos vexatórios, e especialmente o decreto n.3371 de 7 de janeiro de 1865, que é manifestamente contrario aos nossos interesses; Advogar a reforma da legislação militar, no intuito de melhora-la a bem dos nossos direitos e garantias; Reclamar, perante os poderes competentes, contra as arbitrariedades de que sejam victimas os militares de patentes e graduados, e contra os castigos injustos infringidos aos subalternos; Profligar todas as extorsões feitas as classes militares, que são prejudicadas com preterições, como sejam as nomeações de paizanos para comandantes de estações de districtos, quando existem officiaes reformados, honorários e da Guarda Nacional, que estão no caso de desempenhar taes cargos (...) Tomar consideração e dar publicidade a todas as reclamações fundamentadas, que nos forem enviadas por militares graduados ou subalternos⁶⁵¹.

As reticencias se referem a trecho rasurado do original digitalizado pela Biblioteca Nacional. Observamos que o surgimento do jornal está inserido no contexto de procura por maior representação das forças armadas na vida brasileira, processo iniciado após o fim da guerra contra o Paraguai e que teve como uma de suas consequências a Proclamação da República⁶⁵². O surgimento de um periódico voltado aos interesses dos militares sugere, além enormidade de demandas, o fortalecimento do exército como instituição e sua participação cada vez maior nas discussões brasileiras.

Chama atenção um ponto onde se critica abertamente o decreto de criação do corpo de voluntários da pátria, o que teria levado ao questionamento por parte de ex-voluntários e o jornal defendeu-se apontando o que denominou de inconsistências nos artigos 9, 10 e 12 da referida lei, inclusive rebatendo leitores que afirmavam não compreender semelhantes afirmações.

⁶⁵¹ Jornal O Soldado. Anno I Rio de Janeiro-terça-feira 15 de março de 1881. Nº1, capa.

⁶⁵² COSTA, Emilia Viotti da. Op. citada.

O Jornal procurou defender seu ponto de vista ao afirmar que de nada valia o decreto 3371 trazer *garantias sedutoras* se elas não eram *cumpridas nem observadas*, ao começar sua crítica ao nono artigo do referido decreto:

«Os voluntários terão direito aos empregos públicos, de preferencia, em igualdade de habilitações, a quaesquer outros individuos. > Na realidade é um artigo bonito. dictado talvez pela melhor boa vontade do legislador; mas que tem sido executado de um modo muito contrario ao seu pensamento. Com os voluntários concorrem os afilhados, os protegidos, os validos da Providencia governamental, e estes" teem preferencia a tudo, em tudo e por tudo. Por mais elevadas que sejam as aptidões neste paiz, cabem ante o empenho e o patronato, que são os unicos arbitros na distribuição de empregos⁶⁵³.

O redator de O Soldado cita um ponto amplamente denunciado por ex-voluntários que pleitearam empregos valendo-se daquele artigo, como a fala de Belarmino de Carvalho Castello Branco, citado no capítulo anterior. Usos comuns tais como o apadrinhamento se sobrepunham aos termos celebrados naquele artigo.

A seguir, as críticas se concentram sobre o décimo artigo do decreto 3371, no que se refere à garantia de que as famílias dos voluntários que faleceram no campo de batalha ou em consequência de ferimentos adquiridos naquele teriam direito à pensão ou meio soldo, assim como previsto para oficiais e praças do exército. Afirmava também que os inválidos receberiam soldo dobrado de voluntário da pátria. Sobre essa promessa, afirma o redator:

Inumeros são os que por ahi andam: completamente inutilizados por moléstias adquiridas na campanha, sem que o governo olhe para elles. Até os próprios ministros recusam-lhes a audiencia E os bravos que correram no momento mais critico aos campos do Paraguay, assim vivem desprezados. Os seus serviços prestados á Pátria estão esquecidos. Não ha para elles nem ao menos o olhar de compaixão! E no em tanto fizeram baixar um decreto cheio de promessas fallazes. Era uma lei mytbologhca, repleta de attractivos para illudir a vista e o coração⁶⁵⁴.

A crítica ratifica as diversas narrativas sobre a sorte dos inválidos da pátria, muitos deles vivendo em completo abandono à espera de benefícios que muitas vezes não chegavam as suas mãos, como os casos de Cosme Damião Felipe e Bartolomeu Eugenio⁶⁵⁵. O redator continua questionando o patriotismo daqueles que alcançaram a vitória a custa das armas dos voluntários e se vangloriavam ao invés de valorizar os ex-soldados. Note-se que as críticas ao governo eram contundentes, mesmo quando elogiavam a figura do Imperador, denominado dentre outros adjetivos como *bom e generoso*, diferenciavam-no da *Nação*, ilustrando-a como

⁶⁵³ O Soldado. Anno I. Rio de Janeiro-Sexta-feira, 25 de março de 1881. Nº4, capa.

⁶⁵⁴ Idem

⁶⁵⁵ Citados no tópico que versa sobre a figura dos inválidos da pátria, no capítulo anterior.

uma coroa que custa caro, não deixando sequer que o seu brilho fosse visto pelos voluntários que só veem diante de si a miséria e nada mais⁶⁵⁶.

Em sessão denominada *O soldado ao Imperador*, que surge em diversos de seus números e utiliza como artifício supostas cartas enviadas a Dom Pedro II, reforça a denúncia acerca da situação dos ex-voluntários: Andam por estas ruas, mendigando o pão da caridade, milhares de cidadãos que foram nos campos de honra defender a integridade do Império e a segurança do vosso throno. São voluntários da pátria (...) ⁶⁵⁷.

Ainda sobre a defesa do papel dos voluntários e a necessidade de sua valorização, naquela mesma edição o redator afirma que ha onze annos eles, formados em gloriosas legiões, entravam com galhardia por esta capital coroados com a aureola do triumpho. Tinham então o titulo de heroes. Eram os bravos da grande campanha do sul⁶⁵⁸. Aquela publicação deixava claro o ponto de vista pelo qual os ex-combatentes foram deixados à própria sorte, apontando principalmente os políticos que nada teriam feito para tornar a vida daqueles ex-combatentes mais suportáveis.

Pelas falas do periódico notamos o crescimento de uma rivalidade entre a figura dos militares e a do governo, visto mais como o conjunto de seus políticos que necessariamente a figura de Dom Pedro II. Note-se que essas falas ocorrem cerca de dois anos antes do início das chamadas *Questões militares*. Nas páginas de *O Soldado* surgem argumentos que corroboram a visão de autores como Emília Viotti da Costa sobre o papel de salvador da pátria que o exército passou a nutrir cada vez mais sobre si após a guerra contra o Paraguai⁶⁵⁹.

Sobre a artigo 12 do decreto que criou os voluntários da pátria, o redator de *O Soldado* começa afirmando que ali se instituíram as mais vantajosas condições para os combatentes, como por exemplo postos de oficiais honorários do exército, além de acenar com a possibilidade, caso autorizada pelo legislativo de concessão da vitaliciedade de soldo por inteiro ou em parte correspondente ao posto do voluntario. O redator interroga qual deputado

⁶⁵⁶ O Soldado. Anno I. Rio de Janeiro-Sexta-feira, 18 de março de 1881. Nº2, capa.

⁶⁵⁷ Jornal O Soldado. Anno I Rio de Janeiro-terça-feira 15 de março de 1881. Nº1, p.2

⁶⁵⁸ Jornal O Soldado. Anno I Rio de Janeiro-terça-feira 15 de março de 1881. Nº1, p.3

⁶⁵⁹ A idéia de que aos militares cabia a salvação da pátria generaliza-se no exército a partir da guerra contra o Paraguai, à medida em que se institucionalizava. É claro que os militares estiveram em todos os tempos divididos em várias opções e seria um grande equívoco imaginá-los como um todo. COSTA, Emilia Viotti da. Op. citada, p.332

ou senador que se levantou para pedir o cumprimento de tal garantia aos voluntários. Afirma que todas as promessas aos voluntários desapareceram tão logo a vitória foi alcançada⁶⁶⁰.

Posicionamentos como o visto no jornal *O Soldado* chamam atenção para mais do que a defesa dos interesses dos ex-combatentes desassistidos pelo governo imperial, a tomada de uma consciência de classe por parte das forças armadas brasileiras em detrimento de outros setores, vistos como não patriotas e prejudiciais ao país. Não se pode negar que houvesse interesse pela situação dos milhares de ex-combatentes em dificuldades espalhados pelo Império, mas suas frustrações foram muito bem trabalhadas por uma redação interessada no fortalecimento do exército como poder moralizador do país.

A busca por pensões e outras formas de benefícios perfeitamente legais, garantidos pela lei de criação dos voluntários da pátria, estendeu-se por décadas após o fim do conflito com o Paraguai. Alvo de críticas e insatisfações, a cobrança daqueles benefícios moldou discursos e foi utilizada por instituições e grupos muitas vezes em proveito próprio, embora representando bem um enorme contingente de pessoas empobrecidas no pós-guerra.

4.4 HERMES DA FONSECA E O SOLDADO VITALÍCIO

Vimos até agora que, apesar das grandes discussões e centenas de contos de réis empenhados no pagamento de pensões para ex-combatentes e/ou descendentes, permanecia certo clamor a respeito da sorte dos soldados, principalmente na figura dos voluntários da pátria. Décadas depois, as discussões sobre a necessidade de um benefício que contemplasse aqueles ex-combatentes continuavam, como visto em *O soldado*:

De há muito que se falla na creação de um monte-pio para os voluntarios da pátria e ate agora nada se tem visto que demonstre boa vontade para se levar a effeito esta ideia tão altamente humanitária. Ao Sr. Tenente-coronel Cunha Junior cabe a gloria de tal iniciação e esperamos que S.S. ponha a sua actividade aos serviços de uma tão justa causa, urgentemente reclamada. Sabemos que já existe uma commissão organisada para tratar da confecção dos estatutos, da qual fazem parte cavalheiros activos e cheios da maior boa vontade. Confiamos nos seus esforços e dedicacão, e esperamos ver coroados do melhor êxito tudo o que se fizer a bem da instituição que se projecta (...) Haja justiça para estes a quem a pátria tanto deve. Funde-se o monte-pio dos voluntarios, e a elle não serão estranhos o valor occulto pela miséria⁶⁶¹.

⁶⁶⁰ *O Soldado*. Anno I. Rio de Janeiro-Terça-feira, 29 de março de 1881. Nº5, capa.

⁶⁶¹ *Jornal O Soldado*. Anno I Rio de Janeiro-sexta-feira 1 de abril de 1881. Nº6, p.1 e 2. Sobre a criação dos montepios durante o Brasil imperial, veja MAROTTA, op. citada.

Havia diversos montepios no Brasil do século XIX, mas este especificamente não chegou a ser criado conforme solicitavam os redatores do periódico acima. Trinta anos depois dessa sessão, no Senado Federal as comissões de Marinha de guerra e de finanças julgaram indeferida, por inoportuna, a petição do Capitão honorário do Exército Jose Carlos Vital, ex-voluntário da pátria, que solicitou uma lei que desse execução prática às disposições do artigo 12 do decreto de criação do Corpo de Voluntários da Pátria relativo ao abono de soldo vitalício aos oficiais honorários do Exército⁶⁶²

Na primeira década do século XX, continuavam as discussões acerca de um soldo vitalício para os ex-combatentes da campanha do Paraguai. Isso, quase três décadas após o final daquele conflito, sendo que obviamente os mais necessitados eram ex-soldados e cabos, representantes da parcela mais humilde da população.

Naquele momento, ex-oficiais do Paraguai ocupavam ou tinham ocupado posições estratégicas no governo, tais como o próprio Deodoro da Fonseca, cujo sobrinho, Hermes da Fonseca (1855-1923), também filho de ex-combatente no Paraguai, Hermes Ernesto da Fonseca, alcançaria o posto de Ministro da Guerra do governo de Afonso Pena (1906-1909) e posteriormente, a presidência da república (1910-1914).

Ainda comandante do 4º Distrito militar⁶⁶³ realizou manobras militares visando avaliar a eficiência das forças sob seu comando. Em relatório enviado ao General Francisco de Paula Argolo, concluiu sobre o estado de precariedade material da tropa: artigos como fardamentos, barracas, alimentos e equipamentos seriam insuficientes e de má qualidade, além de soldados indecisos, comando incompetente e desperdício de munição⁶⁶⁴, o que lhe causou preocupação com a falta de preparo de seus homens.

Hermes da Fonseca tinha uma visão modernizadora da tropa de linha, que focasse mais na prática do que na teoria. Incomodado com os erros crassos cometidos no cerco ao Arraial de Canudos no final do século XIX, procurou assistir aos movimentos modernizadores dos alemães e dos franceses, grandes forças inimigas naquele momento, chegando a visitar o Império Alemão para conhecer as táticas de seu Exército⁶⁶⁵ e estreitar relações no que se

⁶⁶² Jornal O Paiz. Anno XVII. Rio de Janeiro, Quinta-feira, 22 de agosto de 1901, Edição 06162, p.2

⁶⁶³ Criado em 02 de julho de 1891, posteriormente 4ª Região Militar. <https://4rm.eb.mil.br/index.php/reserva-pro-ativa/73-inst/79-historico-da-criacao-da-4-rm>

⁶⁶⁴ CPDOC. Verbete Hermes da Fonseca, p.3

⁶⁶⁵ RODRIGUES, Fernando da Silva. Modernização profissional no Exército Brasileiro: do alvorecer da Primeira Guerra Mundial à influência da Missão Militar Francesa (1906-1930). Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, v.13. nº26, p.116. Dentro daquele clima

refere ao fornecimento de armas e munições de fabricação alemã, principalmente da marca Krupp.

Dentro desse impulso modernizador, chamado por alguns de Reforma Hermes, temos a publicação do Decreto 1687 em 13 de agosto de 1907 que concede vitaliciamente aos officiaes e praças de pret sobreviventes dos corpos de Voluntarios da Patria e Guarda Nacional e aos auditores de guerra e estudantes de medicina e pharmacia, que serviram no Exercito e na Armada, por ocasião da guerra do Paraguay, o soldo regulado pela tabella actualmente vigente, e dá outras providencias⁶⁶⁶.

De acordo com o decreto de criação do soldo vitalício, os valores seriam regulados pela tabela vigente na data de sua publicação, devendo aqueles que já possuíssem pensões optar entre a mesma e o soldo vitalício, deixando claro que não seria possível acumular os dois benefícios, listava os documentos necessários para a obtenção do soldo, tais como as patentes, baixas ou documentos equivalentes. A lei autorizava a presidência da República a abrir os créditos necessários para sua execução. Assinada pelo presidente Afonso Pena e pelo então ministro Hermes da Fonseca, simbolizava um socorro há muito pedido por diversos grupos que se faziam entender como representantes dos voluntários da pátria ou do próprio exército.

Vimos que, por diversos motivos, as menções aos ex-combatentes da guerra contra o Paraguai tornaram-se cada vez mais escassas conforme se passava mais tempo do final do conflito e a própria monarquia, em que pesem tentativas malfadadas de criar festas de comemoração ao fim da guerra, não lhe fazia mais referências. Apenas na república, a regularização do soldo vitalício, atrasada em quatro décadas, chegaria para poucos sobreviventes e para seus descendentes.

Hermes da Fonseca, assim como outros militares da época poderia ter associado a modernização do exército à valorização de suas glórias e a guerra contra o Paraguai seria seu grande símbolo. Poderia abafar as más atuações e dificuldades em eventos como Canudos, a Revolução Federalista e as Revoltas da Armada. Embora distante, a vitória contra o Paraguai

de modernização das forças armadas foi criada em 1913 a revista militar A defesa nacional, que existe até hoje.

⁶⁶⁶ BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada – Decreto N° 1.687, de 13 de agosto de 1907. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1687-13-agosto-1907-582803-publicacaooriginal-105593-pl.html>

poderia servir de norte para um novo exército que se pretendia construir, além de angariar simpatias não apenas dentro da tropa, mas em relação à sociedade⁶⁶⁷.

Nos jornais do Piauí, encontramos poucas notas acerca do soldo vitalício no momento de sua criação. O jornal da diocese, denominado O Apostolo, fez-lhes uma homenagem em novembro de 1907:

Os voluntários da pátria são esses denodados sobreviventes da guerra do Paraguai que nos saúdam pedindo nos arremessos no nosso jornal para o grémio militar brasileiro e alguma referência à sanção da lei que autoriza o pagamento do soldo vitalício estipulado no decreto número 3371 de 7/01/1865 o excelentíssimo senhor presidente da República filho da legendária Terra da Liberdade animado do patriotismo que o impeliu a sancionar a lei ***** corpo Ju ato de benemerência os congressos do país tantos se bateram durou mais uma página do seu governo fecundo orgulho influxo a pátria se curva agradecida os voluntários das gloriosas campanhas de 1865 que tão heróica e abnegadamente tantas vezes varreram do solo pátrio inimigo ousado não deviam passar entre nós como homens comuns e muito menos implorar a Caridade pública batendo de porta em porta quando com o sangue das veias tinham feito **** gratidão da pátria que ousadamente defenderam. Era doloroso vê-los desprezados e até de ser obstruído o ingresso no asilo criado pelo patrimônio da Caridade pública ⁶⁶⁸

Na defesa dos direitos dos ex-combatentes, surge de novo a afirmação de que muitos atravessavam dificuldades financeiras que não condiziam com os sacrifícios realizados pela pátria há mais de 40 anos. Mesmo que não houvesse muitos voluntários piauienses vivos em 1907, com certeza o processo de construção de memórias acerca da guerra e dos feitos dos mais velhos atravessava aquela sociedade, embora não tenham sido observados grandes arroubos em homenagens aos antigos combatentes⁶⁶⁹.

Cerca de quatro meses após a publicação do decreto, outro surgiu em 11 de dezembro, estabelecendo regras para concessão do soldo vitalício, reforçando as qualificações de quem tivesse direito ao recebimento e principalmente, estabelecendo aqueles que não faziam jus ao seu recebimento, tais como homens que se eximiram do serviço de guerra por contribuição pecuniária, aqueles que deram substitutos que marcharam em seus lugares, assim como os recusados por incapacidade física, ou considerados extraviados ou desertores no decorrer do conflito. Buscava-se diminuir o leque de solicitações que certamente surgiriam endereçadas

⁶⁶⁷ É uma interessante questão proposta por Ana Beatriz R. de Souza: Também lança questionamentos sobre os motivos que levaram a nascente república brasileira a assumir obrigações oriundas do passado imperial

⁶⁶⁸ O Apostolo. Organ Oficial da Diocese. Anno I. Theresina, 3 de novembro de 1907. Nº25 p.3

⁶⁶⁹ Em momentos como a campanha pelo serviço militar obrigatório e no centenário da Independência observa-se uma valorização da memória dos voluntários da pátria.

ao Ministério da Guerra. Ali já se previa um demonstrativo dos créditos que fossem necessários para atender ao pagamento dos que tivessem já habilitados⁶⁷⁰.

A historiadora Ana Beatriz R. de Souza destaca a atuação de Hermes da Fonseca no pagamento das pensões devidas aos ex-combatentes, levando a uma nova leva de solicitações que se iniciam em 1907 e perduram por mais de cinquenta anos⁶⁷¹, pautando-se no decreto 1.687 e em outras decisões que visavam favorecer os voluntários da pátria, tomadas inclusive durante a Era Vargas.

Essa nova afluência de solicitações possibilitou que os discursos dos ex-voluntários ressurgissem, visto que o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais⁶⁷². Os voluntários deviam se enxergar como um grupo agora distante do Império e da figura de fidelidade ao Imperador, que seria substituída pela valorização da própria história e das tradições militares das quais bem ou mal, agora faziam parte.

O terceiro artigo da lei de criação do Soldo vitalício garantia à figura da presidência a abertura dos créditos que fossem necessários para que as dívidas com os ex-combatentes considerados aptos ao recebimento do benefício fossem pagas. Nas primeiras décadas de sua criação, surgem diversos decretos que corroboram aquela preocupação com os pagamentos.

Com base nos dados levantados (vide tabela abaixo), observamos grande quantidade de recursos sendo disponibilizados aos ex-combatentes, embora possamos dizer que por razões óbvias, tanto pela idade avançada quanto por muitas vezes, os interessados não possuírem mais os documentos ou não saber como seriam os procedimentos de solicitação, uma parcela pequena de ex-voluntários teve acesso ao dito benefício⁶⁷³.

No Piauí, observamos o ex-combatente Constantino Lopes Ribeiro, ferido em combate em dezembro de 1868, retornando ao Piauí em 1870, surge apenas em 1881 solicitando pagamento da gratificação diária de 300 reis a qual dizia fazer jus. Em 1913, mais de 40 anos

⁶⁷⁰ BRASIL. Portal da Legislação. Decreto Nº 6768 de 11 de dezembro de 1907, estabelecendo regras para concessão do Soldo vitalício. Naquele decreto se observa que o soldo seria regulado pelas tabelas anexas a lei nº 247 de 15 de dezembro de 1894.

⁶⁷¹ SOUZA, Ana Beatriz R. de. Op. citada, p.416

⁶⁷² POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2 nº3, 1989, p.5

⁶⁷³ Entre 1908 e 1913 a soma dos valores empregados no pagamento do soldo vitalício chegaram a 4.378:995\$660 (quatro mil trezentos e setenta e oito contos, novecentos e noventa e cinco mil seiscentos e sessenta réis) segundo Relatório do Ministério da Guerra de 1913, p.132.

depois do final do conflito com o Paraguai, obtém direito ao soldo vitalício⁶⁷⁴, inserido na nona turma de combatentes que conseguiram o pagamento.

O ex-combatente Raimundo Gomes das Neves, citado anteriormente também foi agraciado com o soldo vitalício por decreto de 1910⁶⁷⁵. O fato de o benefício ter sido conseguido por intermédio de uma figura de destaque em sua cidade sugere que os trâmites para o recebimento do benefício não fossem tão fáceis de realizar.

DECRETO	DATA	VALOR	BENEFÍCIOS
6914	9 DE ABRIL DE 1908	148:485\$854	-
7536	9 DE SETEMBRO DE 1909	545:529\$923	-
7753	23 DE DEZEMBRO DE 1909	716:607\$920	-
7903	17 DE MARÇO DE 1910	368:556\$917	440
8402	28 DE NOVEMBRO DE 1910	336:001\$174	538
8580	01 DE MARÇO DE 1911	247:976\$220	538
9016	11 DE OUTUBRO DE 1911	610:086\$611	575
9892	03 DE DEZEMBRO DE 1912	678:271\$429	545
10.627	24 DE DEZEMBRO DE 1913	625:081\$834	416
12.224	04 DE OUTUBRO DE 1916	573:551\$787	266
14.472	11 DE NOVEMBRO DE 1920	75:170\$676	16
14.702	02 DE MARÇO DE 1921	30:099\$053	-
14.762	07 DE ABRIL DE 1921	26:950\$685	-
15.041	06 DE OUTUBRO DE 1921	176:253\$995 ⁶⁷⁶	-
15.883	15 DE DEZEMBRO DE 1922	111:933\$492	-
16.186	27 DE OUTUBRO DE 1923	253:277\$568	-

FONTE: Annaes do Ministerio da Guerra, anos diversos.

Nem sempre os decretos – que continuam pelas décadas seguintes – traziam a quantidade de beneficiados relativos a cada documento, perfazendo muito mais do que as 3.334 pessoas citadas na tabela acima. Movimentou-se todo um negócio de agenciadores para os requisitantes tanto do soldo vitalício quanto de outros benefícios, como podemos ver

⁶⁷⁴ BRASIL. Ministério da Guerra. Relatório do ano de 1913 apresentando ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em outubro de 1914, p.139.

⁶⁷⁵ BRASIL. Decreto 2281 de 28 de novembro de 1910.

⁶⁷⁶ Valor retificado para 174:770\$356 em 11 de janeiro de 1922

O Capitão Henrique José da Costa Guimarães residente à rua Gomes Serpa número 72 Piedade encarrega se do preparo e andamento de processos de montepios de todos os ministérios meio soldo aposentadorias gratificações de um conto de réis da lei de 1874 habilitações de soldo vitalício do Paraguai asilados reformados e dívidas de exercícios findos de qualquer espécie no Tesouro ou em outra qualquer repartição federal ou municipal cobrando sempre módicas comissões módicas. Para outras explicações pode ser procurado nesta capital o tenente Miguel Borges Castelo branco residente à rua Félix Pacheco⁶⁷⁷

Acima são citados diversos benefícios cujas solicitações seriam preparadas pelo citado Henrique José da Costa. Residente no Rio de Janeiro, teria na figura de Miguel Borges Castelo Branco seu representante no Piauí, o que nos permite supor que tivesse representantes em outros estados do país. O uso de terceiros para realizar solicitações de benesses e/ou pagamentos aparece muito no decorrer da presente tese, principalmente no que se referiu aos pedidos de dispensa de diversos homens para que não partissem para a guerra contra o Paraguai, assim como em várias solicitações posteriores de empregos e pagamento de direitos.

No decorrer das décadas de 1930 e 1940 continuam surgindo nos jornais tanto solicitações de novos benefícios quanto notícias de que o poder legislativo continuava votando favoravelmente a novos aportes financeiros para fazer frente aos gastos com o soldo vitalício, podendo render boas investigações. Também no arquivo histórico do Exército, estão guardados centenas de documentos acerca dos pedidos e concessões do soldo vitalício, abrindo um leque de possibilidades para os historiadores interessados em investigar um pouco mais a vida daqueles homens cujos nomes foram esquecidos pelo Brasil oficial⁶⁷⁸.

⁶⁷⁷ A Imprensa. ANNO III. Therezina, Piauí. Terça-feira 8 de novembro de 1927. Nº314 p.4 Não podemos estabelecer relações entre o periódico da década de 1920 e do seu homônimo que circulou no Piauí entre 1865 e 1889.

⁶⁷⁸ Fernando da Silva Rodrigues desenvolve pesquisas sobre os pedidos de pensões vitalícias dos ex voluntários da guerra contra o Paraguai em seu pós-doutoramento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerra travada pelo Brasil e aliados contra o Paraguai até hoje é alvo de análises de diversas matrizes teóricas. Esse evento ajudou a enfraquecer a monarquia brasileira, foi considerado como início da organização do exército brasileiro como força política – representando seu mito fundador – e culminou em eventos como a Proclamação da República e a instalação da ditadura militar no Brasil.

Vista por uma ótica tradicional, teria sido o conflito no qual o Brasil salva o Paraguai de um tirano, desempenhando papel civilizador na vida política do Prata. Atualmente uma outra visão mais realista acerca dos processos de formação e fortalecimento dos estados nacionais que se desenvolveram no Prata coloca Brasil e Paraguai em um patamar onde ambos procuram defender seus interesses próprios. Como um dos países vencedores do conflito, várias narrativas de vencedor surgiram.

Homens como Caxias, Osório e Tamandaré, além de outros chefes militares menos citados no cotidiano da guerra passaram à história brasileira como heróis. A narrativa heroica sobre Jovita Alves Feitosa que partiu do Piauí com intuito de lutar contra os paraguaios não teve um bom final, mas é significativa do quanto havia condições para que outros indivíduos, principalmente mulheres fossem alçadas a condição de heroínas, principalmente pelo tipo de propaganda de guerra feita pelos jornais do período.

Aqueles indivíduos que retornaram vivos do conflito e foram agraciados com títulos honorários no Exército, quando pertencentes a extratos mais elevados da população, tiveram maior facilidade em seguir suas vidas, via funcionalismo ou em altos postos no exército ou polícia da província. Porcentagem é muito pequena comparada a enorme maioria de homens menos abastados que lutou na guerra contra o Paraguai, representados geralmente por boas relações ou mesmo família de notáveis na província ou em outras paragens.

Entretanto a enorme massa de ex-combatentes desiludidos, desempregados e sem perspectivas que retornou ao Piauí e a outras províncias do então Império enfrentou uma realidade bem mais desafiadora. Empregando-se principalmente na Companhia de Polícia, esses homens deram novos rumos a sua vida com base na experiência possibilitada pela guerra, em que pese o fato de que aqueles dos quais obtivemos alguma informação constituem minoria frente à quantidade de ex-combatentes, sendo que muitos deles sequer retornaram ao Piauí. depois do conflito.

A busca por informações que levassem a reconstituir as trajetórias de vida daqueles ex-combatentes, principalmente no que se refere aos mais humildes, é tarefa árdua, pois não são os grupos prioritários para acompanhamento, visto que as publicações como jornais e revistas só costumam registrar o que é visto como incomum, seja um crime ou assassinato. Uma característica dos jornais pesquisados é que aqueles que funcionavam como órgãos oficiais da província traziam em suas primeiras páginas registros de decisões administrativas, permitindo antever as ações e demandas apresentadas pelos ex-combatentes do Piauí que haviam retomado a vida civil e buscavam receber os valores e outros pontos aos quais faziam jus, principalmente com base na lei de criação dos voluntários da pátria, ainda nos primeiros meses de guerra.

A vida dos ex-combatentes que atuaram como soldados, ansejadas e cabos foi a mais plena de dificuldades no pós-guerra. Muitos retornam as suas casas e famílias em uma realidade mudada e com poucos empregos, onde o recurso a pensões e prêmios para os ex-soldados parece ter se convertido em caminho natural para fazer frente às dificuldades. Muitos retornaram inválidos fisicamente para casa, sofrendo além de tudo o preconceito por parte daquela sociedade que anos antes os saudava quanto partiam para o conflito.

Décadas após o final do conflito, surge o soldo vitalício, no governo do presidente Afonso Pena, por intermédio do então Ministro da Guerra Hermes da Fonseca. Naquele momento, muitos dos ex-combatentes já estavam mortos, mas era possível que seus descendentes reclamassem os valores devidos pelo Estado brasileiro. Foram contraídos centenas de contos de reis para fazer frente aos gastos com aquele direito para os ex-combatentes e suas solicitações se estenderam pelas décadas seguintes.

A vida dos ex-combatentes da Guerra do Paraguai é tema de alguns trabalhos de pós-graduação no Brasil. Não pretendemos esgotar essa discussão com essa tese, apenas oferecer nossa contribuição para a discussão sobre o tema. Como dito anteriormente, o uso de fontes eletrônicas foi fundamental para nosso texto, o que pretendemos que expanda esse tipo de análise para outros pesquisadores que possam cruzar fontes de diferentes naturezas.

Acima de tudo o conflito movimentou o Império, provocando discussões sobre patriotismo, a validade dos recrutamentos, diversas narrativas sobre heróis e outros que se furtavam a sacrificar a vida pela pátria. Novas ideias vieram em seu bojo, como as contradições da escravidão e o fortalecimento de uma força popular como o exército que deveria servir de segurança para o Império, embora cada vez mais republicano.

Os efeitos da guerra se estenderam por décadas após sua conclusão. Tratados de fronteiras com o Paraguai foram fechados apenas no decorrer da década de 1870. Ao final, não houve grandes modificações nas relações do Brasil com seus vizinhos. A Argentina, por exemplo, ainda olhava o Império do Brasil com reservas.

Décadas depois, diversas histórias de heroísmo e sacrifício povoaram o imaginário da população e das instituições. Muitos daqueles que lutaram pela pátria podem ter morrido lamentando todo esforço na guerra que, para eles, não ofereceu as recompensas e o reconhecimento esperado.

O que nos moveu nessa tese foi a busca por informações sobre aqueles indivíduos mais humildes, cujos nomes geralmente constam em documentos relacionados à lei. Sobre muitos deles, conseguimos apenas informações esparsas, fragmentos de trajetórias de homens que fizeram parte – com suas peculiaridades e interesses – de momentos ímpares na história do país. Esperamos que no futuro, com acesso a fontes que tendem a tornar-se cada vez mais digitais, o conhecimento sobre aqueles ex-combatentes se eleve a outros patamares.

Assim como na Guerra do Paraguai, teremos outros eventos onde ex-soldados tornam-se apenas mais um na multidão, pela ausência de fontes que os apresentem como indivíduos, como nas diversas revoltas da Primeira República por exemplo.

Planejamos continuar na exploração do tema em estudos futuros privilegiando os olhares sobre aqueles que mesmo desconhecidos estão presentes em pontos importantes de nossa história.

6.BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E FONTES

I FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS AVULSAS

Arquivo Público do Piauí – Casa Anísio Brito
Guerra do Paraguai – Sala do Poder Executivo

Correspondência assinada no Rio de Janeiro em 17 de janeiro de 1867 pelo ministro da Justiça Martim Francisco Ribeiro de Andrada endereçada ao Presidente da província do Piauí, Adelino de Luna Freire.

Correspondência assinada em Pedro II em 01 de abril de 1867 pelo delegado Antônio Pereira Brandão, endereçada ao Presidente da província do Piauí, Adelino de Luna Freire.

Correspondência assinada no Rio de Janeiro em 17 de agosto de 1867 pelo ministro da Justiça Martim Francisco Ribeiro de Andrada endereçada ao Presidente da província do Piauí, Adelino de Luna Freire.

Ofício de Elias de Sousa Martins, Comandante superior da Guarda Nacional em Oeiras e Picos, ao Presidente da Província.

Ofício de 13 de março de 1865, no lugar São José, endereçado ao Presidente da Província Franklin Américo Meneses Dória. Caixa 553

Ofício de 24 de março de 1865, do Comandante superior interino de Piracuruca, Domingos de Brito Passos, ao Presidente da Província. Caixa 450

Ofício do tenente coronel Firmino Alves dos Santos ao Presidente da Província Adelino Antônio de Luna Freire, originado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional de Teresina em 31 de outubro de 1866. caixa 481

Ofício enviado pelo Comandante Superior da Guarda Nacional em Parnaíba José Francisco de Miranda Osório para o Presidente da Província Franklin Américo Meneses Dória, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Parnaíba em 30 de julho de 1865. Caixa 466.

Ofício assinado por Elias de Sousa Martins endereçado ao Presidente da Província Franklin Américo de Meneses Dória, datado de 16 de junho de 1865. caixa 450.

Ofício enviado pelo guarda nacional Bellizario Alves da Silva ao Presidente Provincial Franklin Américo Meneses Dória, datado de Teresina em 27 de julho de 1865.

Ofício assinado por José Francisco de Miranda Osório endereçado ao Presidente da Província Franklin Américo de Meneses Dória, originário do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Parnaíba em 21 de maio de 1865. caixa 466.

Ofício enviado pelo Comandante Superior da Guarda Nacional em Parnaíba José Francisco de Miranda Osório para o Presidente da Província Franklin Américo Meneses Dória, datado do

Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Parnaíba em 30 de julho de 1865. Caixa 466.

Ofício enviado pelo guarda nacional Valentim José de Miranda para o Presidente Provincial Franklin Américo Meneses Dória, datado da vila de União em 26 de junho de 1865. Respondido favoravelmente no dia seguinte. Caixa 466

Ofício endereçado pelo comandante superior da Guarda Nacional em São Gonçalo Dionizio Gonçalves Vilarinho ao Presidente da Provincia Adelino Antonio de Luna Freire, datado do Quartel do Comando Superior em São Gonçalo em 14 de março de 1867. caixa 481

Ofício enviado pelo tenente-coronel Firmino Alves dos Santos ao Presidente Provincial Adelino Antonio de Luna Freire, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional de Teresina em 05 de dezembro de 1866.

Ofício enviado pelo tenente-coronel Comandante Superior interino Firmino Alves dos Santos ao Presidente da Provincia Adelino Antonio de Luna Freire, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 23 de novembro de 1866. caixa 481

Ofício enviado pelo tenente-coronel Comandante Superior interino Firmino Alves dos Santos ao Presidente da Provincia Adelino Antonio de Luna Freire, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 13 de dezembro de 1866. caixa 481

Ofício enviado pelo tenente-coronel Comandante Superior interino Firmino Alves dos Santos ao Presidente da Provincia Adelino Antonio de Luna Freire, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 17 de dezembro de 1866. caixa 481

Ofício enviado pelo capitão comandante Antonio José de Araújo Bacellar ao Presidente Provincial Franklin Américo de Meneses Dória, datado de Teresina em 14 de dezembro de 1865. [...] Caixa 553.

Ofício enviado pelo capitão comandante Antonio José de Araújo Bacellar ao Presidente Provincial Franklin Américo de Meneses Dória, datado de Teresina em 25 de outubro de 1865. [...] Caixa 553.

Ofício enviado pelo tenente-coronel Comandante Superior interino Firmino Alves dos Santos ao Presidente da Província Adelino Antonio de Luna Freire, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 17 de dezembro de 1866. caixa 481

Ofício do Comandante Superior da Guarda Nacional em Teresina José d'Araujo Costa ao Presidente Provincial Augusto Olympio Gomes de Castro, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 05 de setembro de 1868. caixa 481

Ofício do Comandante Superior da Guarda Nacional em Teresina José d'Araujo Costa ao tenente-coronel Francisco Mendes de Sousa, Comandante do 2º batalhão de infantaria da Guarda Nacional, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 05 de setembro de 1868. caixa 481

Ofício do Comandante Superior da Guarda Nacional em Teresina José d'Araujo Costa ao Presidente Provincial Augusto Olympio Gomes de Castro, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 17 de setembro de 1868. caixa 553

Ofício endereçado por Francisco Mendes de Souza, tenente-coronel comandante do 2º batalhão da Guarda Nacional ao Comandante Superior da Guarda Nacional em Teresina José d'Araujo Costa, datado em Teresina em 22 de setembro de 1868. caixa 553

Ofício do Comandante Superior da Guarda Nacional em Teresina José d'Araujo Costa ao Presidente Provincial Augusto Olympio Gomes de Castro, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 23 de setembro de 1868. caixa 553

Ofício do Comandante Superior da Guarda Nacional em Teresina José d'Araujo Costa ao Presidente Provincial Augusto Olympio Gomes de Castro, datado do Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional em Teresina em 17 de setembro de 1868. caixa 553

Ofício nº 258 endereçado ao Presidente da Província do Piauí, datado de 1 de fevereiro de 1868. Casa Aniso Brito. Caixa "Voluntários" APPI

Ofício nº 906, de Misael Francisco de Lemos ao Presidente da Província, datado de 24 de novembro de 1887;

Ofício nº1180 do Presidente da província do Piauí ao Presidente da província do Pará, datado de 18 de abril de 1888.

Ofício de nº 251 enviado por Manoel da Costa Pereira ao Presidente da Província, Manoel José Espinola, datado de 13 de setembro de 1870.

Ofício nº 247 de 21 de outubro de 1874. Documentos do Poder Executivo.

Ofício nº 1860 de Benedicto Ferreira da Silva ao Presidente da província. Theresina, 4 de abril de 1870. APPI, Casa Anisio Brito. Sala do Poder Executivo. Vários municípios, Caixa 368.

Ofício nº 309, de Brazelino d'Oliveira ao vice-presidente da província, Theresina, 4 de outubro de 1870. APPI, Casa Anisio Brito. Sala do Poder Executivo. Vários municípios, Caixa 368. A resposta do vice-presidente provincial foi redigida no mesmo documento em 7 de outubro.

Ofício nº308 enviado ao presidente da província, assinado a rogo por José Leonardo Guimarães. Theresina 6 de agosto de 1870. APPI, Casa Anisio Brito. Sala do Poder Executivo. Vários municípios, Caixa 368.

Ofício endereçado ao Presidente da Província. Assina Manoel Jose Couto. Theresina, 3 de maio de 1875. APPI, Casa Anísio Brito. Sala do Poder Executivo. Vários municípios, Caixa 368.

II FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

I – Livros/Textos

BRASIL. Annaes do Parlamento Brasileiro (1826-1873). 82ª Sessão de 21 de setembro de 1869.

BRASIL. Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1824, parte 1ª. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1886

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 3371 de 7 de janeiro de 1865. Publicação: Coleção de Leis do Império do Brasil - 7/1/1865, Página 5 Vol. 1 pt I (Publicação Original). Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-publicacaooriginal-73111-pe.html>

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 3383 de 21 de janeiro de 1865 Publicação: Coleção de Leis do Império do Brasil - 21/1/1865, Página 15 Vol. 1 pt II (Publicação Original). Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3383-21-janeiro-1865-554522-publicacaooriginal-73146-pe.html>

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 602 de 19 de setembro de 1850. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/norma/542130/publicacao/15632884>

BRASIL. RECENSEAMENTO DO BRAZIL EM 1872. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/Recenseamento_d_o_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Secretaria das Sessões. Ata de Sessão Plenária. Nº 78, de 23 de outubro de 1986. (Sessão Ordinária) Aprovada em 11 de novembro de 1986. Publicada em 21 de novembro de 1986

BRASIL. Ministério da Guerra. Circular assinada por Joaquim Delfino Ribeiro da Luz em 20 de maio de 1887

BRASIL. Ministério dos Negócios da Guerra. Resposta ao ofício nº 36 de 10 de março de 1883, assinado por Carlos Afonso de Assis Figueiredo em 9 de maio.

BRASIL Ofício do Ministério de Estado dos Negócios da Guerra. Rio de Janeiro, 3 de abril de 1884.

BRASIL. Relatorios dos presidentes dos estados brasileiros, 1890 a 1930.

BRASIL. Relatório apresentado ao vice presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Francisco Antonio de Moura em Abril de 1893. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional.

BRASIL. Decreto 1387, datado de 13 de agosto de 1907, quando da presidência de Afonso Pena e da titularidade de Hermes da Fonseca como Ministro da Guerra.

BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra. Ministro José Caetano de Faria. Relatório I do ano de 1915 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil em maio de 1916, publicado em 1916.

PIAUI. Relatório apresentado pelo Presidente provincial Franklin Américo Meneses Dória, na ocasião da abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial em 01 de julho de 1864. San´Luiz: Typographia de B. de Mattos – Rua da paz, 7. 1864.

PIAUI. Relatório com que o Presidente Franklin Américo Meneses Dória abriu a Sessão da Assembleia Legislativa Provincial no dia 9 de Julho de 1866. Therezina, Typographia Constitucional, de J. da S. Leite, Rua Grande. 1867.

PIAUI. Relatório do Presidente Provincial Franklin Américo de Meneses Dória na abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial em 12 de julho de 1865. Typographia Progressista. Impresso por Manoel Victoriano Marques, 1865.

PIAUI. Relatórios provinciais apresentados à Assembleia Legislativa do Piauí em 9 de setembro de 1867 e no dia 5 de dezembro de 1869.

PIAUI. Relatório provincial quando da entrega da presidência da província por José Fernandes Moreira (1862-1863).

PIAUI. Polícia Militar A História da Polícia Militar do Piauí./ Laécio Barros Dias e Aelson Barros Dias, organizadores. _Teresina: Gráfica Expansão, 2010.

II-JORNAIS/REVISTAS

PIAUI

- A Imprensa (1865-1875) NUPEM-UFPI;
- A Opinião Conservadora (1874-1878);
- A Pátria (1871-1872);
- A Época. Órgão do Partido Conservador (1870-1880);
- Jornal Estado do Piauhy (1890);
- O Amigo do Povo (1868-1871);
- O Nortista (Parnahyba) (1901)
- O Piauhy (1869-1873)

MARANHÃO

- A Situação (1865-1879);

- O Publicador Maranhense (1865-1879)

RIO DE JANEIRO

- A Nação (RJ) Jornal político e comercial (1865-1888);
- A Reforma (RJ) (1865-1880);
- Cidade do Rio (1889);
- Correio Mercantil (RJ) (1870-1880);
- Diário do RJ (1870-1880);
- Gazeta de Notícias (1870-1880)
- Jornal da Tarde (RJ) (1865-1875);
- Jornal do Commercio (1868-1879);
- O Globo (1865-1888)
- O Paiz (1891);
- O Soldado (1881);
- Semana Illustrada (1868-1879);

CEARÁ

- O Cearense. Ligado ao Partido Liberal (1868)

PERNAMBUCO

- Jornal Outeiro democrático (1870).

PARAÍBA

- O Publicador (1867)

III-BIBLIOGRAFIA

ACRUCHE, Hevelly Ferreira. O Rio da Prata, a independência e a abolição: perspectivas de liberdade dos escravos no além-fronteira. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol 32, nº 66

ALVES, Francisco Urbano. “Valentes rio-grandenses! Às armas! A questão do recrutamento militar na província do Rio Grande do Norte durante a Guerra do Paraguai. João Pessoa, 2014.

ALVES, Jessica Santana de Assis. Possibilidades no estudo de indivíduos: a micro-história como aparato para analisar trajetórias. *Temporalidades – Revista de História*, ISSN 1984-6150, Edição 29, v. 11, n. 2 (Jan./Abr. 2019)

ANDERSON, Benedict R. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Cia das letras, 2013

ARAÚJO, Johny Santana de. A Guerra do Paraguai: reflexão sobre a construção de imagens escritas. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; NASCIMENTO, Francisco Alcides do; PINHEIRO, Áurea Paz. *História: Cultura, Sociedade, Cidades*. Recife: Bagaço. 2005

_____, Johny Santana de. Bravos do Piauí! Orgulhai-vos...A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a Guerra do Paraguai. 2ª ed. Teresina: EDUFPI, 2015

_____, Johny Santana. Festa na província do Piauí: O retorno do corpo de voluntários da pátria da guerra do Paraguai em 1870. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 181 (482): 203-226, jan/abr. 2020

_____, Johny Santana de. O estabelecimento de colônias civis e militares na Província do Piauí no pós-guerra do Paraguai (1865-1888). *Oficina do Historiador*. Porto Alegre. EDIPUCRS, v.6 nº2, jul-dez 2013

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina-Piauí: EDUFPI, 2010

ARAÚJO, Nabuco de. Joaquim Nabuco: Um Estadista do Império. Volume I. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949

ARAÚJO, Tiago Gomes de. A identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870). Brasília: UNB, Tese de doutorado, 2012.

BANDEIRA, MONIZ. O Expansionismo brasileiro. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985

BARBOSA, Janyne Paula Pereira Leite. Uma guerra sangrenta, epidêmica e doente: espaços de cura e cotidiano médico na Guerra do Paraguai (1864-1870) João Pessoa, 2018.

BARROS, José D'Assunção. Sobre a feitura da micro-história. *OP SIS*, vol. 7, nº 9, jul-dez 2007

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. 1994

BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil*. São Paulo: Editora da USP, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Tradução Daniela Kern; Guilherme J.F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007

BOURDIEU, Pierre. *A opinião pública não existe*. Paris, *Tempes Modernes*, nº318, 1973

CABRAL, Alysson Duarte. Recrutamento militar em tempos de litígio: clientelismo político e relações de poder na província da Paraíba durante a Guerra do Paraguai (1864-1870) Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2019.

CARDOSO, Marcelo. “Juro defender a constituição política do império e obedecer a meus superiores [...]”: corpo de tropas da polícia da província do Piauí 1835-1865. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2018

CARVALHO, José Murilo de. A Construção da ordem: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

_____, José Murilo de. D. Pedro II: ser ou não ser? 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____, José Murilo de. Jovita Alves Feitosa: voluntária da pátria, voluntária da morte. São Paulo: Chão Editora, 2019

_____, José Murilo de. Pontos e bordados. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

CASTELO BRANCO, Homero. Castelo Branco: ontem e hoje. /Homero Castelo Branco. Teresina: Livraria e Editora Nova Aliança, 2019

CASTRO, Chico. Paranaguá, João Lustosa da Cunha, Marquês de, 1821-1912. Marquês de Paranaguá / ensaio biográfico de Chico Castro. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2009,

CASTRO, Jeanne Berrance de. A milícia cidadã. A Guarda Nacional de 1831 a 1850. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1980.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do Cotidiano 1. Artes de fazer. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes. 1994.

CHALABY, Jean. Revista Media & Jornalismo nº3 – Jornalismo em tempo de guerra. Lisboa: Minerva Coimbra. Revista/Jornal nº3, Ano nº3, Ano 2. Outono/Inverno 2003

CHALLHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. A História Cultural entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo, 2ª edição. Lisboa: Difel, 2002.

CHAVES, Monsenhor Joaquim. Obra Completa. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.

CHIARAMONTE, José Carlos. Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la nación Argentina (1800-1846) Buenos Aires: Ariel Editora, 1997.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra: 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

COSTA, Emilia Viotti da. Da monarquia à República: momentos decisivos. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTA, F. A. Pereira da. Cronologia Histórica do Estado do Piauí. Rio de Janeiro: Artenova. 1974

DIÁRIO DO CONDE D'EU, comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai. Organização, tradução e notas Rodrigo Goyena Soares. 1ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

DIAS, Claudete Maria de Miranda. Balaios e Bem te vis: a guerrilha sertaneja. Teresina: Halley, 2002.

_____, Claudete Maria de Miranda. O outro lado da história: O processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí 1789-1850. Tese de doutoramento. UFF, 1999

DORATIOTO, Francisco Monteoliva. General Osório: a espada liberal do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

_____, Francisco Monteoliva. Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras. 2002

DORATIOTO, FRANCISCO. O Brasil no Rio da Prata (1822-1994) 2ª edição. Brasília: FUNAG, 2014

DOURADO, Maria Teresa Garritano. A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades. Campo Grande: Editora UFMS, 2014

_____. Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: A presença feminina na Guerra do Paraguai. Dourados, MS. Dissertação de Mestrado, 2002.

DUARTE, Paulo de Queiroz. Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Volume 2, tomos III e V, 1981

FERREIRA, Edgardo Pires. A mística do parentesco: uma genealogia inacabada: Os Castello Branco/Edgardo Pires Ferreira – 1ª ed – Guarulhos, SP: ABC Editorial, 2011

FRAGOSO, Augusto Tasso. História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado Maior do Exército, 1934.

FREITAS, Clodoaldo. Vultos Piauienses. Apontamentos Biográficos. 3ª edição. Teresina: EDUFPI, 2012

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal — 48ª ed. rev. — São Paulo: Global, 2003.

_____, Gilberto. Vida social no Brasil nos meados do século XIX. 4ª ed. São Paulo: Global, 2008.

GANDARA, Gercinair Silverio. Teresina: a capital sonhada do Brasil oitocentista. História (São Paulo) v.30, n.1, p.90-113, jan/jun 2011 ISSN 1980-4369

GOLDONI, Aline. Recrutamento, negociação e interesses: as dificuldades de mobilização da Guarda Nacional fluminense durante a Guerra do Paraguai, p.220. In MUGGE, Miquéias; COMISSOLI, Adriano. (Organizadores). Homens e armas [recurso eletrônico] : recrutamento militar no Brasil Séc. XIX. 2ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2013

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. A província em princípio, a fronteira por meio e o Império por fim: Neto e Canabarro na Guerra do Paraguai (1864-1865). XIV Encontro estadual de História – Anpuh-RS Democracia, liberdades, utopias, 2018.

_____. Fronteiras de sangue no espaço platino: recrutamentos, duelos, degolas e outras barbaridades. História em Revista: Pelotas, 2010 vol.4

_____. Regiões-províncias na Guerra da Tríplice Aliança. Revista Topoi. V.10 nº 19, jul-dez 2009.

GUIMARÃES, Humberto. A Voluntária da Pátria. Teresina: UFPI, 1992

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº1, 1988.

GINZBURG, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Tradução de Antonio Narino. Lisboa, Difel, 1989

_____, Carlo. O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Marcelo Augusto Moraes. “A Espuma das Províncias – um estudo sobre os Inválidos da Pátria e o Asilo dos Inválidos da Pátria, na corte (1864-1930). Tese – Doutorado em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

HOBBSBAWN, Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780. Tradução: Maria Celia Paoli, Anna Maria Quintino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1978

IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai e a unificação argentina: uma reavaliação. História Unisinos 21(3):365-377, Setembro/Dezembro 2017.

_____. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na década de 1860. In Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 27, 2001.

KNOX, Miridan Brito. Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais no Piauí entre 1826 e 1888. Tese (Doutorado em História Social) Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 1993

KRAAY, Hendrick. A invenção do sete de setembro. Almanack Braziliense. São Paulo, nº11, maio de 2010.

_____, Hendrick. Escravidão, cidadania e serviço militar na mobilização brasileira para a Guerra do Paraguai. In Estudos afro-asiáticos 33. Setembro de 1988-Publicação do Centro de Estudos afro-asiáticos-CEAA da Universidade Cândido Mendes.

_____, Hendrick. Repensando o recrutamento no Brasil Imperial. Diálogos, DHI/UEM, v. 3, n. 3: 113-151, 1999.

LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII / Giovanni Levi; prefácio de Jacques Revel; tradução Cynthia Marques de Oliveira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, José Fernandes. GALVÃO, José Campello d'Albuquerque. Diário da campanha do Paraguai. [S/L], Unigraf, 1995

Lira, Clarice Helena Santiago; Marinho, Joseanne Zingleara Soares; Meneses, Livia Suelen Sousa Moraes; Fontineles Filho, Pedro Pio. História Profusa: sujeitos, espacialidades e temporalidades. – Teresina, PI: Edufpi, 2020

LOPES, Katuscy da Rocha. Arte Santeira do Piauí: entalhando imaginários / Katuscy da Rocha Lopes – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014 Dissertação de Mestrado.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. O Jornal e o livro. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

MACHADO, Paulo. As trilhas da morte. Teresina: Corisco, 2002

MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002] ESTUDIOS HISTORICOS – CDHRP- Agosto 2009 - Nº 2 – ISSN: 1688 – 5317

_____. As singulares “Recordações da Campanha do Paraguay” de José Luiz Rodriguez da Silva. Revista GeoPantanal. UFMS/AGB. Corumbá/MS.N.15 jul/dez.2013

MAROTTA, Marconni Cordeiro. Previdência e Assistência no Brasil Imperial: As demandas por aposentadorias e pensões junto ao governo monárquico. Tese de Doutorado em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012

MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Império da boa sociedade. São Paulo: Atual, 1991

_____. O tempo Saquarema. São Paulo: Hucitec, 1987.

MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.) A guerra do Paraguai: 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. Revista de História 154. 1º - 2006

MENDES, Fábio Faria. A Economia Moral do Recrutamento Militar no Império Brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo. v. 13, nº 38, outubro de 1998

MICHEL, GISLAINE A. Augusto Roa Bastos e Candido Lopez: invenção de realidades na Guerra Grande. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Programa de pós-graduação em Estudos Literários, 2008

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Rua da Glória 1: rumo à cidade nascente (1850-1896) /Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. – Teresina:EDUFPI,2015

MORAIS, Fábio André da Silva. Às armas cearenses, é justa a guerra: Nação, honra, pátria e mobilização para a guerra contra o Paraguai na Província do Ceará. (1865-1870). Fortaleza: UFC, 2007. Dissertação de Mestrado. Centro de Humanidades. Programa de Pós-graduação em História.

NUNES, Odilon. Pesquisas para a História do Piauí, volume 4. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007.

OSÓRIO, Fernando Luís. História do general Osório. 1º volume. Rio de Janeiro: Typographia de G. Leuzinger & Filhos, Rua d´Ouvridor, 31. 1894

_____, Fernando Luís. História do General Osório. Segundo volume. Rio Grande do Sul. Pelotas. Typ. Do Diario Popular. 1915

PAULA, Edgley Pereira de. Guerra na imprensa ou imprensa de guerra?: a imprensa brasileira nos campos de batalha da Guerra do Paraguai. 1ª ed. São Paulo: Scortecci, 2020.

PEREIRA, Luisa Rauter. O povo na História do Brasil: Linguagem e historicidade no debate político (1750-1870). 1ª ed. São Paulo: Paco, 2016

PIMENTEL, Joaquim Silvério de Azevedo. Episódios Militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1978

PINHEIRO FILHO, Celso. História da Imprensa no Piauí. 4ª edição. Teresina: Bienal, 2017

PINHEIRO FILHO, Celso; CELSO PINHEIRO, Lina. Soldados de Tiradentes: história da Polícia Militar do Piauí. p. 20. Rio de Janeiro. Editora Artenova S.A. 1975

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2 nº3, 1989

POMER, Leon. Paraguai: Nossa Guerra contra este soldado. 2ª edição. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, 1985.

QUEIROZ, Silvânia de. A polêmica entre Cecilio Báez e Juan O'Leary e sua contribuição para a historiografia paraguaia. ESTUDIOS HISTÓRICOS – CDHRPyB- Año VIII - Julio 2016 - Nº 16 – ISSN: 1688 – 5317

QUEIROZ, Teresinha. Os literatos e a república. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

RÊGO, Ana Regina. Imprensa piauiense: atuação política no século XIX. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIBEIRO, José Iran. “Dê-lhe laço como sargento de escolta”: a violência nos recrutamentos militares. ISSN 1516-2095 História em Revista – UFPel, 2014

_____. Quando o serviço nos chama: Os milicianos e os guardas nacionais gaúchos (1825-1845). Dissertação de Mestrado. Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2001

_____. Guarda Nacional e o Império: cidadãos militarizados em defesa da ordem imperial e de interesses privados. In O Império e a Fronteira: A província de São Pedro no oitocentos. Organizadores Eduardo S. Neumann e Luiz Alberto Grijó. São Leopoldo: Oikos, 2014.

RODRIGUES, Fernando da Silva. Aspectos da colonização militar nas fronteiras da Amazônia: ocupação e defesa do território. ANPUH: XXIX Simpósio de História Nacional. Contra os preconceitos: História e democracia.

_____, Fernando da Silva. Modernização profissional no Exército Brasileiro: do alvorecer da Primeira Guerra Mundial à influência da Missão Militar Francesa (1906-1930). Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, v.13. nº26

RODRIGUES, Marcelo Santos. Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento. Tese de Doutorado em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SALLES, Ricardo. Escravidão e cidadania na Guerra do Paraguai. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SANTOS, Arthur Germano dos. Poder e administração no Maranhão oitocentista: o caso da colônia militar do Gurupi. Almanack. Guarulhos, nº12.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, José Luis Rodrigues da. Recordações da campanha do Paraguai. Brasília, Senado Federal, Conselho editorial, 2007;

SILVA, João Manuel Pereira da. Memórias do meu tempo pelo conselheiro João Manuel Pereira da Silva; in tradução Célio Ricardo Tasinafo. -- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003

SILVA, Ronyere Ferreira da. O teatro em Teresina: produções artísticas e tensões culturais (1890-1925) /Ronyere Ferreira da Silva, 2017. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) Universidade Federal do Piauí, 2017

SOARES, Rodrigo Goyena. Expectativa & Frustração: história dos veteranos da Guerra do Paraguai. Tese de Doutorado em História – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Ana Beatriz Ramos de. Mártires da véspera: a construção da memória sobre a Guerra da Tríplice Aliança (1870-1945) Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2020.

SOUZA, Maria Regina de. Impactos da “Guerra do Paraguai” na província do Ceará. Fortaleza: UFC, 2007. Dissertação de Mestrado. Centro de Humanidades. Programa de Pós-graduação em História.

SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SQUINELO, Ana Paula; TELESKA, Ignacio. 150 Anos Após – A Guerra do Paraguai: entreolhares do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, Ana Paula Squinelo, Ignacio Telesca (orgs.) – Campo Grande, MS, Life Editora, 2019

THOMPSON, E. P. Senhores e caçadores. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TORAL, André Amaral de. A participação dos negros escravos na Guerra do Paraguai. Estudos avançados. Vol. 9 n 24, SP Maio/agosto 1995

_____. Imagem em desordem. A iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870). São Paulo: USP, FFLCH, 2001

URICOECHEA, Fernando. O Minotauro Imperial: A burocratização do Estado Patrimonial brasileiro no século XIX. São Paulo: Difel, 1978

WEHLING, Arno. Estado, História e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999

YEGROS, Ricardo Scavone. História das relações internacionais do Paraguai / Ricardo Scavone Yegros, Liliana M. Brezzo. – Brasília: FUNAG, 2013

SÍTIOS DA INTERNET

150 anos do fim da guerra do Paraguai: a história do conflito armado mais sangrento da América latina. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51693818> .Pesquisa realizada em 19 de março de 2021.

ANDRADE, Evonaldo. Raimundo Gomes das Neves, o piripiriense herói da Guerra do Paraguai. Disponível em <http://piripiricultural.com.br/piri2/colunas/20-raimundo-gomes-das-neves> Pesquisa realizada em 01 de outubro de 2020.

A pensão de 107 anos. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/pensao-de-107-anos/>

CASTRO, Celso Corrêa Pinto de. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do exército brasileiro. Disponív.<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2112>

CORONEL, Bernardo. Lopez, Herói antimperialista: Ensaio Histórico. Revista HISTEDBR On-line.

CPDOC. ANTONIO COELHO RODRIGUES. VERBETE RAIMUNDO HELIO LOPES/CLAUDIA MESQUITA.

Después de la Batalla de Curupaiti – Comentário sobre a obra. Museu de Bellas artes. Disponível em www.bellasartes.gob.ar/pt/coleção/obra/7122/

Dicionário da Elite Política Republicana. Rio de Janeiro:CPDOC.2020.In:<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/NASCIMEN TO,%20Nelson%20Pereira%20do.pdf>

DORFMAN, Adriana; FRANÇA, Arthur Borba Colen; ASSUMPÇÃO, Maria Barbosa. Fronteiras Sul-americanas: História, formas e processos contemporâneos. DOI <https://doi.org/10.21826/2525-913X-2015-2>

MAESTRI, Mario. As singulares “Recordações da Campanha do Paraguay” de José Luiz Rodriguez da Silva. Revista GeoPantanal. UFMS/AGB.Corumbá/MS.N.15 jul/dez.2013

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia José Vicente de Carvalho Filho. 2022. Disponível em: http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/582-Jose_Vicente_de_Carvalho_Filho

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. Revista de História 154. 1º - 2006

MIRANDA, Reginaldo. Anfrísio Fialho, herói da Guerra do Paraguai e propagandista da República. Em 15/11/2017, às 08H36 <https://www.portalentretextos.com.br/post/anfrisio-fialho-heroi-da-guerra-do-paraguai-e-propagandista-da-republica>

No Império, senado estudou criar CPI da Guerra do Paraguai. Arquivo S. Publicado em 2 de julho de 2021. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/no-imperio-senado-estudou-criar-cpi-da-guerra-do-paraguai>

O DUQUE DE CAXIAS ESTÁ CANSADO. Questões Manuscritas. Piauí digital. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/duque-de-caxias-esta-cansado/>

Projeto Memória do Jornalismo Piauiense: www.memoriadojornalismopi.com.br

SCHIMIDT, Marcos. Cândido Lopez, o Maneta de Curupaiti. Disponível em www.opensadorselvagem.org/arquivo/ronda-noturna/candido-lopez-o-maneta-de-curipaiti/

<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/diretodaredacao/2017/03/08/as-guerreiras-nordestinas-do-paraguai/>

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/07/senado-aprova-inclusao-de-duas-mulheres-no-livro-dos-herois-e-heroínas-da-patria>

<https://www.academiapiaiensedeletras.org.br/peca-jovita-ou-a-heroína-de-1865-sera-encenada-na-academia-piauiense-de-letras/>

<https://4rm.eb.mil.br/index.php/reserva-pro-ativa/73-inst/79-historico-da-criacao-da-4-rm>

7.ANEXOS

7.1 – A BACIA DO RIO DA PRATA;

7.2 – A AMÉRICA DO SUL EM 1864;

7.3 – TERRITÓRIO DO PARAGUAI ANTES E DEPOIS DA GUERRA;

7.4 – AMÉRICA DO SUL POLÍTICO – SÉCULO XXI;

7.5 – LISTA DE VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA – JORNAL LIGA E PROGRESSO (1865);

7.6 – LISTA DOS VOLUNTÁRIOS QUE RETORNAM AO PIAUÍ EM 1870;

7.7 – DEPOIS DA BATALHA DE CURUPAITI – CANDIDO LOPEZ (1893)



IVIA

BRA

ucire

São

Atla
Oc

RGENTINA

URUGUAY

Paraguay

Paraná

Paranaíba

Grand

Tietê

Paranapanema

Iguazu

Canoas

Pelotas

Ibicuí

Negro

Rio de la Plata

PARAGUAY

Pilcomayo
Bermejo

Salado

Paraná

Uruguay

Santa Cruz

Cuiabá

Goiânia

Brasília

Uberlândia

Campo Grande

Ribeirão Preto

Foz do Iguaçu

Curitiba

Asunción

Posadas

Resistencia

Corrientes

Salta

Córdoba

Santa Fe

Rosario

Buenos Aires

La Plata

Montevideo

Porto Alegre

Mapa 2: Estados da América do Sul em 1864



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:1864_Mitchell_Map_of_South_America_-_Geographicus_-_SouthAmerica-mitchell-1864.jpg>

Território antes e depois da Guerra do Paraguai

 território perdido  território atual do Paraguai





LISTA DE VOLUNTARIOS DA PÁTRIA – JORNAL LIGA E PROGRESSO, 1865.

ORDEM	NOME DO VOLUNTARIO/CONVOCADO	INFORMAÇÕES
JORNAL LIGA E PROGRESSO ANNO IV. THERESINA, SEGUNDA-FEIRA 3 DE ABRIL DE 1865 N°91 p.3		
1.	TENENTE CORONEL ELEUTERIO SOARES BRAGA	
2.	CAP QUINTINO RUBIM DE MIRANDA OSORIO	ESTÁ VIVO ATÉ 1886 – A IMPRENSA ANNO XIX DE 7/2/1889 – PARTIDO LIBERAL
3.	CAP BELISARIO JOSÉ DA SILVA CONRADO	ASSASSINADO POR JOAO FERREIRA DE SOUZA
4.	CAP THOMAZ ALVARES MOREIRA	CAMARA DOS DEPUTADOS – ACTA DE 3 DE ABRIL DE 1875 – DE THOMAZ ALVARES MOREIRA, MAJOR REFORMADO DA GUARDA NACIONAL PEDINDO UMA PENSÃO – A COMISSAO DE PENSOES E ORDENADOS DIARIO DO RIO DE JANEIRO ANNO 58 PROPRIEDADE DE F.G. NEVES GONZAGA & C. N°92 P.2 DOMINGO, 4 DE ABRIL DE 1875; TEM REQUERIMENTO DESPACHADO EM 1877 - GAZETA DE NOTICIAS ANNO III SEGUNDA FEIRA, 15 DE NOVEMBRO DE 1877 CAPA FALECEU EM JUNHO DE 1881. JORNAL DO COMMERCIO PROPRIEDADE DE JULIO CONSTANCIO DE VILLENEUVE. RIO DE JANEIRO – ANNO 60 – N.202 CAPA – SEXTA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 1881 (PIAUI – 25 DO PASSADO) AUTORIZAR O PAIZ ORGÃO ESPECIAL DO COMMERCIO ANNO XIX MARANHÃO 1881 NUMERO 151 PAGINA 2 QUINTA-FEIRA, 7 DE JULHO (UTILIZAR ESSE)
5.	CAP FRANCISCO LUIZ PEREIRA DE CARVALHO E SILVA	ADVOGADO NA CIDADE DE BARRAS – DIARIO DO RIO DE JANEIRO FOLHA POLITICA, LITTERARIA E COMMERCIAL.DOMINGO, 5 DE DEZEMBRO DE 1861 RIO DE JANEIRO ANNO XLI N.335 P.3 RECEBEU OS VOLUNTARIOS DIOGO CARNEIRO DA SILVA E GERMANO TORRES COSTA – A IMPRENSA PERIODICO POLITICO ANNO I THERESINA, SABBADO 25 DE NOVEMBRO DE 1865 N.18 P.3 PARTIU NA QUALIDADE DE VP, PARA O SUL A TOMAR PARTE NO THEATRO DE GUERRA - A IMPRENSA PERIODICO POLITICO ANNO I THERESINA, SABBADO 16 DE DEZEMBRO DE 1865 N.21 P.3 NOMEADO CAVALLEIRO DA ORDEM DA ROSA – A IMPRENSA PERIODICO POLITICO ANNO II THERESINA, SABBADO 20 DE OUTUBRO DE 1866 N.65 P. 2 APROVADA PENSÃO CONCEDIDA A D. MARIA LEOPOLDINA DE MORAES CARVALHO E SILVA, VIUVA DO CAPITAO DO 14º BAT VP FRANCISCO LUIZ PEREIRA

		DE CARVALHO E SILVA, DA QUANTIA DE 60\$ MENSAES – SESSÃO EM 13 DE JULHO DE 1867 – ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO PROBLEMAS COM CANDIDO BORGES DE CARVALHO – CIDADE DE BARRAS A IMPRENSA ORGAO DO PARTIDO LIBERAL ANNO XIX THERESINA – QUARTA-FEIRA, 31 DE OUTUBRO DE 1883 N.796 P.4
6.	TENENTE HENRIQUE DA S CONRADO	
7.	TENENTE FRANCISCO BORGES LEAL J	REFORMADO NO POSTO DE CORONEL. A IMPRENSA 151 P.4, 1868
8.	ALFERES EDUARDO ANTONIO MARTINS	Alferes da 3ª cia do 1º CVP do Piaui A Imprensa 19, capa. Sabbado 2/12/1865
9.	ALFERES JOZE DA SILVA LOPES	
10.	ALFERES MARTINIANO PEREIRA DO REGO BARBOSA	Participa de um encontro de liberais em Oeiras. A Imprensa 540, p.4; 1878
11.	ALFERES FRANCISCO F DE MORAES	
12.	ALFERES THEODORO DE CARVALHO E SILVA C B	
13.	SGTO SEC RAIMUNDO PEREIRA DE CARVALHO E SILVA	
14.	DITO QUARTEL MESTRE JOAO FCO LOPES DE CARVALHO	
15.	1º SARGENTO LUIZ PEREIRA DE O	
16.	1º SARGENTO MARCELLINO JOZE DA COSTA	
17.	1º SARGENTO RAIMUNDO PINTO DE O	
18.	1º SARGENTO RAIMUNDO JOZE DE OLIVEIRA AMORIM	
19.	1º SARGENTO FRANCISCO JOZE SERINO	
20.	1º SARGENTO JOSE FRANCISCO BARROS J	
21.	1º SARGENTO AURELIANO DE ABREU V	
22.	2º DITO FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA MENDES	
23.	2º DITO JOZE CAETANO DA SILVA P	
24.	2º DITO CLEMENTE ALVES DE MEDEIROS	
25.	2º DITO JUSTINIANO RODRIGUES DA SILVEIRA	
26.	2º DITO JOAQUIM SABINO DE C	
27.	2º DITO CANUTO JOSE DA PAZ	
28.	2º DITO RAIMUNDO DE CARVALHO E SILVA	

29.	FURRIEL MANOEL BINICIO MARIZ	ESTÁ VIVO ATÉ 1874 O GLOBO RJ ANNO Nº62 SEGUNDA 5/10/1874
30.	FURRIEL JOZE ALEIXO DE MORAES	
31.	FURRIEL FIRMINO FRANCISCO BARROS	
32.	CABO LUCAS RAIMUNDO DOS SANTOS	
33.	CABO BENEDICTO JOZE FRANCISCO	
34.	CABO THOMAS DA SILVA BARATEIRO	
35.	CABO CASIMIRO COELHO DA SILVA	
36.	CABO FELIPPE ALVES PEREIRA	
37.	CABO JOÃO ALVES DO NASCIMENTO	
38.	CABO FRANCISCO DA SILVA COSTA	
39.	CABO VICENTE JOZE COUTINHO	
40.	GUARDA FELIX DE ARAUJO SOUZA	FERIDO EM CURUPAITY – A IMPRENSA 725 p.6
41.	GUARDA JOAQUIM MUNIZ DA PENHA	
42.	GUARDA JOSE PEREIRA DE ANDRADE	
43.	GUARDA RAIMUNDO JOZE	
44.	GUARDA JERALDO JOZE DE LIRA	
45.	GUARDA DOMINGOS JOZE ANTONIO	
46.	GUARDA JUSTINO GOMES DE SOUZA	
47.	GUARDA MANOEL RIBEIRO DE SOUSA L	
48.	GUARDA ANTONIO DA SILVA MOURAO	
49.	GUARDA JOSE OVIDIO ANTUNES BRAZIL	
50.	GUARDA JOZE MARTINS F PINDAHYBA	
51.	GUARDA COSME DOS SANTOS BASTOS	
52.	GUARDA JOAO FRANCISCO REGIS	
53.	GUARDA BALBINO FRANCISCO JERONIMO	
54.	GUARDA BRUNO JOSE PROFESSOR	
55.	GUARDA JOSE ELIAS DO NASSIMENTO	
56.	GUARDA JOZE FERREIRA LIMA	TENENTE EM 1880 – A IMPRENSA 632
57.	GUARDA LEODORO DA SILVA MOURA	
58.	GUARDA RAIMUNDO GONÇALVES DA S	

59.	GUARDA BERNARDO JOZE ALVES	
60.	GUARDA ROMOALDO VICENTE COSTA	
61.	GUARDA ELEODORO DIAS DA SILVA M	
62.	GUARDA MANOEL BOAVENTURA DOS S	
63.	GUARDA PEDRO JOSE DOS SANTOS	SOLDADO PEDRO JOSE DOS SANTOS A IMPRENSA 71
64.	GUARDA JOZE PEREIRA DA ROCHA	
65.	GUARDA ANTONIO FRANCISCO DE O	
66.	GUARDA CELESTINO MARTINS SOUTO	
67.	GUARDA FRANCISCO ANTONIO DOS S	
68.	GUARDA CHRISPIM DE MACENA BISPO	
69.	GUARDA FLORENCIO CLARO DA SILVA	PARA TENENTE, O GN ...A IMPRENSA 630
70.	GUARDA RAIMUNDO FERREIRA JULIO	
71.	GUARDA JOAQUIM MOREIRA DO N	
72.	GUARDA PEDRO GONÇALVES D'ANDRADE	
73.	GUARDA RAIMUNDO JOZE BEKMAN	
74.	GUARDA BERNARDO GONÇALVES DE A	
75.	GUARDA JOZE LIDIO DE SEIXAS	
76.	GUARDA JOZE RIBEIRO DE ALMEIDA	
77.	GUARDA LASARO MARIANO GASPAS	
78.	GUARDA MANOEL PAULO PEREIRA	
79.	GUARDA FRANCISCO DA COSTA RABELLO	VIVO ATÉ 1881 A IMPRENSA 690 – 1911 – DIARIO DO PIAUHY
80.	GUARDA RAIMUNDO DOROTHEU DE J	
81.	GUARDA RUFINO SOARES DA SILVA	VIVO ATÉ 1871 A IMPRENSA 296 p.4
82.	GUARDA ELESBAO ALVES MOREIRA	VIVO ATÉ 1884 – A IMPRENSA 804 p.1
83.	GUARDA VICENTE FERRER	
84.	GUARDA JUSTINO FERREIRA DE MATTOS	
85.	GUARDA JULIAO RODRIGUES COELHO	
86.	GUARDA CLARISMUNDO FERREIRA DE S	
87.	GUARDA MANOEL RAIMUNDO FERREIRA	
88.	GUARDA GABRIEL CLETO DE ABREU	

89.	GUARDA MANOEL PEREIRA DE CARVALHO	
90.	GUARDA MANOEL PEREIRA DA SILVA S	SERÁ ELE? A IMPRENSA 34 P.2
91.	GUARDA JOAO BAPTISTA XAVIER	
92.	GUARDA JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS	ALFERES A IMPRENSA 658 P.2
93.	GUARDA FLORENCIO PINTO DE OLIVEIRA	
94.	GUARDA MILENO SOARES DA SILVA	
95.	GUARDA VICTOR GONÇALVES D´ASSIZ	
JORNAL LIGA E PROGRESSO ANNO IV. THERESINA, SEGUNDA-FEIRA 3 DE ABRIL DE 1865 N°91 p.4		
96.	GUARDA PEDRO PEREIRA LEITE	
97.	GUARDA SIMPLICIO DA COSTA MELLO	
98.	GUARDA FLORENCIO PEREIRA DA SILVA	
99.	GUARDA TRAJANO JOZE DOS SANTOS	
100.	GUARDA BENEDICTO ANTUNES DE S B	
101.	GUARDA JOAQUIM RIBEIRO TORRES S	
102.	GUARDA JOZE RODRIGUES DOS SANTOS	ALFERES EM 1880 A IMPRENSA 660 P.2
103.	GUARDA MANOEL FRANCISCO DE OLIVEIRA	DESERTOR VOLUNTARIO... A IMPRENSA 35 P.2
104.	GUARDA CANUTO JOZE GONÇALVES	
105.	GUARDA MANOEL JOZE DOS SANTOS F	
106.	GUARDA JOAO FERREIRA FRANKLIN	
107.	GUARDA BENEVENUTO MARQUES DA C	
108.	GUARDA SILVERIO DIAS DA COSTA	
109.	GUARDA SALUSTIANO BARBOSA SOARES	
110.	GUARDA LUDGERO MIGUEL CORTEZ	
111.	GUARDA JERONYMO RODRIGUES DE S	
112.	GUARDA MANOEL JOZE DOS SANTOS	
113.	GUARDA MANOEL ANTONIO DOS SANTOS	
114.	GUARDA FRANCISCO JOZE DO N	
115.	GUARDA PATRICIO MENDES DA SILVA	
116.	GUARDA LEONARDO MIGUEL CORTEZ	
117.	GUARDA JOAQUIM FRANCISCO DE A	

118.	GUARDA GONÇALO JOZE DA SILVA	
119.	GUARDA VICENTE PEREIRA BRANDÃO	CAPITAO GN A IMPRENSA 631 P.1
120.	GUARDA VICENTE PEREIRA BRANDÃO	
121.	PAISANO FRANCISCO DE A XAVIER	
122.	PAISANO FELIS RODRIGUES FERREIRA	
123.	PAISANO JOAO BAPTISTA DE MELLO	
124.	PAISANO ESTACIO JOZE CORREIA DO N	"SIM" A IMPRENSA 3 P.2 (12 DE AGOSTO)
125.	PAISANO JOAO PEREIRA DE CASTRO	
126.	PAISANO JOAQUIM AYRES CARDOSO	
127.	PAISANO SILIVESTRE PEREIRA DO N	
128.	PAISANO LUIZ DE SOUSA LOURO	
129.	PAISANO GONÇALO PEREIRA MARINHO	
130.	PAISANO JACINTHO JOSE PEREIRA	
131.	PAISANO ELEODORO DIAS DA SILVA	VP ELEODORO DIAS DA SILVA E LUIZ GOMES DE SOUZA – A IMPRENSA 12 P.3 PENA IMPOSTA EM 1881 – A IMPRENSA 866 P.5 - 13 DE MAIO DE 1885
132.	PAISANO MANOEL PEREIRA DA SILVA	
133.	PAISANO LUIZ GOMES DE SOUSA	
JORNAL LIGA E PROGRESSO ANNO IV. THERESINA, SEGUNDA-FEIRA 1 DE MAIO DE 1865 N°94 p.4		
ALISTAMENTO DE VOLUNTARIOS DA PATRIA. TEM CONTINUADO A ALISTAR-SE OS SEGUINTE VOLUNTARIOS DA PÁTRIA:		
134.	MANOEL SOARES DA MOTTA	A IMPRENSA 707 – 15/11/1881 P.3
135.	JOSE SOARES DA MOTTA	A IMPRENSA 707 – 15/11/1881 P.3
136.	ANTONIO DA SILVA DE MARIA	
137.	JOAO SUDARIO DA SILVA	
138.	NORBERTO JOSE BISPO	
139.	CANDIDO JOSE	
140.	RAIMUNDO PEREIRA DE ANDRADE	
141.	FRANCISCO JOSE DA CRUZ	
142.	ANTONIO JOSE MOREIRA	
143.	JOAO JOSE DE ANDRADE	
144.	CLARINDO DE CASTRO LIMA	

145.	RAIMUNDO FRANCISCO DE SOUZA	A IMPRENSA 144 – 25/04/1868 P.2 PRAÇA QUE OBTEVE BAIXA DO SERVIÇO DO EXERCITO; A IMPRENSA 672 – 14/1/1881 P.2 CABO DE ESQUADRA REFORMADO
146.	JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA	
147.	JUVENAL DA COSTA OLIVEIRA	
148.	ANTONIO JOSE DE ARAUJO	
149.	JOAO FRANCISCO GOMES DE LIMA	
150.	JOAO DIAS DE ANDRADE	
151.	JERONIMO JOSE DOS SANTOS	
152.	JOSE PEREIRA DA SILVA	UM DOS SOLDADOS DE POLICIA ACUSADOS DE ESPANCAR UMA MULHER – A IMPRENSA ANNO IV SABBADO 3/6/1869 N°202
153.	GONÇALO JOAO FRANCISCO	
154.	NELSON PEREIRA DO NASCIMENTO	CONSTA NA RELAÇÃO PRINCIPAL – IDEM NA TESE – LUTA PELA PENSÃO
155.	ANTONIO FRANCISCO DA SILVA	EX PRAÇA DO EXERCITO – A IMPRENSA 866 SEX 8/5/1885 ANNO XX P.4 ASSASSINA VICENTE FERREIRA DE MATTOS, SOLDADO DA CIA DE LINHA – (TELEPHONE) CITADO NA PAGINA 4 DA IMPRENSA ACIMA
156.	ANTONIO JOSE DA SILVA CONRADO	TENENTE HONORARIO DO EXERCITO – A IMPRENSA 146 SAB 9/5/1868 ANNO III P.1; DESTACAR N´ESTA CAPITAL, PERCEBENDO SOMENTE A ETAPA RELATIVA – A IMPRENSA 156 SAB 18/7/1868 ANNO IV P.1
157.	CRISPIM JOSE DE SOUZA	
158.	ANFRISIO BORGES DE CARVALHO	ALF CMTE DESTACAMENTO SÃO GONÇALO – O PIAUHY ANNO IV THE 28/04/1871 ED. 170 P.1; NO JUIZO MUNICIPAL EXISTE UMA PRECATORIA DO JUIZ DE DIREITO DE CAMPO MAIOR REQUISITANDO A PRISÃO DO ALFERES ANFRISIO BORGES DE CARVALHO (...)CELEBRE PELA PRATICA DE CRIMES E VIOLENCIAS CONTRA A LIBERDADE E O LIVRE EXERCICIO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E POLITICOS A IMPRENSA ANNO VIII TERÇA FEIRA 31/12/1872 ED. 368 P.4;
159.	SEVERINO JOSE DE MORAES	
160.	EUFRASIO ALVES PEREIRA DA MOTTA	ACOMPANHADO PELO CAPITAO JEREMIAS DE CASTRO LIMA A IMPRENSA ANNO I SABBADO 4/11/1865 ED. 15. P.1 – NA MESMA PÁGINA, VEMOS OS NOMES DE VP:

		<p>- JOAQUIM JOSÉ DE OLIVEIRA, EDUCANDO ARTIFICE; - SEVERINO JOSE DE MORAES, PELO MAJOR MIGUEL HENRIQUES DE PAIVA; - CITA JOAO BERNARDO DE AREIA LEO, QUE DEVERIA SER RECRUTADOR</p>
161.	<p>JOSE VICENTE DE CARVALHO FILHO http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/582-Jose_Vicente_de_Carvalho_Filho</p>	<p>“NOSSO DISTINTISSIMO PATRICIO ...UM DOS DEDICADOS AMIGOS DO O APOSTOLO, RESIDENTE NA CIDADE SÃO JOSÉ, SANTA CATARINA – O APOSTOLO ORGAM DA “UNIAO POPULAR” THERESINA, 20 DE FEVEREIRO DE 1910 ED. 141 P.3; JORNAIS DE SANTA CATARINA: - LAMENTA O FALECIMENTO DO ALFERES DO 1º CVP DO PIAUI, JOSE DA SILVA LOPES – O DESPERTADOR ANNO III TERÇA 19/9/1865 ED.280 P.4; -PROFESSOR INTERINO DO ARRAIAL DO RIO TAVARES – O DESPERTADOR 834 ANNO IX DESTERRRO, TERÇA FEITA 24/1/1871 P.1; - ELEITO DEPUTADO. O DESPERTADOR 1363 P.1 ANNO XIV SEXTA 10/3/1876; -PROFESSOR PUBLICO VITALICIO – O DESPERTADOR 1734 P.4 ANNO XVII QUARTA 22/10/1879;</p>
162.	MIGUEL MUNIZ FRANCISCO DOS SANTOS	
163.	FRANKLIN ANTONIO PEREIRA DA SILVA	
164.	JOSE PEREIRA DA COSTA	
165.	JOSE RAIMUNDO DE MACEDO	
166.	JOAQUIM JOSE DE OLIVEIRA	
167.	JOSE FERREIRA MARTINS	
168.	JOAO FRANCISCO DE MORAES	<p>SGT JOAO FRANCISCO DE MORAES – VP A IMPRENSA ANNO I SAB 11/11/1865 ED.16 P.2; 3º SUPLENTE DE DELEGADO EM BARRAS -A IMPRENSA ANNO XXIV SEG 22/07/1889 Nº 1082 P.1</p>
169.	ANTONIO GONÇALVES PEREIRA	
170.	GONÇALO FERREIRA CALAÇA	
171.	BENTO GONÇALVES PEREIRA	
172.	<p>RAIMUNDO FRANCISCO DE SOUZA “AS ESCUSAS DAS PRAÇAS QUE TIVERAO BAIXA DO SERVIÇO DO EXERCITO URSULINO FERREIRA DOS SANTOS, E SOLDADOS ROBERTO JOAQUIM DE</p>	<p>BAIXA DO SERVIÇO DO EXERCITO A IMPRENSA ANNO III THE, SAB 25/4/1868 ED.144 P.2 CABO DE ESQUADRA REFORMADO – A IMPRENSA 672, P.2. A IMPRENSA ANNO XVI THERESINA, 14 DE JANEIRO DE 1881</p>

	SANT'ANNA, MANOEL DE SOUZA NEVES, JOAO RAIMUNDO FRANCISCO DE SOUZA E RAIMUNDO FERREIRA D'ABREU	
173.	FELIX JOSE PEREIRA	CIDADAO ... EMIGRANTE, NÃO PARECE A MESMA PESSOA... A IMPRENSA ANO XIV THE – SEXTA 15/11/1878 Nº567 P.2
JORNAL LIGA E PROGRESSO ANNO IV. THERESINA, SABBADO 6 DE MAIO DE 1865 Nº95 p.4 VOLUNTARIOS DA PATRIA. CONTINUAÇÃO DO ALISTAMENTO:		
174.	FRANCISCO EUSEBIO DE MAGALHAES	
175.	IZIDIO PEREIRA DA SILVA	
176.	JOAO JOSE DE SOUZA BRITTO	
177.	MANOEL FRANCISCO DE MEDEIROS	
178.	MANOEL JOSÉ DOS SANTOS	Não tenho como saber se é a mesma pessoa do assassinato por volta de 1879, é um nome muito comum.
179.	JOAQUIM RIBEIRO DE MELLO FUTRICA	
180.	FRANCISCO SOARES DA SILVA	
181.	VICENTE DA SILVA FEITOSA	
182.	CLARINDO DE CASTRO LIMA	
183.	JOSE DE CASTRO E SILVA	
184.	ELEUTHERIO FRANCISCO GOMES	
185.	JOAO DA CRUZ CONFESSOR	
186.	BRIGIDO JOSE TORRES DE CARVALHO	
187.	LAZARO JOSE DE CARVALHO	
188.	RAIMUNDO PEREIRA DA CRUZ	
189.	MANOEL TAVARES DA LUZ	
190.	MANOEL JOSE DOS SANTOS	
191.	BERNARDO JOSE DA COSTA	
192.	JESUINO MODESTO DE OSMANS	
193.	MAXIMIANO JOSE DA LUZ	
194.	BELTRÃO JOSE DE BRITTO	
195.	FLORINTINO D'ABREU SEPULVIDA	

196.	MAURICIO RODRIGUES DE MACEDO	
197.	MANOEL JOAQUIM DA COSTA	
198.	SIMPLICIO BENEDICTO DE SOUZA	
199.	JANUARIO GONÇALVES DA SILVA	REMETENDO AS GUIA DE SOCORRIMENTOS DOS SOLDADOS JANUARIO GONÇALVES DA SILVA E FRANCISCO ANTONIO DA SILVA -JULGADOS INCAPAZES DO SERVIÇO...A IMPRENSA 140 P.2 SAB 28 DE MARÇO DE 1868 ANNO III
200.	ELEUDORO GONÇALVES PEDREIRA	
201.	FRANCISCO TORRES DA COMMUNHÃO	
202.	SIMPLICIO MENDES BARBOSA	
203.	RAIMUNDO CARVALHO DE ALMEIDA	FICO SCIENTE DE TER O PORTEIRO E CONTINUO DAS AULAS DE INSTRUÇÃO PUBLICA SECUNDARIA D´ESTA CAPITAL, REGINO DE ALMEIDA E SILVA, NOMEADO EM SUBSTITUIÇÃO DE RAIMUNDO CARVALHO DE ALMEIDA, QUE SE OFFERECEO A MARCHAR PARA A GUERRA DO SUL, ENTRADO EM EXERCICIO D´ESSE EMPREGO A 6 DE MAIO ULTIMO – A IMPRENSA 23 CAPA ANNO I SAB 30/12/1865
204.	ANTÃO DE ARAUJO COSTA	
205.	JOÃO BAPTISTA GONÇALVES GUIMARÃES	
206.	BELARMINO DE CARVALHO CASTELLO BRANCO	CONSTA COMO NUMERO 4 DA OUTRA RELAÇÃO.
207.	HENRIQUE MIGUEL CORTÉS	
208.	FRANCISCO MANOEL DE SOUZA	
209.	JOAQUIM CRESCENCIO DE SANT´ANNA	
210.	AGOSTINHO PEREIRA DE SOUZA	
211.	LUIZ DE SOUZA BARBOSA	
212.	MARTINIANO FERREIRA DE SOUZA	
213.	VENCESLAU RABELLO DA COSTA	
214.	OLIMPIO BORGES DE ARAUJO	
215.	AGOSTINHO JOSÉ DE SOUZA	EXPEDIENTE DO DIA 5 DE JULHO DE 1865 – OFFICIO AO DR CHEFE DE POLICIA – RECOMMENDO A V.S. QUE FAÇA CAPTURAR OS SEGUINTES VOLUNTARIOS DA PATRIA, DESERTORES: DA CAPITAL FAUSTINO JOSE GALVÃO; DAS BARRAS. MANOEL FRANCISCO DE OLIVEIRA, VENCESLAU RIBEIRO DA COSTA E AGOSTINHO JOSÉ DE SOUZA ; DE OEIRAS, RAIMUNDO FRANCISCO DE SOUZA, DE JEROMENHA,

		JOAQUIM JOSE PREÁ, PAULINO PEREIRA GUEDES, FROGENIO BENICIO FERREIRA, MIGUEL BENICIO FERREIRA, MANOEL RIBEIRO LIMA E MANOEL FRANCISCO DA SILVA, DE S. GONÇALO, FRANCISCO SEBASTIAO DE BRITTO E MANOEL JOSE DE ABREU "DESERTOR OU RECRUTA GONÇALO JOSE PEREIRA" A IMPRENSA 27 CAPA. SABBADO, 27 DE JANEIRO DE 1866 ANNO I
216.	MANOEL FRANCISCO RODRIGUES	
217.	FLORINDO JOSÉ DA SILVA	
218.	FRANCISCO BORGES DE CARVALHO	
219.	JOÃO PEDRO CELESTINO	
220.	ANTONIO DIAS DA COSTA	
221.	MANOEL FRANCISCO DE SANT'ANNA	
222.	IGNACIO DA SILVA REBELLO GUEDES	
223.	PAULINO JOSE DE SOUZA	
224.	GERMANO TORRES COSTA – CITADO EM 227	
225.	ANTONIO JOSE DE ARAUJO	ESTE NÃO DA PRA ACHAR, MAS TEM ALGUMAS COISAS SOBRE O BACELLAR , RECRUTADOR. CREIO QUE SEJA UMA OPÇÃO.
226.	MIGUEL DE SOUZA LIMA	
227.	DIOGO CARNEIRO DA SILVA	CAPITAO HONORIO JOSE NUNES BONNA – OS DOUS VP DIOGO CARNEIRO DA SILVA E GERMANO TORRES COSTA (224) QUE VMC AGENCIOU A IMPRENSA 18 P.2 SABBADO 25 DE NOVEMBRO DE 1865
228.	JACOB PEDRO DOS SANTOS	
229.	AGOSTINHO JOSE DA SILVA	1.AGOSTINHO JOSE DA SILVA EM BARRAS
230.	FELIX JOSE IGNACIO	
231.	JOSÉ MANEEL PEREIRA	
232.	THOMAZ ALVES DE SOUZA	
233.	FRANCISCO FERREIRA DE CARVALHO	APARECE COM O NUMERO 5 NA PRIMEIRA LISTA. CONSTA NA TESE.
234.	THEMOTIO FERREIRA DOS SANTOS	
235.	MANOEL FERNANDES DE MIRANDA	

236.	VICENTE SEVERINO ALVES <u>O NUMERO DE VOLUNTARIOS DA PATRIA ELEVA-SE A POUCO MAIS DE 300 – ACHANDO-SE JÁ AQIARTELLADOS NESTA CIDADE PERTO DE 200 – A PROPORÇÃO QUE FOR SAHINDO O JORNAL. IRÃO SENDO COMO ATÉ AGORA, PUBLICADOS OS SEUS NOMES.</u>	
JORNAL LIGA E PROGRESSO ANNO IV. THERESINA, SABBADO 13 DE MAIO DE 1865 N°96 p.4 VOLUNTARIOS DA PATRIA. CONTINUAÇÃO DO ALISTAMENTO.		
237.	JOAQUIM FRANCISCO DE CARVALHO	- TEN CEL LIBERAL A EPOCA ANNO I THEREZINA, 7 DE DEZEMBRO 1878 N°36 P.2 - “Idem ao ten cel Francisco da Costa Carvalho – Havendo-me o Dr. Chefe de policia feito chegar ao meu conhecimento o oferecimento que Vmc. Lhe fez de seu filho Joaquim Francisco de Carvalho como voluntario da pátria, levando por um sentimento patriótico, não posso deixar de agradecer-lhe com louvor, em nome do governo imperial este seu acto Identico ao capitão Antonio Raimundo Saraiva pelo oferecimento de seu filho Joao Raimundo Saraiva ABAIXO A IMPRENSA 19 CAPA ANNO I THE SAB 2 12 1865
238.	JOÃO RAIMUNDO SARAIVA	
239.	MANOEL JOAQUIM DA GUERRA	1º SGT DO 1º CVP do Piauh, dispensado do serviço do exercito – A Imprensa ANNO II THE SABBADO 3 11 1866 N°67 CAPA
240.	(310) JOSE DA SILVA PACHECO	
241.	(311) MARCELLINO RIBEIRO DE SOUSA	
242.	(342) MANOEL RIBEIRO LIMA	
243.	(343) FRANCISCO ALVES PEDROSA	
244.	MANOEL ANTONIO DE OLIVEIRA	COMBATE DE 6 DE DEZEMBRO DE 1868 – RELATORIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGOCIOS DA GUERRA 1869 – RELATORIO APRESENTADO A ASSEMBLEIA GUERAL NA PRIMEIRA SESSÃO DA DECIMA QUARTA LEGISLATURA PELO MINISTRO E SECRETARIO DE ESTADO DOS NEGOCIOS DA GUERRA BARÃO DE MURITIBA – RIO DE JANEIRO TYPOGRAPHIA DO DIARIO DO RIO DE JANEIRO 97 – RUA DO OUVIDOR-97 1869 P.46
245.	CANDIDO JOZE DE OLIVEIRA	

246.	JOZE BAPTISTA DA SILVA	
247.	ANTONIO TEIXEIRA DO NASCIMENTO	
248.	FRANCISCO JOZE COUTO	
249.	PAULINO RODRIGUES DE MIRANDA	
250.	PAULINO JOSE PEREIRA GUEDES	
251.	MANOEL BARBOSA DE MIRANDA	
252.	MANOEL FRANCISCO DA SILVA	EXPEDIENTE DO DIA 5 DE JULHO DE 1865 – OFFICIO AO DR CHEFE DE POLICIA – RECOMMENDO A V.S. QUE FAÇA CAPTURAR OS SEGUINTES VOLUNTARIOS DA PATRIA, DESERTORES: DA CAPITAL FAUSTINO JOSE GALVÃO; DAS BARRAS. MANOEL FRANCISCO DE OLIVEIRA, VENCESLAU RIBEIRO DA COSTA E AGOSTINHO JOSÉ DE SOUZA; DE OEIRAS, RAIMUNDO FRANCISCO DE SOUZA, DE JEROMENHA, JOAQUIM JOSE PREÁ, PAULINO PEREIRA GUEDES, FROGENIO BENICIO FERREIRA, MIGUEL BENICIO FERREIRA, MANOEL RIBEIRO LIMA E MANOEL FRANCISCO DA SILVA , DE S. GONÇALO, FRANCISCO SEBASTIAO DE BRITTO E MANOEL JOSE DE ABREU "DESERTOR OU RECRUTA GONÇALO JOSE PEREIRA" A IMPRENSA 27 CAPA. SABBADO, 27 DE JANEIRO DE 1866 ANNO I
253.	JOAQUIM JOZE PREÁ	ACIMA
254.	FROGENIO BENICIO FERREIRA	
255.	MANOEL DA COSTA MUNIS	
256.	CAROLINO THEODORO	
257.	JOZE CASIMIRO REGO	
258.	MANOEL DE BARROS	
259.	JOZE ANTONIO DA SILVA	
260.	RAIMUNDO FRANCISCO DE SOUSA	
261.	ANTONIO JOZE BALDOINO	
262.	LUIZ GOMES BARBOSA	
263.	MANOEL ESTEVAM PRIMO	
264.	VIRISSIMO DIAS CARREIRO BISPO PIAUHYLINO	
265.	JOZE DE OLIVEIRA	

266.	MIGUEL BENICIO FERREIRA	
267.	MANOEL DA COSTA PEREIRA	
268.	PEDRO JOZE DE MOURA LEAL	
269.	JOZE ANTONIO DA COSTA E SILVA	
270.	JOZE MARIANO DA SILVA	
271.	ANTONIO ALVES DE MAGALHAES	
272.	MIGUEL ALVES PEREIRA	
273.	THEOPHILO SIZINIO PARANHO	
274.	THEODORO RODRIGUES DE CARVALHO	
275.	MANOEL JOZE DE ABREU	
276.	FRANCISCO SEBASTIAO DE BRITO	
277.	MATHIAS CORREA DE SOUSA	
278.	JOAQUIM BAPTISTA CALDEIRA	
279.	JANUARIO BISPO VIEIRA	
280.	ANTONIO JOSE CAMELLO DE ARAUJO	
281.	SEBASTIAO PEREIRA DA ROCHA	
282.	ROMÃO PAZ DE BRITO	
283.	RAIMUNDO BISPO DA COSTA	
284.	JOAQUIM JOZE DE MOURA	
285.	BELARMINO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE	
286.	PEDROR JOZE DA COSTA	
287.	ANTONIO CARLOS FERREIRA	
288.	VICTOR ALVES DE SOUSA	
289.	MANOEL RAIMUNDO DA CRUZ	
290.	JUSTINO JOZE DA COSTA	
291.	JOAO DIAS DA HORA	
292.	FORTUNATO ALVES DE ASEVEDO	
293.	JOSE LUIZ DA SILVA	
294.	RAIMUNDO SOARES DA SILVA BRIGADEIRO	
295.	CLEMENTE BAPTISTA NUNES	

296.	ANGELO QUEIROS DOS SANTOS	
297.	MANOEL PEDRO FERNANDES	
298.	FAUSTINO JOSE GALVÃO	
299.	PAULO DE BRITO BRAGA	
300.	JOAO FELIX BAPTISTA	
301.	MANOEL JOSE DO ESPIRITO SANTO	
302.	MANOEL JOSE COUTO	
303.	FRANKLIN DE SOUSA LOURO	
304.	ANDRE JOZE RODRIGUES	
305.	ANTONIO RODRIGUES	
306.	FERNANDO BORGES LEAL	
JORNAL LIGA E PROGRESSO ANNO IV. THERESINA, QUARTA-FEIRA 24 DE MAIO DE 1865 N°97 p.4 VOLUNTARIOS DA PATRIA. CONTINUAÇÃO DO ALISTAMENTO.		
307.	CLARECINDO DE MORAES REGO	
308.	PEDRO RODRIGUES DE CARVALHO	
309.	MIGUEL CALMON DELPIM E ALMEIDA	
310.	TIBURCIO JOSE DE LIMA	
311.	MANOEL BORGES DE SOUZA	
312.	QUINTINO DE PAULA VIEIRA DE SA	
313.	ANTONIO CARDOSO PEREIRA	
314.	ALBINO DE OLIVEIRA LIMA	
315.	BERTOLINO RODRIGUES DE SOUZA BRITTO	
316.	CASIMIRO NUNES PIMENTEL	
317.	DOMECIANO IZIDORO BISERRA	
318.	EMYGDIO PEREIRA DE SOUZA	
319.	JOAO DE DEUS DO NASCIMENTO	
320.	JOAO JOSE NEPOMUCENO D´OLIVEIRA MELLO	
321.	LUIZ DE FRANÇA	
322.	MARTINHOFRANCISCO DA ROCHA	
323.	MANOEL DO REGO BARROS	

324.	MANOEL VIEIRA DOS SANTOS	
325.	MANOEL n'O' E SILVA	
326.	RAIMUNDO ALEXANDRE RIBEIRO	
327.	RAIMUNDO PROCOPIO DE SOUZA	
328.	THOMAS JOSE D'AQUINO	
329.	VENANCIO JOSE DE SANT'ANNA	
330.	JOAO FERREIRA DA SILVA	
331.	HERMENIGILDO JOSE FERREIRA	
332.	ELISEO DEVAL DA CRUZ TORRES	
333.	MANOEL D'ARAGAO CABRAL	
334.	PAULINO JOSE DA CRUZ	
335.	JOAQUIM RODRIGUES NASARIO	
336.	AGOSTINHO FERREIRA LIMA	
337.	MANOEL PEREIRA BORGES	
338.	MANOEL FRANCISCO DE MATTOS	
339.	MANOEL JOSE LOPES	
340.	JOSE DA CRUZ LIMA	
341.	ANTONIO GONÇALVES DE MATTOS	
342.	JOSE FERREIRA DA SILVA	
343.	FLORENCIO LOPES DOS REIS	
344.	GERMANO DA ROCHA PITTA	
345.	JUSTINO VIEIRA DA SILVA	
346.	ANTONIO GONÇALVES DOS SANTOS	
347.	RAIMUNDO ANTONIO DO CARMO	
348.	MANOEL JOAQUIM PIAUHY	
349.	JOSE FERREIRA D'ARVORES	
350.	SABINO DA CRUZ TORRES	
351.	AVELINO DE SOUZA BARROS	
352.	LUIZ JOSE DOS SANTOS	
353.	PEDRO DE SOUZA GOMES	

354.	VICTOR ALVES CAMPOS	
355.	MANOEL FRANCISCO DO NASCIMENTO	
356.	JOÃO DE SÁ SALGUEIRO	
357.	RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS	
358.	RICARDO RESTITUTO DE SOUZA LEGAL	
359.	FRANCISCO SOARES DE ALMEIDA	
360.	SERGIO DE MELLO MOURAO	
361.	JOAO FERREIRA SANTIAGO	
362.	FENELON RIBEIRO MELLO	
363.	JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA	
364.	MANOEL ANTONIO DE CARVALHO	
365.	LUIZ LOPES LEAL	
366.	DOROTHEO SILVERIO AMADO	
JORNAL LIGA E PROGRESSO ANNO IV. THERESINA, SEXTA-FEIRA 23 DE JUNHO DE 1865 N°99 p.4 VOLUNTARIOS DA PATRIA. CONTINUAÇÃO DO ALISTAMENTO.		
367.	HONORIO MONTEIRO DA SILVA	
368.	MANOEL FRANCISCO DA COSTA	
369.	LUIZ ANTONIO DE AZEVEDO	
370.	JOSE MANOEL DE SOUZA	
371.	MANOEL LINO DIAS CARNEIRO	
372.	FELIPE NERIS CAVALCANTE	
373.	CARLOS FRANCISCO DE SOUZA	
374.	PEDRO DE ARAUJO COSTA	
375.	THIAGO COELHO DE MEIRELLES	
376.	ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA	
377.	ESTEVAM RODRIGUES DO NASCIMENTO	
378.	JORGE JOSE DA COSTA	
379.	JOSE FRANCISCO DA SILVA	
380.	PEDRO FERNANDES LIMA	
381.	CASCIANO DOMINGOS FRANCISCO	

382.	JOAO DOS SANTOS COQUI	
383.	LEONCIO LOBÃO COITINHO	
384.	TURIBIO PEREIRA	
385.	LUIZ TELLES DE ARAUJO	
386.	MANOEL ESTEVÃO RODRIGUES DO NASCIMENTO	
387.	MANOEL PEREIRA D´OLIVEIRA	
388.	FAUSTINO JOSE GONÇALVES	
JORNAL LIGA E PROGRESSO ANNO IV. THERESINA, SABBADO 8 DE JULHO DE 1865 N°100 p.4 VOLUNTARIOS DA PATRIA. CONTINUAÇÃO DO ALISTAMENTO.		
387(2)	JOÃO ALVES PEREIRA SOBRINHO	
388(2)	DOROTHEU PEREIRA LEITE	
389.	JOÃO DECIO RIBEIRO	
390.	MAURICIO PEREIRA DOS SANTOS	
391.	JOSÉ BOAVENTURA	
392.	RAIMUNDO NONNATO BAIÃO	
393.	JOSÉ FELIPPE PEREIRA	
394.	HILARIO FERREIRA DE SOUZA ADORNO	
395.	DOMINGOS RODRIGUES DO NASCIMENTO	
396.	PROCOPIO PEREIRA DE LIRA	
397.	TRAJANO JOSE GUARINO	
398.	JOSE ANTONIO DO NASCIMENTO	
399.	AMANCIO ABBADE BARBOSA	
400.	FRANCELLINO LUIZ BAIÃO	
401.	PAULINO BISPO DA FONCECA	
402.	RAIMUNDO NAZARIO DOS SANTOS	
403.	ROMÃO DIAS TEIXEIRA	
404.	FRANCISCO ANTONIO DAS NEVES	
405.	MANOEL JUSTINO DA ROCHA	
406.	LINO JOSÉ DA ROCHA	
407.	JOÃO LOURENÇO CORREA	

408.	MIGUEL SIMÕES ARRAES	
409.	ALEXANDRE MANOEL DOS REIS	
410.	MARTINHO JOSE TAVARES	
411.	JOSE GALDINO DE MORAES	
412.	QUINTILIANO FERNANDES RAMOS	
413.	MANOEL LOURENÇO DA SILVA	
414.	CLARINDO JOSÉ DOS SANTOS	
415.	IGNACIO PEREIRA D´AQUINO	
416.	JOSÉ DA CUNHA MACHADO	
417.	JOSÉ ALVES DA SILVA	
418.	JOSÉ PEREIRA DA SILVA	
419.	JOSÉ PEREIRA DE ARAÚJO	
420.	FRANCISCO JOAQUIM MARIANO	
421.	MANOEL JOÃO VICTOR	
422.	JORGE JOSÉ DA COSTA	
423.	JUSTINIANO JOSÉ LEITE PEREIRA	
424.	THEOTONIO MENDES D´OLIVEIRA	
425.	NELSON PEREIRA DE ABREU BACELLAR	
426.	JOZE EULALIO CUNHA MARTINS	
427.	CLEMENTINO PEREIRA DA SILVA	
428.	BENITO PEREIRA DA SILVA	
429.	LUIZ TELLES DE ARAUJO	
430.	JOSÉ FRANCISCO DA SILVA	
431.	JOÃO DOS SANTOS CAQUI	
432.	JOSÉ GOMES DE ANDRADE	
433.	PEDRO FERNANDES DA SILVA	
434.	LEONCIO LOBÃO COUTINHO	
435.	JOSÉ PEREIRA DE MIRANDA	
436.	MARCOS JOSÉ PEREIRA	
437.	MANOEL CONSTANTINO DE CARVALHO	

438.	JOÃO PEREIRA LEITE	
------	--------------------	--

Listagem de Ex-combatentes do Piauí na Guerra do Paraguai

Oficiais Superiores:

Ordem	NOME E PATENTE	OBSERVAÇÕES
1.	Ângelo José de Oliveira – Alferes	<ul style="list-style-type: none"> - Relação dos jurados qualificados para servir. no ano de 1873. O Piauí, edição 250. 31 de janeiro de 1873, p.3 - Novamente a relação dos jurados qualificados para servir em 1873. O Piauí, edição 271. 12 de julho de 1873, p.4 - Um dos 48 sorteados para fazer parte de sessão judiciária como jurado. Fonte: A Opinião Conservadora, edição 081, de 21 de setembro de 1875, p.4; - Demitido do cargo de tenente da companhia policial por ter sido adido a companhia de infantaria. A Opinião Conservadora, edição 094, de 16 de dezembro de 1875, p.4; - Testemunha de negocio desfeito acerca de uma escrava de nome Joanna. A Imprensa, edição 520. 13 de outubro de 1877, p.3; - Recebe uma passagem fluvial do porto de Teresina até Amarante. A Imprensa, edição 655. 30 de agosto de 1880, p.2;
2.	Antonio Lopes Teixeira – Tenente Apesar de ser piauiense, não pertencia aos quadros do 50.º Corpo de Voluntários do Piauí, mas ao desembarcar no Maranhão uniu-se aos combatentes do corpo na viagem de volta a Província.	<ul style="list-style-type: none"> - Nomeado para comandar os destacamentos das vilas de Príncipe Imperial e Independência. O Piauí – Órgão do Partido Conservador, edição 0143. 25 de setembro de 1870, p.4; - O soldado (RJ) 1881 – Será que esse homem estava em Manaus? - Jornal do Comercio Ed. 085. 26 de março de 1887 – Uma criança de 14 meses falece. O pai: Tenente honorario Antonio Lopes Teixeira; - Asylo de Invalidos da Patria. Almanack administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro (1844-1885) Ano 1881, p.360; - Idem, Ibidem. Ano 1882, p. 1515; - Mandou-se submeter a inspeção de saude o Tenente honorario Antonio Lopes Teixeira. O Paiz (RJ) Ed. 03474. 31 de outubro de 1891. Idem. Jornal do Brasil Ed 205. Dia 30/10;

		<p>- Aparece como Major honorario. Gazeta de Noticias (RJ) Ed. 0265. 22 de setembro de 1902, p.1; Idem em 29 de outubro, p.1; Ibidem, Jornal do Brasil Ed.0264. 21 de setembro, p.3; Ibidem Ed. 0271. 28 de setembro, p.5;</p> <p>- Maria Regina Lopes, viúva do tenente coronel honorario Antonio Lopes Teixeira, solicitando pagamento de soldo e etapa a que faz jus seu falecido marido- Pague-se, devendo por occasiao do recebimento, apresentar attestado do comando do Asylo de invalidos da patria, sobre a etapa. O Paiz (RJ) Ed.10924. 4 de setembro de 1914, p.13;</p>
3.	<p>Belarmino Cavalcante de Oliveira – Alferes</p> <p>Aparece Belarmino Cavalcante de Albuquerque, no Diario do Rio de Janeiro ed.0187 de 9 de julho de 1870, p.1</p>	<p>- Alistamento como Voluntario da Patria nº 285. Jornal Liga e Progresso, ed.096, de 13 de maio de 1865, p.4;</p> <p>- Nomeado delegado de policia de Pedro II em substituição ao cidadão Raimundo Pereira Brandão. O Piauhy, edição 0267, de 10 de junho de 1873, p.1;</p> <p>- Sorteado como um dos 48 jurados para sessao extraordinaria do juri. A opinião conservadora, ed. 051, de 26 de janeiro de 1875, p.4;</p> <p>- Comandante do 22º batalhão de infantaria. Jornal do Comercio (RJ) ed. 0148 de 28 de maio de 1892, p.2</p> <p>- Citada sua promoçao a alferes honorario no Almanack do Ministerio da Guerra (1857-1885) p.151;</p>
4.	<p>Belarmino de Carvalho C. Branco – Capitão</p> <p>22 de julho de 1874: Comandante do destacamento da Villa de Principe Imperial – Secretaria de policia do Piauhy</p>	<p>- Requerimentos ou memoriaes retidos na Secretaria da Guerra por falta de selo de pagamento ou emolumentos. Diario do Rio de Janeiro, nº 41. 11 de fevereiro de 1872,p.1;</p> <p>- Chamado para intervir em conflito entre destacamento de policia e guardas nacionais ocorrido em Oeiras. A Nação (RJ) Jornal politico e commercial, ed.0049. 5 de março de 1874, p.1 (Salvo em JPEG);</p> <p>- Requerimento negado “Não sao por ora necessarios os seus serviços”O Globo, órgão da agência telegrafica dedicado aos interesses do comercio, lavoura e industria, ed.073. 15 de março de 1875, p.2;</p> <p>- Cumprimentos as Suas altezas imperiais...O Globo...ed.0107. 18 de abril de 1876,p.2;</p> <p>- Idem, ed. 0127. 8 de maio de 1876,p.1; Idem, Ibidem, ed.0141. 22 de maio de 1876,p.2;</p>

		<ul style="list-style-type: none"> - Paço Imperial Cumprimentaram a suas altezas imperiais os senhores...Diário do Rio de Janeiro, nº 88. 2 de abril de 1876, p.2; - Idem, Diario do Rio de Janeiro, nº102. 17 e 18 de abril de 1876, p.2; - Ibidem, Idem nº 115. 1 de maio de 1876; - Outro cumprimento a Suas altezas. Diario do RJ, ed. 0150. 5 de junho de 1876,p.2; - Requerimento em seu nome despachado pelo Ministério da Guerra. Diário do RJ, 0136. 22 de maio de 1876, p.3; - Nomeado ajudante de ordens interino da presidência da provincia do Piauhy. O Globo. Ed. 0175. 27 de junho de 1876, p.2; Idem A Reforma (RJ) nº0142. Dia seguinte, p.3; - Cumprimentos...O Globo ed. 0188. 10 e 11 de julho de 1876, p.2; - Do Ministerio da Guerra: Prove o suplicante que nao está prescripto seu direito pelo tempo decorrido, para poder ser atendido. Diario do RJ, 204. 30 de julho de 1876, p.2; - Nomeado Tabeliao de publico, judicial e notas e escrivão do civel. Jornal da Tarde (RJ) Ed. 081. 8 de junho de 1877, p.2; - Tabelião publico judicial. Consegue um ano de licença. A Imprensa, edição 0591. 28 de abril de 1879, p.1 - Asylo dos Invalidos Militares – Almack administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro (1844-1885) página 396; 1877 - Asylo dos Invalidos Militares – Almanack Popular do Rio de Janeiro (1878-1879), ed. 002, p.179 1879 - Prorrogação da licença por mais um ano, para tratamento de saúde. A Imprensa, edição 0627. 31 de janeiro de 1880, p.1 - Citado numa lista de eleitores como jurado do Primeiro quarteirão da Paroquia de Nossa Senhora do Amparo. A Imprensa, edição 0689. 22 de junho de 1881, p.4; - “Prove o suplicante a impossibilidade que allega, seus serviços e a falta de outro meio de subsistência, na forma do art. 2 do decreto 1294 de 16 de dezembro de 1853. A Imprensa, edição 0741. 22 de agosto de 1882, p.2 - Ofício 1512 – Devolvido pelo Ministerio da Justiça petição do mesmo onde solicita sucessor em seu cargo.Deveria provar com documentos autenticos seus bons serviços
--	--	--

		<p>prestados no desempenho do cargo. A Imprensa, edição 0759. 6 de janeiro de 1883, p.1;</p> <p>- Nomeado Manoel Clementino da Silva Costa para o ofício durante a vida do respectivo serventuario, o qual deverá pagar a terça parte do rendimento, conforme a lotação. Gazeta de Noticias (RJ) ed. 0296. 23 de outubro de 1883, p.2;</p> <p>Almanack do Ministerio da Guerra 1886 – nomeado capitao honorario em 1870. Ed. 001, p.62; “Officiaes honorarios”; Idem 1887, p. 62; Ibidem 1874, p.101; Ibidem 1876,p.109;</p>
5.	Francisco Ferreira de Carvalho – Alferes	<p>- Comandante do destacamento da Vila de Principe Imperial. Criticado por ter sido nomeado em lugar do Tenente Auxencio da Silva Oliveira. No documento o primeiro é chamado de “desmoralizado e ignorante”. O Piauhy, ed. 0163. 4 de março de 1871;</p> <p>- Nomeado o guarda Francisco Ferreira de Carvalho para o posto de Alferes da 5ª cia do 24º batalhão da Guarda Nacional de Oeiras. A Opinião Conservadora, ed.094. 16 de dezembro de 1875, p.4;</p> <p>- A Mesa parochial transfere para a casa de um particular os trabalhos ligados a eleição de vereadores, juizes de paz e eleitores, pois a entrada da Igreja estava guardada por uma força de linha sob comando do alferes Francisco Ferreira de Carvalho, alegando ser ordem do delegado. Jornal do Comercio (RJ) Ed.040. 9 de fevereiro de 1877, p.3;</p> <p>- O Juiz de paz Joaquim Lopes Gallo apresenta protesto contra o dito alferes ao presidente da província, acusando-o de portar-se mal no cotidiano, alem de desafia-lo na ocasião de tentativa de prisao de duas mulheres. A Imprensa, ed. 0508. 9 de junho de 1877, p.3;</p> <p>- Manda-se dar passagem para Francisco Ferreira de Carvalho e sua familia. A Imprensa 0591. 28 de abril de 1879, p.2;</p> <p>- Em substituição a Nelson Pereira do Nascimento, que estava indo comandar o 35º Batalhão de Infantaria, o alferes honorario é nomeado ajudante de ordens por Gregorio Taumaturdo de Azevedo. Estado do Piauhy, ed.004. 22 de janeiro de 1890, p.2;</p> <p>- Nomeado Capitão da 3ª cia da guarda republicana. Estado do Piauhy, ed. 046. 6 de</p>

		maio de 1890, p.4;
6.	<p>Joaquim Aires Cardoso – Tenente N° 235 – Joaquim Ayres Cardoso, tenente honorário do Exercito, tendo vindo da guerra do Paraguay fazendo parte do 50º corpo de voluntários da pátria desta provincia, em perante V Excia pedir o pagamento da quantia de quarenta e sete mil cento e vinte reis da 3ª parte de seu soldo e forragens, que a tesouraria de justamento final de (xxxxxx) com o corpo a que pertencia o peticionário no que Pede a V Exa Ilmo Exmo Sr Vice presidente da Provincia se digne dar lhe benigno deferimento.</p> <p>Theresina, 9 de setembro de 1870. Assina Informe o Sr inspetor da tesouraria de fazenda. Palacio do governo 12/09/1870</p>	<p>- Solicitou pagamento de 47\$120 réis à tesouraria em 9 de setembro de 1870 – nº235. Negado.</p> <p>- Era imediato do Vapor Paranaguá. Faleceu de febres na cidade de Parnahyba. A Imprensa, ed. 0342. 29 de fevereiro de 1872, p.4;</p>
7.	<p>João Lustosa da Cunha – Capitão (José Lustosa da Cunha – Barão de Santa Filomena (1827-1901)</p> <p>GURGUEIA – PDF NA PASTA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Barata, Carlos; Bueno, Antônio da Cunha. Dicionário das Famílias Brasileiras. São Paulo. Editora Ibero-América, 1999; • Barros, Jesualdo Cavalcanti. Memória dos Confins. Teresina. Gráfica do Povo. 2005; 	<p>Nomeado capitão honorario do exercito em 6 de julho de 1870. Fonte: Almanack do Ministerio da Guerra, 1886 a 1887.</p> <p>- Era o comandante do corpo que retornou do Paraguai. A Imprensa Ed. 0263, de 8 de setembro de 1870, capa;</p> <p>- Critica à indiferença ou falta de tato dos governantes com o retorno dos voluntarios. A Imprensa Ed. 0266, de 26 de setembro de 1870, p.3;</p> <p>- Descreve a atuação do ex voluntario Luiz Leal Lopes Lima. A Imprensa Ed. 285; Nomeado para comissao que dotaria de paramentos e alfaias a Igreja de Parnaguá. Fonte: A Imprensa, edição 0654 de 4 de setembro de 1880, p.2</p> <p>Exonerado a pedido, do cargo de subdelegado de policia de Bom Jesus. Fonte: A Imprensa, edição 0713, de 29 de dezembro de 1881, p.1</p> <p>Assinou abaixo assinado contra a candidatura de Elizeu de Sousa Martins pelo</p>

	<ul style="list-style-type: none"> Costa, Francisco Pereira da. Cronologia Histórica do Estado do Piauí. Rio de Janeiro. Editora Artenova, 1974; Nogueira, Jackson Cunha. O Patriarca - Troncos e Galhos. Teresina. Editora Gráfica Andrade, 2008; Paranaguá, Correntino. Terra de um Paladino. Brasília, Editora do Senado Federal, 1980. 	<p>directorio de Parnagua. Fonte: A Imprensa, edição 0845 de 29 de novembro de 1884, p.2</p> <p>Abaixo assinado contra reformas eleitorais que prejudicavam seu grupo político. Fonte: A Imprensa, edição 0945, de 27 de novembro de 1886, p.2</p> <p>Nomeado inspetor de ensino do estado do Piauí em Parnaguá, em 28/01/1884. Fonte: Ofício nº 271 Diretoria geral da instrução pública em Teresina, em 09 de agosto de 1890. Relatórios dos presidentes dos estados brasileiros, 1890 a 1930, p.42.</p>
8.	Mariano Alves Pacheco Lira – Alferes	<p>- Solicitou pagamento de 47\$120 réis à tesouraria em 12 de setembro de 1870 – nº248. Negado.</p> <p>- Pedido negado por não haver destacamentos vagos nem posição de vaqueiro nas fazendas nacionais. O Piauí, ed. 0156, de 14 de janeiro de 1871, p.2</p> <p>- Substituído na Companhia de Infantaria da Província. A opinião conservadora, ed. 017. 12 de maio de 1874, p.2;</p> <p>- Solicitação negada, queria ser admitido no Exército no posto de alferes. Jornal do Comércio, ed. 0167, de 18 de junho de 1874, p.1;</p> <p>- Em viagem para o norte, junto da mulher e um filho menor. Diário do RJ, ed. 0109, de 21 de abril de 1875, p.3;</p> <p>- Nomeação do sgt ajudante Mariano Alves Pacheco Lyra para o posto de alferes da 3ª cia do 16º batalhão da GN de Marvão. O Piauí, ed. 0105, de 9 de outubro de 1869, p.1;</p> <p>- Solicitação não atendida pelo Ministério da Guerra. Jornal do Comércio (RJ) Ed.0143, de 24 de maio de 1890, p.1;</p>
9.	<p>Raimundo Auxêncio da Silva Oliveira – Tenente</p> <p>Secretaria de Polícia do Piauí 17 de janeiro de 1874</p>	<p>- Aparece acrescido de “Oliveira” no Diário do Rio de Janeiro, ed. 187, de 9 de julho de 1870, p.1;</p> <p>- <u>Aparece citado em uma luta por posto envolvendo outros dos oficiais deste quadro:Francisco Ferreira de Carvalho e Antonio Lopes Teixeira. A Imprensa, edição 0311, de 6 de julho de 1871, p.3;TRETA DE TRÊS</u></p> <p>- Nomeado delegado de polícia do termo de Barras, A opinião conservadora, ed. 003.</p>

<p>Nº 474 Indicação de Raimundo Auxencio da Silva e Oliveira para o cargo de delegado de policia no termo das Barras em substituição ao cidadão Joao Francisco Pacheco; 26 de agosto – Mandado substituir o Tenente Raimundo Auxencio pelo alferes do exercito Jose Eulalio da Cunha Martins Assina Agesilau Pereira da Silva, Chefe de policia interino</p>	<p>27 de janeiro de 1874, p.4; - 26 de agosto – mandado substituir pelo Alferes do Exercito Jose Eulalio da Cunha Martins – Sec Policia Piauhy 17/01/1874 nº 474</p>
--	---

Oficiais Inferiores, cabos, anspeçadas e soldados

Ordem	NOME E PATENTE	OBSERVAÇÕES
10.	Agostinho Epifânio Bispo – Soldado	- Réu sendo conduzido ao RJ para avaliação de habeas corpus. A Imprensa, ed. 0822. 25 de maio de 1884, p.1;
11.	Agostinho Ferreira de Lima – Soldado	<p>- Citado entre os feridos do 34º VP. <i>Jornal do Comercio (RJ) ed.0339, de 7 de dezembro de 1866, p.1;</i></p> <p>- Relação de baixas no combate de dezembro de 1868. Ferido do 51º. Relatorio do Ministerio da Guerra, 1869, p.18;</p> <p>- Obtem escusa do serviço do exercito. A Nação (RJ) Ed. 095, de 21 de maio de 1873, p.2;</p> <p>- Um dos cidadaos que nao compareceu as chamadas para eleições. <i>Jornal do Comercio (RJ) Ed. 040, de 9 de fevereiro de 1877, p.1;</i></p> <p>- Agostinho Ferreira Lima Junior, nomeados ‘fieis’ de 2ª classe. O Paiz, ed.4028, 12 de outubro de 1895</p>
12.	Anastácio Cardoso da Silva – Soldado	
13.	André José Rodrigues – 2º Sargento	Afilhado do vigario Mamede Antonio de Lima A ÉPOCA. Orgão Conservador.Ed. 029 p. 4 de 19 de outubro de 1878;
14.	Antonio Abade Barbosa – Soldado	

15.	Antonio Alves do Nascimento – Soldado	
16.	Antonio Cardoso Pereira – Soldado	
17.	Antonio Carlos Ferreira – Anspeçada	
18.	Antonio da Silva Mourão – Cabo	
19.	Antonio de Souza Barbosa – Soldado	
20.	Antonio Francisco de Azevedo – Soldado do corpo de policia – um dos citados por Celso Pinheiro	- A Imprensa 13 p.3 de 21 de outubro de 1865;
21.	Antonio Francisco do Rosário - Soldado do corpo de policia – um dos citados por Celso Pinheiro	- Reforma como Cabo – Correio Mercantil (RJ) Ed. 313 p.1 12/11/1866; - Pensão de 500 reis diários. Annaes do Parlamento brasileiro, p.279 Sessão de 25/06/1867; - Abusos no recrutamento, sob chefia do Ten Cel Manoel Araujo Costa; A Imprensa, 173 p.2, de 14/11/1868; - Os mesmos dois cercam a Fazenda Burity Grande A Imprensa 178, p.3, de 19/12/1868; - Sgt reformado na data. A Imprensa, 746 p.6, 23/09/1882; - Solicita alistamento como eleitor. A Imprensa 753, p.5 18/11/1882;
22.	Antonio Francisco Gonçalves – Cabo	- Prisão de uma quadrilha fardada A Época ed. 039 p.4 28 de dezembro de 1878; - Soldado preso da justiça A Imprensa 645 p. 2 19 de junho de 1880;
23.	Antonio Francisco Xavier - Soldado	
24.	Antonio José da Fonseca – Soldado	- Um dos que assinam a ata da reunião do Partido Liberal de Bom Jesus do Gurgueia. A Imprensa, 904, p.4. 13/02/1886;
25.	Antonio José de Lima – Soldado	- Morador do termo de Piracuruca. A Imprensa 177 p.2 12/12/1868; - Teria arrematado dizimos da ordem de 26\$000 em São Raimundo Nonato A Imprensa 781 p.2 20/06/1883;
26.	Antonio Raimundo de Souza – Soldado	
27.	Antonio José de Souza - soldado	- Guarda Nacional 8ª Cia do 1º de Infantaria A Imprensa 623 p.1 30/12/1879; - Capitão GN 1ª Cia 2º Batalhão A Imprensa 855 p.5 12/02/1885;

28.	Aprígio Pereira da Silva – Cabo	- Quartel general em Tuyu-cué, em 12 de dezembro de 1867. Ordem do dia 165. Ferido. Correio Mercantil (RJ) Ed. 10 p.1 10/01/1868;
29.	Avelino José de Abreu - Anspeçada	
30.	Avelino Rodrigues de Macedo – Ten Cel 2º distrito	- 4º Diretor do Circulo Parochial do Partido Liberal em Marvão. A Imprensa, 504 p.2.21 de abril de 1877;
31.	Basílio Magno Bispo - Soldado	
32.	Belmiro Manoel do Nascimento – Soldado	
33.	Benício Gomes das Neves – Soldado	
34.	Bernardino Alves de Souza – Soldado	
35.	Bernardino Rodrigues Nunes – Soldado	- Criminosos presos durante os meses de dezembro e janeiro passados, por damno. Liga e Progresso, ed.16 p.3; 27 de março de 1863;
36.	Bernardo dos Anjos – Soldado	
37.	Bernardo José da Costa - Anspeçada	
38.	Camilo Vieira Sales – Soldado	
39.	Cândido de Souza Martins - Soldado	
40.	Cecílio Jose de Carvalho – Anspeçada	- Soldado do 24º VP Correio Mercantil ed.195 p.2 16 de julho de 1866;
41.	Celestino Martins Souto – Anspeçada	- Lista de VP (66) No Jornal Liga e Progresso, ed.91 p.3 de 3 de abril de 1865;
42.	Ciríaco Jose de Lemos – Anspeçada	
43.	Cirino Teófilo Paranhos – Cabo	
44.	Clementino Batista de Souza – Soldado	
45.	Clementino Luis Pereira Brasil – Batalhão de primeira linha	
46.	Constantino Lopes Ribeiro – Soldado Oficio do Min da Guerra em 19 de janeiro de 1881	- Contuso no combate de 6 de dezembro de 1868. 42º VP. Relatorio do Ministerio da Guerra 1869, p.4;

		- Requeiru o pagamento de gratificação diaria de 300 reis.A Imprensa 688 p.1 11 de junho de 1881; - Obtem direito ao soldo vitalicio Fonte: O Paiz (RJ) Edição 10621 p.8 de 5/11/1913;
47.	Crispim Damasceno Bispo – Soldado	
48.	Delfino Barbosa de Miranda - Furriel	
49.	Domingos José de Medeiros - Soldado	
50.	Felix Ferreira dos Santos - Soldado	
51.	Florêncio Rodrigues Soares - Soldado	
52.	Francisco Antonio de Souza - Soldado	- Passageiro procedente de Amarante Vapor Piauhy.A Imprensa 617, p.4 15 de novembro de 1879; - Vila de Amarração 27/02/1883. A Época 254 p.3. 28 de abril de 1883;
53.	Francisco Antonio Rodrigues Sales	
54.	Francisco Barbosa de Souza - Soldado	
55.	Francisco Eloi de Moura - Furriel	
56.	Francisco Luis Pereira de Carvalho e Silva VP 1º corpo da Guarda Nacional	
57.	Francisco Mauricio Gomes - Anspeçada	
58.	Francisco Pereira de Paula - Soldado	
59.	Francisco Pereira de Souza – Soldado (corneta)	
60.	Francisco Raimundo de Souza - Soldado	22 de julho – Recolher ao xadres o soldado Francisco Raimundo de Souza , por querer espancar a Rosa de tal, depois de haver e apossado de alguns trastes a ela pertencentes Chefe de Policia Ernesto envia ao presidente Adolpho Lamenha Caixa 1874 “3”
61.	Francisco Rodrigues de Almeida - Anspeçada	

62.	Germano Torres Costa - Soldado	
63.	Gratulino Franklin Pereira da Silva - Soldado	
64.	Herminio de Carvalho Castelo Branco Sobrinho do poeta caçador (163), autor de “A lira sertaneja” (1881)	
65.	Inácio Rodrigues de Carvalho - Soldado	
66.	Irineu da Costa Lira - Furriel	
67.	Isaias Pereira da Silva - Soldado	
68.	Januário da Cunha Simões – Soldado	
69.	Januário Ferreira dos Santos – Soldado	
70.	Januário Lopes Pereira – Anspeçada	
71.	Jerônimo Rodrigues de Souza – Soldado	
72.	Jesuino Pereira do Nascimento - Capitão Nº 258 Jesuino Pereira do Nascimento , capitão GN d’ esta provincia, tendo sido aceito para a guerra do sul, para onde chegou a marchar, voltou por doente de Santa Catharina, tendo obtido trez mezes de licença para tratar-se nesta provincia e como se acha hoje restabelecido, deseja levar a efeito seu intento, e além de sua sua pessoa e mais dois filhos que já tem no sul, oferece mas um que marchará consigo, se for acceito por V Exa. O suplicante Exmo Snr fez esse sacrificio por amor de sua pátria e se V Exa tiver precisão de officiaes, deseja	- Cavaleiro da Ordem da Rosa A Imprensa 75 p.2 de 20/10/1866; - Oficial de gabinete da Presidencia da Provincia. O Piauhy, ed. 72 p. 4 de 10/04/1869; - Exonerado, a pedido, de 3º suplente delegado da capital. A Imprensa, 534 p.1 de 14/03/1878; - Faleceu em 13/11/1879 Fonte: Jornal A Imprensa Edição 0617 de 15/11/1879; Idem A Época Ed. 84 p.4 de 12/11/1879;

	que o aceite como entender que pode aproveitar os seus serviços, pelo que Theresina, 1 de fevereiro de 1868 Assina Jesuino Pereira do Nascimento “Já se acha outro encarregado dessa comissão” 3-2-68 Burlamaqui CAIXA VOLUNTARIOS APPI	
73.	João Batista da Silva e Melo – Cabo	
74.	João Fernandes de Moraes Junior - VP Cmte 1º corpo da Guarda Nacional - Major	Administrador dos Correios de Teresina (Publicações do Archivo Nacional (RJ) 1957 Ed.0039 p.65 Secção Historica – Casa Imperial;
75.	João Ferreira de Oliveira – Cabo	
76.	João Francisco das Neves – Soldado	
77.	João Francisco Vieira – Soldado	
78.	João Gomes Ferreira – Anspeçada Documento de 10 de abril de 1874 “As praças de policia” Art.201 - Agressão	- Preso por se negar a entregar sua excusa de voluntario que lhe foi exigida por occasiao de pedir ele praça na companhia policial – Tom de crítica do Jornal A Imprensa 301 p.3 de 6 de maio de 1871; - João Gomes Ferreira preso por dirigir palavras desrespeitosas ao ajudante de ordens da presidencia. O Piauhy – Orgão do Partido Conservador. Ed 172 p.4 de 13 de maio de 1871; - Rol das testemunhas A Época Orgão Conservador Ed. 132 p.3 30/10/1880; - Obteve alta da enfermaria em 7 de junho, faleceu em sua casa. A Imprensa 698 p.3; - A praça por ter fallecido A Imprensa 698, p.2 de 27 de agosto de 1881;
79.	João José de Oliveira – 2º sargento	- Mencionado nao como primeiro, mas como segundo sargento CRÍTICA A Imprensa 304 p.1 de 24 de maio de 1871;
80.	João José do Nascimento – Soldado	
81.	João Pedro de Oliveira – Alferes Nº 706 João Pedro de Oliveira, alferes da companhia policial desta provincia, achando-se de partida para o sul, afim de prestar-se ao serviço de guerra requer a V	- De Sgt secretario para Alferes no lugar de Ludgero Gonçalves Dias. A Imprensa Ed. 013 p.2 de 21/10/1865; - Tenente João Pedro dispensado do serviço na campanha. A Imprensa 067, p.1 de 03/11/1866;

	Exa se digne mandar dar passagem a mulher e uma filha pequena, isto por ser o suplicante casado e não lhe convir deixar sua família por tanto tempo. Theresina, 5 de abril de 1865 Como requer – Palacio da presidência do Piauh, na mesma data	- Portos do norte Tenente Joao Pedro de Oliveira Correio Mercantil 142 p.3, de 23 de maio de 1867; - Montevideu Correio Mercantil 213 p.3, de 3 de agosto de 1867; - 39º VP João Pedro de Oliveira entre os feridos Correio Mercantil, 287 p.1 de 18 de outubro de 1868 – relativo a 26 de setembro de 1868;
82.	João Pereira dos Santos – Soldado	- Aparece, juntamente com outros nove inferiores, alistados na companhia fixa da provincia, mas prejudicados em seus ganhos pelos atos do presidente provincial, Manoel do Rego. A Imprensa 304, p.2 de 24 de maio de 1871; - Soldado Joao Pereira dos Santos, condenado a 6 annos de prisão com trabalho. A Imprensa 750, p.6 de 19 de outubro de 1882;
83.	João Peres de Macedo – Anspeçada	
84.	João Ribeiro Soares – Anspeçada	
85.	João Soares de Carvalho – Cabo	
86.	Joaquim Alves da Costa – Soldado	
87.	Joaquim José Teixeira - Soldado	
88.	José Antonio de Oliveira – Soldado	-Dispensado, a pedido, do serviço ativo do corpo de policia.O Piauh 986 p. 4 de 13 de dezembro de 1908 (Dúvidas em relação ao dia, apagado);
89.	José Barbosa de Miranda - Soldado	
90.	José Benício de Barros – Soldado	
91.	José Bento da Silva – Anspeçada	
92.	José da Silva Rocha – VP; 1º corpo tt GN	- Tenente da Guarda Nacional A Imprensa 18 p.1 de 25 de novembro de 1865; - Dispensas matrimoniais a Jose da Silva Rocha e Maria Joanna da Conceição. O Apostolo, ed.09 p.2 de 14 de julho de 1907;
93.	José Demetrio Viana - Cabo	
94.	José de Sousa Pereira - Soldado do corpo de policia – um dos citados por Celso Pinheiro	
95.	José Duarte da Silva - Soldado	

96.	José Elias do Nascimento – Soldado	
97.	José Ferreira Diave - Soldado	
98.	José Francisco Ferreira – Soldado	- Sobrinho do Capitao Joaquim dos Santos Rabello O Piauhy 263, p.4 de 10 de maio de 1873;
99.	José Leandro de Azevedo – Soldado	
100.	José Lopes de Araújo – Anspeçada	- Sgt Jose Lopes de Araujo em Jaicoz A Imprensa 191 p.4 de 24 de março de 1869;
101.	José Manoel Pereira – Soldado	
102.	José Pedro de Loiola - Soldado	
103.	José Severo do Nascimento – Cabo	
104.	Laurêncio José de Souza - Anspeçada	
105.	Lázaro José da Silva - Soldado	
106.	Leandro dos Santos Fernandes - Soldado	
107.	Leonardo Francisco Dias Carneiro - Soldado	
108.	Lisandro Francisco Nogueira	<ul style="list-style-type: none"> - Castigo desmedido ao Guarda Nacional Manuel Alves dos Santos, feita pelo Jornal A Imprensa 294 “Abuzo e escandalo – O Piauhy 168 p.4 de 15 de abril de 1871 – na edição anterior, prometem apresentar as ditas provas 5 de abril de 1871; - Citado no mesmo caso, em sentido de defesa tambem, em O Piauhy 172 p.3 de 13 de maio de 1871; - Idem, Ibidem, Ibidem 173 p.2 de 21 de maio de 1871; - Rebatem criticas quanto as ações do presidente Manoel do Rego O Piauhy 176 p.3; - Solicita dispensa da comissao militar a qual foi incumbido pelo governo. Idem 176 p.4; - 219 votos para deputado à Assembleia geral, Idem 197 p.4 de 28 de novembro de 1871

		<p>- 2º secretario da Assembleia legislativa provincial, Idem 244 p.3 de 10/12/1872;</p> <p>- Elogio a Lisandro Nogueira ao mesmo tempo que criticam o presidente da provincia, Manoel do Rego. A Imprensa 307, p.2 de 7 de junho de 1871;</p>
109.	Luis Gonzaga da Silva Liberalino -2º Sargento	
110.	Luis Leal Lopes de Lima - Soldado	<p>- Batalha e combates de 11 de dezembro de 1868. Membro do 31º VP. Contuso. Relatorio do Ministerio da Guerra. 1869 Ed. 0001 p.23;</p> <p>- Solicita que atestem sobre seu comportamento militar. A Imprensa 285 p. 2 e 3. 26 de janeiro de 1871;</p> <p>- Enfermeiro no Hospital de varilosos. A Imprensa 616 p.1 de 8/11/1879;</p> <p>- Dispensado do Lazareto do Bacury. Idem 617 p.6 15 de novembro de 1879;</p> <p>- Recebe da Camara de Teresina 5:000 réis provenientes de custas. Ed. 737 p.2 25 de julho de 1882;</p> <p>- A Câmara resolve mandar pagar 14\$000 provenientes de custas judiciais. Ed. 738 p.3 de 29 de julho de 1882;</p> <p>- Tem requerimento despachado pelo Ministerio da Guerra como ex 2º cadete. Diario do Comercio (RJ) Ed.076 p.2 de 17 de fevereiro de 1889; Idem Jornal do Comercio Ed.049 p.1 de 18 de fevereiro de 1889;</p> <p>- “Datas até 14 do mês passado”. Falecido em 1890. Jornal do Comercio Ed. 102 p.2 de 12 de abril de 1890.</p>
111.	Manoel da Costa Nonato –Soldado	
112.	<p>Manoel da Costa Pereira – VP; Alferes 1º corpo GN</p> <p>Nº 251 Manoel da Costa Pereira, alferes da GN d’esta capital, voluntario da pátria do 1º corpo desta provincia, tendo prestado dous annos de serviço no campo inimigo vem hoje perante V Exa impetrar a graça</p>	<p>- Alferes GN A Imprensa 18, p.1 25 de novembro de 1865;</p> <p>- Ajustar contas ao Alferes do Corpo de VP... Idem 57 p.2 25 de agosto de 1866;</p> <p>- Aparece como Ex-Alferes VP em A Imprensa 60 p.1 de 15/09/1866;</p> <p>- Exonerado da função de escrivão dos feitos da Fazenda geral 142 p.1 11/04/1868;</p> <p>- O Jornal A Imprensa afirma que a demissao do cargo de escrivão foi gerada</p>

	<p>de mandal-o incluir no Provisorio que acaba de ser criado, visto como o suplicante não tem outro meio mais seguro que possa sustentar sua numerosa família que consta de des pessoas em clusive duas órfãs filhas de um seu irmão, que tamebm como VP prestou quatro annos de serviço nos campos do Paraguay. Não (xxxxxxxxxxx) alegar nem uma d´essas coisas si não fosse as criticas circunstancias em que me acho, por que não queria recompensa alguma do governo por um serviço que tam voluntariamente prestei a minha pátria, mas como vejo os meus companheiros serem accomodaddos em razão devo excusar-me de acceiar e desde já fico certo que V Exa me attendera, tanto mais quando tenho sido testemunha da justiça que caracteriza os actos de V Exa portanto o suplicante Theresina, 13 de setembro de 1870 – Assina Manoel da Costa Pereira – Presidente Manoel José Espinola</p>	<p>pelo mesmo ter assinado um papel ‘rabiscado’ pelo <i>menino</i> (Coelho Rodrigues) Ed.145 p.4 de 2 de maio de 1868; - Secretario interino da Santa Casa de Misericordia de Teresina.O Piauhy 133 p.4 de 28 de setembro de 1869; - Demitido, a pedido do cargo de suplente de delegado do 1º distrito. O Piauhy 190 p.2 de 30 de setembro de 1871; - Escrivão na cidade de Amarante O Piauhy 226 p.4 de 16 de julho de 1872; - Escrivão do civil, crime e execuções do termo de Amarante. Idem 267 p.4 de 10 de junho de 1873; - Seu nome aparece em uma petição para angariar fundos para criação de um lazareto na cidade de Amarante, devido a Variola. A Opinião Conservadora Ed.88 p.4 de 31 de outubro de 1875; - Em 1878 era falecido. A Imprensa 553 p.4 de 13 de agosto de 1878. Não pode por ora ter logar o que pede o suplicante. Palacio do governo da provincia do Piauhy, 15 de setembro de 1870.</p>
113.	Manoel Estevão Borges – Furriel	
114.	Manoel Ferreira de Moraes – Soldado	
115.	Manoel Francisco das Chagas Leite – 1º Sargento	
116.	Manoel Francisco Marinho - Soldado	
117.	Manoel João do Espírito Santo – Soldado	
118.	Manoel João Vitor – Soldado	
119.	Manoel Joaquim dos Anjos – Soldado	
120.	<p>Manoel José da Silva – Soldado</p> <p>Invade a casa de uma velha chamada Francisca. Oficio de 13 de agosto de 1874</p>	<p>- Um dos nomes que aparecem na lista do Padre Jose Rufino de Valença 1865; - Mandar substituir por outros guardas nacionais designados, visto serem pauperrimos e este ainda por cima ser casado. A Imprensa 29 p.1 de 10 de fevereiro de 1866; - Será o mesmo que aparece na noticia sobre o assassinato do Capitão Cypriano Vieira de Sá? A Imprensa 249 p.3 de 25 de maio de 1870;</p>

		- Um tal Manoel Jose da Silva escreve um manifesto dizendo que nunca deixou de pertencer ao Partido Liberal.A Imprensa 868 p.3 de 23 de maio de 1885;
121.	Manoel José Pereira - Furriel	- Faleceu em Parnaíba de febres a 22 do mez vigente o soldado agregado a essa companhia Manoel José Pereira, que fazia parte do destacamento daquela cidade. A Imprensa 859 p.4 de 14 de março de 1885;
122.	Manoel José Pinto – Soldado	
123.	Manoel Lourenço do Nascimento – Soldado	
124.	Manoel Marcelino Rosa – Soldado	
125.	Manoel Pereira de Carvalho – Soldado	- Teria participado de um assassinato em Picos em 12 do corrente. A Época ed. 072 de 16de agosto de 1879; - Réo em Jaicoz. A Imprensa 736 p.2 de 16 de julho de 1882; Tambem o nº751 p.2 de 28 de outubro de 1882;
126.	Manoel Rosa de Freitas - Soldado	
127.	Manuel Hilario da Rocha – Cmte 1º ten 1ª cia de policia da provincia	- A oferta de marcha da companhia de policia é citada em A Imprensa 13 p.2 de 21 de outubro de 1865. Nela tambem aparece o nome de Ludgero Gonçalves Dias; - Captura do soldado do corpo de guarnição Vicente Ferreira do Monte A Imprensa 019 p.2 de 2 de dezembro de 1865; - Fez parte do 19º de VP, sendo condecorado Cavaleiro da Ordem da Rosa por decreto do dia 14 do corrente. Diario do Rio de Janeiro, pág 1 de 19/03/1867;
128.	Manuel Rolemberg de Almeida – Batalhão de primeira linha	- A Imprensa 016 p.2 de 11 de novembro de 1865;
129.	Marcolino Machado da Silva - Soldado	
130.	Marcos Francisco da Purificação – Anspeçada	- Alguma solicitação “Requeira pelos canais competentes” O Globo. Orgão dos interesses do comercio, da lavoura e da industria. Ed.266 p.1 de 2/10/1876; - Cabo d´esquadra A Imprensa 817 p.2 de 20 de abril de 1884; Idem nº 867/85;
131.	Marcos José da Cruz - Cabo	

132.	Mariano José dos Santos - Soldado	
133.	Mariano Rodrigues da Costa – Soldado	
134.	Martinho José da Silva – Soldado	- Musico paisano A Imprensa 522 p.3 de 31 de outubro de 1877;
135.	Martinho Rodrigues de Santana – Cabo	
136.	Matias Fernandes – Soldado	
137.	Miguel Duarte de Souza – Furriel	
138.	Nelson Pereira do Nascimento	<ul style="list-style-type: none"> - Oferecido junto com o irmão, Silvestre Pereira do Nascimento pelo pai, Jesuino (72) para partirem para a guerra. A Imprensa 14 p.2 de 28 de outubro de 1865; - Nomeado Cavaleiro da Ordem da Rosa, o oficial do 34° VP. Diario do RJ, Ed. 67 p.2 de 19 de março de 1867; -Ferido em batalha. Correio Mercantil (RJ) Ed. 86 p.2 de 27 de março de 1868; - 28 annos, solteiro, sabe ler, 400\$ de rendimento, elegivel. Diario do RJ Ed. 197 p.3 de 23 de julho de 1876; - Abriu um curso de Mathematicas elementares. A Reforma 4 p.2 de 15/04/1887; - Comandante da Cia de linha da provincia. Imprensa 989 p.3 de 15/10/1887; - Distinção “Militar inteligente, moralizado e disciplinador, digno sempre de confiança. A Imprensa 1034 p.4 de 18 de agosto de 1888; - Entrega a obra de arrampamento do porto da localidade Barrinha, da qual estava encarregado. A Imprensa 1036 p.4 de 1 de setembro de 1888; - Comandante do contingente do 26° Batalhão de Infantaria n´esta capital. A Imprensa 1090 p.1 de 16 de setembro de 1889; - Juntamente com Reginaldo Nemesio de Sá e João de Deus Moreira de Carvalho, fez parte do governo provisorio de 16 de novembro de 1889. Actualidade. Edição 1, capa, de 27 de novembro de 1889;

		<ul style="list-style-type: none"> - Nomeado ajudante de ordens do governo o ja comandante do 5° batalhao de infantaria Estado do Piaui, Ed.02 p.3 de 16 de janeiro de 1890; - Nomeado Capitao Comandante Interino do 35°, sendo para isso dispensado da funçã de ajudante de ordens. Estado do Piauh Ed. 04 p.2 de 22/01;1890; - Capitão Comandante Interino do 35° Batalhão de Infantaria. Relatorios dos presidentes dos estados brasileiros. Ed. 001 p.18 de 1890; - Relatorio sobre o 35° de Infantaria. Relatorios dos presidentes dos estados brasileiros. Ed. 001 p.93 de 1890; - Promovido a Coronel, por merecimento. Nortista (Parnahyba) Ed.36 p.3 de 7 de setembro de 1901;
139.	Norberto José de Meneses - Soldado	
140.	Paulino Ferreira da Costa - Soldado	
141.	Pedro Alexandre de Amorim – 1° Sargento	
142.	Pedro Batista do Nascimento – Soldado	
143.	Pedro José de Moura Leal – VP; 1° corpo sgt GN	<ul style="list-style-type: none"> - A vista da informação, como requer. A Imprensa Ed.19 p.3 de 2/12/1865; - Tenente VP ainda no Paraguai. A Imprensa Ed.195 p.1 de 21 de abril de 1869; - Citado como um dos perseguidos pelo vice presidente Espinola. Disputas de poder entre Conservadores e Liberais. A Imprensa 267 p.2 de 30/09/1870; - Agradecimento de um grupo de cidadaos de Independência pelo modo como se portou quando comandante do destacamento da referida villa. O Piauh Ed. 285 p.4 de 27 de outubro de 1873; - Fizesse cessar o recebimento de barris de polvora de particulares no deposito do governo. A Imprensa 551 p.2 de 25 de julho de 1878; - Capitao honorário do Exercito. A Imprensa 829 p.3 de 24 de julho de 1884; - Demitido do cargo de comandante da cia policial pelo governador, por motivo de molestia. Estado do Piauh Ed. 04 capa 22 de janeiro de 1890; - Falecimento de Raimundo Moura Leal aos 60 anos, filho do dito. Gazeta Ed.

		1475 p.4 de 27 de fevereiro de 1944;
144.	Pedro Leandro de Azevedo - Soldado	
145.	Pedro Ribeiro da Cunha – Soldado	
146.	Plínio Rodrigues de Souza – Soldado	
147.	Raimundo Antonio do Carmo – Soldado	
148.	Raimundo de Carvalho e Almeida – 2º Sargento	- Era porteiro e continuo das aulas de instrução publica secundaria da capital e se ofereceu para ir à guerra A Imprensa 023, capa. 30 de dezembro de 1865;
149.	Raimundo do Rego Feitosa – Soldado	
150.	Raimundo Ferreira da Silva – Anspeçada	- Guarda Nacional designado. A Imprensa 35, capa, 24 de março de 1866;
151.	Raimundo Ferreira dos Santos – Soldado	-Se evadio da cadeia daquela villa o reu condenado pelo jury no grau medio do artigo 269 do codigo criminal (roubo) A Opiniao Conservadora 45, capa. 12/12/1874;
152.	Raimundo Francisco Xavier – Soldado	
153.	Raimundo Gomes das Neves – 1º distrito, de Piripiri, Tenente	Tenho uma reportagem em PDF de um site de Piripiri.
154.	Raimundo José Moraes - Soldado	
155.	Raimundo Mendes de Carvalho – perdeu uma perna e um braço, retorna em setembro de 1870.	
156.	Raimundo Nunes Viana – Anspeçada	
157.	Raimundo Pereira - Soldado	- Contramestre do Vapor ‘O Piauhy’ A Phalange Ed.15 p.4 de 24 de abril de 1889;
158.	Raimundo Pereira da Cruz – Soldado	- Alistamento sob numero 188 Liga e Progresso 95 p.4 de 6 de maio de 1865;
159.	Raimundo Pereira de Brito – Cabo do corpo de policia – um dos citados por Celso Pinheiro	- Pensão para o Invalido da Pátria. O Piauhy 213, capa. 6 de abril de 1872; - Praça reformada do Exercito Credito da quantia de 6:291\$560 conforme requereu...A Imprensa 553 p.2 de 13 de agosto de 1878;

160.	Roberto Antonio da Costa – Soldado	
161.	Severino José de Moraes - Soldado	
162.	Teobaldo Pinto de Carvalho	
163.	<p>Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco VP, Alferes ajudante do 1º corpo – GN <i>O poeta caçador</i></p> <p>Nascido em Barras a 7 de fevereiro de 1829, filho de Leonardo das Dores Castelo Branco e de Dona Judith da Mãe de Deus Castelo Branco</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Aparece como VP Liga e Progresso Ed.91 p.3 de 3 de abril de 1865; - Publica poema em homenagem a Franklin Americo de Meneses Doria Liga e Progresso 98 p.3 de 7 de junho de 1865; - Teria partido a 19 de maio de 1865 para o teatro de guerra, pegou febre tifoide, ficando surdo e ficando la por cerca de 14 meses. Casou-se a 2 de setembro de 1882 com Honorina Rosa de Castro A Imprensa Ed.1027 p.2 de 30 de junho de 1888; - Alferes de 6ª cia do 14º batalhaoda GN de Barras A Imprensa Ed.18 capa 25 de novembro de 1865 - 4º suplente de juiz municipal de de orphaos de Barras Aimprensa 56 capa de 18 de agosto de 1866; - Em comemoração a tomada do forte de Curupaity e a fuga de Lopez, escreveu a poesia “Inspiração Patriotica”A Imprensa 149 p.4 de 30 de maio de 1868; - O poeta caçador A Imprensa 1027 p.2 de 30 de junho de 1888;
164.	Tertuliano Marques - Soldado	
165.	Tertuliano Martins de Rezende – Soldado	
166.	Tiberio Nunes de Araujo - Cabo do corpo de policia – um dos citados por Celso Pinheiro	- Segue para a corte com a cia de policia o cabo de esquadra Tiberio Nunes de Araujo. A Imprensa 13 p.3 de 21 de outubro de 1865;
167.	Tibúrcio Francisco dos Santos – Soldado	
168.	Tomás de Aquino Leite - Soldado	
169.	Tomás Ferreira Dias – Cabo	

170.	Tomás Gomes de Lacerda	
171.	Vicente de Rôla Pinto - Soldado	- “Fica aprovada a reforma concedida pelo presidente da provincia em 7 de outubro de 1881 ao addido do corpo policial com o soldo anual de oitenta mil seiscentos e quarenta reis”A Imprensa Ed.731 p.6 de 27 de maio de 1882 – complemento 29; - Uma petição do cabo de policia reformado requerendo dinheiro a que se julga com direito; - O Sr Macario Lima propõe a demissão do guarda e a nomeação de Jose Izidro. Estado do Piauhy, Ed.11 p.3 de 7 de fevereiro de 1890;
172.	Vitorino Lopes dos Santos – Soldado	
173.	Xilderico Cícero de Alencar Araujo Filho: Luiz de Alencar Araripe, cadete. A Imprensa 144 p.3 de 25 de abril de 1868;	- Faleceu em Uruguaiana A Imprensa Ed.29 p.4 de 10 de fevereiro de 1866; - Pensao concedida a Dona Romana Candida de Araripe,relativa a suas duas filhas menores por decreto de 24 de setembro de 1865 e aprovada pela resolução que o decreto 1386 de 26 de junho do corrente ano mandou executar. A Imprensa Ed. 145, capa.2 de maio de 1868;

ORDEM	PERSONAGENS QUE FORAM APARECENDO	OBSERVAÇÕES
174.	Almanack da força militar do Estado (1929) Disponível na Casa Anisio Brito	218 – Á época da Praieira 219 – Rosas – Navegação só da Argentina 247 – Conflito com o diplomata brasileiro acreditado por Carlos Lopez (1853-55) 370 – Organização ministérios e chefias para guerra do Paraguai 390 – A época da resistência, a fuga de Lopez, assassinato de Flores (Uru) e Urquiza (Arg) 499 - 213.000.000\$ DE PAPEL MOEDA DEPOIS DA GUERRA DO PARAGUAI
175.	Angelo Bispo Custodio (da Silva?) Soldado invalido adido a Cia de infantaria – 21 de out. de 1874 – Palacio da Presidencia 1874 Caixa “3”	- Estava recolhido na prisão quando levou duas facadas do escravo Ignacio. A Imprensa Ed.682 p.1 de 29 de abril de 1881; - Sim, em termos, tendo em vista o Aviso do Ministerio da Guerra nº 245 de 24 de

		abril de 1878 A Imprensa 693, p.6 (suplemento) de 20 de julho de 1881;
176.	<p>Antonio Alves Lima</p> <p>Diz Ricardo Jose Teixeira, negociante nesta cidade que se acha nesta mesma cidade como VP um individuo de nome Antonio Alves Lima cujo individuo sendo escravo de Benedicto Jose Esteves como se ve dos documentos juntos e este tede eu encarregado, confere os ditos documentos de obter a sua exclusão do alistamento de VP. Requer o suplicante a V Exa que se digne mandar proceder as formalidades que julgar precisas para a verificação deste facto e sendo escravo como é , o mencionado voluntario V Exa o mande excluir e por a disposição do suplicante e responsabilizando-se o mesmo suplicante a indenizar qualquer despeza que o Estado tenha feito com ele, pelo que</p> <p>Theresina, 2 de novembro de 1865 Assina Ricardo Jose Teixeira</p> <p>Seja o escravo entregue ao suplicante oficiando-se ao Snr Dr Chefe de policia.</p>	
177.	Aprigio Borges de Carvalho	- Alferes honorario do Exercito – O Piahy Ed.133 p.4 de 11 de junho de 1870;
178.	Bartholomeu Eugenio	<p>- Conservado na cadeia sem processo por 22 dias. A Imprensa 296 p.2 e 4 de 8 de abril de 1871;</p> <p>- Solto por sentença de Habeas corpus de 16 de setembro de 1870. A Imprensa 305 p.2 de 27 de maio de 1871;</p> <p>- Réu Jose Antonio Marques - ´por te-lo deixado na cadeia sem processo – A Imprensa 309 p.3 de 21 de junho de 1871;</p> <p>José Antonio Marques foi condenado a um ano de suspensão do emprego “ex suplente de delegado de policia da capital”; A Imprensa 301 p.4 de 6 de maio de 1871;</p>
179.	Benedicto Ferreira dos Santos	VÁRIOS MUNICIPIOS CAIXA 368

	<p>“Informe o Sr Cmte do destacamento – A Imprensa, 166 p.2 de 26 de setembro de 1868;</p> <p>- Reforma de praças de pret</p> <p>“Foram reformados por decreto de 6 do corrente, recebendo soldo dobrado de VP e na conformidade das disposições da ultima parte do art.10 do decreto 3371 de 7 de janeiro e artigo unico do de nº 3505 de 4 de agosto, tudo de 1865, as diferentes praças de corpos diferentes de VP e da GN visto acharem-se inutilizadas para o serviço do exercio em consequencia de ferimentos recebidos em combate</p> <p>19:Corpo VP ...Correio Mercantil e Instrutivo, politico, universal Ed. 099 p.1 de 9 de abril de 1867;</p>	<p>Nº 496 Benedicto Ferreira dos Santos* invalido da pátria, combatente em nove pelejas contra os paraguayos, chegando a esta provincia foi mandado servir na companhia policial onde há meses tem estado. Os sofrimentos que recebeu em campanha agravao-se quando elle trabalha, e quando especialmente toca corneta, e por tanto o suppe sente necessidade de evitar ruina total de sua saúde.</p> <p>Vem o suppe pedir a V Exa que se digne manda-lo escusar do serviço da companhia policial onde não pode continuar a trabalhar. Theresina, 4 de abril de 1870</p> <p>Nº 1860 * voluntario da pátria e invalido, que achando-se desde fins do anno de 1870 – época da conclusão da guerra com a Republica do Paraguay – residindo nesta capital, onde regularmente recebia os seus vencimentos, teve urgente necessidade de ir a cidade de Amarante em dias do anno passado, com o fim de trazer para sua companhia seus velhos paes, o que effectivamente realizou. Aqui chegando, e procurando o quartel, para continuar adido, como d´antes, não foi mais admitido, sob pretexto de que tenha já sido dispensado, por ausência sem licença; o que não é exacto, por quanto o suplicante sahira com sciencia do Exmo Snr Presidente de então, Dr Pedro Affonso Pereira, que permitiu-lhe semelhante viagem, sem vencimentos.</p> <p>E não tendo o suppe nenhum outro recurso para subsistência, inativa, tendo em sua companhia seus velhos paes, valitudinarios, vem pedir respeitosamente a V Exa se digne a mandar que seja o suppe acostado ou adido ao quartel, afim de poder perceber os seus vencimentos e assina. 28 de fevereiro de 1874.</p> <p>Informe o comandante da cia de linha. Palacio do governo do Piauhy, 2 de março de 1874.</p> <p>Indeferido em vista da informação do comandante da companhia de linha. Palacio do governo do Piauhy, 6 de março de 1874</p>
180.	Brazelino d´oliveira	<p>Nº 309 Brazelino d´oliveira, cabo d´esquadra, invalido do 2º bat de infantaria achando-se com ferimento de balla, que recebeu na</p>

		<p>campanha do Paraguai, vem mui submissa e respeitosamente, implorar de V As a graça que se digne conceder-lhe tres mezes de licença para o suppe tractar de sua saúde nesta mesma provincia. O suppe convicto da reta justiça do coração magnânimo de V sa, esperea.</p> <p>Ao vice presidente da provincia, Theresina, 4 de outubro de 1870</p> <p>Pode ter a licença, mas sem vencimentos algum se não for acompanhado por inspeção de saúde. Quartel de Teresina 7 de outubro de 1870</p> <p>“Não tem logar” Antonio Vidal de Negreiros – Capitaõ comandante</p>
181.	Candido Nonato da Silva	- Ex VP por documento do Rio de Janeiro, de 16 de agosto de 1888;
182	<p>Clodoveu Epaminondas Portela Ferreira</p> <p>MORTO DURANTE O CONFLITO</p> <p>- 4ª Cia de GN expedicionarios A Imprensa 18 p.4 de 25 de novembro de 1865;</p> <p>- Ten 55º VP Idem 29 p.4 de 10 de fevereiro de 1866;</p> <p>- Levemente ferido em Tuiuti. Jornal do Commercio (RJ) Ed.318 p.1 em 15 de novembro de 1867;</p> <p>- Um dos mortos do 34º VP Diario do RJ Ed.287 p.2 de 19 de outubro de 1868;</p>	<p>Nº 684 Diz Dona Maria do´s Portela Ferreira que tendo se habilitado, conforme os documentos juntos para impetrar do governo imperial a concessão de meio soldo de seu filho Capitão Clodoveu Epaminondas Portela Ferreira, morto no combate de Tebiguary – campanha do Paraguay, vem por isto requerer a V Exa se digne de encaminhar a secretaria da guerra a petição que junta a este com a informação que V Excia entender a justiça. Oeiras, 11 de abril de 1876.</p>
183.	Domiciano Pereira da Cruz	<p>- Juntamente com outros três homens, também presos, solicita ir a guerra como voluntario Theresina, 15 de fevereiro de 1867;</p> <p>- Secretaria de Fazenda manda pagar ao mesmo o valor em conformidade, NAO TENHO COMO SABER SE FOI PARA A GUERRA A Imprensa 144 p.2, de 25 de abri de 1868;</p>
184.	<p>Francisco de Lima e Castro Alferes GN</p> <p>Nomeado para o corpo de GN expedicionárias (...) para sua família o soldo de sua patente a contar do 1º do corrente Theresina, 15 de novembro de 1865</p>	

185.	<p>Francisco Luis Pereira de Carvalho e Silva – Capitão</p> <p>Maria Leopoldina de Moraes Carvalho e Silva, por seu procurador abaixo assignado vem respeitosamente pedir a V Excia que se digne encaminhar a alta presença de Sua Majestade, o Imperador a inclusa petição em que a suplicante pede ao mesmo augusto senhor que lhe conceda uma pensão do Estado, além do soldo de seu falecido marido, o Capitao de Voluntarios da Patria Francisco Luis Pereira de Carvalho e Silva, que succumbio após os ferimentos que recebeo no combate de 22 de setembro do anno passado em Curupaity.</p> <p>A Supplicante assas confia no espirito de justiça e de humanidade que caracterizao a pessoa de V Excia que se dignará, não so encaminhar a dita petição, como dar-lhe informação favorável.</p> <p>Nestes termos pois Theresina, 16 de fevereiro de 1867 O procurador David Moreira Caldas Obs: Encaminhou-se em 21 de fevereiro.</p>	Capitao VP
186.	<p>Gonçalo Borges Guimarães</p> <p>Nº 308 Gonçalo Borges Guimaraes, invalido do 3º? Corpo de VP vem perante V Exa implorar a graça de conceder-lhe seis meses de licença para o suplicante ir ao município de Batalha ter com seus parentes, que desde aqui sahio para a guerra do Paraguay nunca mais teve occasioao de ver sua velha mae.</p>	<p>- Relação dos processos de dividas liquidadas nesta secção durante o anno de 1870 7171 Gonçalo Borges Guimarães 31\$800 Relatorio do Ministerio da Guerra Ano 1871, Ed 001p.8;</p> <p>- Pensão de 400 reis diarios (aqui se refere ao 5ºe não o 3º) Diario do Rio de Janeiro Ed. 348, capa. 19 de dezembro de 1871 – Decreto 2107 de 12 de fevereiro Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Ed. 0030 p.181;</p> <p>- Menção a “Gonçalo, invalido da Patria” em O Piauhly Ed. 275 p.3 de 8 de agosto de 1873;</p>

	Theresina, 6 de agosto de 1870 Assina a rogo Jose Leonardo Guimaraes "Não tem logar 8/10/1870" So pode ter 3 meses, e isto sem vencimento algum,porem V EXA obrará como melhor entender e for de justiça	
187.	João Ferreira Leite	- Recebe passagem para Sao Gonçalo e ao cadete Joao Ferreira Leite Junior A Imprensa 151, capa de 13 de junho de 1868; - O Sr capitão...que voltou da guerra com o peito coberto de medalhas da campanha, tendo sacrificado a si e a dois dignos filhos, que chegaram a ser baleados – cargo de inspetor das fazendas nacionais do departamento de Nazareth – demitido pelo Dr Simplicio...A Imprensa 195 p.1 de 21 de abril de 1869; - Reintegrado pelo Sr Luis Antonio Vieira da Silva ao cargode inspetor. A Imprensa 231 p.4 de 31 de dezembro de 1869 Criticas a Antonio Claudio Soido
188.	João Manoel do Sacramento	Decreto 16 de janeiro de 1869
189.	Joao Raimundo da Costa	- A Imprensa 13 p.3 de 21 de outubro de 1865;
190.	José Antonio da Silva Rocha Filho do finado comandante do extinto 36° de VP, Antonio Jose da Silva Rocha (Ten 1°Corpo VP GN A Imprensa 18, p.1 de 25 de novembro de 1865; TUTOR: Henrique Guilherme dos Santos -Thresina, 9 de maio de 1879;	- Seu nome aparece na relação do exame geral de preparação A Imprensa 706, p.4 de 5 de novembro de 1881; - Estudantes do Lyceu convidam para missa do fallecido. A Imprensa 785, p.4 de 28 de julho de 1883;
191.	José da Silva Conrado – perdeu um filho na guerra	Amojado pela perda de meu filho, o cadete Sgt voluntario da pátria, Alceo Jose da Silva Conrado , que sucumbio no Paraguay no combate de de 24 de maio findo, deixo de comparecer nessa repartição, o que levo ao conhecimento de Vosa senhoria, a que Theresina, 22 de agosto de 1866 Sr Dr Joaquim Damasceno Nogueira

		<p>Chefe de policia interino da provincia</p> <p>Assina Jose da Silva Conrado Amanuense de policia</p>
192.	Jose de Senna Pereira	- A Imprensa 13 p.3 de 21 de outubro de 1865;
193.	José Vieira da Costa	<p>Ex praça do Exercito, 2º cadete A Imprensa Ed. 61, capa. 22 de setembro de 1866;</p> <p>- Um Jose Vieira da Costa é recolhido e posteriormente solto por “infração de posturas”.Estado do Piauhy, Ed.10 p.2 de 3 de fevereiro de 1890;</p>
194.	Leopoldino Antonio do Rêgo – Alferes honorario do Exercito	<p>- Em 21 de março de 1870;</p> <p>- Tem seu nome envolvido na “treta de três”(9);</p> <p>- Se desfaz de uma quitanda localizada na antiga Rua da Palma por necessidade de viajar ao interior da provincia A Época Ed.32 p.4 de 9 de novembro de 1878;</p> <p>- Nomeado encarregado do deposito de artigos belicos...O Paiz Ed.3279 p.2, de 18 de abril de 1891;</p>
195.	Lourenço Gomes – Vivo pelo menos até 1909 – O Piauhy	<p>- A Imprensa 13 p.3 de 21 de outubro de 1865;</p> <p>- Atacando uma escolta com o fim de tomar o recruta Lourenço Gomes Pereira que havia preso o capitão Antonio da Costa Alvarenga...O Piauhy Ed.105 capa de 9 de outubro de 1869;</p> <p>- Publica aviso no Jornal contra Maria Lavor que nao poderia dispor de uma “moradinha de casa” sita a Rua do Amparo – afirma que a casinha seria dos dous filhos Theresina 31 de maio de 1874. Oitenta e Nove, Ed.24 p.4 de 25 de junho de 1874;</p> <p>- Um dos que assinam abaixo assinado pela manutenção da Vila de Amarração de posse do Piaui. A Opinião Conservadora, Ed95 p.3 de 22 de dezembro de 1875;</p> <p>- Um Lourenço Gomes foi solto dia 14. Estado do Piauhy, Ed.05 p.3 de 23 de janeiro de 1890;</p>
196.	<p>Ludgero Gonçalves Dias (1832-1919)</p> <p>O único membro do corpo de policia que nao marchou para o conflito com o Paraguai</p> <p>12º Comandante da PMPI (1885-1888)</p> <p>Piauí. Polícia Militar A História da Polícia Militar do Piauí./ Laécio Barros Dias e Aelson Barros Dias, organizadores. _Teresina: Gráfica Expansão, 2010, P.87</p>	<p>- Membro da comissão de socorro as vitimas da febre em Principe Imperial – Correio Mercantil (RJ) Ed.280 p.1 – 14 de outubro de 1865;</p> <p>- Que se apresente n´esta capital ate o dia 10 do corrente mês – A Imprensa Ed.18 p.1 de 25 de novembro de 1865;</p> <p>- Todo o corpo de policia se oferece para a guerra, com exceção dele – Liga e Progresso Ed. 090 p.1 de 27 de março de 1865;</p> <p>- Ordem do dia de 4/8 do corrente nomeei o Cap Ludgero para o comando do destacamento das vilas de Principe Imperial e Independencia – A Imprensa 34 p.2 de</p>

		<p>17 de março de 1866;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nomeado delegado de policia de Principe Imperial – A Imprensa 35, p.1 de 24 de março de 1866; - Citado junto com Sergisnando Cicero de Alencar Araripe como “relevantes serviços “ de delegados , ex: prudencia no recrutamento. Assina O Imparcial, Principe Imperial, 16 de março de 1866 – A Imprensa 038 p. 3 e 4 de 14 de abril de 1866; - Nenhum efeito a portaria de 14 do corrente diz Cmte 2º districto militar ao Capitao Ludgero – A Imprensa 41 p. 1 de 5 de maio de 1866; - 14 recrus vindos de Principe Imperial remetidos pelos delegado Ludgero – A Imprensa 45 p.2 de 2 de junho de 1866; - Exonerado do emprego de Amanuense interino da repartição da policia – A Imprensa 134 p.2 de 13 de fevereiro de 1868; - Se dirige a vila de Barras para recrutamento – A Imprensa 134 p.3; <p>- Tiburcio Rodrigues de Carvalho se defende da acusação de recrutamento truculento, afirmando que este era ordenado por Ludgero – A Imprensa 40 p. 4 de 28 de março de 1868, também em “O Piahy nº24;</p> <ul style="list-style-type: none"> - É substituído no comando da 1ª cia do 12º batalhão GN de Campo Maior “obteve passagem para esta capital; A Imprensa 151 p.2 de 12 de junho de 1868; - Capitao Cmte interino de Teresina – A Imprensa 166 p.1 26 de setembro de 1868; No mesmo numero, se justifica pela falta de cartaxume para as honras do funeral do guarda nacional Pedro Antonio dos Anjos, afirmando que quando solicitado, o referido guarda ja fôra sepultado e com isso, o oficial de Estado maior daquele dia o informara de que já não era preciso; - Contradição entre mapas e informações fornecidas pelo cmte Ludgero – A Imprensa 289 p.4 de 22 de fevereiro de 1871; - Demitido da função de primeiro suplente de delegado – O Piahy 216 p.2 de 30 de abril de 1872; - Disputas entre liberais e conservadores, tentativa de morte do Fernando Antonio de Aguiar Almendra. Aparece como uma das testemunhas Dia 21. A Imprensa 356 p.2 de 27 de agosto de 1872; - Nomeado alferes da cia de policia - A Imprensa 534 p.4 de 14 de março de
--	--	--

		<p>1878;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Regressa do destacamento de Amarante via vapor – A Imprensa 539 p.6 de 21 de abril de 1878; - “Pague-se em termos” – A Imprensa 580 p.2 15 de fevereiro de 1879; - Comandou diligencia de 10 praças na comarca de Sao Joao do Piaui.Citado no relatorio do vice presidente Jose Mariano Lustosa do Amaral – A Imprensa 590 p.1 de 22 de abril de 1879; - Encarregado do expediente da cia de policia pois o titular (Sergisnando Araripe) estava em diligencia para Principe Imperial – A Imprensa 625 p.2 de 17 de janeiro de 1880; - Restabelecimento da ordem publica no termo dos Humildes. Louvam ao destacamento e a seu comandante. A Imprensa, 667 p.6 de 11 de dezembro de 1880; - Em oposição a essa visão, temos A ÉPOCA Ed. 135 e 136 p.3 4/12; - Corpo policial 1ª cia Cap. Sergisnando, Alferes Ludgero A Imprensa 682 p.1 de 29 de abril de 1881; - Empregado provincial com direito a aposentação. A Imprensa 690 p.4 de 30 de junho de 1881; - Prestou serviços no incendio de 8 casas de palha na rua da macauba. A Imprensa 746 p.2 de 23 de setembro de 1882; - Ajuda de custo da vila de União a de Piracuruca. A Imprensa 761 p.2 de 20 de janeiro de 1883; - Portaria lhe concede 60 dias de licença com vencimentos para tratar de sua saude onde lhe conviesse. A Imprensa 808 p.1 de 31 de janeiro de 1884; - Segue a destacar na vila de União. A Imprensa suplemente ao nº 818 p.6. 30 de abril de 1884; - Assume o comando do corpo de policia, pois o titular tirou 4 meses de licença. A Imprensa 853 p.1 de 31 de janeiro de 1885; - Encontrava-se na capital – Comissao de melhoramentos do Parnaiba? – A Imprensa 943 p.4 de 13 de novembro de 1886; - Tenente da Cia policial – A Imprensa 1081 p.1 de 13 de julho de 1889;
--	--	---

		<ul style="list-style-type: none"> - O cabo Saturnino – sob comando de Ludgero – é acusado de violência excessiva. A Época Ed. 274 de 3 de outubro de 1883; - Diário do Piauí Ed. 14 Quinta, 18 de janeiro de 1912 p.1 Em 1887, estava na comissão de melhoramentos do Rio Parnaíba; - Assassinato do genro Major Gerson Edson de Figueiredo, marido de Julia Dias de Figueiredo. Diário do Piauí Ed. 282 p.4 de 24 de dezembro de 1912; - Boletim da Sociedade de Geografia do RJ (1885-1948) 1888 Redactor, Eng. Dr. A de Paula Freitas – Fala sobre a Comissão de Navegação do Parnaíba;
197.	<p>Luiz de Alencar Araripe Filho de Xilderico Cicerto de Alencar Araripe</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ex praça do Exército, 2º cadete A Imprensa Ed. 61, capa. 22 de setembro de 1866; - Escrivão de orphaos, ausentes, capelas e residuos do termo d'esta capital, tem sua licença prorrogada por mais um ano. A Imprensa 555 p.6 de 24 de agosto de 1878; - Um ano de licença, para tratar de sua saúde onde lhe conviesse. A Imprensa 614 p.5 18 de outubro de 1879; - Alferes do 2º batalhão de infantaria da Guarda Nacional da capital. A Imprensa 645 p.2 de 19 de junho de 1880; - Concedido um ano de licença para o escrivão...para tratar da saúde A Imprensa 733 p.4 de 17 de junho de 1882; - Prorrogando por um mes a licença em cujo gozo se acha o escrivão...A Imprensa 782, capa de 28 de junho de 1883; - Concedendo um ano de licença para cuidar de sua saúde.A Imprensa 791 p. 5 de 22 de setembro de 1883; - Exoneração a pedido, via presidencia da provincia.
198.	<p>Manoel Benicio de Araujo MINISTÉRIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA RIO DE JANEIRO, 22 DE AGOSTO DE 1884 CONCEDA-SE PRAZO DE TERRAS DE 1089 ARES PARA O EX SOLDADO DO 18º BATALHÃO DE INFANTARIA MANOEL BENICIO DE ARAUJO Manoel Benicio de Araujo, ex praça do exercito requer (...) prazo de terras pela lei nº 27 de 3 de maio de 1877 REMETIDA AO PRESIDENTE DA PROVINCIA DO PARÁ</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ex soldado do 18º batalhão de infantaria. A Imprensa Ed.836 p.14 de 30 de setembro de 1884;

	EM 4 DE NOVEMBRO	
199.	Manoel Benicio Mariz	- Alferes honorario do Exercito – O Piauhy Ed.133 p.4 de 11 de junho de 1870; - Apresentada sua fé de officio.A Imprensa Ed.252 p.2 de 28 de junho de 1870; - Alferes comandante do destacamento da Vila de Principe Imperial, retirado do destacamento O Piauhy Ed.224 capa de 30 de junho de 1872;
200.	Manoel Marques De Oliveira	- Ferido em Curupaity. A Imprensa 725 p.6 de 5 de abril de 1882; - Falecido em campanha. Herança fica para a mulher. A Imprensa 167 p.2 2 de outubro de 1868;
201.	Maximiano Francisco José da Silva	- Maximiano Francisco Jose da Silva , invalido da pátria, tendo pedido sua baixa e os seus papeis relativos a sua pensão logo que chegou do sul, acontece que vive sem recursos absolutamente para dar o pão quotidiano a sua mulher e um filho menor, por isso mui humildemente vem perante V Exa pedir-lhe que o abrigue sob sua proteção e lhe dê uma esmola, Theresina, 3 de maio de 1875. Assina Manoel Jose Couto.
202.	Mizael Francisco de Lemos Nº 906 Misael Francisco de Lemos , alferes honorário do exercito, basiado no que dispõe o artigo 2º do decreto nº 3371 de 7 de janeiro de 1865, vem requerer ao governo geral o pagamento do prazo de terras a que tem direito como voluntario da pátria – petição que d´esta acompanha (...) Therezina, 24 de novembro de 1887. Encaminhado no dia 26 de novembro. Nº 1180 Ajudante de ordens interino d´esta presidência do Pará o original de sua fe de officio que se acha junta ao requerimento dirigido ao Exmo Snr Ministro e secretários	- Alferes honorario do Exercito em 13 de abril de 1870; A Reforma (RJ), Ed.82; - Decreto de 9 de abril de 1870, Almanacak do Ministerio da Guerra 1873 Ed. 001 p. 178 “Oficiais honorarios”; - Delegado de policia em Marvão. Diario do Rio de Janeiro Ed.35, capa de 4 de fevereiro de 1875; - Discussao com o Conego Thomaz de Moraes Rego. A Época 248 p.3 de 17 de março de 1883; - Nomeado como encarregado do deposito de artigos belicos da provincia do Piauhy. Cidade do Rio (RJ) Ed. 173 p.2 de 3 de agosto de 1889; - Dispensado do cargo de encarregado do deposito de artigos belicos...O Paiz Ed.3279 p.2, de 18 de abril de 1891;

	d' esta dos negócios de guerra, pedindo se use pagasse na colonia militar de Obidos, dessa provincia, o praso de terras a que tem direito como voluntario da pátria. Theresina, 18 de abril de 1888.	
203.	Padre José Rufino Soares Valamira? – De Valença	- O referido padre agradece as doação para familias de mortos e/ou invalidos na guerra.A Imprensa 16 p.4 de 11 de novembro de 1865 - Continua recolhendo doações. A Imprensa 54 p.5 de XXXXXX de 1866;
204.	Paulino Rodrigues do Nascimento Nº 141 Paulino Rodrigues do Nascimento , voluntario do exercito, querendo dar um homem por si, nas condições legais, ou a quantia de uma praça em dinheiro, que oferece para depositar agora mesmo, com garantia da substituição que pretende, reque a V Exa que de suas ordens, marcando um prazo razoável para dentro dele seu procurador apresentar o substituto, no que Theresina, 18 de agosto de 1869 Concedido. Com praso de 20 dias para apresentar o substituto, Palacio do governo 19 de agosto de 1869.	- Voluntario do Exercito castigado com 6 armas ,tendo antes levado muitos empurrões A Imprensa 207 p.4 de 7 de julho de 1869;
205.	Raimundo Carvalho e Silva, Alferes do 47º MORTO DURANTE O CONFLITO	Nº 122 Angelina Francisca de Jesus , tendo que dirigir a SM o Imperador a incluza petição, em que suplica que se lhe mande pagar, por via da tesouraria de fazenda, trinta e seis libras esterlinas e vinte moedas de ouro de 20 mil reis, cda uma pertencentes a seu falecido filho, alferes Raimundo de Carvalho e Silva, do 47º batalhão de voluntários, cuja

		<p>quantia foi recolhida a pagadoria das tropas, no Paraguai. Vem por isso requerer a V Excia que se digne encaminhar a dita petição, pelo que</p> <p>O procurador – David Moreira Caldas</p> <p>Theresina, 6 de junho de 1868</p> <p>Prove ser a mae (ainda que natural) do alferes do 47º Raimundo Carvalho e Silva, que falleceo do cholera morbus no Estado oriental – Caixa de pagadoria das tropas, resposta no mesmo dia.</p>
206.	<p>Raimundo Ferreira dos Santos</p> <p>Secretaria de policia do Piauhy (SPP)– 5 de junho de 1874</p> <p>Nº 55 fuga no dia 5 de maio – Raimundo Ferreira dos Santos</p>	<p>- A Opinião Conservadora Ed.45 p.1 de 12 de dezembro de 1874;”Condennado em grau medio do artigo 269 do codigo criminal;</p>
207.	<p>Raimundo Pereira de Carvalho</p> <p>Faleceu a 6 de outubro de 1885.</p>	<p>- Nomeado tenente da 3ª cia do 1º corpo de VP da provincia (Já era TT GN) A Imprensa Ed.19 capa, de 2 de dezembro de 1865;</p> <p>- O professor pede licença e parte para os campos do Sul - A Imprensa Ed.25 capa, de 13 de janeiro de 1866;</p> <p>- Passagem para o porto de Sao Bernardo para ele, sua senhora e três filhos; A Imprensa 134 p.2 de 15 de fevereiro de 1868;</p> <p>- Conseguir permuta para a cadeira da Vila de Independencia.(Era originalmente de Sao Raimundo Nonato, Imprensa 149) A Imprensa 143, capa. 18 de abril de 1868;</p> <p>- Recrutador de Jaicoz e Picos. A Imprensa 147, capa.. 16 de maio de 1868;</p> <p>- Exonerado do cargo de recrutador de Jaicoz e Picos por portaria do dia 15. A Imprensa Ed.159 p.2 de 8 de agosto de 1868;</p> <p>- Dispensado do destacamento da GN da Vila de Principe Imperial. A Imprensa Ed.162, capa, de 29 de agosto de 1868;</p> <p>- Aposentadoria do empregado publico Raimundo Pereira de Carvalho.A Imprensa 167, p.3 de 2 de outubro de 1868;</p> <p>- Cumpriu a pena por crime de injuria contra o chefe de policia, foi solto e novamente preso por te-lo injuriado novamente. A Imprensa 238 p.4 de 26 de fevereiro de 1870;</p> <p>- Respondeu processo de conselho de guerra ha tres meses. A Imprensa 276, p.4 de 23 de novembro de 1870;</p>

		<ul style="list-style-type: none"> - Prisão do dito tenente por ameaçar o Dr Deolindo Mendes da Silva Moura, armado com uma faca de ponta e uma vareta de ferro. O Piahy Ed.158 p.2 de 28 de janeiro de 1871; - Jury da capital reunido entre 1 e 13 de março. O dito tenente preso por crimes de ameaça foi absolvido. A Imprensa 294 p.4 de 29 de março de 1871; - Concedido pelo presidente da provincia uma licença de 6 meses para que o dito tenente possa tratar de seus negocios fora da provincia. O Piahy Ed.170 p.2 de 28 de abril de 1871; - Preso em flagrante delito de tentativa de morte, dormindo em sua casa, arrastado a prisao com os pes descalços em camisa e ceroulas, (...) é um homem infelz porque se da algumas vezes com excesso ao alcool – solto poucos dias depois – nao foi contra Deolindo. A Opinião conservadora, Ed. 116, capa. 23 de junho de 1876; - Raimundo Pereira de Carvalho – bocca velha – com profissão de director do partido conservador. A Imprensa 514 p.3 de 1 de agosto de 1877; - Portaria do dia 14, demitindo do cargo de professor publico interino da cidade de Oeiras. A Imprensa 535 p.4 de 21 de março de 1878; - Um dos nomeados para membros da comissão de socorros da Vila de Batalha. A Imprensa 536 p.2 de 30 de março de 1878; - Nomeado capitão da 2ª cia da GN de Batalha, A Imprensa suplemento ao numero 622 de 20 de dezembro de 1879; - Exonerado do cargo de delegado de policia do termo de Batalha. A Imprensa 688 p.5 de 15 de junho de 1881; - Nomeado 3º suplente de juiz municipal do termo de Batalha. A Imprensa 819, capa. 6 de maio de 1884; - No dia 6 do corrente faleceu nesta villa (de Barras) o tenente Raimundo Pereira de Carvalho, professor aposentado e voluntario da patria na Guerra do Paraguay(...) A Imprensa Ed.887 p. 4 de 17 de outubro de 1885.
208.	Silvestre de Souza Barros	Falecido em campanha. Herança fica para a mulher. A Imprensa 167 p.2 2 de outubro de 1868;
209.	Silvestre Pereira do Nascimento	<ul style="list-style-type: none"> - Oferecido junto com o irmão, Nelson Pereira do Nascimento pelo pai, Jesuino (72) para partirem para a guerra. A Imprensa 14 p.2 de 28 de outubro de 1865; - Tenente honorario do Exercito. O Piahy 158 p.4 de 28 de janeiro de 1871; - Servindo como alferes na cia policial d'esta provincia, tem sua licença prorrogada

		por tres meses sem vencimentos, para tratar de sua saúde. O Piauhy Ed. 221 p.2 de 8 de junho de 1872; - Solicita um ano de licença com ordenado. O Piauhy Ed.246 p.2 de 28 de dezembro de 1872. Na página seguinte, vemos que a dita solicitação foi aprovada; -A Imprensa 195 p.1
210.	Simplicio Rodrigues Elvas	- Alferes honorario do Exercito – O Piauhy Ed.133 p.4 de 11 de junho de 1870; - Era falecido em 1878. Almanack Piauyense, Ano de 1878 Ed. 001 página 89;
211.	Theodoro Vicente Ribeiro (Desertor)	A Imprensa 13 p.3 de 21 de outubro de 1865;
212.	Verissimo Antonio de Oliveira	- Citado como inspecionado e apto. A Imprensa 33 p.2 de 10 de março de 1866;

Fonte: O Amigo do Povo, p. n/p, número s/n, 11/09/1870 e 15/10/1870, Periódicos Microfilmados, NUPEM/UFPI, Teresina. Araújo, Johny Santana de.

BRAVOS DO PIAUÍ! ORGULHAI-VOS. SOIS DOS MAIS BRAVOS BATALHÕES DO IMPÉRIO: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai (1865-1866) / Johny Santana de Araújo. – 2009.Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

EM NEGRITO:COMBATENTES DA GUERRA DO PARAGUAI CITADOS POR CLAUDIO DE ALBUQUERQUE BASTOS NO VERBETE “GUERRA DO PARAGUAI” PÁGINAS 252 A 257

